

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO: ANÁFORAS
ASSOCIATIVAS E NOMINALIZAÇÕES

TESE DE DOUTORADO

GRAZIELA ZAMPONI

ORIENTADORA: PROF^a DR^a INGEDORE G. VILLAÇA KOCH

Campinas - 2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

769 000 1111

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	UNICAMP
	Z14p
V	EX
TOMBO BC	56863
PROC.	16/11/104
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	4,400
DATA	20/10/104
Nº CPD	

CM00193908-2

bib id 308421

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Z14p	<p>Zamponi, Graziela</p> <p>Processos de referência: anáforas associativas e nominalizações. / Graziela Zamponi. - - Campinas, SP: [s.n.], 2003.</p> <p>Orientadora: Ingedore G. Villaça Koch</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Lingüística - Anáfora. I. Koch, Ingedore G. Villaça. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
------	---

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO: ANÁFORAS
ASSOCIATIVAS E NOMINALIZAÇÕES

*Tese apresentada como exigência
parcial para a obtenção do título
de Doutor em Linguística, sob a
orientação da Prof^a Dr^a Ingedore
G. Villça Koch.*

Campinas - 2003

Banca Examinadora

Profª Drª Helena Nagamine Brandão

Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia

Prof. Dr. Rodolfo Ilari

Profª Drª Anna Christina Bentes


Profª Drª Ingedore G. Villaça Koch

Este exemplar e a redação final da tese defendida por Colazela Zamponi

e aprovada pela Comissão Julgadora em 17/11/2003.



*Aos meus pais,
sem os quais eu não seria.*

Agradecimentos

*À minha orientadora, Ingedore Villaça Koch,
pelo norte seguro que sempre foi em todos
os momentos de elaboração deste estudo.*

*A todos que lerem este trabalho,
reconstruindo-o a cada leitura.*

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1 – A referenciação	
1. Introdução	7
2. A relação homem-linguagem-mundo: um enigma desvendado	8
3. A referenciação. Alguns princípios	16
4. O modelo cognitivo	21
5. O modelo pragmático	40
6. Por um modelo cognitivo-pragmático-interacional da referenciação	46
7. A construção colaborativa dos objetos-de-discurso no texto escrito	61
8. Conclusão	69
Capítulo 2 – Anáforas associativas	
1. Definição e divergências	71
1.1 <i>Anáfora associativa: um caso de anáfora indireta?</i>	72
1.2 <i>As concepções da anáfora associativa</i>	76
2. O aspecto formal do elemento anafórico	78
2.1 <i>A concepção estreita</i>	78
2.2 <i>A concepção ampla</i>	80
3. O aspecto formal do elemento antecedente	82
3.1 <i>Uma breve incursão pela questão do antecedente</i>	82
3.2 <i>O elemento antecedente da anáfora associativa</i>	89

4. Tipo de relação do elemento anafórico e seu antecedente	93
4.1 <i>O percurso inferencial</i>	95
4.2 <i>A natureza da relação associativa</i>	113
4.2.1 <i>Kleiber e a relação semântica</i>	114
4.2.2 <i>Charolles e a relação cognitivo-discursiva</i>	154
4.2.3 <i>Berrendonner e a relação cognitivo-pragmática</i>	162
5. O SN demonstrativo associativo	171
6. Por uma revisão da anáfora associativa: terminologia e extensão do fenômeno	191
Capítulo 3 – Nominalizações	
1. Introdução	199
2. Delimitação do fenômeno: proposta de definição	202
2.1 <i>As nominalizações e as diferentes ordens de entidades</i>	203
2.2 <i>Os limites da informação-suporte das nominalizações</i>	211
2.3 <i>As nominalizações como rotulação</i>	213
2.4 <i>As anáforas “atípicas”</i>	224
2.5 <i>As nominalizações: por uma redefinição</i>	230
3. Os determinantes definido e demonstrativo nas nominalizações	248
Conclusão	257
Referências Bibliográficas	263

Resumo

Esta tese busca refletir sobre a anáfora associativa e a nominalização, além de lançar luz sobre o funcionamento do determinante definido e demonstrativo nesses tipos de anáforas. Conduzimos a investigação com base em exemplos atestados, notadamente extraídos de jornais e revistas. Nosso estudo é realizado da perspectiva teórica que tem como objeto o discurso, dentro de uma concepção sócio-construtivista do fenômeno referencial, de acordo com a qual os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas, social e culturalmente partilhadas, as versões públicas do mundo.

A anáfora associativa introduz um objeto-de-discurso novo, no modo conhecido (sem relação de correferência), interpretado graças a informações anteriores introduzidas na memória discursiva. A relação que o elemento anafórico – um SN definido ou demonstrativo – mantém com a âncora que lhe serve de antecedente é de ingrediência e se dá com base nos conhecimentos semânticos e nos modelos mentais arquivados na memória. Assim, na nossa concepção, a anáfora associativa não se reduz apenas às relações previstas no léxico, mas é tributária do discurso, que envolve a dimensão cognitivo-interacional.

A nominalização constitui a operação discursiva que consiste em referir um processo ou estado previamente significado por uma proposição, por meio de um sintagma nominal definido ou demonstrativo ou ainda de um pronome. Nessa construção, o anafórico sumariza as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, encapsulando-as e transformando-as em objetos-de-discurso. A nominalização envolve, assim, um processo de categorização, não sendo raro veicular avaliações sobre o objeto-de-discurso, numa clara estratégia argumentativa.

Quanto ao determinante nas expressões nominais anafóricas, se na nominalização parece haver uma clara propensão à determinação demonstrativa, na anáfora associativa, ao contrário, há uma tendência muito acentuada ao uso do definido. A determinação demonstrativa neste tipo de anáfora é fonte de controvérsia, sendo considerada "desviante" dentro da concepção semântica do fenômeno. No entanto, a nosso ver, o uso de um ou outro determinante depende mais de interesses interacionais do que de restrições semânticas *a priori*.

Abstract

This work intends to discuss associative anaphor and nominalisation and show definite and demonstrative determiner use in these kinds of anaphor. The work mainly deals with empirical data, obtained from newspapers and magazines. The perspective that was adopted considers the discourse as being a social and constructivist referential phenomenon. In this way, we consider that individuals construct public versions of the world, by cognitively, socially and culturally sharing discourse practices.

An anaphor is said to be associative when it refers to a new referent which, although has not been explicitly mentioned in the prior context, is presented as being as well-known referent, and can be identified on the basis of information provided by the prior context, stocked in discourse memory. The relationship that the anaphoric element – a definite or demonstrative NP – maintains with the antecedent is called a *ingredience relation* and is based on semantic knowledge and mental models. Thus, in our conception, associative anaphors don't involve lexical relationships only, but depend on the discourse, which involves a cognitive and interactive dimension.

Nominalisation is a discourse operation which consists in referring to a process or state, previously presented by proposition, by a definite or demonstrative NP, or even a pronoun. In this operation, the anaphoric element condenses prior information, which is encapsulated and transformed into discourse objects. Thus, nominalisation involves a categorisation process and it is not uncommon to express evaluations about discourse objects in a clearly argumentative procedure.

In terms of determiners of anaphoric nominal expressions, there seems to be a tendency towards demonstrative determination in nominalisation; on the other hand, there is a strong tendency to use definite determination in associative anaphors. The use of demonstrative determiners in associative anaphors is seen as being unacceptable within semantic conception of the phenomenon. Nevertheless, in our point of view, the use of the definite or demonstrative determiner depends rather on interactive interests than semantic restrictions "*a priori*".

INTRODUÇÃO

O estudo de expressões nominais referenciais normalmente é feito a partir de duas perspectivas: a da filosofia da linguagem, que volta sua atenção para os atos de referência, e a da lingüística, principalmente da semântica, cuja preocupação sempre esteve voltada, de algum modo, para a relação entre linguagem e mundo e, portanto, para a questão da referência. Um viés desse amplo assunto encontra-se na função anafórica que essas expressões podem assumir.

Postulamos aqui que a *anáfora*, termo etimologicamente associado à idéia de "repetição"¹, constitui um mecanismo de relação entre um elemento que exige saturação referencial (denominado "*elemento anafórico*", "*expressão anafórica*" ou simplesmente "*anafórico*") e um elemento antecedente (nem sempre uma expressão explícita ou pontual do cotexto precedente), que fornece as condições para que essa saturação seja satisfeita. Desse modo, toda anáfora implica uma atividade de *remissão*, já que nesse mecanismo está em jogo um ato de "apontamento" para um elemento, normalmente presente no cotexto², e possivelmente de *retomada*, uma vez que, havendo ou não identidade material entre os elementos envolvidos, a anáfora é, em geral, responsável pela continuidade referencial. No entanto, isso não significa que a anáfora se limite a funcionar como um mecanismo de manutenção ou conservação referencial; ela constitui também um poderoso recurso de progressão discursiva, pois, ao mesmo tempo em que remete e/ou retoma, opera uma progressão referencial, estando assim indissociavelmente ligada à dinâmica textual-discursiva. Na sua atividade de remeter, o elemento anafórico pode reativar objetos-de-discurso introduzidos anteriormente (caso da anáfora direta) ou

¹ No terreno da retórica, por exemplo, é chamada 'anáfora' a repetição de elementos no início de dois ou mais versos. Essa significação acabou por difundir o conceito de que toda anáfora é correferencial, já que ela, de alguma forma, "repetiria" um referente previamente introduzido, o que constitui um grande equívoco, hoje praticamente fora dos modelos teóricos.

² Daí não ser incomum atribuir às anáforas uma dimensão dêitica.

ativar um novo objeto-de-discurso, cuja interpretação é dependente de dados introduzidos anteriormente (caso da anáfora indireta)

Diversas são as expressões referenciais que, utilizadas para designar os objetos construídos no universo do discurso, podem funcionar como anafóricos. As expressões mais estudadas na literatura são principalmente os sintagmas nominais definidos e demonstrativos (*o N, esse N*), seguidos ou não de modificadores, os pronomes pessoais, os pronomes demonstrativos e possessivos (substantivos e adjetivos). Nesta pesquisa limitamo-nos a examinar os sintagmas nominais definidos e demonstrativos na relação anafórica. Portanto, qualquer reflexão sobre esse fenômeno em construções com pronomes será feita de forma episódica e a título de comparação.

Nosso interesse pelo assunto nasceu da observação - quando da atividade docente - de que a visão estreita de anáfora, de acordo com a qual um segmento do texto retoma um antecedente claramente delimitado lingüisticamente, havendo entre eles uma relação de correferência ou co-significação, era insuficiente para explicar relações que poderiam ser apontadas como anafóricas, mas que permaneciam fora desses limites, pois, com muita frequência, essas relações não eram marcadas pela correferencialidade e os chamados antecedentes ou eram difusos, sem que pudessem ser claramente delimitados no cotexto, ou eram frutos de inferências. Nesse quadro chamavam particularmente a nossa atenção os sintagmas nominais, responsáveis privilegiados pelos processos de referenciação.

Além disso, durante a pesquisa em trabalhos de autores, na grande maioria, de língua francesa e inglesa, aflorou uma questão pouco investigada nos estudos de língua portuguesa sobre os sintagmas nominais anafóricos: a função do determinante, principalmente definido e demonstrativo. Como os estudos tomados como fonte de consulta estavam voltados para uma língua particular - o inglês ou o francês - muitos dos usos considerados parcial ou totalmente inaceitáveis de um dos dois determinantes não poderiam assim ser considerados quando se tratava da língua portuguesa. Exemplo típico dessa situação encontramos em Kleiber (1986):

Il était une fois un prince. ?*Le prince.../ Ce prince...*

É praticamente unanimidade entre os autores de língua francesa que, no caso da anáfora fiel, a retomada do referente introduzido pelo sintagma nominal indefinido em uma proposição existencial³ deve preferencialmente ser feita por meio de um SN demonstrativo e não definido. Já no português, não há restrição nesse caso particular; é perfeitamente aceitável retomar o objeto-de-discurso por qualquer dos dois determinantes:

Era uma vez um príncipe. *O príncipe.../Esse príncipe...*

Por outro lado, havia casos em que as restrições para o uso dos determinantes em francês ou inglês também se aplicavam ao português. Além disso, percebemos que, se em alguns usos o determinante definido poderia ser comutado com o demonstrativo, como no exemplo acima, em outros não existia essa possibilidade.

Dentro desse quadro, então, nasceu a idéia de pesquisar as anáforas nominais – aqui limitadas às *anáforas associativas e nominalizações* –, utilizadas para designar entidades discursivas, com o objetivo de refletir sobre esses fenômenos e lançar luz sobre o funcionamento do determinante definido e demonstrativo nesses tipos de anáfora. Desse modo, a abordagem de tais determinantes fora desse âmbito e de sintagmas nominais sem função anafórica será feita apenas eventualmente.

Este estudo é realizado da perspectiva teórica que tem como objeto o discurso, dentro de uma concepção sócio-constructivista do fenômeno referencial, de acordo com a qual os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas, social e culturalmente partilhadas, as versões públicas do mundo (Mondada e Dubois, 1995), partindo da hipótese de que a escolha de sintagmas nominais definidos ou demonstrativos com função anafórica é determinada principalmente por restrições discursivas e cognitivo-interacionais.

³ Proposição que designa e introduz um objeto declarando explicitamente sua existência.

A literatura sobre as anáforas nominais é vasta e rica; várias são as respostas teóricas e diversas são as abordagens - semânticas, pragmáticas ou cognitivas - que buscam fornecer uma descrição do fenômeno. Assim, diversas são as veredas que podem ser trilhadas. Nossa trilha é aquela que aposta numa ligação entre forma referencial e objeto-de-discurso, ditada não por restrições apenas semânticas, mas principalmente por necessidades cognitivo-interacionais.

Da escolha dessa perspectiva resulta um certo número de restrições metodológicas, das quais ressaltamos algumas. Conduzimos a investigação principalmente a partir de textos escritos reais, notadamente de jornais e revistas de grande circulação, e não a partir de exemplos construídos, aqui limitados na sua maioria aos apresentados pelos autores pesquisados. Buscamos mais focalizar os SN no seu funcionamento com base em operações cognitivo-discursivas e interacionais que descrever esses SN em categorias rígidas.

Adotamos o método qualitativo para rever, discutir e (re)definir a anáfora associativa e as nominalizações e o funcionamento dos determinantes nos elementos anafóricos desses tipos de anáfora.

Os modelos teóricos aqui apresentados, com suas definições e desdobramentos, são revistos e discutidos simultaneamente à apresentação dos dados empíricos, baseados, na sua maioria, como já dissemos, em exemplos atestados.

Assim, empreendemos nossa investigação das anáforas associativas e nominalizações, empresa que exigiu reflexão mais detida sobre a questão da referenciação. O resultado do nosso percurso investigativo é apresentado em três capítulos.

O capítulo 1, dedicado à referenciação, expõe basicamente a nossa opção teórica. Nele são apresentados os princípios em que nos pautamos para examinar o fenômeno da anáfora associativa e nominalizações, além dos processos de referenciação a partir da perspectiva de três modelos teóricos: modelo cognitivo, modelo pragmático e modelo cognitivo-pragmático-interacional. A adoção deste último modelo exigiu alguma

reflexão sobre a construção interacional de objetos-de-discurso no texto escrito, que é apresentada no último item.

O capítulo 2 é inteiramente dedicado às anáforas associativas e comporta seis seções. Na primeira, apresentamos a definição mais difundida do fenômeno e, a partir dela, as divergências que estão na base de diferentes concepções. Na segunda, terceira e quarta seções, abordamos o aspecto formal do elemento anafórico, do elemento antecedente, além do tipo de relação que se estabelece entre eles. A quinta seção examina especificamente a questão do determinante demonstrativo nesse tipo de anáfora, que constitui um ponto de controvérsia bastante acentuado entre os estudiosos do assunto. Finalmente, na seção 6, empreendemos uma revisão geral da questão da anáfora associativa, buscando redesenhar-lhe os limites.

O capítulo 3 aborda exclusivamente as nominalizações e compõe-se de três seções. Na primeira buscamos apresentar uma caracterização geral do processo e dos elementos nele envolvidos. Na segunda, a partir da caracterização feita anteriormente, empreendemos um percurso buscando delimitar o fenômeno. Para tal consideramos os diferentes tipos de entidades, o escopo da expressão nominalizadora, o caráter de rotulação que apresentam os anafóricos nesse tipo de relação e finalmente uma proposta de redefinição desse mecanismo. Na terceira seção focalizamos especificamente os determinantes definido e demonstrativo nas nominalizações.

Finalmente apresentamos uma conclusão, em que reafirmamos nossa concepção de anáfora associativa e nominalizações e sinalizamos, de maneira muito geral, para o princípio fundamental que parece reger o uso dos determinantes definido e demonstrativo nesses tipos de anáfora. Além disso, sugerimos, a partir da perspectiva da nossa pesquisa, possíveis investigações futuras.

CAPÍTULO 1 - A REFERENCIAÇÃO

*... a língua é uma moeda, servindo para trocas; mais do que um almoxarifado de mercadorias disponíveis (num estoque de itens lexicais), a língua é uma carpintaria (uma espécie de heurística).
(Luiz Antonio Marcuschi)*

1. Introdução

A questão da referência é interdisciplinar. Tema clássico na filosofia da linguagem e na lingüística, sempre esteve no centro das atenções daqueles que buscam entender como a linguagem se refere ao mundo. As respostas a essa busca são variadas, mas podemos apontar, no estado atual da questão, duas tendências fundamentalmente opostas. Uma entende que existe uma correspondência entre as palavras e as coisas e, dentro dessa concepção, 'referir-se a' significa operar, por meio lingüísticos, uma representação extensional de referentes do mundo. Essa perspectiva exprime-se por meio da metáfora do espelho, de acordo com a qual o discurso é concebido como uma representação do mundo objetivo, discretizado, que se oferece pleno à apropriação pela palavra. É dentro desse quadro que cabe a noção de averiguação veritativa e, como decorrência, as noções de "falso" e "verdadeiro".

A outra tendência, fundamentada na concepção de que a língua é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente construída, vê a referência como o resultado de uma operação colaborativa dos parceiros da interação, que constroem os referentes *no* e *pelo* discurso, atividade lingüística e sócio-cognitiva, ligada acima de tudo à interação e à intersubjetividade. Nesse quadro, as entidades referidas no discurso são antes objetos-de-discurso (e não objetos-do-mundo) e é mais apropriado falar em "referenciação", que implica atividade, que em "referência", termo que, associado à visão representacionista da língua, mantém um sentido de estaticidade. Essa concepção, porém, não significa

negar a existência da realidade extra-mente, nem estabelecer a subjetividade como parâmetro do real. Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Também não se postula uma reelaboração subjetiva, individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (Marcuschi e Koch, 1998:5)

É por essa segunda tendência que fazemos a nossa opção, que será o nosso posto de observação para as reflexões sobre as anáforas associativas e as nominalizações.

2. A relação homem-linguagem-mundo: um enigma desvendado

Aceitar que as expressões lingüísticas se referem a qualquer coisa, que elas têm um referente, leva a aceitar a existência desse referente. Mas, como aponta Blikstein (1995), o referente, durante algum tempo, foi deixado fora do campo de observação da lingüística.¹ A iniciar por Saussure, que, definindo a língua como um sistema de signos, entidades psíquicas de duas faces, *conceito* ou *significado* e *imagem acústica* ou *significante*, não volta sua atenção para a relação dos signos com o mundo; afinal, o papel do lingüista é descrever esse sistema, sem se preocupar com as relações com o extralingüístico, embora, quanto a este aspecto, pareça tácito para Saussure que o signo tem a função de representar o mundo:

Para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas. (...) Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. (...) ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade. (Saussure, [1916] - 1972:79) (grifo nosso)

¹ Não é nosso objetivo examinar a questão referencial em todas as teorias lingüísticas nem fazer um percurso histórico do tema; portanto, os autores aqui citados foram escolhidos como representativos de um tipo de concepção de língua e sua relação com a realidade extralingüística, o que certamente provocará uma simplificação das teorias. Pretendemos apenas esboçar princípios muito gerais de uma vertente teórico-metodológica, segundo a qual é a língua, na sua relação com o real, que organiza os dados da experiência ou que a realidade é recortada pela língua, recorte que varia de acordo com as várias línguas existentes.

Percebe-se, no trecho destacado, que Saussure não nega o caráter representativo da língua; o que ele ressalta é que esse caráter envolve uma operação mais complexa do que se imagina. Ele ainda postula que o signo é que permite o acesso à coisa ou objeto extralingüístico a que o falante se refere, sendo o único meio de representação do real,² embora a relação entre signo e mundo seja tão convencional quanto é a relação entre significante e significado.

Como o objeto de estudo do lingüista é a língua, definida como

sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica (p. 23)

o referente deve necessariamente ficar fora das investigações. Com efeito, diz Saussure

O signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica (p. 80)

Essa visão do signo abriu caminho para a investigação do significado sob uma nova ótica, a estrutural, que deixou de fora o extralingüístico. Embora essa decisão fosse assumida explicitamente, nas considerações acerca do significado sempre se insinuava a questão do referente. Vejamos uma afirmação de Ullmann ([1962] - 1973:119):

Há, portanto, uma *relação recíproca e reversível entre o nome e o sentido*: se alguém ouvir a palavra, pensará na coisa, e se pensar na coisa, dirá a palavra. É a esta relação recíproca e reversível entre o som e o sentido que proponho chamar "*significado*" da palavra .

Afirmar que "*pensar na coisa*" pode ser a causa do dizer ou a conseqüência do ouvir é trazer a "*coisa*" para a arena da linguagem. Assim, a questão do referente teve de ser encarada dentro da lingüística, especialmente dentro da semântica.

² Citando o autor: "Esses dois elementos [conceito/imagem acústica] estão intimamente unidos e um reclama o outro. Quer busquemos o sentido da palavra latina *arbor*, ou a palavra com que o latim designa o conceito de "árvore", está claro que somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conformes à realidade, e abandonamos toda e qualquer outra que se possa imaginar". (p. 80) (grifo nosso)

Várias foram as respostas teóricas para a questão. Sem dúvida, a de Ogden e Richards foi a mais fecunda, tornando-se o ponto de partida para outras "soluções".³ Esse modelo distingue três componentes: símbolo (significante), pensamento ou referência (significado) e referente (coisa ou objeto extralingüístico), que são dispostos num triângulo, em cujo vértice superior está o *significado* e nos vértices inferiores esquerdo e direito estão *significante* e *referente*, respectivamente. Mas, mesmo com a inserção do referente, a "coisa mundana" permaneceu à margem das investigações. Uma citação de Ulmann ([1962] -1973:118) pode ser tomada como ilustrativa da decisão de alijar o referente das investigações lingüísticas:

... o referente, o aspecto ou acontecimento não-lingüístico, como tal, fica nitidamente fora do âmbito da lingüística (...) O lingüista terá, portanto, o cuidado de limitar a sua atenção ao lado esquerdo do triângulo, à ligação entre "símbolo" e "pensamento ou referência".

Poderosa e, de certo modo, auto-suficiente, a língua é vista como o elemento organizador da realidade, a ponto de se afirmar que, modelando o pensamento, ela modelaria a realidade:

O que é que a linguagem comunica? A totalidade da experiência que temos da realidade não lingüística (pelo menos potencialmente) na medida em que nos é comum com os outros utentes da língua. A lingüística contemporânea descobriu, ao analisar a comunicação, que as línguas não recortam a realidade não lingüística de maneira idêntica e que as línguas não constituem um mesmo e único decalque invariável de uma realidade invariável que seria vista do mesmo modo por todas elas; descobriu, numa palavra, que as línguas não são nomenclaturas universais (Mounin, 1968:70)

(...) a lingüística mostra-nos a todo o (sic) momento que cada língua corresponde a uma reorganização dos dados da experiência que lhe é sempre particular (Mounin, 1968:71)

Podemos pensar que tudo aquilo a que se não dá um nome, não existe de forma distinta, no sentido próprio do termo. (Mounin, 1968:72)

³ Para uma visão mais detalhada das "variações" do triângulo de Ogden e Richards, consulte-se Blikstein, 1995.

Na primeira citação, Mounin não nega que a língua recorte a realidade, mas que esse recorte seja de fato universal⁴, não nega que ela seja um decalque, mas que seja um decalque *invariável da realidade invariável*; não nega que seja nomenclatura; ela apenas não é nomenclatura *universal*.

O poder da língua é tal que o que não pode ser nomeado não existe; ela reorganiza a realidade, cujo conhecimento só pode ser alcançado por meio dela; além disso, é depositária de toda significação: qualquer outro tipo de linguagem só é significativo, se "traduzido" pela linguagem verbal:

... toda significação é, em última análise, verbal: a inteligibilidade requer uma linguagem de signos verbais. O que precisamente aparta, de modo definitivo, os signos verbais das demais espécies de signos artificiais é o fato de que estes últimos serão sempre traduzidos pelos primeiros, meta-signos universais; e estes, os signos verbais, só são traduzíveis com adequabilidade por outros signos lingüístico-verbais. Eles não se baseiam em significações de outra modalidade qualquer de linguagem e, fora deles, não há inteligibilidade possível para o homem. (Lopes, 1976:45)

Nessa concepção de língua como elemento modelizador da realidade, como a grande matriz semiótica, fora da qual a significação não é possível, já se insinua muitas vezes uma relação entre ela e a prática social:

Se o dicionário árabe comporta algumas centenas de palavras para estabelecer, a propósito dos camelos, distinções que nos espantam e nos escapam, visto que dispomos unicamente de camelo e camela e, às vezes, camelozinho, é porque camelo está ou esteve no centro da prática social da civilização árabe. (Mounin, 1968:73)

Essa prática social se liga de alguma maneira a necessidades de uma comunidade, pois, para o autor, por exemplo, chamamos de 'andorinha' a *andorinha macho*, a *andorinha fêmea* e a *andorinha nova* porque a nossa prática social não nos incita a distingui-las, e portanto a denominá-las separadamente. Embora fique clara aqui a dimensão social da língua (o que não era novidade; basta pensarmos em Saussure), o conceito veiculado confere a ela uma função de etiquetagem dos objetos do real.

⁴ Mounin (1968) cita o exemplo das cores, que "objetivamente" deveriam ser nomeadas da mesma forma em todas as línguas. Mas na língua sango existe a denominação para apenas três cores fundamentais: *vulu*, branco; *viko*, que designa tudo aquilo que para nós é abrangido pelas cores violeta, anil, azul, preto, cinzento e castanho escuro; e *bengmbwa*, que designa o amarelo, o castanho claro, o alaranjado, o vermelho, o roxo e o louro. Esse tipo de exemplo fez escola na lingüística da década de 60.

O percurso feito até aqui se reveste de um certo tom de crítica à concepção da linguagem que postula ser a língua ou nomenclatura – numa relação especular com os objetos do mundo – ou um instrumento tão poderoso que, se não mantém essa correspondência biunívoca com a realidade, modela essa mesma realidade; e não apenas isso, modela o próprio pensamento. Mas se assim não é, como se dá então a relação entre mente-mundo-linguagem? Seria apenas uma questão de renunciar a qualquer relação entre linguagem e mundo? Parece que não se pode simplesmente negar que, quando usada em função referencial, a língua se refere a um "referente". Se ele não corresponde à coisa mundana, o que seria esse referente? Uma brilhante resposta encontramos em Blikstein (1995), que fornece uma explicação para a questão da semiose.

Em sua pequena grande obra *Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade*, Blikstein busca respostas para indagações a respeito da relação entre língua, pensamento, conhecimento e realidade. Até que ponto o universo dos signos lingüísticos coincide com a realidade "extralingüística"? Como é possível conhecer tal realidade por meio de signos lingüísticos? Qual o alcance da língua sobre o pensamento e a cognição?

Para a primeira indagação, a resposta foi, durante muito tempo, e ainda o é em muitas abordagens, como, por exemplo, a da Semântica formal, que o signo lingüístico representa alguma coisa que não é ele mesmo; ele é um em-si que representa um outro, um objeto do mundo extralingüístico, numa relação especular, em que o referente é apreendido totalmente pelas expressões referenciais. Aqui a relação entre as palavras e as coisas é direta. Trata-se de uma noção de referência como "*extensão*", ainda hoje presente nos estudos lógico-semânticos, fundamentada numa concepção objetiva e realista da língua como instrumento transparente em relação à realidade. Trata-se do que se chama *paradigma realista da referência*.

De acordo com esse paradigma, os referentes são entidades do mundo real discretizado, independentes da linguagem, a que se pode ter acesso justamente por meio das expressões lingüísticas. Assim, entre homem (na sua dimensão cognitiva) e mundo está a linguagem e, nessa tríade, a referência constitui uma relação inequívoca entre a

língua e o mundo. Essa é a concepção clássica da referência. E atrelada a ela a concepção de língua como nomenclatura, em que as palavras funcionam como etiquetas dos objetos mundanos e são dotadas de significado fixo e estável

Mas como essa concepção extensional da referência poderia explicar, por exemplo, as categorizações científicas, fontes constantes de polêmicas? Um caso assim encontramos numa recente controvérsia sobre a classificação de Plutão. Os cientistas ainda discutem se a classificação desse corpo celeste como planeta é pertinente; parece haver, inclusive, uma tendência de rebaixá-lo à condição de um "mero" asteroide. Ainda mais: a própria definição científica para o que é um 'planeta' não encontra consenso entre os astrônomos. Esse tipo de revisão, comum na ciência, provoca uma mudança de perspectiva implicando uma reorganização das classificações e, portanto, das "etiquetas" lexicais. Fatos como esses, que envolvem categorizações, constituem um bom exemplo de que a relação entre linguagem e mundo não é ingênua nem direta. O mundo é o mundo percebido, o mundo experimentado, interpretado, modelizado pela nossa percepção, interação e cultura. Esse é um segundo paradigma, denominado por Kleiber (1997) o *paradigma do construtivismo*. Nesse paradigma, a língua é dinâmica, histórica, social e opaca e as palavras não operam em "estado de dicionário" nem em "contexto zero". (Marcuschi, texto não publicado, a)

É nessa direção que vai Blikstein (1995), em seu ensaio primoroso. Partindo do princípio de que o referente deve ser incluído nas reflexões lingüísticas, o autor focaliza o processo de significação, do qual não pode estar fora a percepção/cognição⁵

Blikstein (1995) afirma que a experiência perceptiva já é um processo (não verbal) de cognição, de construção e ordenação do universo. Com isso, ele retira da língua a função de organizar a realidade.

Segundo o autor (1995:42),

⁵ Com o nome "percepção/cognição", Blikstein sintetiza os dois traços semânticos fundamentais de uma das etapas do processo de significação: a) a percepção da realidade (que já envolve interpretação de um determinado ponto de vista) e b) o conhecimento, ambos por ação da prática social, como veremos adiante.

é esta face ainda obscura do mecanismo da significação que importa esclarecer primeiro: como *percebemos* o mundo, as "coisas", a "realidade"?

O que a tradição lingüística fez desde o estabelecimento dessa ciência foi justamente desconsiderar a relação entre percepção/cognição e significação lingüística, focalizando apenas a relação entre significante e significado em detrimento do referente, que acabou ficando fora das investigações.

Depois de "reintroduzir" o referente no campo da lingüística, Blikstein afirma que

a significação lingüística é tributária do referente e que este, por sua vez, é construído pela dimensão perceptivo-cognitiva.

O referente é reintroduzido como "coisa ou objeto extralingüístico" sim, não como a realidade em si, mas como a realidade já filtrada, conceitualizada, fabricada pela nossa experiência perceptivo-cognitiva. Em outras palavras, a *realidade* se transforma em *referente* por meio da percepção/cognição.⁶ Mas a percepção não é "ingênua" ou "pura", e sim condicionada por fatores sociais, especificamente por uma prática social ou práxis.⁷ Blikstein (1995:53) mostra que Kaspar Hauser, até os 18 anos isolado de qualquer contexto ou prática social, quando levado para viver na sociedade de Nuremberg, aprende a língua, mas não consegue captar o mundo como o faz a sociedade que o cerca. Segundo o autor, isso mostra que o seu sistema perceptual está desaparelhado de uma prática social. E é nessa *prática social* ou *práxis* que residiria o mecanismo gerador do sistema perceptual que, por sua vez, vai "fabricar" o referente.

Até aqui o trajeto semiológico da significação seria: 1. realidade; 2. práxis; 3. percepção/cognição; referente (fabricado); 5. linguagem. Desse modo, a percepção do mundo, a criação do referente e a própria linguagem são tributários da práxis social, vital para a sobrevivência de qualquer sociedade. A práxis social acaba por criar padrões perceptivos ou "*óculos sociais*", através dos quais percebemos a realidade e fabricamos

⁶ Daí, segundo Blikstein (1995:47), a precariedade teórica do clichê "a língua recorta a realidade": ela não recorta a realidade propriamente, mas o referente ou a realidade "fabricada".

⁷ Blikstein usa o termo práxis com o sentido já consagrado no marxismo: conjunto de atividades humanas que engendram não só as condições de produção, mas, de um modo geral, as condições de existência de uma sociedade.

o referente, que acaba passando pelo "real", uma vez que não conseguimos percebê-lo de outra forma.⁸ Segundo Blikstein (1995:77), é a isso que se refere Schaff quando este diz

... os esquimós vêem trinta espécies de neve, e não a neve 'em geral', não porque o queiram ou assim o tenham convencionado, mas porque já não podem perceber a realidade de outro modo.

Em suma, o referente que percebemos é balizado pelos estereótipos da percepção. Nesse processo de significação não há a intervenção obrigatória da língua:

A práxis opera em nosso sistema perceptual, ensinando-nos a "ver" o mundo com os "óculos sociais" ou estereótipos e gerando conteúdos visuais, tácteis, olfativos, gustativos na dimensão cinésica e proxêmica (gestos, movimentos, espaços, distâncias, tempo etc.), independentemente da ação e do recorte da linguagem linear. (Blikstein, 1995:65-6)

Mas, como aponta o autor, a língua, o mais abrangente dos sistemas semiológicos, apropria-se de nosso sistema perceptual e de nosso pensamento e, à medida que avançamos no processo de socialização,

a nossa percepção/cognição vai se amoldando, em geral, à lógica linear-discursiva e é muito difícil pensar o mundo de outra maneira. (Blikstein, 1995: 68)

Desse modo, o poder da língua com seu conseqüente "efeito de linearidade" acaba por embotar-nos toda uma significação não verbal, silenciosa e oculta no processo entre a práxis e o referente, presente na nossa percepção/cognição, da qual, no entanto, não temos consciência. Modelante da percepção/cognição, a língua passa a atuar sobre a práxis:

estabelece-se uma interação entre língua e práxis, a tal ponto que, quanto mais avançamos no processo de socialização, mais difícil se torna separar a fronteira entre ambas. (Blikstein, 1995:80)

⁸ Kleiber (1997,1999b) afirma que o fato de o mundo real não ser mais que uma modelização ou conceptualização baseada na percepção não retira dele a dimensão de "realidade" que lhe atribuímos. Segundo ele, nós cremos que esse mundo existe com sua organização ontológica e se se fala que uma expressão referencial envia a uma entidade qualquer do mundo real, pouco importa que isso não seja mais que nosso modelo fenomenológico do mundo: nós cremos que essa entidade faz parte do mundo real, nós cremos que ela existe verdadeiramente. Essa crença pode fundamentar uma concepção de significado estável e de correspondência direta com a "realidade", qualquer que seja ela.

Isso, segundo o autor, leva a um impasse epistemológico:

embora a significação dos códigos verbais seja tributária, em primeira instância, da semiose não-verbal, é praticamente só por meio desses mesmos códigos verbais que podemos nos conscientizar da significação escondida na dimensão da práxis: anterior à língua, a semiose não verbal só pode ser explicada pela língua. (Blikstein, 1995:80)

Instaura-se, assim, uma circularidade: a práxis cria a estereotipia de que depende a língua e esta, por sua vez, materializa e reitera a práxis. Essa cadeia só pode ser rompida na arte, que desmonta os estereótipos deixando emergir os bastidores de um processo de fabricação da realidade.

3. A referenciação. Alguns princípios

O percurso feito até aqui permite afirmar que a fabricação da realidade, criadora da ilusão referencial, é tributária de uma prática discursiva e que os referentes extralingüísticos são antes *objetos-de-discurso*⁹ que objetos mundanos. Essa concepção construtivista da referência é adotada como postulado pelo grupo de estudiosos franco-suíços como Denis Apothéloz, Lorenza Mondada, Marie-José Reichler-Béguelin, Alain Berrendonner, entre outros, e, aqui no Brasil, por Ingedore Villaça Koch e Luiz Antonio Marcuschi, que serão tomados como base para nossa pesquisa. Em Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995:229) encontramos:

De manière générale, nous argumenterons (...) en faveur d'une conception *constructiviste* de la référence, en explorant, dans leurs productions langagières, l'évolution de ce que nous appelons les objets-de-discours; nous assumerons pleinement le postulat selon lequel les dits objets-de-discours ne préexistent pas "naturellement" à l'activité cognitive et interactive des sujets parlants, mais doivent être conçus comme les produits – fondamentalement culturels – de cette activité.¹⁰

⁹ O termo "objeto-de-discurso" é encontrado em vários autores e, segundo Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), a noção que ele envolve é encontrada na *lógica natural* de Grize.

¹⁰ De maneira geral, argumentaremos em favor de uma concepção construtivista da referência, explorando metodicamente o modo como os sujeitos falantes controlam, em suas produções de linguagem, a evolução do que chamamos objetos-de-discurso, assumiremos plenamente o postulado de acordo com o qual os objetos-de-discurso não preexistem "naturalmente" à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais – dessa atividade. (Todas as traduções desta tese são da nossa inteira responsabilidade.)

Daí se depreende que o ato de designar um referente, ou melhor, de *construir um objeto-de-discurso*, deve levar em conta a dimensão cognitiva e pragmático-interacional. É dentro dessa perspectiva que examinaremos as expressões referenciais, restritas aos designadores lexicais, partindo da hipótese de que a escolha de sintagmas nominais com função anafórica é determinada principalmente por condições discursivas e cognitivo-interacionais.

Por tudo isso, torna-se mais adequado falar não em referência, mas em referenciação, atividade que não privilegia a relação entre a língua e o mundo extralingüístico, mas

... la relation intersubjective et sociale au sein de laquelle des versions du monde sont publiquement élaborées, évaluées en termes d'adequation aux finalités pratiques et aux actions en cours des énonciateurs. De cette façon, ce sont les procédés mis en oeuvre par les participants à l'interaction pour assurer des opérations de référenciation qui deviennent l'objet de la description et de l'analyse. (Mondada, 2001:9)¹¹

Esse postulado está associado aos seguintes princípios que constituem os fundamentos teóricos em que nos pautamos para examinar o fenômeno da anáfora lexical, especificamente as anáforas associativas e as nominalizações:

- Princípio 1.** A língua não é homogênea, transparente e invariável, mas heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente construída.
- Princípio 2.** Como decorrência dessa noção, o significado não é independente do uso; isso implica que o significado não preexiste ao uso, mas que as palavras têm significado na medida em que o falante pode significar algo apenas pelo uso delas
- Princípio 3.** Na atividade discursiva a unidade básica é o enunciado e não a sentença¹², pois produzimos, ouvimos ou lemos enunciados e não

¹¹... a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores. Desse modo, esses são os procedimentos realizados pelos participantes na interação para assegurar as operações de referenciação que se tornam o objeto da descrição e análise.

¹² 'Sentença' é tomada aqui como categoria da estrutura da língua, diferentemente do 'enunciado', que consiste na manifestação lingüística produzida na situação de enunciação.

sentenças independentes dos falantes, tempo, lugar e circunstâncias da enunciação.

Princípio 4. A atividade discursiva não é isolada, mas ação coletiva ou conjunta. Isso significa que usar a linguagem é realizar uma atividade colaborativa, que envolve uma dimensão cognitiva e social. O discurso é uma construção intersubjetiva; assim, qualquer expressão referencial tem (ao mesmo tempo) uma dimensão construtiva e intersubjetiva.

É a partir desses princípios que examinaremos a questão dos sintagmas nominais, na sua função de referenciar e anaforizar entidades construídas pelo discurso. Nossa opção teórica nos limita a examinar modelos que levem em conta o texto e o discurso e seu tratamento na interação¹³. Entre eles, o modelo cognitivo e o pragmático.

Mas antes uma distinção entre *texto* e *discurso*, noções constantemente associadas. Esses termos constituem verdadeiros "primitivos teóricos" em todos os estudos que se voltam para o ato da comunicação verbal. Embora os termos sejam usados em diferentes acepções dentro dos mais diversos domínios teóricos, para esta pesquisa, basta estabelecermos os conceitos que adotamos quando falamos em *texto* e *discurso*.

Postulamos com Koch (2002a) que o *texto* é o lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais; ele é um evento, em que convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais. Isso significa que o texto se consubstancia na língua, mas não se esgota nela; em outras palavras, assumimos que o texto se manifesta lingüisticamente, mas de forma alguma isso significa que ele se reduz a um depósito de frases, formadas de elementos de significação estável, que devem ser decodificadas pelo destinatário. Assim como a língua é constitutivamente indeterminada e lugar de interação, o texto

passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos. Desta forma há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente

¹³ Isso significa que ficam descartados modelos estruturalistas e gerativistas.

detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação. (Koch, 2002a:17)¹⁴

E o discurso? Usamos o termo *discurso* para significar a atividade lingüística e sócio-cognitiva, ligada antes de tudo à interação e à intersubjetividade; se o discurso é atividade, o texto é o lugar onde essa atividade se manifesta. É é nessa atividade que os parceiros da comunicação constroem interativamente os objetos-de-discurso, em atos de referenciação, realizados colaborativamente.

Mondada (1994:22) concebe o termo *discurso* como um hiperônimo, que compreende o texto como a interação que remete a um objeto empírico, selecionado ou transcrito pela análise, indissociável do contexto que ele contribui para forjar, e caracterizado não de acordo com determinações exteriores, mas de acordo com as dimensões que o próprio discurso marca como pertinentes.

Uma outra definição faz-se ainda necessária: a do que chamamos *modelo de discurso* ou *memória discursiva* (para usar o termo de Berrendonner, 1994b¹⁵). Por *modelo de discurso* entendemos uma representação mental construída pelos participantes da interação. Esses modelos estão constantemente sujeitos à revisão, em razão da adição de interpretações novas que provêm dos enunciados ulteriores de um texto. Esses acréscimos provocam necessariamente uma atualização desses modelos, que incluem uma representação de entidades e acontecimentos introduzidos pelos parceiros, assim como de relações que eles – entidades e acontecimentos - mantêm entre si.

¹⁴ Essa concepção atesta o equívoco de se considerar que o texto escrito é descontextualizado, autônomo e que seu sentido seja completamente explícito. E, como decorrência, o equívoco de se atribuir ao leitor um papel praticamente passivo, já que sua atividade se restringe à decodificação e não à construção do sentido.

¹⁵ Berrendonner (1994b:82) assim define a memória discursiva, construída na interação entre dois interlocutores: "La communication verbale peut être conçue comme la coopération de deux interlocuteurs en vue de construire un système commun de représentations. L'ensemble des connaissances ou informations qui constituent le savoir partagé (=valides) sera appelé ici *memoire discursive* (M). M est un ensemble évolutif, qui passe par des états successifs au fur et à mesure que se déroule le discours, chacune des énonciations performées fonctionnant comme un opérateur de transformation d'un état M^i en M^{i+1} ." [A comunicação verbal pode ser concebida como a cooperação de dois interlocutores para construir um sistema comum de representações. O conjunto de conhecimentos ou informações que constituem esse saber partilhado (=válidos) será chamado aqui *memória discursiva* (M). M é um conjunto evolutivo, que passa por estados sucessivos à medida que se desenvolve o discurso, em que cada uma das enunciações realizadas funciona como um operador de transformação de um estado M^i em M^{i+1}]

Esses elementos teóricos têm implicações significativas no modo de se considerar a anáfora. Quando se adota uma concepção de texto que se esgota na materialidade da língua, pode-se pensar a anáfora como a relação entre dois segmentos lingüísticos. Assim é que o estudo da anáfora, durante muito tempo, se restringiu a relações pontuais no texto a partir de exemplos construídos, inventados pelo investigador e, portanto, fora do uso natural, o que contribuiu para que o protótipo do fenômeno correspondesse a um relacionamento quase gramatical entre duas ou mais expressões, co-ocorrentes num dado cotexto. Essa visão, em parte decorrente dessa opção metodológica – depuração de elementos contextuais, só invocados para explicar a exceção, e construção de exemplos – termina por impor como modelar uma concepção de anáfora como endófora, isto é, uma concepção de dependência textual interna entre um anafórico – termo dependente – e um antecedente. Como decorrência, torna-se uma espécie de norma que a linguagem escrita exija para cada anáfora um antecedente explícito e apropriado e, se pronominal, ainda uma congruência de gênero e número.

Todavia, em situações de comunicação real, principalmente no discurso oral, freqüentemente se constata a independência da anáfora em relação aos elementos lingüísticos do texto e uma grande sensibilidade a estruturas da memória discursiva, que são ativadas, construídas, adaptadas e monitoradas em nome dos interesses do discurso. Como aponta Koch (2002a:81), a interpretação de uma expressão anafórica, nominal ou pronominal, consiste não em localizar um segmento lingüístico ou um objeto específico no mundo, mas sim em estabelecer uma ligação com algum tipo de informação que se encontra na memória discursiva. Dentro desse quadro, então, a noção clássica de antecedente torna-se bastante discutível. Com efeito, não são raras as anáforas para as quais não há uma expressão antecedente estruturalmente paralela no cotexto ou casos em que é difícil determinar a própria extensão dessa expressão antecedente, por exemplo. Estamos pensando particularmente nas *anáforas associativas* e nas *nominalizações*, que serão investigadas nesta pesquisa.

4. O modelo cognitivo

Primeiramente uma observação. É impossível manter um exame da referência e da anáfora estritamente dentro dos limites cognitivos, pois adotamos, como vimos, o postulado de que as entidades discursivas são construídas na interação. Portanto, muitas vezes tangenciaremos aspectos pragmáticos e interacionais no desenvolvimento deste tópico. Mesmo porque a nossa perspectiva cognitivista é a que postula a linguagem como atividade sócio-cognitiva em que a interação, a cultura, a experiência, além dos aspectos situacionais, interferem na determinação referencial.

A idéia básica do modelo cognitivo é que a referência é uma espécie de representação mental e a referenciação e anaforização são largamente determinadas por processos cognitivos, sendo a escolha de uma determinada expressão referencial dependente do estado da memória discursiva em curso.

No momento da interpretação do texto em tempo real, um certo número de referentes (de entidades de maneira geral, abrangendo inclusive acontecimentos, proposições, etc.) são evocados e representados mentalmente nos modelos construídos pelos participantes da comunicação. Todavia, todos esses referentes não podem ser tratados e estocados no primeiro plano na memória de curto prazo, que é principalmente explorada para receber e interpretar cada segmento posterior do texto; alguns referentes vão fazer parte do segundo plano do discurso, de seu "quadro" referencial, enquanto outros terão um papel mais central nessa construção. No processo de interpretação, os referentes são hierarquizados em função de sua topicalidade, e isso em função da estrutura do discurso em seu conjunto.

Para ajudar o alocutário na construção e revisão desses modelos, o locutor ou o escritor (cuja capacidade é limitada) mobiliza um conjunto de meios para focalizar sua atenção sobre um subconjunto restrito de referentes evocados. O "foco", tomado como o espaço ou domínio de atenção ativa em tal ou tal ponto do desenvolvimento de um discurso, constitui um tipo de "janela cognitiva" aberta sobre o discurso no momento do tratamento de um segmento do texto. A focalização lança uma luz sobre os elementos

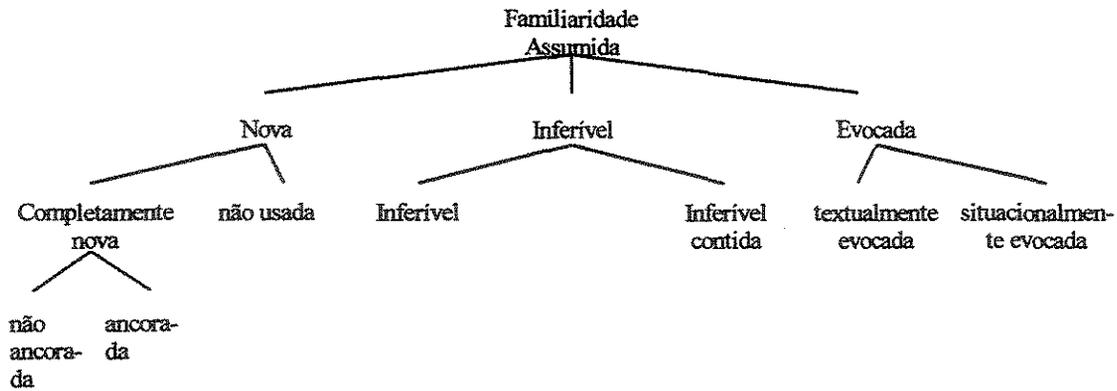
de informação cognitivamente mais salientes para o locutor ou escritor num momento dado do processo de produção. Os elementos de informação mais recentemente construídos estarão ativados, assim como as informações mais relevantes do discurso global enquanto o foco muda. É evidente que quanto mais os referentes em foco forem mantidos quando os segmentos posteriores são interpretados, mais o esforço cognitivo requerido da parte do interpretador será leve, mais o encadeamento lhe parecerá coerente e mais a integração do segmento seguinte lhe parecerá fácil. (cf. Cornish, 2000)

Esse tratamento cognitivo da referência atrelado às noções de ativação e atenção - e, em decorrência, a identificabilidade -, vai determinar a escolha da forma referencial. Para apreender essa correlação entre estatuto cognitivo e forma referencial (com função anafórica ou não), várias escalas têm sido propostas. Aqui destacamos três delas: a proposta por Prince (1981) – a partir de uma taxonomia de entidades discursivas -, a proposta por Ariel (1990, 1994) dentro da sua Teoria da Acessibilidade, e a proposta por Gundel, Hedberg e Zacharski (1993, 2000) com a Hierarquia do Dado (*Givenness Hierarchy*)

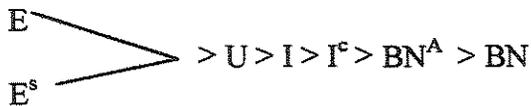
A escala de Prince (1981), já bastante conhecida, é feita com base numa taxonomia das entidades discursivas a partir do que ela denomina Familiaridade Assumida¹⁶, que, do ponto de vista do falante/escritor, constitui as assunções que este faz sobre o estado presumido do conhecimento do ouvinte/leitor; já do ponto de vista do ouvinte/leitor, a Familiaridade Assumida diz respeito às inferências que este fará com base na forma da expressão referencial escolhida. Aqui o interesse não reside no que um indivíduo possa saber ou ter como hipótese sobre o estado de crença de um outro indivíduo, mas reside no fato de que esse conhecimento afeta as formas e compreensão das expressões lingüísticas.

O esquema abaixo apresenta os tipos de entidades propostos por Prince a partir da Familiaridade Assumida:

¹⁶ Prince rejeita o termo "conhecimento partilhado" por considerá-lo inadequado, já que é tomado de uma posição de observador onisciente e não considera o que pessoas comuns, não clarividentes, fazem quando interagem verbalmente. Com isso, a autora parece querer evitar um tratamento da interação em moldes ideais, sem incidentes interpretativos, que, como veremos, não são raros na conversação.



Com base nessa taxonomia, Prince analisa textos orais e escritos e estabelece um padrão de uso dos diversos tipos de entidade, formulando uma escala de familiaridade como segue:



sendo

- E Evocada
- E^s Evocada situacionalmente
- U Não usado ("unused")
- I Inferível
- I^c Inferível contida
- BN^A Completamente novo ancorado ("brand-new anchored")
- BN Completamente novo ("brand-new")

A escala mostra que no grau mais baixo, isto é, no grau de familiaridade mais fraca, encontram-se *os referentes inteiramente novos* ("brand-new") *não ligados ao contexto* – aqueles cuja existência é totalmente ignorada pelo parceiro – e *inteiramente novos ligados ao contexto* – aqueles ancorados pela intermediação de um determinante possessivo ou oração relativa. Depois, seguem-se *os referentes inferíveis*, *os referentes conhecidos mas ainda não introduzidos* e, finalmente, num grau de familiaridade elevada, *os referentes evocados*, isto é, presentes na consciência dos parceiros, seja porque já foram explicitamente mencionados, seja porque sua presença na situação lhes confere evidência perceptiva.

Prince (1981) afirma que o falante escolhe uma das formas referenciais de acordo com o estado presumido do modelo de discurso do parceiro; desse modo, por exemplo, será considerado desviante de algum modo (evasivo, infantil) se escolher uma forma referencial própria de uma entidade completamente nova, quando deveria escolher uma forma relativa a uma entidade já localizável na memória discursiva do interlocutor. Em outras palavras, a escolha de um SN que representa certo ponto na escala implica que o falante não poderia ter-se referido adequadamente à mesma entidade por meio de outro SN. A inobservância da presunção do grau de familiaridade do interlocutor com o referente permite derivar uma implicatura com base na Máxima da Quantidade de Grice (1975); com isso Prince sinaliza que esse princípio é determinante nas escolhas feitas pelo falante. Uma abordagem mais detalhada das máximas griceanas com sua implicação para a construção referencial será feita adiante.

Embora a autora se limite mais a classificar os referentes que descrever o funcionamento das expressões referenciais e não desenvolva uma relação entre a taxonomia morfológica e sintática das formas lingüísticas e os valores de familiaridade assumida, é possível estabelecer uma correlação entre os dois domínios: os referentes inteiramente novos em geral são designados por meio de um SN indefinido, de um nome próprio ou de um SN definido seguido de determinações mais ou menos complexas; os referentes inferíveis e os conhecidos mas ainda não introduzidos geralmente são designados por meio de um SN definido ou de um nome próprio; e os referentes já evocados são designados por meio de um SN definido eventualmente hiperonímico ou por meio de um pronome.

Ariel (1990, 1994) propõe uma outra escala com base na noção de acessibilidade a partir da hipótese de que o locutor, na atividade referencial, acomoda suas expressões à acessibilidade suposta dos referentes visados: quanto menos acessível o referente, maior será o conteúdo descritivo da expressão escolhida para designá-lo; inversamente, quanto mais acessível o referente, menor será o conteúdo descritivo necessário para a sua identificação. Ariel apresenta, assim, a seguinte escala:

zero < reflexivo < marcas de concordância < pronomes clíticos < pronomes átonos < pronomes tônicos¹⁷ < pronomes tônicos + gestos < demonstrativo próximo (+NP) < pronome demonstrativo distante (+NP) < demonstrativo próximo (+NP) + modificador < demonstrativo distante (+NP) + modificador < primeiro nome < último nome < descrição definida curta < descrição definida longa < nome inteiro < nome inteiro + modificador

Se o falante assume que a entidade não está no modelo de discurso do parceiro, cabe-lhe então introduzi-la, por exemplo, por meio de um sintagma que forneça as informações necessárias para que a entidade seja construída; se ele assume que a entidade já está no modelo de discurso do parceiro, então o locutor usará um mecanismo que forneça ao alocutário os meios de acessá-la num dado ponto do discurso.

Dadas essas condições, é possível prever três possíveis situações:

- (1) Assume-se que o referente esteja na consciência do alocutário (e do locutor) e não há competição relevante entre referentes que suportam as propriedades que a anáfora pressupõe que eles possuam; nesse caso um pronome ou uma elipse serão usados, formas cujo uso carrega a assunção de que o alocutário não encontrará dificuldade em retomar o referente pretendido - ao menos se o falante assim o considerar ao se referir por esse modo. O nível de acessibilidade do referente pretendido é, portanto, alto.
- (2) Assume-se que o referente pretendido não está em foco, mas é familiar ao alocutário, em determinado ponto do discurso, e está ativado; nessas circunstâncias, um pronome demonstrativo ou pronome de terceira pessoa tônico tenderão a ser usados. O nível de acessibilidade é médio.
- (3) Assume-se que o referente esteja inativo, isto é, sob baixa acessibilidade. Os referentes que tiveram seu estatuto atenuado foram suplantados por referentes mais recentemente introduzidos ou evocados. Alternativamente, eles podem estar localizados na memória de longo termo como itens de conhecimento enciclopédico, estereotípico ou pessoal. As formas referenciais, nesse caso, tendem a ser mais

¹⁷ Em inglês: "*unstressed pronoun*" e "*stressed pronoun*". Optamos pela tradução "*átono*" e "*tônico*", para evitar uma tradução que evocaria a dimensão ortográfica.

informativas e, assim, corresponderiam aos últimos elementos da escala. Nesse caso, o nível de acessibilidade é baixo.

Ariel (1990) aponta que a hierarquia deriva da interação de três princípios: *Informatividade* (o nível do conteúdo de informação carregado pela expressão referencial em relação ao referente pretendido); *Rigidez* (o grau de unicidade com o qual o referente pretendido é determinado); e *Atenuação*¹⁸ (a extensão formal da expressão referencial assim como sua tonicidade ou não), de acordo com a qual as expressões situadas nos dois pólos da escala – zero e nome próprio inteiro + modificador - representam a forma mais atenuada e menos atenuada, respectivamente.

Três observações aqui devem ser feitas. A primeira diz respeito ao fato de que cada elemento da escala parece excluir o outro. A segunda diz respeito ao fato de que os três últimos tipos de entidades, se servem para a introdução de referentes, raramente são usadas em função anafórica. A terceira diz respeito ao fato de que nessa hierarquia não há referência a expressões muito usadas para a introdução de referentes, por exemplo, expressões indefinidas e sintagmas nominais quantificados, além de proposições existenciais.

Uma última observação. Dentro dessa concepção cognitiva da referência, o antecedente da expressão referencial, para Ariel, é uma representação mental que tem um nível de saliência ou acessibilidade, estando estocado na memória do interlocutor em diferentes graus de acessibilidade.

A abordagem de Ariel apresenta a vantagem de mostrar que a escolha da expressão linguística se deve a condições pragmáticas e cognitivas. Com isso, evita o risco de uma classificação a priori dos referentes. Entretanto, a relação direta entre acessibilidade e quantidade de informação nem sempre ocorre em discursos naturais e nem sempre permite explicar nem prever a escolha das expressões referenciais.

¹⁸ O termo usado por Ariel (1990) é "*attenuation*", que, em inglês pode significar tanto "*enfraquecimento*" como "*redução*". Preferimos manter o termo, alertando, no entanto, que se trata, como aponta a autora, da "extensão" formal da expressão referencial.

Se um pronome é usado quando a acessibilidade do referente é alta, então como explicar a ocorrência do pronome pessoal "eles" no discurso abaixo?

- (1) **Inf.:** nós vamos ver... o que a Revolução Francesa... o que a caracteriza... FALA GILDA... que que você... que que caracteriza a Revolução? nós falávamos na outra aula sobre isso... Gilda... então... aí... vamos lá...
- AL:** não estava na outra aula...
- Inf.:** não estava? () mas você já viu alguma coisa e pode dizer o que caracteriza a Revolução Francesa?... ((vozes)) quem substitui? Grasiela... também faltou à outra aula... quem disse... aqui? Gelson...
- AL:** estava...
- Inf.:** que que caracteriza a Revolução Francesa?
- AL:** eles fizeram a Assembléia Nacional...
- Inf.:** eles fizeram a Assembléia Nacional... mas isso não é a característica... uma revolução... que é uma revolução? (Projeto NURC-RJ)

No diálogo, ocorrido numa sala de aula, há um ato referencial realizado lingüisticamente pelo pronome cujo referente não é de alta acessibilidade no discurso construído. Numa atitude egocêntrica, que poderá sobrecarregar o trabalho interpretativo do professor, o aluno usa uma forma referencial numa clara relação metonímica para referir-se aos revolucionários que promoveram a Revolução Francesa, entidade que não se encontra explicitamente no modelo de discurso em desenvolvimento.¹⁹ No entanto, essa opção não causa qualquer incidente interpretativo, tanto que o professor retoma a proposição do aluno, questionando-a como um todo, não exigindo a identificação do referente em questão. Aqui a previsibilidade de uma expressão referencial determinada pela acessibilidade do referente na memória discursiva falha. Casos como esse são comuns nas interações verbais, o que mostra que a interpretação referencial não se reduz à relação forma referencial ↔ acessibilidade. Outros fatores estão aí envolvidos.²⁰

¹⁹ Para Apothéoz (1995a) haveria aí uma anáfora associativa, cujo referente, por ser dotado de um grau de evidência muito elevado, pode ser manifestado por um pronome.

²⁰ Uma explicação para a ausência do possível incidente interpretativo talvez possa ser atribuída ao fato de o objeto não ser o tópico do discurso do professor, cujo centro de interesse reside em apontar as características de um fato histórico e não quem o promoveu. Nesse caso, poderia estar em jogo o fator da topicalidade, relacionado não a uma saliência ou acessibilidade linear, mas a uma acessibilidade referente ao tópico, portanto, a uma saliência hierárquica.

Um outro aspecto que a Teoria da Acessibilidade acaba por ignorar diz respeito ao fato de a escolha da expressão referencial poder ser ditada por outros motivos, isto é, ele pode ter outras funções além da de servir simplesmente como instrução para a identificação do referente pretendido. Com efeito, é bastante freqüente a escolha motivada por finalidades argumentativas, pedagógicas, entre outras, podendo mesmo ser ditada por considerações quanto à organização textual. Não é raro encontrar, por exemplo, o emprego de um sintagma nominal em anáfora fiel num contexto em que o referente possui um alto grau de acessibilidade, o que preveria uma forma de conteúdo mínimo. É o que ocorre com o uso recorrente do sintagma demonstrativo no texto abaixo, um marcador adequado para a entidade de acessibilidade média, ou seja, uma entidade familiar, ativada, mas que não se encontra em foco, o que, com certeza, não é o caso do uso desse tipo de sintagma realizado pelo informante:

- (2) Inf.: a Revolução Burguesa então... como nós vimos... nesse () aqui... ela assinala... a subida ao poder da cla/ da **burguesia... essa burguesia que se enriqueceu com o comércio...** e que queria O QUE... **essa burguesia?** o abandono da política mercantilista... **essa burguesia capitalista... liberal...** ela quer o que? o abandono da política mercantilista... () (Projeto NURC-RJ)

Mesmo estando o referente ativado e em foco e não havendo competição entre ele e outros referentes que suportam as propriedades que a anáfora pressupõe que eles possuam, o locutor optou por um sintagma nominal demonstrativo, motivado talvez por finalidade pedagógica: manter o foco de atenção do aluno no referente que constitui o tópico. Esse excesso de indexicalidade, portanto, pode ser explicado por outro motivo que o da acessibilidade.²¹

Essas observações mostram que, como princípio geral, a quantidade de informação pode ser admitida como um critério de acessibilidade, mas deve-se admitir que outras restrições pragmáticas podem, às vezes, contrariar esse funcionamento. Embora não tenhamos a intenção de realizar uma comparação entre discurso oral e

²¹ Atente-se para os modificadores que alternadamente compõem as expressões referenciais; se a intenção do falante se restringisse apenas em acessar o referente, esses modificadores deveriam estar presentes apenas na primeira menção.

escrito, a hipótese que se nos afigura mais provável é que, no discurso oral, essas restrições sejam mais salientes.

Dentro do mesmo horizonte teórico, Gundel, Hedberg e Zacharski (1993, 2000) propõem uma outra hierarquia que busca apreender o estatuto cognitivo e a forma anafórica, denominando-a Hierarquia do Dado (*Givenness Hierarchy*), com base no princípio de que a forma da expressão referencial depende do estatuto cognitivo assumido do referente, isto é, depende das suposições que um falante cooperativo pode fazer com respeito ao conhecimento e estado de atenção do parceiro num contexto particular em que a expressão é usada. Embora esse princípio se encontre na abordagem de vários autores como, por exemplo, Prince (1981), como visto acima, não há nos estudos uma distinção dos próprios estatutos cognitivos. Os autores propõem seis estatutos e as formas referenciais correspondentes a cada um deles:

			unicamente		
em foco >	ativado >	familiar >	identificável >	referencial >	tipo identificável
{ <i>ele</i> } ²²	{ <i>aquele</i> }	{ <i>aquele N</i> }	{ <i>o N</i> }	{ $\emptyset N$ } ²³	{ <i>um N</i> }
	{ <i>este</i> }			{ <i>Um N</i> }	
	{ <i>este/esse N</i> }				

As expressões lingüísticas incluídas na escala são simplesmente ilustrativas e não codificam o mesmo estatuto cognitivo em todas as línguas.²⁴

²² Gundel, Hedberg e Zacharsky (1993) apontam neste caso o pronome '*it*', sem tradução para o português.

²³ Os autores incluem aqui a expressão "*this N ind*". Essa forma corresponde a um uso muito particular da língua inglesa. Em nota de rodapé (1993:275), os autores assumem que o demonstrativo '*this*' e o indefinido '*this*' são duas formas distintas e não usos diferentes de uma mesma forma. Essa hipótese prediz que um demonstrativo não terá necessariamente um uso indefinido em outras línguas. No caso da língua portuguesa, a forma ligada ao estatuto referencial seria o sintagma nominal indefinido (*um N*) ou sem determinante ($\emptyset N$). A diferença então entre o estatuto "tipo identificável" e "referencial" estaria no fato de os indefinidos poderem ser usados tanto referencialmente quanto não referencialmente. Uma frase como *Um estudante do curso de sintaxe colou no exame final* pode ser usada tanto referencialmente como não referencialmente, já que uma pessoa que a enuncie poderia pretender afirmar meramente que o conjunto de estudantes na aula de sintaxe que colou no exame final não é vazio (leitura não referencial) ou que um aluno particular, que ele não identifica, colou no exame final (leitura referencial).

²⁴ Os autores analisam corpus de chinês, inglês, japonês, russo e espanhol.

Assim como na escala de acessibilidade, também os estatutos cognitivos estão distribuídos do mais restritivo (isto é, aquele que está em foco) ao menos restritivo (isto é, somente o 'tipo identificável').

Deve-se ressaltar que cada estatuto implica todos os outros estatutos mais baixos na escala (os que se encontram à direita). Por exemplo, o artigo definido assinala que 'você pode identificar a entidade', e o determinante demonstrativo '*aquela*' assinala que 'essa entidade lhe é familiar e, portanto, você pode identificá-la'. Assim, enquanto na escala de Ariel (1990, 1994), as diferentes formas linguísticas que assinalam o estatuto cognitivo são mutuamente excludentes, para Gundel e colaboradores os estatutos cognitivos são implicacionalmente relacionados.

Os estatutos cognitivos podem ser resumidamente caracterizados como

1. **Tipo identificável.** O interlocutor é capaz de acessar uma representação do tipo de objeto descrito pela expressão.
2. **Referencial:** O falante pretende referir-se a um objeto ou objetos particulares; por isso, além de necessitar acessar um tipo identificável, o interlocutor deve recuperar uma representação do referente pretendido pelo falante ou construir uma nova representação no momento em que o enunciado foi processado.
3. **Unicamente identificável.** O falante pode identificar o referente pretendido pelo falante com base no nome isolado. Esse estatuto é uma condição necessária para toda referência definida e necessário e suficiente para o uso adequado do artigo definido. A identificabilidade pode ser baseada numa representação já existente na memória do interlocutor ou ser fornecida pelo conteúdo descritivo do próprio sintagma nominal, através de modificadores e orações relativas. Assim, expressões que são referenciais mas não unicamente identificáveis exigem que o interlocutor construa uma nova representação determinada pelo conteúdo da expressão referencial juntamente com o restante do enunciado. Para expressões que são tanto referenciais quanto unicamente identificáveis, por outro lado, espera-se que o interlocutor construa ou recupere uma representação com base apenas na expressão referencial.

4. **Familiar.** O interlocutor é capaz de identificar o referente pretendido porque já tem dele uma representação na memória (de longo prazo se ele não foi recentemente mencionado ou não foi percebido, ou ainda na memória de curto prazo se já ocorreu a menção ou percepção do referente). Esse estatuto é necessário para todos os pronomes pessoais e demonstrativos.
5. **Ativado.** O referente está representado na memória de curto prazo. As representações ativadas podem ser recuperadas da memória de longo prazo ou podem surgir a partir do contexto imediato, lingüístico ou extralingüístico. Portanto, eles sempre incluem os próprios participantes da interação. A ativação é necessária para o uso adequado de todas as formas pronominais e é suficiente para o pronome demonstrativo bem como para os pronomes pessoais.
6. **Em foco.** O referente não só está na memória de curto prazo, mas também constitui o centro de atenção. Esse estatuto é necessário para o uso apropriado de zero e pronomes átonos. As entidades em foco em um determinado ponto no discurso correspondem às entidades ativadas que provavelmente serão mantidas como tópico dos enunciados subsequentes.

Essa predição de correlação entre o estatuto cognitivo e forma referencial, assim como vimos em Ariel, pode falhar em várias situações de comunicação real. Há casos, por exemplo, em que uma forma adequada para a designação de um referente em foco, isto é, uma forma referencial reduzida como pronome, é preterida em nome de um SN definido adequado para um referente unicamente identificado, mas que não está ainda em foco, como no exemplo (2)

Casos como esse são atribuídos ao fato de um estatuto cognitivo implicar, como vimos, os outros estatutos mais baixos, o que permite, em princípio, que uma forma particular possa ser substituída por formas relativas aos estatutos localizados à direita na escala. Por exemplo, um determinante demonstrativo próximo (*este/esse*), que requer que o referente esteja ativado, pode ser substituído por definido, que requer somente identificabilidade única, ou ainda por vezes por um artigo indefinido ou zero (se se trata de plural). O caso (3) mostra essa possibilidade:

- (3) Essas incríveis bobinas magnéticas são a vanguarda da nova geração de sistemas de estocagem de memória. **Esses sistemas / Os sistemas / Sistemas de estocagem na memória da nova geração** são extremamente resistentes à radiação... (exemplo emprestado de Gundel, Hedberg e Zacharski, 1993)

No entanto, devemos ressaltar que nem sempre essa substituição é possível sem que haja uma alteração referencial. Pensamos particularmente nos SNs indefinidos que nem sempre poderiam substituir uma expressão referencial mais alta na escala, embora estejam nela implicados.

Uma outra observação deve ser feita. A correlação entre estatuto cognitivo e forma referencial não pode ser vista como uma condição necessária e suficiente na produção do ato referencial, ao contrário do que afirmam os autores. Tomemos como exemplo (4)

- (4) **Folha** – O relatório Geo-3 (Panorama Ambiental Global), apresentado no dia 22 pelo Pnuma, mostra que os problemas ambientais mais graves projetados para 2032 acontecem num cenário em que a prioridade é dada aos mercados. A globalização é inimiga do ambiente?
Töpfer – Ela não deve ser um inimigo, menos ainda do ambiente. Nós sabemos que a **globalização** tem também o grande potencial de diminuir a pobreza e de dar aos países em desenvolvimento uma perspectiva clara de desenvolvimento econômico sustentável. (FSP, 3/6/2002, A-14)

Na retomada anafórica pelo pronome temos um referente que está em foco – a partir da pergunta do entrevistador – e que é novamente retomado por uma descrição definida, correspondente ao estatuto cognitivo 'unicamente identificado", mais baixo na escala e, por isso, implicado pelo estatuto mais alto na escala, o que parece confirmar a explicação dos autores. No entanto, a nosso ver, outros fatores podem interferir nessa alternância de forma referencial, aparentemente sem uma "necessidade" ditada pelo estatuto cognitivo. Tomemos, para focalizar a questão, o texto abaixo:

- (5) **Premiê culpa imprensa por seus problemas**

Para o **premiê Junichiro Koizumi**, não são as crises econômicas ou políticas do Japão as responsáveis pela queda de sua popularidade. A grande vilã, acredita **ele**, é a mídia. Suas relações com a imprensa

japonesa vão de mal a pior. Nas entrevistas, **ele** não esconde a irritação [...] ²⁵

Assessores próximos ao **primeiro-ministro** têm aconselhado que **ele** mude de postura nas entrevistas. Aham que não deve ficar se lamentando, culpando a imprensa ou respondendo laconicamente às questões.

Aham, enfim, que **Koizumi** deve levar as coisas na esportiva – mas **ele** não tem aceitado brincadeiras a seu respeito. Não gostou, por exemplo, de saber que uma galeria em Tóquio vai exibir as principais charges publicadas sobre seu governo nos últimos meses (FSP, 31/05/2002, A-10)

Neste texto, interessa-nos focalizar o objeto-de-discurso que constitui o tópico discursivo, a saber, Junichiro Koizumi, primeiro-ministro do Japão. ²⁶ Se considerarmos a escala proposta por Gundel, Hedberg e Zacharski (1993), percebemos que o produtor do ato referencial escolhe, no início do texto, uma expressão definida composta de Det. + N + Nome próprio, assumindo que o leitor deve (re)ativar um referente unicamente identificável a partir da leitura do texto anterior ou de seus conhecimentos enciclopédicos. ²⁷

Quando o objeto é retomado na seqüência, a operação é feita pelo pronome pessoal **ele**, já que esse objeto está em foco no enunciado anterior. No entanto, embora nos dois parágrafos subseqüentes, o estatuto cognitivo "em foco" (com a implicação de todos os outros à sua direita) não se altere, o produtor do ato referencial retoma o objeto no início de cada um deles por descrição definida (**o primeiro-ministro**) e um nome próprio (**Koizumi**), fazendo na seqüência as retomadas por meio de pronomes e elipses, formas muito atenuadas. O que chama a atenção é o fato de o texto favorecer a manutenção do foco no objeto-de-discurso e, ainda assim, o produtor optar por uma forma referencial que, considerando a escala em questão, poderíamos reputar de

²⁵ O trecho suprimido consistia num comentário do primeiro-ministro japonês em discurso direto.

²⁶ Na página do jornal, de onde foi extraído o texto, havia cinco notícias internacionais: uma sobre o envio do secretário de defesa norte-americano à Índia e Paquistão, uma sobre a extradição de Fujimori e três sobre o Japão, localizadas em seqüência à direita da página, das quais duas específicas sobre o primeiro-ministro. O texto que selecionamos aparece logo abaixo de um outro mais longo, cujo título "Encanto acaba e apoio a Koizumi cai" já sinaliza a recategorização da "queda de Koizumi" como "problema", que consta do título do texto que analisamos, e introduz na memória discursiva do leitor o objeto-de-discurso "primeiro-ministro do Japão."

²⁷ Como apontado na nota anterior, pressupõe-se que o leitor já tenha ativado o objeto-de-discurso; nesse caso, trata-se de uma reativação; mas se o leitor não tiver lido aquele texto, tratar-se-á de ativação de objeto-de-discurso.

"informacionalmente excessiva". Essa escolha poderia estar condicionada à estruturação do texto e, por isso, as formas mais significativas informacionalmente estariam reintroduzindo o objeto-de-discurso a cada parágrafo. Devemos ressaltar aqui que o termo 'parágrafo' ultrapassa a noção de marca meramente tipográfica. Trata-se de parágrafo dentro de uma concepção cognitiva em que, por exemplo, pode estar envolvida mudança de ponto de vista sobre uma seqüência de acontecimentos, passagem de uma descrição a uma narração, como apontam Apothéloz e Chanet (1997). No caso do texto, embora o foco se mantenha no objeto-de-discurso "primeiro-ministro japonês", há entre o primeiro e segundo parágrafos uma mudança de ponto de vista: naquele o ponto de vista é do próprio premiê; neste, de seus assessores. Mas isso não basta, pois se considerarmos da perspectiva cognitiva que o segundo parágrafo (do ponto de vista tipográfico) e o primeiro enunciado do terceiro manifestariam o ponto de vista dos assessores do primeiro-ministro, ainda assim o uso do nome próprio **Koizumi** desafiaria a predição de Gundel, Hedberg e Zacharski (1993)²⁸

Dessa pequena discussão podemos concluir que a correlação entre o estatuto cognitivo e a forma anafórica pode ser frustrada: há casos em que SNs podem e, às vezes, devem ser usados para referentes ativados (quando ocorre, por exemplo potencial ambigüidade referencial) e casos em que uma forma pronominal pode ser usada para referentes não ativados, como ocorre nas anáforas indiretas realizadas por pronomes (cf. exemplo (1)) Além disso, percebe-se que as expressões referenciais não são usadas com função apenas identificadora, ou seja, sua formulação não é guiada exclusivamente pela identificação de um objeto; constantemente elas são usadas com outras funções, o que leva Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) a chamá-las de pluri-funcionais. Com efeito, além de implicarem um processo de regulação interna ou externa (neste caso, prevenindo uma interpretação indesejável), as expressões referenciais podem contribuir para a elaboração do sentido indicando pontos de vista, assinalando intenções

²⁸ Para uma visão mais detalhada sobre o uso de formas referenciais correlacionadas à estrutura do discurso narrativo, por exemplo, consulte o excelente trabalho de Marslen-Wilson, Levy e Tyler (1982).

argumentativas, marcando mudança de parágrafos, em suma, apresentando outras funções além da de referir.

Se, como dizem Gundel, Hedberg e Zacharski, é possível a escolha de mais de uma forma, já que um estatuto cognitivo implica todos à sua direita, o que explica a escolha de uma entre essas formas? E o que explica, por exemplo, que uma forma como *o N*, apropriada para o estatuto 'unicamente identificável', seja usada para estatutos localizados à sua esquerda na escala? Os autores respondem a essa questão a partir das implicaturas conversacionais, fazendo interagir a Hierarquia do Dado com a Máxima Conversacional da Quantidade (Q) proposta por Grice (1975):

Q1 – Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação).

Q2 – Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

Exemplos clássicos de implicaturas relacionadas à máxima da quantidade são aqueles que formam uma escala implicacional. Nas implicaturas baseadas em Q1, o uso de uma forma mais fraca implica a negação de uma forma mais forte. Por exemplo, enquanto (6) implica (7), o uso de (7) nega (6), pois implica que o locutor não concorda com tudo o que o interlocutor disse:

(6) Eu concordo com tudo o que você disse.

(7) Eu concordo com alguma coisa que você disse.

Já na implicatura baseada em Q2, o uso de uma forma mais fraca implica uma forma mais forte. Caso típico encontra-se na relação bicondicional – 'se e somente se' – forma mais forte, e na relação condicional – 'se' -, forma mais fraca, como podemos ver em (8) e (9):

(8) Eu vou à festa se e somente se você for.

(9) Eu vou à festa se você for.

O falante que enuncia (9) geralmente quer significar (8), ou seja, ele declara que irá à festa somente se o interlocutor também for. Se usar (8), o falante estará sendo "mais informativo do que o requerido", uma vez que o sentido expresso pela forma mais forte já está associado à forma mais fraca.

A partir dessa observação, os autores ponderam que, visto que os estatutos da Hierarquia do Dado formam uma escala implicacional, o uso de formas que explicitamente marcam um estatuto cognitivo diferente faz nascer implicaturas relativas a Q1 e Q2.

Quanto a Q1, a interação com a Hierarquia do Dado prediz que (a) um artigo indefinido normalmente não será usado para referentes que são identificáveis de modo único, já que essa forma assinala explicitamente somente a identificabilidade do tipo, e (b) para referentes que estão em foco, um pronome pessoal ou elipse normalmente serão escolhidos preferencialmente a um pronome demonstrativo, que dá menos informação sobre o estatuto cognitivo porque somente requer que o referente esteja ativado.

Tomemos como um caso interessante o SN indefinido. O uso dessa forma implica tipicamente por Q1 a negação dos outros estatutos à esquerda ('unicamente identificado', 'familiar', 'ativado' e 'em foco'). Assim, sendo o sentido convencional do artigo indefinido (o que ele marca explicitamente) simplesmente que o referente é do 'tipo identificável', seu uso implicado conversacionalmente por Q1 é que o interlocutor não pode identificar (de modo único) o referente. Mas nem sempre isso se verifica. Casos há em que o SN indefinido é usado para marcar outro estatuto cognitivo à esquerda na escala, fazendo nascer uma implicatura, o que ocorre em contextos especiais.

Emprestamos aqui dois exemplos trabalhados por Koch (1999 e 2002a), em que, segundo a autora, o SN indefinido retoma anaforicamente um objeto-de-discurso já introduzido:

- (10) *Um homem sozinho, com uma jaqueta numa das mãos e um embrulho na outra, com ar de quem tanto podia ter saído de uma manifestação como estar a caminho do trabalho ou das compras. Um homem de camisa branca e calças pretas. Um chinês num oceano de 1,1 bilhão de chineses. Um desconhecido.*

Sobre a montanha de cadáveres com a qual o regime chinês reafirmou a sua tirania na semana passada ao reprimir com punho impiedoso os estudantes reunidos em nome da democracia da Praça da Paz Celestial, esse cidadão anônimo fixou uma imagem poderosa. Durante seis minutos, na manhã da última segunda-feira, o homem da camisa branca brincou de dançar com a morte. Sozinho, em plena Avenida da Paz Eterna, ele enfrentou uma coluna de tanques. (...) (VEJA, 14/06/1989)

(11) Leio no jornal a notícia que *um homem* morreu de fome. *Um homem de cor branca, 30 anos presumíveis, pobremente vestido*, morreu de fome, sem socorros, em pleno centro da cidade, permanecendo deitado na calçada durante 72 horas, para finalmente morrer de fome.

Morreu de fome. Depois de insistentes pedidos de comerciantes, uma ambulância do Pronto Socorro e uma radiopatrulha foram ao local, mas regressaram sem prestar auxílio ao *homem*, que acabou morrendo de fome.

Um homem que morreu de fome. O comissário de plantão (um homem) afirmou que o caso (morrer de fome) era da alçada da Delegacia de Mendicância, especialista em homens que morrem de fome. E o *homem* morreu de fome.

O corpo do *homem que morreu de fome* foi recolhido ao Instituto Anatômico sem ser identificado. Nada se sabe dele, senão que morreu de fome.

Um homem morre de fome em plena rua, entre centenas de passantes. *Um homem caído na rua. Um bêbado. Um vagabundo. Um mendigo, um anormal, um tarado, um pária, um marginal, um proscrito, um bicho, uma coisa* – não é um homem. E os outros homens cumprem seu destino de passantes, que é o de passar. [...] (SABINO, Fernando. Notícia de Jornal. In _____. *A mulher do vizinho*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1962)

Em (10), o produtor do ato referencial escolhe o primeiro SN indefinido para assinalar o estatuto 'tipo identificável' e não os estatutos 'unicamente identificável', 'familiar', 'ativado' e 'em foco'. No entanto, mantém a mesma forma quando retoma o referente que, já alocado na memória discursiva do leitor, poderia, no mínimo, ser designado pela forma correspondente ao estatuto cognitivo que lhe segue ('unicamente identificado'), já que os três enunciados posteriores **Um homem de camisa branca e calças pretas. Um chinês num oceano de 1,1 bilhão de chineses. Um desconhecido**, não introduzem um novo referente. Isso, aparentemente, rompe com Q1, pois o locutor fornece menos informação do que o requerido, negando, implicacionalmente, os outros estatutos.

Porém, essa opção referencial não causa qualquer estranhamento. A que se deve essa possibilidade de escolha? A nosso ver, o que explica essa aparente "violação" é o

fato de aqui estar em jogo não a identificação referencial mas a propriedade de o protagonista, referente principal, estar trajando camisa branca e calças pretas, ser um chinês e um desconhecido. Assim, o uso do artigo indefinido pode implicar que o referente é 'unicamente identificável' e 'familiar'. Do contrário, seria necessário interpretar que o falante designa referentes diversos quando usa cada um dos SN indefinidos, o que certamente não é o caso. Julgamos ainda que, estilisticamente, a construção tem efeito poderoso: assinalar o anonimato do cidadão, escolhendo-se, aparentemente de modo paradoxal, porque a entidade já foi introduzida, uma forma referencial que apenas indica ser o referente membro de uma classe; afinal, o que se sublinha é que o homem é um tipo comum, num mar de tantos outros homens. E, para isso, basta ser um '*tipo apenas identificável*'.

Reflexão similar pode ser feita a respeito do texto de Sabino. No entanto, o interessante aqui é a alternância da forma, que oscila entre o SN indefinido e o SN definido para designar o mesmo objeto-de-discurso principal da crônica (desconsideramos aqui o pronome "ele" do 4º §). Vejamos um levantamento dessas formas:

FORMAS REFERENCIAIS				
1º §	2º §	3º §	4º §	5º §
a) ... um homem...	a) ... o homem que acabou mor-rendo de fome	a) Um homem que morreu de fome. b) ... o homem...	a) ... o homem que morreu de fome...	a) Um homem b) Um homem caído na rua. c) Um bêbado. d) Um vagabundo. e) Um mendigo... f) ... um anormal... g) ... um tarado... h) ... um pária... i) ... um proscrito... j) ... um bicho... l) ... uma coisa...

No primeiro parágrafo, **um homem de cor branca, 30 anos presumíveis, pobremente vestido** retoma anaforicamente **um homem**, mas, à semelhança do texto anterior, o que está em jogo são as propriedades atribuídas ao referente e não a

identificação referencial. Em seguida, no segundo parágrafo, a forma definida **o homem, que acabou morrendo de fome** aponta para o estatuto cognitivo 'unicamente identificável', por conta da representação do referente já existente na memória discursiva do leitor. Entretanto, em seguida a essa designação, é escolhida uma forma indefinida e a alternância entre as formas definidas e indefinidas se mantém até o quinto parágrafo.

Como bem aponta Koch (2002a), as expressões vão construindo **polifonicamente** o referente. Com efeito, é clara a opção por formas definidas quando o enunciador coincide com o locutor; nos outros casos, os enunciadores – a quem são atribuídas as formas indefinidas – correspondem ao jornal e às **centenas de passantes**. Talvez aí esteja a justificção para a alternância das formas.

Quanto a Q2, Gundel, Hedberg e Zacharsky (1993) focalizam principalmente o uso do SN definido, compatível com o estatuto cognitivo 'unicamente identificável', em situações em que o referente é ao menos familiar, o que requereria o uso do determinante demonstrativo, forma mais forte e restritiva. Neste caso, o que é relevante é a segunda parte da Máxima da Quantidade, que induz a interpretações estereotípicas – não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido -, uma vez que a maioria das referências que são identificáveis de modo único num discurso é ao menos familiar, assinalando que um estatuto mais alto do que o 'unicamente identificável' seria mais informativo do que requerido. Essa relação é possível, pois, segundo os autores, a familiaridade é a base mais comum para a identificabilidade. A partir daí, propõem que o artigo definido convencionalmente assinala somente que o referente é unicamente identificável e que a familiaridade é conversacionalmente implicada por Q2. Isso acontece, por exemplo, em (12)

- (12) 'Como você chegou aqui?', perguntou Harriet.
'De carro', disse Lord Peter. 'Você já preparou o corpo?'
'Quem lhe falou sobre **o corpo**'?

(Exemplo citado por Gundel, Hedberg e Zacharsky, 1993)

em que o SN destacado é familiar, mas esse estatuto não é assinalado explicitamente pelo demonstrativo, pois já está implicado na forma mais fraca correspondente ao estatuto cognitivo 'unicamente identificado'.

Gostaríamos aqui de ressaltar que, nas teorias de base cognitiva, o interlocutor desempenha um papel menor, como atuando como uma espécie de "coadjuvante" do processo discursivo, pois o tratamento da questão é feito da perspectiva do locutor, no sentido de que na produção do ato referencial basta a sua avaliação a respeito do estado de conhecimento da memória discursiva do interlocutor, o que compromete o caráter fundamental de "parceria" envolvido na produção do discurso. Podemos afirmar, assim, que esse modelo padece de uma limitação decorrente da unilateralidade da perspectiva do locutor.

Se, por um lado, os aspectos cognitivos da produção e compreensão das operações referenciais devem ser levados em conta, por outro, vimos que, além deles, outros aspectos parecem também estar em jogo. Um deles, bastante explorado na literatura, diz respeito aos princípios pragmáticos que regem as atividades de referenciação, o que nos leva ao próximo item.

5. O modelo pragmático

O modelo pragmático que busca dar conta da referenciação e distribuição anafórica no discurso apóia-se especificamente nas máximas conversacionais de Grice, revisitadas, entre outros, por Levinson (1987 e 1991) e Huang (2000). A abordagem desses autores, denominada de abordagem pragmática neo-griceana, fundamenta-se na hipótese de que a distribuição anafórica do discurso pode ser prevista com base na interação sistemática de algumas estratégias pragmáticas mais gerais. Trata-se de uma abordagem que estabelece que os princípios exigidos para as atividades de referenciação – produção e resolução referencial de SNs, pronomes e elipses – são reguladas por duas das máximas formuladas por Grice (1975): a Máxima da Quantidade (Q1 e Q2, para Levinson, *Q-Principle* e *I-Principle*, respectivamente, e que chamaremos aqui *Princípio*

40

da *Quantidade e Princípio da Informatividade*) e a Máxima do Modo (para Levinson, *M-Principle*, para nós, *Princípio do Modo*).

Uma versão reduzida do que propõe Levinson (1987, 1991) pode ser vista como segue. Mas antes uma observação: no detalhamento da formulação de Grice, o autor distingue, para cada máxima, a máxima do falante e seu corolário para o receptor.

Princípio da Quantidade

Máxima do Falante. Não forneça uma declaração que é informacionalmente mais fraca do que permite seu conhecimento de mundo, ou seja, não diga menos do que é requerido, a menos que fornecer uma declaração mais forte viole o Princípio da Informatividade.

Corolário do Receptor. Considere que o falante realizou a declaração mais forte, consistente com o que ele sabe.

Princípio da Informatividade

Máxima do Falante: *Máxima da minimização.* Diga apenas o necessário, ou seja, produza a informação lingüística mínima suficiente para realizar seus objetivos comunicacionais (tendo em mente o Princípio da Quantidade)

Corolário do Receptor: *Regra do enriquecimento.* Amplifique o conteúdo informacional do enunciado do falante. Especificamente assuma relações estereotípicas entre referentes ou eventos, a menos que isso seja inconsistente com o que é considerado verdadeiro ou haja aí uma violação da máxima da minimização pela escolha de uma expressão mais prolixa. Além disso, assuma uma parcimônia referencial, ou seja, evite a interpretação de que múltiplas entidades são referidas; especificamente, prefira leituras correferenciais de anafóricos reduzidos – pronomes e elipses.

De acordo com esse princípio, os falantes devem fornecer uma quantidade mínima de informação necessária, enquanto o ouvinte deve "ler dentro" de cada

enunciado e inferir uma interpretação mais informativa e específica. Levinson sustenta que a preferência por leituras correferenciais é adequada a esse princípio, argumentando que esse tipo de leitura é intrinsecamente mais informativo que leituras em que há disjunção referencial. Essa noção de minimização diz respeito tanto a uma minimização semântica (por exemplo, um pronome é quase sempre semanticamente mais reduzido e menos específico que um SN) quanto a uma minimização relativa à extensão e complexidade de forma.²⁹

Princípio do Modo

Máxima do Falante: Não use uma expressão prolixa, marcada ou obscura sem razão.

Corolário do Receptor: Se o falante usa uma expressão prolixa ou marcada, ele não quer significar o mesmo que significaria se usasse uma forma não marcada, especialmente se ele estiver tentando evitar associações estereotípicas e implicaturas quanto à informatividade.

Por exemplo, em relação à anáfora, o uso de um pronome onde uma elipse poderia ser usada seria considerado marcado e poderia gerar uma leitura não correferencial; da mesma forma, o uso de um SN mais prolixo onde um pronome poderia ser usado poderia levar o ouvinte a inferir que a interpretação correferencial associada ao uso de um pronome não seria adequada. Esse princípio pode explicar a tendência de se atribuir a SNs leituras referencialmente disjuntivas.

A abordagem de Levinson permite estabelecer um padrão básico para os processos de referenciação e distribuição anafórica no discurso (ainda que se deva reconhecer a influência de fatores estruturais e cognitivos nessas atividades): enquanto o estabelecimento e a mudança da referência tendem a ser realizados por meio do uso de uma forma mais elaborada, notadamente um SN, a manutenção da referência tende a ser

²⁹ Ariel já aponta esse segundo caráter da minimização, referindo-se a ele como *princípio da atenuação*, conforme vimos no item anterior.

realizada por formas mais atenuadas, notadamente pronome ou elipse. Um caso banal de **introdução da referência**, por meio de um SN complexo ocorre em

- (13) **Doc.** C. A.... você estava dizendo pra gente sobre umas representações teatrais... daria para você contar alguma coisa assim sobre essas representações que você fez... que tipo de peças e tal?...

Inf. conto sim não tem problema [...] eu participei de **um grupo de teatro... formado lá no:: Mackenzie...por alunos... éh::: alunos e alguns:: professores dos diversos cursos lá no Mackenzie... e chegamos [...]** (Projeto NURC: A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. v. III – Entrevistas)

Vê-se que o informante estabelece uma referência por meio de um longo SN mais elaborado, informacionalmente mais rico, em nome do Princípio da Quantidade – 'Não diga menos do que o requerido' o que contraria a máxima da minimização. No entanto, o falante não poderia fornecer menos informação sob pena de falhar na tarefa de oferecer ao parceiro as condições de reconhecimento do objeto-de-discurso, alocando-o na memória discursiva. Note-se que o falante vai acrescentando informações após várias pausas e alongamentos de fonemas, marcados, respectivamente, por reticências e dois pontos. Assim, no caso do estabelecimento da referência, o falante, tomando apenas o Princípio da Quantidade, escolheria uma forma referencial informacionalmente mais rica e freqüentemente mais elaborada como uma longa descrição ou um nome próprio seguido de uma descrição, mas isso poderia ir contra a minimização. Por outro lado, tomando apenas como base o Princípio da Informatividade, o falante teria selecionado uma forma informacionalmente mais pobre e freqüentemente menor como um pronome, mas estaria contrariando a necessidade de reconhecimento ou identificação do objeto-de-discurso. Portanto, deve ser alcançado um balanceamento entre esses dois princípios pragmáticos potencialmente conflitantes, quando a referenciação buscar a forma referencial '*identificável*', mas '*mínima*', satisfazendo os Princípios da Quantidade e Informatividade.

Se esse balanceamento entre os dois princípios potencialmente conflitantes ocorre em relação à mudança de referência, no caso de manutenção da referência ele é desnecessário, pois o uso de formas anafóricas "lexicalmente atenuadas" satisfaz os dois

princípios, que então não se encontram em concorrência: o mecanismo anafórico realizado por pronome e elipse fornece as condições para a identificação do objeto-de-discurso por meio de formas mínimas.

A atuação desses princípios nos processos de referenciação nem sempre se dá de forma pacífica.³⁰ Muitas vezes, ocorrem discrepâncias entre os interesses do falante e do parceiro em nome da necessidade de cooperação – pelo fornecimento de condições de identificação ou reconhecimento do objeto-de-discurso – e de economia – pela minimização. Essas situações são privilegiadas, pois oferecem ao pesquisador as condições necessárias para a observação do fenômeno da construção dos objetos-de-discurso. É na conversação que o analista encontra a oportunidade de observar esses fenômenos, porque ela é dinâmica, interacional e processual e os dados conversacionais constituem não só um produto como também um processo.

Huang (2000) aponta quatro situações de discrepância entre esses princípios, em que os "conflitos" são resolvidos com reparação³¹:

- a) o parceiro questiona uma expressão anafórica proferida pelo falante, que, reconhecendo o problema, opera uma reparação;
- b) o próprio falante reconhece uma expressão anafórica problemática e opera uma reparação;
- c) o parceiro reconhece a expressão anafórica problemática e ele mesmo opera a reparação, com posterior aceitação por parte do falante;

³⁰ Uma crítica freqüentemente endereçada a Grice, inclusive, diz respeito à sua concepção algo idealizada da comunicação.

³¹ Koch (1992), focalizando as discontinuidades no fluxo da informação no nível linear do texto conversacional, aponta quatro processos de reconstrução, ou seja, de reelaboração da seqüência discursiva: correções, adjunções, repetições e parafraseamentos. Embora essa abordagem não se detenha na especificamente na questão referencial, ela indica, de maneira geral, as manobras usadas para sanar problemas detectados quer pelo próprio locutor, quer pelo parceiro, dentro desse processo de reparação que focalizamos.

- d) o falante reconhece uma expressão anafórica potencialmente problemática e inicia uma reparação, que é realizada pelo parceiro, com a posterior aceitação do falante.³²

Um exemplo bastante interessante de (b), em que o falante reconhece uma expressão anafórica problemática e opera a reparação encontramos em

- (14) ... então... diante desse DESEQUILÍBRIO de forças... foi que o Estado... resolveu intervir...nesse relacionamento... e ditou através... das leis aplicadas... do... do direito do trabalho... ditou as normas que deverão reger esse relacionamento entre empregados e empregadores... e essas normas é que constituem... na sua essência... o nosso direito individual do trabalho... ou seja... o EMPREGADOR... para ter um empregado sob suas ordens e dar vida a um contrato de trabalho... ele terá... **ele empregador...** de obedecer a toda aquela gama de or/ordena/ordenamento... (NURC. A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro)

O falante, percebendo que o reconhecimento do objeto-de-discurso possivelmente poderia ser dificultado pelo uso do pronome, levando a uma retomada inadequada – de **empregado** em vez de **empregador**, opera uma reparação, numa atividade meta-enunciativa, inserindo um SN, que fornece mais informação.

Fica claro que interferem na atuação desses princípios dois outros fatores, que se tornam cruciais nos processos de interação verbal: a explicitude e o conhecimento partilhado. Nos dois modelos vistos anteriormente, o uso das formas referenciais depende largamente do estatuto cognitivo da memória discursiva e dos princípios pragmáticos da Quantidade e Informatividade. No entanto, não se pode ignorar que na construção referencial há constante interferência do que se supõe ser de conhecimento comum dos parceiros e, como decorrência, o que se deve ou não explicitar.

Como aponta Marcuschi (texto não publicado *b*, p. 8),

³² Nessas situações, são comuns algumas construções. Por exemplo, no caso (a), é freqüente que a reparação seja motivada por uma pergunta, como "*Que X*"?. No caso (b), normalmente ocorre uma pausa ou outras manifestações não lingüísticas, como por exemplo, expressões faciais do parceiro. No caso (c) normalmente o parceiro opera a inserção de uma expressão referencial para confirmar suas suspeitas quanto ao objeto-de-discurso. Finalmente, no caso (d), são comuns perguntas como "*Qual é o nome mesmo?*" ou "*Como se chama?*", entre outras.

explicitar é oferecer uma formulação discursiva de tal modo que contenha em si as condições de interpretabilidade adequada ou pretendida. Isso não equivale a supor que explicitar seria dizer tudo ou dizer univocamente, mas sim dizer de forma interpretável a partir das condições presentes (ou inferíveis) no universo discursivo em andamento, seja ela no formato do discurso oral ou escrito. Explicitar equivaleria a criar condições de acesso.

Desse modo, podemos associar essa noção de explicitude à escolha das formas referenciais, mas ressaltando, acima de tudo, que se trata de um fenômeno que se dá na interação em função de aspectos cognitivo-pragmáticos e, portanto, contextualizados. Dessa perspectiva, os elementos lingüísticos das expressões referenciais são elementos que colaboram na construção de objetos-de-discurso que são "negociados" na atividade discursiva, pois, como afirma Marcuschi (texto não publicado *b*)

a explicitude resulta de uma inserção sócio-pragmática dos usuários de uma língua em contextos e não de uma força imanente à língua como tal.

A explicitude, segundo o autor, é também função de um outro aspecto bastante controverso denominado *conhecimento mútuo*. Como aponta Prince, quando opta pelo termo '*familiaridade assumida*' ou Marcuschi, quando diz '*suposições mútuas*', o 'conhecimento partilhado' só idealmente corresponde a um universo claramente delimitado de conhecimentos comuns entre os participantes da interação. Na verdade, estimar o estado de conhecimento do parceiro da comunicação é um processo contínuo e não é raro acontecer uma não coincidência entre os universos de conhecimento de cada um. Esses dois aspectos apontam de maneira clara para uma questão fundamental no processo de referenciação: a interação. E essa questão já nos leva ao próximo item.

6. Por um modelo cognitivo-pragmático-interacional da referenciação

Primeiramente, gostaríamos de ressaltar que não se trata de propor nenhum modelo novo; nosso objetivo é introduzir alguns ingredientes interacionais, que não são abordados explicitamente nos modelos anteriores e a partir dos quais se justifica nossa opção teórica de acordo com a qual os objetos-de-discurso não preexistem "naturalmente" à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas são

concebidos como produtos dessa atividade. De acordo com esse postulado, então, os processos de referenciação são atividades interativas e não meramente operações lingüísticas. E, supomos nós, é a dimensão interativa que engloba a dimensão cognitiva e pragmática, tendo, inclusive, implicações no conceito de significação.³³ E nisso seguimos Marcuschi (2001:42), que defende a inserção dos processos referenciais na atividade lingüística interativa, envolvendo a enunciação e a cognição.

Essas três dimensões envolvem necessariamente a linguagem em uso. Como afirma Marchuschi (texto não publicado *b*, p.8), a linguagem é semanticamente indeterminada e constitutivamente interativa e conversacional. Essa também é a posição de Franchi ([1977] 1992) para quem as expressões das línguas naturais não tomam um domínio de interpretação uno e semanticamente coerente, uma vez que, pela analogia, são introduzidos, em um certo domínio, predicados de outros domínios. Assim, nas expressões lingüísticas, são indicados apenas os limites de uma certa "regionalidade", que é precisada justamente pelo contexto e pela situação.

Desse modo, a prática lingüística não ocorre no vácuo mas em "arenas altamente estruturadas de ações", de acordo com Clark (1992). E aqui se apresenta a dimensão interacional: o uso da linguagem é mais do que a produção e entendimento de enunciados, com sentidos particulares. É uma atividade realizada por parceiros de comunicação que trabalham, juntos, colaborativamente, na construção do discurso.

E nessa construção está envolvida a questão referencial. Quando abordamos o modelo cognitivo, fizemos uma observação a respeito do fato de o interlocutor desempenhar um papel "coadjuvante" no processo comunicativo, uma vez que nesse modelo, o ato referencial é realizado a partir de suposições unilaterais do falante a respeito do estado de conhecimento da memória discursiva do interlocutor. Parece-nos que esse modelo acaba revelando uma visão ideal das atividades lingüísticas interativas; afinal, como questiona Marcuschi (2001:42), como um indivíduo A supõe com tanta

³³ Como já apontamos foge aos limites desta pesquisa uma discussão teórica sobre a questão da significação; por isso não a abordamos de forma específica. No entanto, também como já apontamos nos princípios teóricos gerais mais acima, postulamos que a significação é produzida e estabilizada *no e pelo* uso.

segurança que um outro indivíduo B saiba o mesmo que ele quando usa X para referir-se a Y? Se a língua não é espelho e a significação não é fixa, estável, *a priori* e independente do uso, em que se sustenta essa pretensa garantia quando do ato de referenciação?

Parece que na resposta a essa questão estão envolvidos dois fatores cruciais para que se possa caracterizar a atividade referencial como um processo interativo: o que Clark (1992) denomina 'terreno comum' (*common ground*) e as representações mentais.

A) Terreno comum

O terreno comum, segundo Clark (1992:3), é um tipo de informação que partilham os participantes da interação e que engloba o conhecimento *mútuo*, as crenças *mútuas* e as suposições *mútuas* desses participantes. Mas, como questiona o autor, no ato referencial que tipo de conhecimento é necessário para o uso da língua? E ainda: como esse conhecimento, na prática, é avaliado e assegurado?

Num ato referencial – como atividade colaborativa – não basta partilhar conhecimentos. É necessário que os participantes – cujo objetivo é realizar esse ato com sucesso – se assegurem de seus conhecimentos mutuamente. Por exemplo, para escolher uma descrição definida como forma referencial, é preciso que um participante examine exaustivamente todo o conhecimento do outro?

Para responder a essa questão, Clark (1992) apresenta uma situação de interação, em que está envolvido um caso de referência definida e cujas variações ilustram o que ele chama de '*paradoxo do conhecimento mútuo*'.

Nessa situação os participantes são Ana e Bob e o referente (**R**), um filme que é designado por uma descrição definida (**t**).

Na primeira situação, considerada o caso mais geral, Ana lê, na edição matutina do jornal, numa manhã de quarta-feira, que *Monkey Business* será exibido à noite. Mais tarde, ela vê Bob e pergunta

Você viu ***o filme que vai passar no Roxy hoje à noite?***

Com a descrição definida, Ana pretende ter sucesso na sua atividade referencial, ou seja, pretende que Bob tome o referente correto e não o referente errado ou mesmo que peça esclarecimento (como com a pergunta "*De que filme você está falando?*") Para que o sucesso seja alcançado, é necessária a satisfação de uma primeira condição:

(i) Ana sabe que t é R .

Mas essa condição não basta, porque Ana saber que t é R não assegura que Bob perceba que a descrição definida designe *Monkey Business*, o que exige uma segunda condição para que a referência tenha sucesso:

(ii) Ana sabe que Bob sabe que t é R .

Suponhamos, no entanto, que os dois lêem no jornal que o filme a ser exibido é *A Day at the Races*. Mais tarde, apenas Bob lê na edição vespertina do jornal que a programação foi alterada: em vez de *A Day at the Races*, será exibido *Monkey Business*. Ele assinala com caneta vermelha a alteração. Sem que Bob veja, Ana pega a edição assinalada e reconhece a anotação de Bob. Quando mais tarde ela lhe faz a pergunta, *Você já viu o filme que vai passar no Roxy hoje à noite?*, para que o ato referencial tenha sucesso, é necessária uma terceira condição:

(iii) Ana sabe que Bob sabe que Ana sabe que t é R .

Essa condição ainda não é suficiente, pois uma outra situação é possível. Quarta-feira de manhã, Ana e Bob lêem a edição matutina do jornal e comentam que *A Day at the Races* está sendo exibido naquela noite no Roxy. Mais tarde, Ana vê a última edição, nota que o filme foi corrigido para *Monkey Business* e marca com a caneta azul. Ainda mais tarde, sem Bob perceber, Ana observa-o pegar a última edição e ver a marca que ela fez. Então, Ana vê Bob e pergunta-lhe: *Você já viu o filme que vai passar no Roxy hoje à noite?* Nessa situação, embora as três condições anteriores sejam satisfeitas, Bob ainda não sabe que Ana o viu observar a marca feita no jornal. Assim, uma quarta condição é necessária:

(iv) Ana sabe que Bob sabe que Ana sabe que Bob sabe que t é R .

O que essas versões mostram é que a última parte do conhecimento encaixada nas condições é insuficiente. Na base dessa insuficiência está a necessidade de cada um dos participantes colocar-se na posição do outro, raciocinar como ele e se certificar de que o outro poderia identificar o referente pretendido. Assim na condição (i), de acordo com a qual Ana sabe que t é R , ela deve se assegurar de que também Bob saiba que t é R , o que levou à condição (ii): Ana sabe que Bob sabe que t é R . Mas isso é ainda insuficiente, pois do ponto de vista de Bob, é necessário que Ana saiba que ele sabe que t é R ; daí a terceira condição: Ana sabe que Bob sabe que Ana sabe que t é R . Em princípio, esse procedimento poderia ser usado para construir versões *ad infinitum*. Dessa perspectiva, então, é mais legítimo falar em "*conhecimento mútuo*" do que em "*conhecimento partilhado*". E a dimensão interacional aqui fica à mostra.

Se todas as condições devem ser satisfeitas para que o participante se assegure de que a referência é feita com sucesso, esse processo demandaria uma grande quantidade de tempo; no entanto, a referenciação é realizada num tempo finito e curto. Daí o paradoxo de processamento: por um lado, Ana tem uma infinidade de condições de que deve assegurar-se e isso lhe tomaria um longo tempo; por outro, ela é capaz de usar *o filme que vai passar no Roxy hoje à noite* como referência definida, quando as circunstâncias são corretas, num tempo finito.

Retornamos, assim, à pergunta formulada mais acima: é preciso que um participante examine exaustivamente todo o conhecimento do outro para que seu ato de referenciação obtenha sucesso?

Para fornecer a resposta, Clark (1992) primeiramente pondera que, no discurso ordinário, nem sempre a referenciação é feliz. E quando isso ocorre, pode-se pedir esclarecimento ou mostrar a existência de um mal-entendido, o que exige reparação. Aceitar isso poderia indicar que a referenciação realizada com sucesso, então, é um ideal. Mas certamente é um ideal pelo qual as pessoas se esforçam, porque elas querem evitar mal-entendidos sempre que possível. E para isso examinam as condições de conhecimento mútuo, mas que, como vimos tendem ao infinito. Se, por esse caminho,

parece não haver saída, uma vez que nunca haverá garantia total do conhecimento mútuo, deve-se pensar que os participantes examinam somente algumas das condições, na dependência de seu desejo de precisão. Quanto mais preciso deseja ser, mais o participante descerá na escala das condições ou escolherá uma condição diretamente, sem passar pelas anteriores.

Um caminho para superar o problema instaurado pelo paradoxo a que nos referimos encontra-se na classificação que Clark (1992) propõe a respeito do conhecimento. Uma primeira divisão dá-se entre tipos de conhecimentos duradouros e temporários e outra entre diversos tipos de conhecimento mútuo temporário. Uma terceira divisão dá-se entre conhecimento genérico e particular. O primeiro constitui o conhecimento sobre tipos de coisas (objetos, estados, eventos e processos), enquanto o segundo constitui o conhecimento sobre coisas individuais ou particulares (objetos, estados, eventos e processos particulares).

Esses conhecimentos genéricos e particulares serão mútuos se os participantes forem *membros de uma mesma comunidade*. A idéia básica é que há coisas que todos os membros de uma mesma comunidade sabem e cada um assume que todos os outros membros daquela comunidade também sabem. Quando duas pessoas sabem que pertencem a uma mesma comunidade, elas podem assumir que conhecem mutuamente coisas como

(15) Os carros importados são mais caros que os nacionais.

(16) D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil.

Em resumo, pertencendo a uma mesma comunidade, os participantes podem assumir que eles mutuamente sabem tudo acerca das coisas daquela comunidade.

Deve-se ressaltar que uma pessoa pertence simultaneamente a várias comunidades e subcomunidades, cada uma com distintas áreas de conhecimento. Dentro de cada uma delas, os conhecimentos pertinentes tornam-se quase universais. Suponhamos que um lingüista italiano se encontre com um médico também italiano. Esse lingüista não poderá assumir um conhecimento mútuo sobre, por exemplo, a

Pragmática; mas, provavelmente, ele assumirá conhecimento mútuo sobre a Itália. E aqui poderá haver uma referência definida com mais probabilidade de sucesso.

O conhecimento mútuo baseado no fator *ser membro de uma comunidade* é geralmente preservado por longos períodos de tempo e renovado continuamente. Já o conhecimento mútuo com base nos dois tipos que seguem, ao contrário, é relevante somente por um curto período de tempo. Ele pode ser usado uma vez e então "desaparecer".

Co-presença física. Trata-se de um conhecimento mútuo temporário baseado na evidência perceptual. Imaginemos que Ana e Bob estão diante de uma vela. A evidência desse objeto é tão forte que Ana pode fazer uma referência definida relativamente a ele, sem se preocupar em realizar um exame além das duas primeiras condições de conhecimento mútuo acima apresentadas.

Co-presença lingüística. Trata-se aqui de introduzir primeiramente a existência de um referente e depois retomá-lo por uma referência definida. Para referir um objeto que é lingüisticamente co-presente, um participante não precisa usar o mesmo termo usado para a menção prévia.

Uma mistura dessas bases pode ocorrer, levando ao que poderíamos denominar de *co-presença indireta*. Por exemplo, freqüentemente o conhecimento mútuo é assegurado por uma combinação de *co-presença física* ou *co-presença lingüística* e *ser membro de comunidade*. Em

(17) Eu comprei *uma vela* ontem, mas **o pavio** era muito curto

há a *co-presença lingüística* de um elemento prévio, *uma vela*, e o locutor, para referir-se a **o pavio**, deve assumir que o outro participante, sendo membro da mesma comunidade, saiba que "velas têm pavios". Trata-se do que Clark denomina de *co-presença indireta*, em que está envolvido o processo de associação. Mas o grau de probabilidade dessa associação variável; por exemplo, é baixa a probabilidade de **uma vela** estar associada a **papel de embrulho**; isso não impede, entretanto, que um participante estabeleça o conhecimento mútuo com sua referência em

(18) Eu comprei *uma vela* ontem, mas **o papel do embrulho** estava rasgado.

Essa questão de grau de probabilidade de associação, envolvendo a *co-presença lingüística* e *ser membro de uma comunidade*, interessa diretamente às anáforas indiretas, especialmente às anáforas associativas, que são estudadas no capítulo 2.

A referência associativa também pode ocorrer com base em *co-presença física* e *ser membro de uma comunidade*. Se uma vela está fisicamente presente, por exemplo, e os participantes a enquadram dentro de seu campo perceptivo, é possível uma referência como em

(19) **O preço** foi exorbitante,

que pressupõe o conhecimento mútuo com base na presença do objeto e no conhecimento genérico de que "velas têm preço".

Na abordagem de Clark fica claro que, nas atividades comunicativas, o processo de referenciação depende de conhecimentos mútuos e envolve a colaboração dos participantes.

Mas, segundo o autor, nem sempre esse postulado foi tomado como princípio dos modelos de referenciação nos discursos orais. Em muitos modelos a idéia é que os falantes realizam atos referenciais como se estivessem escrevendo a leitores distantes. Quando o falante seleciona uma forma referencial, assume-se que, com essa forma, ele pretende fornecer condições para que o ouvinte identifique o referente, tomando para si a inteira responsabilidade e controle do curso desse processo. Do seu lado, o ouvinte toma a forma referencial como se estivesse lendo e, se o ato foi realizado com sucesso, infere a identidade do referente. Mais uma vez aqui cabe o comentário: essa é a situação idealizada a que nos referimos quando dissemos que, no modelo cognitivo aqui apresentado, o interlocutor parece assumir um papel de "coadjuvante" do processo referencial.

No modelo que postula ser o processo referencial uma atividade colaborativa e que toma a conversação como a forma mais genuína de se usar a língua (Clark, 1992), a situação acima apresentada torna-se problemática por três razões. Em primeiro lugar, na

conversação, ao contrário da escrita, os falantes têm tempo limitado para planejar e revisar o que dizem. Em segundo lugar, o discurso é evanescente. O ouvinte deve escutar e tentar entender um enunciado ao mesmo tempo em que ele está sendo proferido, o que requer um tipo de processo de sincronização não encontrado na leitura. E em terceiro lugar, os ouvintes não são mudos ou invisíveis na cena enunciativa. Os falantes alteram o que dizem com base no que os ouvintes dizem e fazem. Isso ocorre no exemplo (14), aqui retomado, em que há uma expansão por meio de um SN como explicitação do referente:

- (14) ... então... diante desse DESEQUILÍBRIO de forças... foi que o Estado... resolveu intervir...nesse relacionamento... e ditou através... das leis aplicadas... do... do direito do trabalho... ditou as normas que deverão reger esse relacionamento entre empregados e empregadores... e essas normas é que constituem... na sua essência... o nosso direito individual do trabalho... ou seja... o EMPREGADOR... para ter um empregado sob suas ordens e dar vida a um contrato de trabalho... ele terá... *ele empregador...* de obedecer a toda aquela gama de or/ordena/ordenamento... (NURC. A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro)

ou em (20) em que o interlocutor enuncia o SN que o falante aparentemente tem dificuldade em designar:

- (20) **A:** fiz a... aquele negócio que anda na esteira
B: uhum foi o teste **ergométrico**, né?
A: é, fiz aquilo.

(Exemplo citado por Rocha, 2000)

Neste exemplo, os interlocutores trabalham juntos para construir a referência definida: **A** inicia o processo de referenciação apresentando um SN, que, talvez por ser considerado impreciso, é substituído por outro SN, ação realizada por **B**, num processo colaborativo, quando então ambos encontram a versão que mutuamente aceitam. Trata-se claramente de um processo de co-construção referencial.

B) Representações mentais

Dissemos mais acima que as representações mentais desempenham um papel fundamental nos processos referenciais, considerados como uma atividade interacional e colaborativa. Quando pensamos nos conhecimentos mútuos que possibilitam os processos referenciais, principalmente os baseados em "*ser membro de uma comunidade*", não podemos também deixar de pensar na estruturação desses conhecimentos nos espaços mentais dos indivíduos. No entanto, temos de observar que o nosso interesse nesse campo se restringe não à estrutura das representações mentais, questão que diz respeito estritamente às ciências cognitivas, mas ao modo como essas representações funcionam na construção do discurso. Além disso, neste item não nos interessa focalizar o mecanismo cognitivo de acesso às entidades discursivas, o que já abordamos nos modelos cognitivos acima focalizados, mas como as representações mentais estão implicadas na co-construção do discurso pelos parceiros da interação.

Como ponto de partida, assumimos com Marcuschi (texto não publicado *b*) que os membros de uma comunidade têm uma representação mental das entidades (objetos, eventos, processos) formada com base na experiência e na cultura. Essa asserção envolve múltiplas questões, entre elas a questão das propriedades das entidades: são elas traços objetivos e inerentes dessas entidades? Citando Lakoff, Kleiber (1990:93) diz que não. As propriedades são características dos objetos que os sujeitos reconhecem dentro da relação que com eles estabelecem:

La notion pertinente de *propriété* n'est pas quelque chose d'objectif dans le monde indépendant de tout être; il s'agit plutôt de ce que nous appellerons une *propriété interactionnelle*" (Lakoff, 1987:51), c'est-à-dire une propriété qui n'est pas un attribut intrinsèque d'un objet, mais résulte de la façon dont les êtres humains, par leur corps et leur appareil cognitif, sont confrontés aux objets: la façon dont ils les perçoivent, les imaginent, la manière dont ils organisent l'information qui porte sur ces objets, et surtout la façon dont leur corps entre en contact avec eux.³⁴

³⁴ "A noção pertinente de *propriedade* não é algo de objetivo no mundo independente de todo ser; trata-se antes do que chamamos uma *propriedade interacional*" (Lakoff, 1987:51), isto é, uma propriedade que não é um atributo intrínseco de um objeto, mas resulta do modo como os seres humanos, por seus corpos e seu aparelho cognitivo, são confrontados aos objetos: a maneira que eles os percebem, os imaginam, a maneira como eles organizam a informação que têm desses objetos, e sobretudo, a maneira como seus corpos entram em contato com eles.

Essa posição põe por terra a perspectiva de uma correspondência perfeita entre as palavras e as coisas e nega que os objetos possuam propriedades "essenciais", "intrínsecas" e "inerentes".

Mas "as propriedades interacionais" não se devem exclusivamente à perspectiva perceptiva dos indivíduos; elas também são tributárias de uma perspectiva social, como vimos em Blikstein (1995).

Essa posição abre veredas para a análise de questões como categorização, prototipia e estereotipia, que mantêm relação direta com os processos de referência considerados como atividades discursivas.

A noção de categoria, durante muito tempo, esteve calcada na crença da existência de propriedades necessárias e suficientes dos objetos. A partir da concepção de um mundo discretizado e objetivo, os objetos eram categorizados em razão de suas estruturas necessárias, com base na crença de uma ontologia estável. Em resumo, trata-se de uma concepção representacionista transparente das categorias.

Mas, a partir de Rosch (1978) esse modelo é questionado, quando essa autora propõe que as categorias são estruturadas por efeitos de prototypicalidade, que determinam espaços categoriais heterogêneos, de limites difusos, e cujo centro é ocupado pelo elemento mais típico, que, de acordo com Kleiber (1990) é definido como o melhor exemplar ou ainda a melhor instância, o melhor representante ou a instância central de uma categoria. E essa estruturação é tributária de práticas discursivas, social e cognitivamente situadas. Como decorrência, as categorias são marcadas pela instabilidade ou flexibilidade através dos contextos e indivíduos. Como já apontamos anteriormente, por exemplo, quando nos referimos ao caso do planeta Plutão, essa flutuação categorial é freqüente nas controvérsias científicas, sendo provocada por julgamentos divergentes quanto à tipicidade.

Tudo isso deixa claro que as categorias são produzidas no curso da interação pelos membros de uma coletividade, de modo contextual e adaptado a finalidades práticas e a uma situação particular.³⁵

A instabilidade das categorias pode ser vista nas atividades discursivas em todos os níveis da organização lingüística, sendo particularmente observável no discurso oral. Todavia, isso não significa que o texto escrito não possa manifestar essa instabilidade. Por exemplo, no texto abaixo, o locutor elenca uma lista de expressões referenciais, aparentemente na busca daquela mais apropriada para a adequação categorial:

- (21) Seqüestro – esse é o tipo de crime que mais cresce em São Paulo, segundo li outro dia na Folha, e há explicações engenhosas para o fenômeno. Gosto de uma em especial: a de que melhorou muito a segurança nas agências bancárias, de modo que o assaltante típico é agora forçado a mudar de tática. Qual é o mesmo termo para isso? **Educação continuada, reciclagem permanente, sobrevivência do mais apto, reengenharia**, não sei mais. As leis do mercado e os princípios da administração moderna têm muito a dizer sobre esse gênero de crime, que, aliás, exige, pela própria natureza, técnicas sofisticadas de negociação. (...)

(Marcelo Coelho. As imagens que não conseguimos ver. FSP, 21/11/2001, E-8)

Embora se deva reconhecer aqui uma intenção primordial de ironizar uma explicação de um locutor2 (genérico) a respeito das causas do crescimento dos crimes de seqüestro, o locutor1, numa atividade claramente meta-enunciativa, questiona os diferentes termos para designar uma mesma entidade³⁶, manobra por meio da qual vai construindo o objeto-de-discurso no curso do próprio processo de referenciação.

Por tudo que afirmamos, vemos que os protótipos, que organizam as categorias, são construções dinâmicas e, dentro da perspectiva roschiana, psicológicas. Mas, como contraparte necessária, está a lexicalização ou nomeação, que contribui para a estabilização desses protótipos. Com o partilhamento dessa nomeação por diferentes indivíduos de uma comunidade lingüística, o protótipo acaba por tornar-se um objeto socialmente distribuído, estabilizado no meio de um grupo de indivíduos. Um protótipo

³⁵ Esse constitui o caráter ecológico das categorias: o conhecimento humano é motivado por objetivos adaptativos.

³⁶ Trata-se de uma entidade de terceira ordem, de acordo com uma tipologia proposta por Lyons (1977), como veremos no capítulo dedicado às nominalizações.

partilhado evolui dentro de uma representação coletiva chamada geralmente de estereótipo.

Podemos observar no excerto abaixo de "O Guarani", de José de Alencar, um caso em que a atividade de nomeação busca o partilhamento de um conceito de "jardim" de acordo com os ideais românticos:

- (22) No ângulo que essa asa fazia com o resto da casa, havia **uma coisa a que chamaremos jardim**, e de fato era uma imitação graciosa de toda a natureza rica, vigorosa e esplêndida, que a vista alcançava do alto do rochedo. (p. 10)

Marcada claramente por atividade metalingüística, a expressão destacada mostra um ato de nomeação em que **jardim** designa um objeto-de-discurso introduzido como **uma coisa**; a indicação de que a designação é apropriada dá-se pelo segmento iniciado com **de fato**, expressão que confirma o dito, mostrando que o termo **jardim** é adequado para designar o objeto-de-discurso **uma coisa**, por si mesmo de contorno semântico bastante esbatido. Com essa estratégia, o locutor insere um conceito de **jardim** como uma **imitação graciosa de toda a natureza rica, vigorosa e esplêndida**, em que se podem perceber os dois pólos organizadores desse romance romântico: natureza X cultura. Quando o termo **jardim**, cuja noção, prototipicamente, inclui a intervenção do homem e, portanto, se insere no pólo 'cultura', é conceituado como **imitação**, tem-se essa dimensão cultural; quando se relaciona essa imitação a **imitação da natureza**, observa-se a presença do outro pólo, relacionado ao natural. Diríamos, assim, que, dentro da visão romântica, seria mais típico o jardim que mais se aproxima da natureza, no sentido de refletir a organização natural. Essa tipicidade é histórica, cultural, fixada a partir de um ponto de vista que se coaduna com os ideais românticos. Portanto, não se trata de uma atividade de etiquetagem de um objeto do mundo, mas uma construção de um estereótipo, no caso, um estereótipo em circulação dentro dos ideais da sociedade de meados do século XIX.

Esse modo de encarar a questão dos protótipos e dos estereótipos é alvo de críticas por parte de Mondada e Dubois (1995:293). Elas apontam que a análise de Rosch reduz a linguagem a uma nomenclatura e a denominação a uma cartografia direta

dos nomes em relação às coisas, mesmo que essas coisas se tornem entidades mentais por meio dos protótipos. Além disso, se a interpretação dos processos de evolução dos protótipos para estereótipos por meio da lexicalização é produtiva, é necessário dar conta da passagem de um nível puramente subjetivo – o dos protótipos – para um nível intersubjetivo – o dos estereótipos.

Não nos cabe aqui discutir esses aspectos mais detidamente, pois nosso objetivo é outro: mostrar que as representações mentais dos indivíduos são partilhadas, se esses indivíduos pertencem a uma mesma comunidade, e fornecem as condições para a construção colaborativa dos objetos-de-discurso.

Todas essas considerações permitem-nos assumir, juntamente com Fillietaz (1996), um nível de representações gerais e coletivas, o que não significa adotar que essas representações são rígidas, imutáveis, inflexíveis. O que queremos dizer é que, mesmo que as representações mentais não sejam idênticas para todos os indivíduos, podendo, naturalmente, variar de um interlocutor a outro, existe uma relativa estabilidade, uma base comum; em outras palavras, pode-se supor que existam no espírito dos indivíduos representações mentais de natureza prototípica que são relativamente estáveis e a partir das quais as diversas operações cognitivas são efetuadas. No entanto, isso não significa que os protótipos são definidos em relação a propriedades que formam um conjunto fechado, o que equivaleria a afirmar que eles apresentam traços necessários e suficientes; tributários de uma prática social, eles são produtos, constantemente modificados e enriquecidos, da interação dos membros de uma coletividade, de modo contextual e adaptado a fins práticos e a uma situação particular.

Que essas representações mentais comuns se manifestam na dinâmica discursiva parece tácito. Mas, além delas, parecem estar em jogo, de acordo com Fillietaz (1996), mais dois níveis de representação: as representações individuais e as co-construídas na interação.

Na interação, o nível das representações individuais diz respeito ao fato de que nem todos os dados contidos nas representações comuns são ativados, pois os interlocutores ativam relativamente ao objeto-de-discurso o que é pertinente para o

objetivo da interação verbal particular, na construção da memória discursiva. Já o nível das representações co-construídas diz respeito ao fato de que os interlocutores trabalham de maneira conjunta para a identificação do objeto-de-discurso. Essa importante dimensão de construção conjunta dos objetos-de-discurso pode ficar implícita, mas, muitas vezes, ela se manifesta explicitamente através de negociações e pode ser vista, por exemplo, nas solicitações de precisão e nos mal-entendidos, nascidos, muitas vezes, da identificação insuficiente ou equivocada de um objeto-de-discurso. É o que podemos constatar em (23)

- (23) L1 HO::je:: hoje::... essa rapaziada gosta de usar... **essa:: fazenda esse zuarte...**
 Doc. uhn uhn
 L1 né esse – como é que (cha/) --...
 Doc. uhn uhn...
 L1 **zuarde...**
 Doc. **brim...**
 L2 (esse) **brim** não é
 L1 **brim não o zuarte:: esse brim azul...**
 Doc. (pois é) **esse brim azul...**
 L1 **esse zuarte esse zuarte antigamente era... era zuarte**
 L2 **era zuarte...**
 L1 era depreciativo...
 L2 era depreciativo... só:: operários
 L1 era só... só:: operários que usavam(lá)para o traBALho
 L2 ahn...
 Doc. certo...
 L1 não para andar pela rua usavam para o trabalho os operários...
 L2 hoje é:: roupa
 L1 **zuarde**

(Projeto NURC/SP. A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. v. II Diálogo entre dois informantes, p. 1550)

Nessa interação, o processo de negociação da referência é evidente. L1 introduz, por meio do SN demonstrativo, um objeto-de-discurso, designando-o como **essa fazenda, esse zuarte**; mas, diante da reação de incompreensão do documentador, L1 solicita sua colaboração, enunciando **Como é que (cha)...**, repetindo, em seguida, o termo **zuarde**. Quando o documentador finalmente enuncia **brim**, L1 rejeita a designação, insistindo em **zuarde**, o que obriga o documentador a uma atitude de retificação, que pode ser vista quando este diz **certo**. Percebe-se que na representação individual de L1 relativamente a **zuarde** está em jogo a característica "destinado às classes

sociais menos favorecidas", como uma marca de status social às avessas, aparentemente ausente da representação do documentador; e essa característica é pertinente para L1 mas não para o documentador; daí o conflito na identificação do objeto-de-discurso.

7. A construção colaborativa dos objetos-de-discurso no texto escrito

No item anterior, focalizamos, de forma particular, as interações conversacionais. Mas como fica a interação na modalidade escrita? Os aspectos discursivos abordados acima estariam restritos à interação face a face?

A questão remete-nos a um tema bastante atual, que é a relação entre fala e escrita – duas modalidades textual-discursivas diferentes.³⁷ Embora uma abordagem mais aprofundada do assunto fuja aos limites desta pesquisa, achamos necessário ao menos tangenciar a questão para que possamos pensar, quanto à modalidade escrita, em algumas estratégias indicadoras dos processos de colaboração dos parceiros na construção da referência.³⁸

A relação entre fala e escrita deve ser considerada dentro do quadro teórico que adotamos, em que

- a língua não deve ser vista como um sistema único e abstrato, mas como um fenômeno heterogêneo, variável, histórico e social, o que pressupõe que a língua se constitui no uso, como um fenômeno interativo e dinâmico; e, em decorrência desse princípio,
- a fala e a escrita ocorrem em práticas sociais situadas, o que implica fundamentalmente a interação.

³⁷ Do ponto de vista teórico, adotamos aqui a proposta de distinção de Marcuschi (2000b: 25-26) quanto a *oralidade e letramento* (vistos como práticas sociais), de um lado, e *fala e escrita* (tomadas como modalidades de uso da língua), de outro. A **oralidade** seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso, o que pode ser visto numa conversação e numa conferência acadêmica, respectivamente. O **letramento** envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e, assim como na oralidade, vai desde uma realização mais informal à mais formal, o que pode ser visto numa carta pessoal e num artigo científico, respectivamente. A **fala** é uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral. A **escrita** é um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais, caracterizando-se por sua constituição gráfica.

³⁸ Alertamos que nossa abordagem não leva em conta especificamente a questão dos gêneros discursivos.

A adoção desses princípios situa-nos necessariamente no modelo *sociointeracionista* (cf. Marcuschi, 2000b: 32-35), de acordo com o qual fala e escrita apresentam

- dialogicidade
- usos estratégicos
- funções interacionais
- envolvimento
- negociação
- situacionalidade
- coerência
- dinamicidade

Essas características favorecem mais os estudos da modalidade oral, já que nas condições de produção da fala elas são mais observáveis.³⁹ Porém, a natureza dinâmica e dialógica de textos escritos, talvez menos aparente do que na fala, não é menos certa.

Como aponta Koch (1992:69), na conversação, praticamente não ocorre planejamento prévio, devido à natureza altamente interacional dessa modalidade; além disso ela apresenta-se "*em se fazendo*", isto é, em sua própria gênese, tendendo, pois, a "*pôr a nu*" o próprio processo de sua construção. Diz a autora:

Em outras palavras, ao contrário do que acontece com o texto escrito, em que o produtor tem maior tempo de planejamento, podendo fazer um rascunho, proceder a revisões, "copidescagem" etc., o texto falado emerge no próprio momento da interação: ele é o seu próprio rascunho. Além disso, em situações de interação face a face, o locutor não é o único responsável pela produção do seu discurso: trata-se, como diz Marcuschi, de uma atividade de *co-produção* discursiva, visto que os interlocutores estão juntamente empenhados na produção do texto: eles não só colaboram um com o outro, como "*co-negociam*", "*co-argumentam*", a tal ponto que não teria sentido analisar separadamente as produções individuais.

Mas não se pode restringir as características acima apresentadas à modalidade oral; do contrário, seria preciso admitir que as duas modalidades são a manifestação de

³⁹ Talvez por esse motivo se considere a conversação a forma mais legítima de comunicação verbal, como postula Clark (1992). Essa posição muitas vezes enseja a idéia de primazia do oral sobre o escrito, o que constitui uma visão equivocada. Se cronologicamente a fala precede a escrita, o que poderia fornecer-lhe primazia, não podemos desconsiderar o fato de vivermos em sociedade letrada em que, aliás, a escrita é mais prestigiada que a fala. Um outro argumento de que não há razão para pensarmos em primazia de uma das duas modalidades pode ser visto no fato de que há práticas sociais mediadas preferencialmente pela escrita e outras pela tradição oral. Para um aprofundamento da questão, cf. Marcuschi (2000b).

processos comunicativos diversos. Assim sendo, não se pode pensar que a co-construção de objetos-de-discurso só ocorra no texto oral, motivo pelo qual adotamos, juntamente com Marcuschi (2001:37), que

... a referência, na relação face a face, é muito menos uma determinação lingüística e muito mais uma ação conjunta num processo interativo com atividades inferenciais realizadas na enunciação, sem esquecer que a cognição situada exerce um papel central. Disse 'na relação face a face', mas poderia certamente admitir qualquer tipo de enunciação, tanto escrita como falada. (grifo nosso).

De modo geral, podemos apontar três características que diferenciam as situações em que se manifestam fala e escrita. Em primeiro lugar, como vimos com Koch (1992) e Clark (1992), os falantes têm tempo limitado para planejar e revisar o que dizem, situação a que não está subordinado o produtor do texto escrito. Em segundo lugar, o ouvinte deve processar cognitivamente os enunciados ao mesmo tempo em que eles são proferidos, o que requer um tipo de processo de sincronização não encontrado na leitura. E em terceiro lugar, os ouvintes participam ativamente do jogo enunciativo, pois os falantes ajustam o que enunciam com base no que os ouvintes dizem e fazem. Justamente por ter de contar com o descompasso entre produção e leitura realizada por um leitor "invisível", é que o produtor do texto escrito deve monitorar antecipadamente as possíveis reações do leitor, fornecendo-lhe as pistas necessárias para o entendimento. Talvez por isso se tome como "norma" a idéia de que o texto escrito deve fornecer explicitamente todas as pistas para que o leitor consiga "reconstruir" os sentidos pretendidos pelo produtor do texto escrito. E ainda talvez daí decorra toda uma prática pedagógica altamente prescritiva de produção do texto escrito, sem considerar as variações dos diversos gêneros.

Mas a nossa questão central diz respeito à interação. A interação obviamente tem nos participantes um ingrediente fundamental. No entanto, como vimos, enquanto na situação enunciativa em que se produz o texto oral, esses participantes partilham essa

situação⁴⁰ e, assim, produção e recepção ocorrem simultaneamente, na situação de enunciação em que se produz o texto escrito, o que está ausente é justamente a situação de recepção, idéia que não constitui nenhuma novidade nos estudos lingüísticos. Por esse motivo, muito já se falou da "descontextualização" dessa modalidade textual-discursiva^{41,42}.

Mas essa ausência não significa que o produtor do texto não "solicite" a participação ativa do leitor, pois ele constrói seus enunciados em função das hipóteses que faz sobre a capacidade interpretativa desse leitor, o que envolve o terreno comum - as suposições, crenças e conhecimentos mútuos, - além das representações mentais que são ativadas numa interação particular. Assim como falar e ouvir, escrever e ler não são processos autônomos, não são atos individuais isolados, mas atividades fruto de cooperação, uma vez que, como já dissemos, não é possível pensar em princípios distintos de funcionamento da linguagem para as duas modalidades. Resta saber como se dá a interação quando se trata do texto escrito.⁴³

Primeiramente pode-se apontar que, em decorrência dessa espécie de descompasso entre produção e recepção, são raros no texto escrito os ajustes ou reparações oriundos de discrepâncias entre as informações fornecidas para a identificação referencial da perspectiva do produtor e do receptor. Entretanto, não é

⁴⁰ Estamos considerando aqui uma situação enunciativa prototípica (uma conversação), isto é, uma situação em que os participantes, membros de uma mesma comunidade lingüística e cultural, partilham o mesmo ambiente físico, num mesmo momento. No entanto, há situações que, mesmo preenchendo essas características, são significativamente diferentes. Pensamos, por exemplo, numa conferência, em que os participantes desempenham papéis assimétricos; com isso queremos dizer que os participantes não interagem da mesma forma como interagiriam numa conversação. Dificilmente, numa conferência, os ouvintes exigiriam, por exemplo, um ato de reparação referencial, simultaneamente à produção, o que não é raro numa conversação. Para maior aprofundamento dessa questão, remetemos o leitor para Marcuschi, 2000b.

⁴¹ Cf. a esse respeito a crítica de Nystrand e Wiemelt (1991) aos partidários da "autonomia" contextual do texto escrito.

⁴² Na base dessa concepção de autonomia do texto escrito está a de que o sentido é propriedade do texto que, em decorrência, deve ser explícito, pois, já que o leitor não tem acesso ao contexto de produção, entendido como a situação física na qual um enunciado é produzido, é necessário que o escritor expresse tudo no próprio texto. Nesse sentido, descontextualização e explicitude são os dois lados de uma mesma moeda.

⁴³ Tomamos o texto jornalístico como "locus" privilegiado mas não exclusivo de nossa observação; no entanto, essa escolha não se relaciona com qualquer pretensão de atribuir o caráter de prototipicidade a esse tipo de texto.

impossível encontrar esse fenômeno no texto escrito. Um caso interessante do que, a princípio, julgamos ser de reparação estrategicamente calculada por parte do produtor do ato referencial podemos ver em (24):

- (24) (...) o pagode serviu, nos últimos anos, como instrumento de ascensão social dos negros (de alguns negros), que se valeram do sucesso de mercado para reafirmar valores e estilos de vida da pequena elite branca. (Fernando de Barros e Silva. O pagode da Marta e a hora da xepa. FSP, 21/09/2000, A-13)

Ao inserir nos parênteses a reparação **de alguns negros**, o locutor evitou uma implicatura dentro da escala implicacional fundamentada na Máxima da Quantidade: usando a descrição definida **os negros**, expressão encaixada em **ascensão social dos negros**, seria possível "ler" '**todos os negros**' [tiveram ascensão social], forma mais forte que implicaria a mais fraca **alguns negros**. Com base no princípio de que a contribuição deve ser tão informativa quanto requerido (Q1), o locutor opera uma retificação, optando pela forma mais fraca, que implica 'nem todos os negros tiveram ascensão social'. Se tomarmos por base o que aponta Koch (1992) quanto às estratégias do processamento textual (embora a autora se focalize no texto falado), poderíamos ver aí uma reformulação saneadora autocondicionada, em que o próprio falante, reconhecendo que a expressão é problemática, opera uma reparação. Mas no caso específico deste exemplo, essa seria uma análise limitadora, na medida em que, na situação de escritura, como vimos, o produtor do ato referencial tem condições de rever o texto, antecipar uma possível identificação inadequada de objetos-de-discurso e, nessa situação, retificar uma expressão problemática⁴⁴, substituindo-a por outra mais adequada ou enriquecendo-a de modo a torná-la tão informativa quanto requerido, tendo sempre em mente o sucesso do ato referencial. Portanto, podemos aventar a possibilidade de existir nesse ato uma outra intenção. Julgamos que o escritor realiza intencionalmente essa retificação com objetivo argumentativo: chamar a atenção para a exclusão social dos negros, o que talvez não ocorresse, se ele já usasse diretamente a expressão **alguns**

⁴⁴ Talvez fosse interessante uma análise de manuscritos, que, contendo as "correções" do autor, poderiam ser uma fonte valiosa para a observação do fenômeno da construção de objetos-de-discurso, principalmente no que tange às reparações.

negros. Em suma, não vemos aí, a rigor, uma manobra de "ajuste" para a identificação referencial, mas sim uma exploração argumentativa de estratégias retificadoras.

Uma outra manifestação de construção colaborativa da referência pode ser encontrada na aposição.⁴⁵ Em textos de jornal, é bastante freqüente esse tipo de construção, recurso de que se serve o jornalista para se assegurar de que o leitor saberá localizar o objeto-de-discurso, sem risco de incidente interpretativo. A aposição, a nosso ver, funcionaria como uma espécie de "aposta" de que o ato referencial terá sucesso, pelo acréscimo de informações a respeito de entidades como vemos em (25), em que ocorrem duas aposições, inegavelmente de caráter argumentativo, numa situação de interlocução envolvendo dois participantes, jornalista e leitor.

- (25) Na semana que vem, a morte de Tim Lopes completa dois meses, **o repórter torturado e assassinado no complexo do Alemão.** Até hoje, seu principal algoz, **um tal de Elias Maluco,** está foragido. (Marcelo Beraba, FSP, 26/07/2002, A-2)

Já em (26), uma entrevista jornalística, poderíamos ver duas situações de interlocução distintas: na primeira, os interlocutores são entrevistado e entrevistador; na segunda, entrevistador e leitor, em que o primeiro assume uma espécie de papel de "tradutor". Essa, inclusive, parece ser a orientação dada aos jornalistas *no Manual de Estilo e Redação do Estado de S.Paulo* (1990:17), que afirma ser o jornalista um intermediário entre o fato ou a fonte de informações e o leitor.

- (26) **Folha - Que outras vantagens Machado conseguiu no governo?**
Tasso - Eu soube, também quase por acaso, que eles estavam liberando R\$25 milhões do DNOCS [**Departamento Nacional de Obras Contra as Secas**] para o Senador e para três deputados do PMDB. Seria um escândalo. Aí, eu liguei para o Scalco [**Euclides Scalco, secretário-geral da Presidência**] e para o Pimenta [**da Veiga, um dos coordenadores da campanha de Serra**] avisando. Para a sorte deles, a liberação foi suspensa. O FHC deveria ficar eternamente grato a mim, deveria me dar três beijos na testa. (Entrevista de Tasso Jereissati à Folha de S.Paulo, 26/07/2002, A-6)

⁴⁵ Devemos ressaltar que não acreditamos que as negociações referenciais no âmbito da modalidade escrita apresentem marcas lingüísticas específicas e exclusivas.

Se entrevistado e entrevistador co-construíram os objetos-de-discurso sem incidentes não se pode saber, uma vez que numa entrevista jornalística existe sempre, na redação do texto, uma intervenção do redator, que opera uma retextualização, "revendo" ou "corrigindo" passagens da entrevista oral, como aponta Marcuschi (2000b). Com efeito, essa é uma orientação explícita dos manuais de redação, como o manual do jornal O Estado de S.Paulo:

- Por mais caótica que seja a entrevista, você pode ordená-la no texto final (...)
- Procure editar a entrevista, dando-lhe um texto corrido (...)
- A menos que haja alguma razão especial para mantê-los, elimine do texto os erros e repetições que as pessoas cometem habitualmente quando falam.⁴⁶
- ... resuma as respostas do entrevistado. (*Manual de Estilo e Redação do Estado de S.Paulo*, 1990:32)

Nessa retextualização chamam a atenção as aposições marcadas pelos segmentos presentes nos colchetes, que acrescentam informações para que o leitor possa identificar o objeto-de-discurso, manobra que manifesta uma atitude cooperativa em que se privilegiam os interesses do leitor.

Essa mesma atitude pode ser encontrada nas chamadas suítes, desenvolvimento, em dias subseqüentes, de uma notícia publicada pelo jornal, o que pressupõe a existência do que poderíamos considerar uma espécie de "continuidade referencial" em textos e momentos enunciativos diferentes:

A suíte deve sempre lembrar sumariamente de que caso se está tratando e suas implicações, para permitir que mesmo quem não tenha lido as primeiras informações possa acompanhar a seqüência do noticiário. (*Manual de Estilo e Redação do Estado de S.Paulo*, 1990:74)

porque

... sempre há novos leitores chegando ao assunto. (*Manual de Redação da Folha de S.Paulo*, 1987:159)

Como pode o jornalista assegurar-se de que o leitor conseguirá identificar o objeto-de-discurso num texto que integra uma suíte? Em pesquisa feita com SN

⁴⁶ Note-se aqui a idéia bastante generalizada de que a fala constitui uma prática desviante em relação ao modelo da escrita.

definidos em textos noticiosos da Folha de S.Paulo, relativos a um acordo de cessar-fogo no conflito entre israelenses e palestinos, deflagrado em setembro de 2000, Zamponi (2000) mostrou que é o modificador que assume nesses SN a função ou de ativar os dados que já devem estar na memória do leitor, conhecedor do fato desencadeador da suíte, ou de fornecer as condições para o leitor possa construir esse objeto. Isso pode ser visto em (27), (28), (29) e (30), que constituem os *leads* das notícias de 18, 19, 20 e 21/10/2000, respectivamente.

- (27) O presidente dos EUA, Bill Clinton, anunciou em Sharm al Sheikh (Egito) que o líder palestino Iasser Arafat e o primeiro ministro de Israel, Ehud Barak, concordaram em tentar pôr fim à onda de violência que já deixou mais de cem mortos e 3.500 feridos - árabes, em sua maioria.
- (28) **Israelenses e palestinos começaram a implementar gradualmente o acordo anunciado anteontem em Sharm al Sheikh (Egito) para tentar pôr fim à onda de violência na região.**
- (29) Confrontos entre soldados israelenses e palestinos armados duraram cinco horas ontem e deixaram ao menos uma vítima de cada lado perto da cidade de Nablus, na Cisjordânia. São as primeiras pessoas que morrem nos confrontos após a **declaração de cessar-fogo no Egito na terça-feira.**
- (30) Violentos combates entre israelenses e palestinos deixaram ao menos dez palestinos mortos e 270 pessoas feridas, tornando sem efeito o **acordo de cessar-fogo acertado na terça-feira no Egito.**

O contexto dos acontecimentos relatados em (27) é nominalizado em um "objeto-acontecimento" em (28), que é retomado em (29) e (30). Note-se que no SN modificadores e complementos funcionam como um "discurso anterior", ativando os elementos pertinentes para que o objeto-de-discurso possa ser localizado e identificado. E nessa construção, embora mais uma vez o produtor, em busca do sucesso do ato referencial, privilegie os interesses do leitor, observa-se o uso estratégico dos modificadores determinado por necessidade interacional.

Essas observações não esgotam a questão nem significam que se pretenda empreender uma espécie de tipologia de expressões linguísticas com "funções interacionais". Nosso intento foi somente observar que, embora no texto escrito as

marcas da interação sejam menos aparentes, é possível perceber nele algumas pistas lingüísticas dos processos interacionais de construção da referência.

8. Conclusão

Por tudo que apresentamos, assumimos a referenciação como um processo interativo realizado *no* e *pelo* discurso pelos atores sociais envolvidos na tarefa comunicativa em que se constroem objetos-de-discurso, independentemente da modalidade do uso da língua. E na base dessa concepção está o conceito que apontamos na epígrafe deste capítulo: "*a língua é uma moeda, servindo para trocas; mais do que um almoxarifado de mercadorias disponíveis (num estoque de itens lexicais), a língua é uma carpintaria (uma espécie de heurística).*" (Luiz Antonio Marcuschi) Esse será o nosso alicerce em que nos apoiaremos para focalizar dois processos anafóricos realizados, principalmente, por sintagmas nominais: a anáfora associativa e a nominalização.

CAPÍTULO 2 - ANÁFORAS ASSOCIATIVAS

*O todo sem a parte não é todo;
A parte sem o todo não é parte;
Mas se a parte o faz todo sendo parte,
Não se diga que é parte, sendo todo.
(Gregório de Matos)*

1. Definição e divergências

Consideremos os seguintes trechos:

- (1) Estavam no pátio de uma fazenda sem vida. **O curral deserto**, o chiqueiro das cabras arruinado e também deserto, a casa do vaqueiro fechada, tudo anunciava abandono. Certamente o gado se finara e os moradores tinham fugido. (Ramos, Graciliano. *Vidas Secas*.)
- (2) Na semana passada, tivemos finalmente uma novidade. Foi a invasão pacífica de um shopping carioca, pela Frente da Luta Popular. Cerca de 130 pessoas, entre punks, estudantes e favelados, entraram naquele, hum, “templo do consumo”, olharam **as vitrines**, comeram sanduíches de mortadela, declamaram poemas de Pablo Neruda e, bem, foram embora – deixando apreensões e mal-estar no ambiente. (FSP, 09/08/2000, E-10)

Os SN definidos destacados, **o curral deserto** e **as vitrines**, apresentam as seguintes características:

- a) são anafóricos: os objetos-de-discurso são definidos graças a informações presentes no cotexto anterior (**uma fazenda sem vida** e **um shopping carioca**, respectivamente);
- b) não correferem nenhum elemento antecedente¹;
- c) introduzem um objeto novo como se fosse já conhecido.

¹ Usamos aqui a expressão '*elemento antecedente*', já que a variação terminológica para a noção de antecedente atesta os diferentes modos de considerá-la quanto ao seu estatuto ontológico e formal, como veremos adiante.

Esses exemplos constituem casos canônicos de anáfora associativa, mecanismo capital na construção do sentido de um texto e de alta frequência na produção discursiva. A anáfora associativa é geralmente definida de acordo com as seguintes propriedades:

- refere um objeto que, embora apresentado como conhecido, é novo no discurso e que não foi, conseqüentemente, mencionado explicitamente no contexto anterior;
- pode ser interpretada referencialmente somente em relação a dados introduzidos anteriormente no universo de discurso, propriedade que justifica o termo *anáfora*.

Essa definição não impede, entretanto, que a anáfora associativa seja considerada de maneira muito diversificada pelos estudiosos do assunto. Diferentes veredas são trilhadas, de modo que as abordagens do fenômeno abrangem diversas concepções, das mais estreitas às mais amplas. Acrescente-se a isso o fato de se tratar de um tema interdisciplinar por excelência e, como tal, despertar a atenção de lingüistas, psicolingüistas, especialistas em inteligência artificial, entre outros.

1.1 *Anáfora associativa: um caso de anáfora indireta?*

É de consenso que a *anáfora associativa* se marca por uma relação indireta entre os objetos-de-discurso. Por *relação indireta* entende-se o processo por meio do qual um elemento anafórico ativa um objeto-de-discurso a partir de elemento(s) discursivo(s) sem que se estabeleça entre eles uma relação correferencial. Nos desdobramentos teóricos dessa concepção, esse consenso, no entanto, é desestabilizado por divergências que concernem principalmente à abrangência das expressões *anáfora indireta/anáfora associativa*, ao estatuto formal dos elementos relacionados e à própria natureza da relação estabelecida.

Segundo Marcuschi (2000a)², por exemplo, *as anáforas associativas são parte substantiva*³ *das anáforas indiretas*, que constituem

relações referenciais produzidas por sintagmas nominais definidos, verbos, adjetivos, pronomes ou até mesmo orações que não retomam pontualmente ou explicitamente elementos anteriormente (ou posteriormente) presentes na superfície do texto, mas ancoram em elementos do discurso, da situação cognitiva ou outros para ativar ou introduzir um referente novo como se fosse dado. Mesmo inexistindo um vínculo de retomada direta entre uma anáfora indireta e um cotexto antecedente ou posterior, persiste um vínculo coerente na continuidade temática que não compromete a compreensão. Em suma, a anáfora indireta é um caso de referência textual, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo.

O autor aponta como características da anáfora indireta:

- a) inexistência de uma expressão antecedente explícita para a retomada e presença de uma âncora, isto é, uma expressão ou contexto semântico base decisivo para a interpretação da anáfora indireta;
- b) ausência de relação de correferência entre a âncora e a anáfora indireta, dando-se apenas uma estreita relação conceitual;
- c) construção de um novo referente (ou conteúdo conceitual) e não busca de reativação de elementos prévios por parte do receptor;
- d) realização por meio de elementos não pronominais, sendo rara sua realização pronominal.

A concepção de Marcuschi introduz uma interessante questão concernente à relação entre anáfora indireta e a anáfora associativa, questão que permeia vários estudos sobre o assunto. Dizer que as anáforas associativas são “*parte substantiva*” das anáforas indiretas significa que toda anáfora associativa é indireta, mas nem toda anáfora indireta é associativa. Assim, a anáfora indireta seria o fenômeno mais amplo, mais abrangente, do qual a anáfora associativa é parte. Marcuschi não apresenta - nem é esse objetivo do trabalho citado - uma caracterização da anáfora associativa, embora possamos inferir que esse tipo de anáfora participa de uma ou mais características das

² Segundo Marcuschi, este estudo segue de perto a obra de Monika Schwarz (2000), *Indirekte Anaphern in Texten*, embora muito do que é dito já tenha exposto em outros trabalhos do autor. Marcuschi, por exemplo, inclui os pronomes entre os elementos anafóricos da anáfora indireta, contrariamente ao que postula Schwarz, que os inclui no caso das **anáforas esquemáticas**, uma vez que, para ela, apenas os sintagmas nominais definidos podem constituir o anafórico desse tipo de anáfora.

³ Em nota, Marcuschi diz: “Mesmo deixando de lado maiores comentários sobre a questão, gostaria de frisar que as *AI* não podem ser dissociadas das **anáforas associativas**, sendo estas uma parte substantiva das *AI*.”

anáforas indiretas; do contrário, não se poderia nomeá-la como uma espécie de subconjunto.

Uma opção clara por essa direção encontramos também em Kleiber (2001:50) que, ao tratar da relação entre as entidades envolvidas na associação, diz haver apenas dois lados possíveis: ou se englobam as diversas relações que podem existir entre a entidade da expressão antecedente e a entidade da expressão anafórica dentro de um mesmo tipo associativo – e tem-se o direito de definir as anáforas associativas como anáforas indiretas – ou não se opera tal generalização, e então é legítimo definir as anáforas associativas como anáforas indiretas de um certo tipo.

Para ele, a anáfora associativa diferencia-se das anáforas indiretas por critérios formais e semânticos. Ela é um tipo de referência textual indireta, em que um novo referente é introduzido como um anafórico não *do*, mas *por meio do* referente de uma expressão antecedente. Ele aponta que a referência indireta não é específica da anáfora associativa, pois outras anáforas indiretas ou inferenciais são possíveis, como no caso de

- (3) Paulo foi ao *teatro*. **Eles** estavam encenando Shakespeare.

Esse caso é diferente de

- (4) Ele se abrigou sob *uma velha tília*. **O tronco** estava todo rachado.

Embora as duas expressões anafóricas destacadas (**eles/o tronco**) introduzam um novo referente e sejam interpretadas por meio de outro referente mencionado na frase anterior (**o teatro/uma velha tília**), apenas o segundo caso constitui anáfora associativa. Segundo Kleiber (1999a), isso se explica por haver uma diferença significativa entre os exemplos: **uma velha tília/o tronco** caracteriza-se por fornecer uma informação sobre o estatuto da relação que liga as duas referências envolvidas; a possibilidade de introduzir uma nova referência contida na expressão anafórica por meio de outra referência mencionada previamente implica que há algum tipo de relacionamento entre essas duas referências. E essa relação não é somente contextual,

mas também “genérica”. O discurso não pode impor uma conexão como essa por si mesmo. Como veremos adiante, para o autor, a relação é do tipo léxico-estereotípica.

Como não há, nos trabalhos consultados, uma elaboração teórica para as anáforas indiretas (ou inferenciais, como quer o autor), como ocorre em (3), podemos inferir que a elas, como critério definatório, cabe apenas a idéia de 'relação indireta', sem que seja possível estabelecer "*o estatuto da relação que liga as duas referências envolvidas*". Elas se definem muito mais pelo que não são, em comparação à anáfora associativa, do que por traços característicos, tão caros ao autor.

Com efeito, Kleiber (2001: 53-4) aponta que não há relação associativa pertinente para as anáforas indiretas (assim como a léxico-estereotípica o é para as associativas), porque elas não formam uma categoria homogênea. Além dos dois traços comuns de anáfora e de anáfora indireta (ou inferencial) que as reúnem, não há para elas um denominador associativo comum. No entanto, segundo ele, isso não significa que não se possa reunir as anáforas indiretas (ou inferenciais) com base no seu caráter anafórico indireto. Uma tal classificação é legítima se se quer operar uma tipologia das anáforas. Ilegítimo é considerar que as anáforas indiretas assim agrupadas respondam também por um processo referencial idêntico baseado numa mesma relação associativa lógico-cognitiva. O que Kleiber recusa é a posição que consiste em negar toda pertinência a uma identificação das anáforas associativas, um tipo específico das anáforas indiretas. Isso simplesmente porque não há denominador associativo comum (ou relação inferencial) que seja bastante geral para cobrir todos os casos e bastante poderoso para predizer as anáforas indiretas que não podem ser feitas. Portanto, ficamos com dois subconjuntos nas anáforas indiretas: um relativo às anáforas associativas, marcadas por restrições semânticas e formais, e outro que engloba as outras anáforas indiretas, não abrigadas por essas restrições.

No entanto, essa visão não é adotada pelos autores que vêem esse tipo de fenômeno com abrangência maior, como Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), Berrendonner (1994b), Berrendonner e Reichler-Béguelin (1995) e Cornish (1999).

Em estudo voltado para o SN demonstrativo como elemento anafórico da anáfora associativa, Apothéloz e Béguelin (1999: 368) afirmam:

Whether they can be termed ‘associative’ or simply ‘indirect’ is not essential though; in our opinion, there is probably no type of non-coreferential anaphora that does not call for some inferential activity during encoding and/or decoding.⁴

Os autores aqui apresentados não esgotam os estudos dedicados às anáforas indiretas e/ou associativas, mas fornecem um panorama sobre o estado atual da questão, delimitando - a nosso ver - as duas concepções mais significativas: uma que considera a anáfora associativa um subtipo das anáforas indiretas e uma que considera como associativas todas as expressões referenciais cuja interpretação coloca em jogo processos inferenciais, tomando os dois termos praticamente como sinônimos.

1.2 *As concepções de anáfora associativa*

Os estudos sobre anáfora associativa são abundantes e apresentam, como já mencionamos acima, desde uma concepção estreita até uma concepção ampla do fenômeno.

Os estudiosos que defendem uma concepção mais estreita entendem que o conceito de anáfora associativa exige a interferência de outros critérios definitórios que não apenas a relação anafórica indireta, como, por exemplo, o tipo de expressão anafórica e a natureza da relação indireta. Aqui duas teses se opõem: uma que propõe uma abordagem cognitivo-discursiva (cf. Charolles, 1994, 1999), de acordo com a qual o discurso é capaz de estabelecer a associação, e outra que defende uma abordagem mais semântica, que afirma ser a relação associativa de natureza léxico-estereotípica (cf. Kleiber, 1994*a*, *b*, 1999*a* e, principalmente, 2001).

⁴ Quer eles [os SN demonstrativos] possam ser chamados ‘associativos’ quer simplesmente ‘indiretos’ não é essencial; em nossa opinião, não há provavelmente um tipo de anáfora não correferencial que não exija alguma atividade inferencial durante a codificação e/ou decodificação.

Os estudiosos que defendem uma concepção mais ampla entendem que anáfora associativa é toda anáfora não correferencial. Partidário dessa concepção, Berrendonner (1994b), postula ser essa anáfora uma configuração discursiva que apresenta uma expressão referencial dotada de duas propriedades:

- (i) é anafórica: seu referente é definido graças às informações presentes no texto anterior;
- (ii) não é correferencial: seu referente não é mencionado no texto anterior.

O autor não faz qualquer restrição ao aspecto formal do antecedente ou do elemento anafórico.

Desse modo, a oposição entre a concepção estreita e a concepção ampla traduz-se, entre outras coisas, por uma extensão sensivelmente diferente: a primeira aceita apenas o SN definido; a segunda considera que todo pronome e demonstrativo anafóricos indiretos constituem caso de anáfora associativa.

Diante dessas considerações, podemos afirmar que na raiz dessas diferentes concepções estão em jogo os seguintes fatores constitutivos:

- a) o aspecto formal do elemento anafórico;
- b) o aspecto formal do elemento antecedente;
- c) o tipo de relação que se estabelece entre o elemento anafórico e o elemento antecedente.

É a esses fatores que nos dedicamos nos itens subseqüentes, mostrando que o modo de encará-los está intimamente associado à concepção que se tem da anáfora associativa. Embora sejam profundamente imbricados, eles serão abordados separadamente.

2. O aspecto formal do elemento anafórico

2.1 A concepção estreita

É de consenso entre os partidários da concepção mais estreita que o elemento anafórico da anáfora associativa refere-se a um objeto que não foi mencionado explicitamente no contexto anterior e que é apresentado no modo do definido ou do conhecido. Essa restrição permite, por exemplo, diferenciá-la da relação anafórica realizada por meio de um possessivo⁵.

Quanto ao aspecto formal do elemento anafórico, Kleiber (1994b,1999a) considera apenas os SNs definidos, retirando do rótulo anáfora associativa uma relação indireta feita por pronome ou demonstrativo.⁶ Quando essa associação ocorre, trata-se de um caso de anáfora indireta ou inferencial⁷, como vimos mais acima.

Essa visão é também partilhada por Charolles (1994,1999). Ele argumenta que o conteúdo descritivo do núcleo ('N') do SN definido associativo é o elemento responsável pela seleção do antecedente e pela determinação de sua referência, enquanto, no caso do pronome, a força que guia a relação anafórica não pode ser o conteúdo descritivo, uma vez que o pronome é desprovido de informação lexical. Segundo o autor (1994:69), os casos de anáforas realizadas por pronomes e os demonstrativos empregados de maneira aparentemente associativa são possíveis apenas

⁵ Se o elemento anafórico for modificado por um pronome possessivo, mesmo que introduza um referente novo para cuja interpretação é necessário considerar um referente mencionado anteriormente, não ocorre, segundo Kleiber, Schedecker e Ujma (1994), a anáfora associativa, uma vez que um dos traços desse tipo de anáfora é a não correferencialidade, o que não ocorre com o pronome possessivo. Neste caso, está-se diante de um caso de anáfora direta ou correferencial.

⁶ Essa rejeição também é encontrada em Blanche-Benveniste e Chervel (1966), Hawkins (1977a), Marandin (1986), Corblin (1987), Charolles (1994) e Schwarz (2000).

⁷ Kleiber (1994 b) diz em nota de rodapé que toda anáfora supõe uma ponte inferencial. Se se reserva o termo *inferível* somente às anáforas indiretas, é porque, no caso das anáforas correferenciais, a menção, a presença do referente pode dar a impressão de que não há inferência a fazer para encontrar o "bom" referente da expressão anafórica.

sob certas condições muito precisas, o que faz com que eles não possam ser assimilados aos definidos associativos clássicos⁸.

A restrição da definitude do SN anafórico naturalmente exclui expressões com determinante indefinido. Mas, embora se reconheça que os indefinidos servem geralmente para introduzir novos referentes não conhecidos do interlocutor, não sendo, portanto, anafóricos⁹, no exemplo abaixo (emprestado de Kleiber, Schnedecker e Ujma, 1994:14),

(5) Os policiais inspecionaram o carro. **Uma roda** estava cheia de barro.

o SN **uma roda** é interpretado como uma anáfora associativa, em que um referente novo é evocado, mantendo relação com elemento antecedente **o carro**, o que constitui aparentemente um contra-exemplo da restrição à definitude dos SNs anafóricos. Para os autores, no entanto, esse exemplo não invalida a condição de definitude que é satisfeita no nível do conjunto ou do domínio de onde se extrai o novo referente. E esse conjunto deve ser um conjunto já definido. Assim, no exemplo acima, o referente do SN **uma roda** é tomado do conjunto de rodas do carro e não no conjunto geral de rodas. Essa ligação com o conjunto definido permite manter o critério definitório do referente novo introduzido pelo modo do conhecido.

Para Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994), a recusa em aceitar pronomes e SN demonstrativos como anafóricos é legitimada pela diferença de restrições e de relações que se podem observar entre a anáfora associativa dos exemplos canônicos (que envolvem uma relação léxico-estereotípica) e as anáforas indiretas pronominais e demonstrativas. Estas últimas não são consideradas associativas, em razão de seu caráter dêitico, responsável pela identificação do referente no contexto de enunciação e não nos conhecimentos gerais ou estereotipados. Esse é o indicador de que o

⁸ Charolles menciona o caso dos pronomes insulares do tipo associativo (cf. *Albert n'est plus guitariste dans l'orchestre du lycée depuis que'on la lui a volée dans le métro / Alberto não é mais violonista da orquestra do liceu, desde que a roubaram no metrô*), que, devido à sua particularidade merecem estudo à parte.

⁹ Como já apontado aqui mesmo (cf. p. 36-39), Koch (2002a) mostra que o SN indefinido pode funcionar como anafórico.

funcionamento das anáforas indiretas, como vimos, não é passível de um tratamento homogêneo, ao contrário do funcionamento do que eles consideram como anáfora associativa por excelência¹⁰.

2.2 *A concepção ampla*

Por outro lado, dentro da concepção ampla a que nos referimos, em que se inserem autores como Berrendonner (1994a,b), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), Cornish (1990, 1999), além do SN definido, o pronome e o sintagma demonstrativo podem constituir o elemento anafórico, como nos exemplos (6) e (7) emprestados de Marcuschi (2000a) e (8) e (9) emprestados de Gelbukh e Sidorov (documento eletrônico):

- (6) Estamos pescando há mais de duas horas e nada, porque **eles** simplesmente não mordem a isca.
- (7) A: Maria pretende casar no final do ano.
B: E o que é que **ele** faz?
- (8) João estava cantando. **Esse som** perturbava Pedro /Pedro não gostava **desse som**.
- (9) Eu vendi a casa. O que eu vou fazer com **esse dinheiro**?

Nesses quatro exemplos (fabricados), os elementos anafóricos não correferem nenhum elemento antecedente e, embora apontem para um referente novo, são introduzidos como conhecidos, garantindo a satisfação do critério definitório da anáfora associativa, o que atesta que o mecanismo que opera na associação pode ser implementado por outras formas além do SN definido. O que possibilita a associação? Embora a natureza da relação instaurada pela anáfora associativa seja abordada no item 2.3, adiantamos aqui uma particularidade que, em muitos casos de associação indireta, deve ser levada em conta: nos casos acima apresentados, os elementos antecedentes dos

¹⁰ Uma abordagem mais detalhada quanto ao uso do demonstrativo será feita no final deste capítulo.

anafóricos não constituem sintagmas nominais, mas proposições, que fornecem as condições para que a associação tenha lugar. Em todos esses casos, o objeto-de-discurso do elemento anafórico é um argumento envolvido lexicalmente no processo expresso na proposição anterior: em (6), o processo de **pescar** inclui o argumento peixe em (7), **casar** pressupõe dois actantes (marido e mulher); em (8), **cantar** pressupõe um produto - 'canto'; no entanto, é usado o hiperônimo **som**; e, finalmente, em (9), **vender** pressupõe 'transferir um bem para outra pessoa em troca de dinheiro'¹¹.

Exemplos como esses não são raros em textos efetivamente produzidos como em (10), em que o SN **esse dinheiro** é interpretado por inferência realizada com base no verbo **vender**.

- (10) Grupos religiosos passaram a ver nessas emissoras uma boa maneira de fazer proselitismo religioso. Outras pessoas vendiam anúncios e espaço de programação com a alegação de que **esse dinheiro** cobria os custos operacionais. (*Jornal de Comunicação*, n. 1, março/2002, p.6)

ou em

- (11) **Cestas básicas**

Será que enfim resolveram acabar com a síndrome 'vítima-coitado' que assola a mentalidade deste país? Essa maneira de pensar é uma das principais causas da indigência social em que vivemos. Acabar com a entrega de cestas básicas gratuitas demonstra que estamos começando a tomar consciência de que para resolver os problemas sociais, temos de iniciar pela promoção humana, recuperando a auto-estima e a auto-valorização de cada cidadão.

Claro que há que se buscar alternativas a esse corte, mas que sejam alternativas inteligentes, que proporcionem a **essas pessoas** a possibilidade de participar efetivamente das relações de consumo inerentes a qualquer sociedade. (Santiago Torrente Perez, Folha de S.Paulo, 29/11/00 – A-3)

Ocorre no exemplo (11) um caso de anáfora associativa em que o SN demonstrativo **essas pessoas** não oferece qualquer problema interpretativo, embora não se encontre no contexto precedente um segmento lingüístico para o qual possa apontar esse SN. Mas, se retirarmos o primeiro parágrafo, fica evidente que se cria um problema

¹¹ Kleiber (2001) classifica esse caso particular de antecedente proposicional como anáfora associativa actancial, mas não aceita, como vimos, o SN demonstrativo ou o pronome pessoal como elementos anafóricos.

de interpretação, pois é ele que estabelece o contexto englobante para o emprego do SN demonstrativo. Note-se, inclusive, que alguns elementos lingüísticos, como os SNs **a síndrome vítima-coitado** e **a indigência social** servem de âncora para o anafórico aqui focalizado, que refere as pessoas que não mais receberão cestas básicas, actante implícito da nominalização do verbo **entregar em acabar com a entrega de cestas básicas**. Essa relação é feita por uma ponte inferencial que deve levar em conta o parágrafo anterior para que se determine o objeto-de-discurso.

A respeito das restrições quanto à forma do elemento anafórico da anáfora associativa, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999: 369) têm uma posição clara, tomando-a, inclusive, como um dos princípios adotados para a análise do fenômeno:

Though the various forms of anaphoric expressions (definite NPs, demonstrative NPs and pronouns) are distinct from one another - at least partially - by use constraints (an issue that has been explored in the literature extensively), we think that these constraints are relatively flexible. Consequently it would be vain to establish a strict correlation between types of expressions and types of uses.¹²

Vê-se, com isso, que os autores estão mais voltados aos fatores envolvidos na interpretação dos três tipos de expressões em contexto do que a fazer restrições quanto ao aspecto formal da expressão anafórica.

3. Aspecto formal do elemento antecedente

3.1 Uma breve incursão pela questão do antecedente

Antes de abordarmos o aspecto formal do elemento antecedente da anáfora associativa, é necessário considerar a noção de 'antecedente'¹³.

¹² "Embora as várias formas das expressões anafóricas (SN definido, SN demonstrativo e pronomes) sejam distintas entre si – ao menos parcialmente - por restrições de uso (um tópico bastante explorado na literatura), essas restrições são relativamente flexíveis. Conseqüentemente, seria vão estabelecer uma correlação estreita entre tipos de expressão e tipos de usos." Essa idéia é rejeitada por Kleiber (2001:54), que afirma não ser vão tentar ligar de maneira rígida tipos de expressão e tipos de emprego, sendo mesmo necessário fazer intervir o marcador referencial, quando se trata de anáforas associativas.

¹³ Os exemplos dados nesta seção nem sempre constituem casos de anáfora associativa.

Como vimos, as expressões anafóricas exigem uma saturação referencial, possibilitada por um outro elemento do contexto ou cotexto. Em outras palavras, para a interpretação do elemento anafórico, é necessário um “antecedente”. Essa, pelo menos, é a noção adotada em grande parte das descrições contemporâneas sobre a anáfora.

A partir dessa noção básica, podemos perguntar: qual a natureza desse elemento antecedente? A grande diversidade terminológica não é uma questão de “idiossincrasia teórica”, mas um indício dos diferentes modos de considerar essa noção quanto ao seu estatuto ontológico e formal.

Uma consideração faz-se necessária. Como, muitas vezes, os exemplos trabalhados são construídos para a exemplificação de teorias (quase sempre eles se reduzem a duas frases, o que leva Charolles (1994) a chamá-los de ‘*espartanos*’), o antecedente normalmente constitui um segmento claramente delimitável do contexto lingüístico anterior, ao qual remete o anafórico.¹⁴ Mas nem sempre um antecedente assim concebido se verifica em textos efetivamente produzidos. Por isso, dizer que o antecedente é um segmento textual univocamente delimitável é problemático.

Cornish (1990, 1999) distingue o que ele chama de ‘gatilho do antecedente’ (em inglês: *antecedent trigger*)¹⁵ de ‘antecedente’.

Para entendermos essas noções, voltemos à visão *padrão* da anáfora. De acordo com ela, a expressão anafórica precisa ser colocada em relação com uma expressão

¹⁴ Koch (2002a) e Koch e Marcuschi (1998) distinguem três categorias freqüentemente vistas como sinônimas: **referir**, **remeter** e **retomar**. **Referir** é uma atividade de designação realizável por meio da língua sem implicar uma relação especular língua-mundo; **remeter** é uma atividade de processamento indicial na cotextualidade, isto é, um movimento textual em que se dão relações (de ordem semântica, cognitiva, associativa, pragmática ou de outro tipo); **retomar** é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, seja numa relação de identidade (caso da correferenciação) ou não (caso da associação).

¹⁵ O termo ‘trigger’, usado primeiramente por Hawkins (1977b), é motivo de uma pequena polêmica entre Cornish e Reichler-Béguelin (cf. Cornish, 1999: 43). Reichler-Béguelin (1995) sugere que Cornish, em trabalho publicado em 1986, usa o termo ‘trigger’ sem creditá-lo a Hawkins. Cornish argumenta que não havia lido Hawkins por ocasião da publicação desse trabalho e que há uma diferença significativa entre os dois: enquanto Hawkins usa apenas a expressão ‘trigger’ e a vincula especificamente à anáfora associativa, englobando inclusive o uso associativo de SN definido em primeira menção com base em conhecimentos partilhados entre falante e ouvinte, ele adota o termo ‘gatilho do antecedente’ e o estende para todos os casos de anáfora.

antecedente adequada, que ocorre no cotexto. Uma vez realizada essa conexão, as propriedades léxico-semânticas do antecedente podem então ser transferidas para o anafórico, saturando-o; assim se daria a resolução anafórica. Segundo Cornish (1999:41-42), essa noção tradicional de antecedente separa duas funções: ele é simultaneamente um elemento formal e uma expressão potencialmente referencial, inerentemente significativa. É essa segunda função que, na concepção tradicional, determina a referência e o sentido do elemento anafórico. Cornish vê aí dois aspectos - forma e conteúdo - que devem ser separados. Reserva ao primeiro o termo "*gatilho do antecedente*" e conserva o termo "*antecedente*" para o segundo, na verdade, o elemento responsável pela interpretação da anáfora. Segundo Apothéloz (1995a), essa solução apresenta a vantagem de distinguir claramente as ocorrências lingüísticas de seu valor semântico e referencial. Tal distinção permite dar conta de freqüentes casos em que a interpretação do gatilho do antecedente e a do antecedente não coincidem ou, pelo menos, não coincidem exatamente, e abre a possibilidade de uma descrição unificada das anáforas, impedindo que se imponha uma fronteira absoluta entre as correferenciais e as associativas. E sobretudo dá conta do caso mais polêmico (envolvendo o próprio conceito de anáfora) em que o gatilho do antecedente não é um segmento lingüístico, mas gestos, direção do olhar, apontamento, etc. Esse conceito amplo de 'antecedente' se ajusta bem às chamadas anáforas pragmáticas, como mostram os exemplos (traduzidos de Cornish, 1990):

- (12) (São 11 horas. Um casal prepara-se para dormir. Antes de entrar no quarto, a mulher olha significativamente para a porta principal.) O marido diz:
- Eu **o farei**, não se preocupe.
- (13) (Área de um clube onde se localiza a piscina. Entrando, um sócio pergunta a outro que sai)
- **Ela** está fria?

Nos dois casos, o objeto é construído a partir da coordenação da atenção dos participantes do discurso para uma entidade mutuamente visível e saliente por uma razão

ou outra (em (12) para uma ação que deve ser realizada; em (13) para uma atividade de lazer). Nos dois casos, deve-se tomar a relação entre os interlocutores, traduzida pela força ilocucionária particular que os dois enunciados exprimem, e o próprio enunciado de que faz parte o anafórico. Esses dois aspectos vão fornecer o contexto apropriado em que o referente será determinado. Nesse sentido, na anáfora pragmática, é a interpretação dos anafóricos em seu contexto predicativo, enunciativo e situacional que cria seu próprio antecedente, o que põe em xeque a descrição tradicional da anáfora.¹⁶

Reichler-Béguelin (1995) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) também fazem parte dos que defendem uma visão ‘mais ampla’ de antecedente. Eles consideram que a dependência interpretativa de uma anáfora não se vincula ao contexto verbal explícito, mas às informações já disponíveis na memória discursiva. Interpretar uma anáfora não é uma operação trivial de colocá-la em relação com um ‘antecedente’ textual. Prova disso é que, muitas vezes, a delimitação precisa do segmento textual requerida para a interpretação textual é problemática, como, por exemplo, no caso das nominalizações, como veremos no capítulo 3.

Vê-se, assim, que reduzir o fenômeno anafórico a uma relação binária ‘antecedente/anafórico’ não é capaz de dar conta da variedade de fenômenos referenciais atestados no discurso, que operam, como dito acima, sobre a informação memorizada, que pode, inclusive, ser alterada entre o momento da introdução do objeto-de-discurso e a sua retomada.

¹⁶ Como aponta Cornish (1999), na resolução da anáfora, o papel fundamental daquilo que se predica verifica-se mesmo no caso em que o gatilho do antecedente está textualmente presente, como ocorre nos casos tomados como prototípicos do fenômeno anafórico, isto é, os que envolvem a correferência, o que questiona a noção bastante difundida de que o relacionamento intratextual na correferência se dá entre segmentos *isolados* dentro do contexto. Desse modo, em **João comeu uma maçã na noite passada, mas ela estava muito ácida para seu gosto**, o pronome anafórico não refere **uma maçã** nem **a maçã**, mas **a maçã que João comeu na noite antes do momento da enunciação**. O referente associado a essa descrição é introduzido por todo o contexto anterior, por meio do qual a entidade de discurso é evocada. A entidade é introduzida no discurso pelo gatilho do antecedente por meio do contexto e da enunciação, e a anáfora acessa essa entidade de discurso representada mentalmente, acrescentando a essa representação propriedades ulteriores resultantes do processamento da cláusula do anafórico como um todo. Esse ponto de vista afasta-se da concepção da anáfora como um fenômeno textual no sentido de que sua interpretação consiste em localizar um segmento lingüístico (um “antecedente”). Isso é postulado por muitos autores, inclusive Koch (1993:45)

Essa concepção cognitivo-discursiva de anáfora permite admitir a existência de objetos-de-discurso introduzidos indiretamente com base no significado lingüístico ou não – daí a pertinência da noção de gatilho do antecedente, como vimos acima. Assim, nos exemplos seguintes, é a dimensão do enunciado e da enunciação que permite validar os objetos-de-discurso a que se referem os SNs definidos:

- (14) "Pretendo transformar a cidade num condomínio fechado." **A frase** é do prefeito de Iracemápolis, Cláudio Consenza, e a construção do alambrado de 2,5 metros de altura que deverá esta cidade de 16 mil habitantes já começou. (FSP, 09/08/2000, A-1)
- (15) O próximo presidente dos EUA não sairá enfraquecido da batalha jurídico-eleitoral da Flórida, pois terá a atenção da imprensa e do eleitorado e poderá definir assuntos a serem tratados pelo governo. **A afirmação** é de tom Ridge, governador do Estado da Pensilvânia, que foi cotado para ser candidato a vice-presidente pelo Partido Republicano (...) (FSP, 29/11/2000, A-10)

Os objetos-de-discurso não se ligam a qualquer significado precedente, mas a uma atividade verbal. Trata-se de um dos casos que Apothéloz (1995b) denomina *anáforas atípicas*, nos exemplos, anáforas de natureza metalingüística, que remetem a uma enunciação ou a um ato de linguagem. Esse tipo de anáfora é trabalhado por Francis (1994) e Koch (2002a) e será retomado no capítulo que trata das nominalizações.

Diante de casos como esses em que a noção tradicional de antecedente é problemática, há uma tendência cada vez maior de abandonar esse termo, já associado à idéia de segmento lingüístico (exceção feita a Cornish (1990, 1999), como vimos, que usa o termo em um sentido restrito dentro de um quadro teórico cognitivo) e de buscar termos que sejam mais adequados para abranger o fenômeno anafórico, que, para ser explicado, deve levar em conta outros fatores, além do lingüístico.

A terminologia é variada. Aqui apresentamos os termos usados para designar a noção de 'antecedente' apenas referentes aos autores que são base para esta pesquisa.

Apothéloz (1995b) e Apothéloz e Chanet (1997) denominam esse elemento *informação suporte* que, dissociando-se do caráter segmental, permite uma modalização

de casos de anáfora muito mais refinada (sutil) do que possibilita a noção do antecedente exageradamente fixada na co-presença de segmentos lingüísticos.¹⁷

Quando tratam da anáfora associativa, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) denominam *informação prévia* à informação necessária para a interpretação anafórica, que não pode ser confinada dentro de fronteiras claras entre fontes lingüísticas e não lingüísticas. A informação prévia deve ter muitas fontes: o contexto de enunciação imediato, conhecimento prévio ou cotexto precedente, que são funcionalmente equivalentes.

Schwarz (2000) e Marcuschi (2000 *a*), Koch (texto não publicado), tratando das anáforas indiretas, denominam *âncora* aos elementos do discurso, da situação cognitiva ou outros que ativam ou introduzem um referente novo como se fosse dado. O termo *âncora* é parafraseado por Marcuschi (2000a:7) como “*uma expressão ou contexto semântico base decisivo para a interpretação da anáfora indireta*”. Associado a 'profundidade' [e não a 'superfície'], 'entorno fluido' [e não 'rigidez'], sem ao mesmo tempo deixar de indicar um elemento que fixa, o termo '*âncora*' se ajusta bem ao conceito de elemento que sustenta a interpretação referencial, fonte que envolve dimensão semântica, cognitiva, textual-discursiva e enunciativa.

Kleiber (2001:29) atribui justamente às anáforas indiretas a responsabilidade pelo abandono da denominação 'antecedente' para a expressão ou o segmento de mensagem lingüística anterior, necessária à interpretação da expressão anafórica. Mas, para ele, a noção de antecedente pode ser conservada sem danos tanto para as anáforas correferenciais (ou diretas) como para as anáforas não correferenciais (ou indiretas), uma vez que o termo não tem implicação teórica. Prova disso é que se se substitui '*âncora*' ou '*gatilho*' nos estudos que recorrem a esses termos por '*antecedente*' não há nenhuma repercussão para a própria análise.

¹⁷ A concepção de que toda anáfora consiste em uma ligação interpretativa entre dois segmentos textuais perfeitamente delimitáveis acaba levando seus defensores a privilegiar as chamadas anáforas correferenciais e a considerar pouco aceitáveis ou desviantes ou ainda marginais pronomes sem antecedente, por exemplo.

Na visão mais estreita da noção de antecedente [*'estreita'* deve ser lido aqui como *'tradicional'*] a informação a que remete o elemento anafórico deve ser fornecida por meios lingüísticos; em outras palavras, ela deve ser cotextual. Para Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994) o “ponto de referência” (antecedente) deve ser expressamente mencionado no cotexto de ocorrência. Em relação às exigências textuais da anáfora associativa, os autores afirmam que

... la co-présence de deux expressions, l'une faisant office de "source", l'autre d'anaphorique, est une condition *sine qua non*, e partant un critère définitoire décisif des configurations associatives. (p.20)¹⁸

Essa condição elimina qualquer possibilidade de se considerar as anáforas pragmáticas, ou, pelo menos, nomear como 'anáfora' os empregos definidos situacionais. Kleiber (1994b:158) faz uma menção a Hawkins (1977a), quando este autor aborda o "emprego [do definido] em situação mais ampla" (em inglês, *larger situation use*) e ao qual aplica o modelo de anáfora associativa como em **O presidente viajou**. Segundo Kleiber,

...le parallèle avec l'anaphore associative est incontestablement justifié, mais ce qui n'a pas été observé, c'est que les cas situationnels ne correspondent qu'aux cas anaphoriques avec antécédent défini. Il n'est pas possible d'avoir du coté situationnel, pour des raisons que sont évidentes, l'équivalent des enchaînements anaphoriques avec déclencheur indéfini. Le *trigger situationnel* est par la force des choses toujours défini. Ce point, que nous ne développerons pas ici, nous semble essentiel pour saisir à sa juste mesure la correspondance établie entre le *phénomène associatif situationnel* et l'anaphore associative.¹⁹

Percebe-se pelos termos destacados que Kleiber não abriga sob o rótulo '*anáfora associativa*' as associações de natureza pragmática, que devem levar em conta o contexto de enunciação.

¹⁸ ... a co-presença de duas expressões, uma no papel de 'fonte', outra de anafórico, é uma condição *sine qua non* e, portanto, um critério definatório decisivo das configurações associativas.

¹⁹ ...o paralelo com a anáfora associativa é incontestavelmente justificado, mas o que não foi observado é que os casos situacionais correspondem apenas aos casos anafóricos com antecedente definido. Não é possível haver do lado situacional, por razões que são evidentes, o equivalente a encadeamentos anafóricos com o gatilho indefinido. O gatilho situacional é, pela força das coisas, sempre definido. Esse ponto, que não desenvolvemos aqui, nos parece essencial para compreender a correspondência estabelecida entre o fenômeno associativo situacional e a anáfora associativa.

3.2 O elemento antecedente da anáfora associativa

Para os partidários da visão ampla da anáfora associativa, o antecedente não é marcado por restrições semânticas ou formais.

Já os partidários da visão estreita privilegiam o SN indefinido como o elemento antecedente por excelência. Basta lembrar o exemplo canônico com que Kleiber trabalha:

- (16) Chegamos a *uma cidadezinha*. **A igreja** ficava no alto da colina.

No entanto, ocorrem com frequência casos em que esse elemento antecedente é um SN definido e outros em que o elemento antecedente é uma sentença, um verbo, marcadores espaciais ou nominais, entidades não nominais (*scripts*); estes são questionados pelos partidários da visão estreita, quanto ao próprio estatuto ontológico: esses elementos são mesmo 'antecedentes' dos SNs definidos e, além disso, nos enunciados em que eles figuram, ocorrem realmente anáforas associativas? Os exemplos abaixo, apresentados por Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994; com exceção do primeiro, os exemplos são emprestados dos autores cujos nomes se encontram entre parênteses), ilustram cada caso:

- (16') Chegamos à *cidadezinha*. **A igreja** ficava no alto da colina.
(17) *Na França*, **o presidente** viaja muito. (M. Charolles)
(18) *Em 1930*, **os carros** andavam mais devagar. (M. Charolles)
(19) Paulo *cortou* o pão e depois guardou **a faca**. (Corblin)
(20) *Aterrissar na Praça Vermelha!* Certamente **o jovem piloto** é louco. (M-J. Reichler-Béguelin)
(21) Jenny achava *o filme* tedioso. **O projetista** devia trocar o rolo. Era um clássico do cinema mudo. (S. Garrod e A. Sanford)

Quanto ao primeiro caso, veremos adiante que os autores aceitam o SN definido sob certas condições. Mas, para eles, em (17) e (18), os marcadores **Na França** e **Em**

1930 não saturam os SNs definidos; prova disso é a possibilidade de interpretar o **presidente** como, por exemplo, '**o presidente dos Estados Unidos**' e não necessariamente '**o presidente da França**', se um americano, estando na França, se referir ao presidente do seu país; além disso, seria possível substituir o SN definido por nome próprio, sem que houvesse interpretações associativas (cf. *Na França, João viaja muito / Em 1930, João andava mais rápido.*)

Nos outros três casos, a saber, proposição, verbo e *scripts*, a complexidade é maior, pois seus componentes são ontologicamente heterogêneos e muito diversificados. É possível, por exemplo, haver componentes causais, actanciais, intencionais. Mas Kleiber (2001) já inclui em uma tipologia das anáforas associativas as anáforas actanciais e funcionais, cujo antecedente constitui uma sentença e um SN, respectivamente, e cuja relação semântica é baseada em papéis semânticos e função. Principalmente, a noção da relação meronímica (parte-todo) será alvo de um "refinamento". A tipologia das anáforas associativas de Kleiber será vista à frente.

Quanto ao antecedente definido, além desse trabalho em parceria com Schnecker e Ujma, Kleiber (1994b), apresenta as condições em que essa forma de antecedente pode ocorrer nas anáforas associativas.²⁰ Ele parte dos seguintes exemplos:

- (22) Nós entramos na *cidadezinha*. **A grande loja de departamento** estava fechada.
(22') ?Nós entramos numa *cidadezinha*. **A grande loja de departamento** estava fechada.

No primeiro caso, o antecedente SN definido parece "liberar" a associação de uma relação estereotípica mais do que o antecedente SN indefinido. Quando se trata do segundo caso, a informação é que a entidade é um membro da classe dos N; trata-se de um membro típico dessa classe; daí um SN indefinido poder ser seguido somente por um elemento anafórico que constitua uma das partes estereotípicas do referente designado pelo antecedente. Com o definido, a apresentação do referente é diferente: ele aparece como conhecido por outras informações além daquelas fornecidas somente pelo *tipo* do

²⁰ Neste trabalho, Kleiber (p. 153) limita-se a examinar antecedentes que constituem um SN.

referente (ou de N) de que ele é uma ocorrência; em outras palavras, ele perde o seu caráter convencional. Esse conhecimento particular do antecedente abre a possibilidade de um conhecimento similar de alguns elementos que o compõem. No caso do exemplo acima, é possível conceber que o conhecimento 'na cidadezinha em questão há uma grande loja de departamento' seja presumido ou apresentado como adquirido a partir do conhecimento daquela cidade em particular. Em outras palavras, a ponte inferencial se faz sobre uma presunção de conhecimentos partilhados; não se trata de um saber genérico, mas de um saber contingente ou factual, ligado a um referente particular. Mesmo que não disponha dos conhecimentos necessários sobre o referente antecedente, o interlocutor pode, todavia, compreender que **a grande loja de departamento** é uma parte da cidade em questão e aceitar o encadeamento estabelecido. Porém, deve-se considerar que o SN definido aponta para um referente que apresenta ou conserva necessariamente "partes" que permitem designá-lo como tal. Nada impede operar a introdução de uma dessas partes estereotípicas a partir da menção anterior de um referente particular e, assim, realizar uma anáfora associativa. Com isso, Kleiber "salva" sua posição de acordo com a qual esse tipo de anáfora "rola sobre estereótipos".

Kleiber aventa a possibilidade então de considerar dois tipos de anáforas associativas: *anáforas associativas léxico-estereotípicas* ou *genéricas* (de base semântica, essas anáforas estabeleceriam uma relação todo-parte a partir dos traços semânticos inscritos no léxico e colocariam em relação SN₁ - indefinido - e SN₂ - definido) e *anáforas associativas contingentes* (de base pragmática, essas anáforas factuais permitiriam abrigar, inclusive, outros tipos de relação, o determinante definido no antecedente, a ordem aleatória da relação etc.). Mas, segundo ele, o resultado disso seria o risco de se abrigar sob o mesmo rótulo de anáforas associativas todas as referências indiretas e inferenciais operadas por um SN definido, ou seja, fenômenos anafóricos heterogêneos que ultrapassam o quadro das relações parte-todo estereotípicas ou não. Com esse "vale tudo" desapareceriam as especificidades e propriedades de diferentes relações anafóricas, pois encadeamentos indiretos que se baseiam em

conhecimentos puramente contingentes (sem qualquer relação semântica pré-inscrita *a priori* no léxico), como em

(23) Acabo de ver Paulo. O carro está pronto.

em que a menção anterior de Paulo permite ativar um conhecimento suposto possuído pelo interlocutor para lhe permitir ter acesso inferencialmente ao referente de **o carro** (cf. *o carro de Paulo que estava com problema* ou ainda *meu carro que levei para Paulo consertar está pronto*) seriam considerados anáfora associativa. Passando-se do nível semântico ao nível de conhecimentos factuais, é possível encontrar descrições definidas incompletas indiretas apoiando-se sobre toda sorte de relações. Rejeitando essa abertura, Kleiber circunscreve a anáfora associativa aos encadeamentos anafóricos indiretos operados por uma descrição definida com base em um saber estereotípico.²¹

A questão da definitude/indefinitude do antecedente explica a contento ocorrências como

(25) Rio de Contas, Bahia. *A cidade* fica na chapada Diamantina, aninhada a mil metros de altitude. **O casario colonial**, herança do ciclo do ouro, é bem conservado. (Walter Salles. O fabuloso Zofir. Folha de S.Paulo, 1º/09/2001, E-10)

Neste caso, o SN definido **a cidade**, após remeter a **Rio de Contas**, designador rígido, constitui o antecedente ao qual se associa o anafórico **o casario colonial**. Se adotarmos o percurso feito por Kleiber, diremos que o modificador **colonial** não seria bem tolerado, se o antecedente fosse um SN indefinido, uma vez que **casario colonial** não é parte estereotípica de 'uma cidade'; essa indefinitude permite apenas interpretar que a entidade designada pelo SN é um membro da classe de N. No entanto, sendo o antecedente um SN definido, ao objeto-de-discurso por ele designado como conhecido pode estar associado um elemento particular: o fato de o casario (parte estereotípica de cidade) ser do estilo colonial (particularidade da cidade em questão). Não poderíamos

²¹ O autor previne que se trata de uma condição necessária, mas não suficiente. Não há anáfora associativa cada vez que essas condições se verificam, pois outros fenômenos devem ser considerados. No entanto, não explicita que fenômenos seriam esses.

deixar de observar aqui a importância de outros elementos que tornam o objeto-de-discurso particularizado, com base no provável conhecimento mútuo, comum a produtor e leitor: os indicadores de localização espacial (**Chapada Diamantina**), que antecede o anafórico, e temporal (por meio do sintagma **herança do ciclo do ouro**, que nos remete a um período da história do Brasil), que o segue.

4. Tipo de relação do elemento anafórico e seu antecedente

Como se dá a relação entre o elemento anafórico e seu antecedente na anáfora associativa? Em outras palavras, qual é o estatuto que une a entidade da expressão anafórica à entidade da expressão antecedente? Que tipos de relação permitem estabelecer uma anáfora associativa? O que permite que, mesmo remetendo a um referente novo, a expressão anafórica apresente esse referente no modo conhecido? Qual é a natureza da associação? Semântica, convencional, *a priori*, ou somente contingente, estabelecida no discurso e/ou na situação de enunciação? Responder a essas perguntas significa tocar no cerne da própria noção de ‘anáfora associativa’.²²

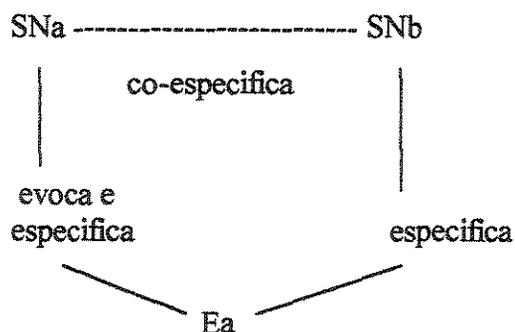
Primeiramente temos de considerar um dado fundamental: a relação entre os dois termos de uma anáfora associativa é estabelecida graças a um procedimento inferencial.²³ Em qualquer que seja a concepção (estreita ou ampla), a noção de inferência ocupa lugar de destaque, embora esse procedimento não seja exclusivo desse tipo de anáfora.

Kleiber, Schneckeder e Ujma (1994: 32-3) afirmam que toda anáfora é inferencial, embora normalmente se fale de inferência apenas para as anáforas não correferenciais (cf. nota 7). Segundo os autores, mesmo a anáfora correferencial envolve inferências, pelo simples motivo de que todas as expressões anafóricas são

²² Kleiber (2001) aponta que a literatura sobre a anáfora associativa é rápida, alusiva e imprecisa quando trata dos tipos de relação que servem de suporte a esse tipo de anáfora, o que, no nosso modo de ver, não é procedente. Veja-se a formalização de Berrendonner (1994b) e a dos que tratam o fenômeno dentro do campo da Inteligência Artificial (GELBUKH, A. F.; SIDOROV, G, documento eletrônico, e Le Pesant, 1996), por exemplo.

²³ Prince, 1981, e Ariel, 1990, por exemplo, denominam a nova entidade introduzida pela anáfora associativa de *infertvel* e *inferida*, respectivamente.

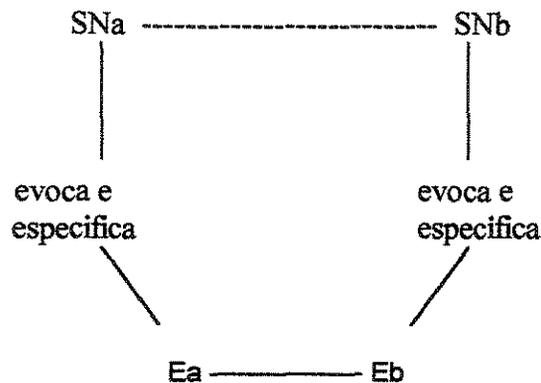
incompletas e sua interpretação depende de outra informação presente anteriormente no discurso, complementação do sentido que necessita de uma ponte inferencial. No caso da anáfora correferencial, ocorrem duas expressões que remetem a uma mesma entidade; a primeira evoca e especifica essa entidade; a segunda a co-especifica, correferente a ela, mas não introduz um referente novo. Trata-se de uma anáfora direta, que apenas reativa um referente previamente introduzido. É por meio de um procedimento inferencial que se faz a ligação entre as duas expressões. O esquema abaixo (cf. Webber, 1988) mostra essa relação:



sendo

SNa = antecedente / SNb = expressão anafórica / Ea = referente

Na anáfora associativa, o processo inferencial deve operar com duas expressões que remetem a duas entidades distintas; em outras palavras, as duas expressões evocam e especificam referentes próprios (Ea e Eb), que são associados inferencialmente, como mostra o esquema abaixo:



Dado esse aspecto fundamental – embora não exclusivo - na resolução da anáfora associativa, é conveniente abordar, ainda que brevemente, a questão da inferência.

4.1 *O percurso inferencial*

Primeiramente, gostaríamos de ressaltar que, como a inferência não constitui o tema central desta pesquisa, procuraremos fornecer apenas elementos suficientes para observar a possível implicação desse fenômeno no modo de considerar a anáfora associativa.

A questão da inferência é de grande complexidade, como o atesta a vasta bibliografia sobre o fenômeno. Em qualquer domínio em que é abordada - da Semântica formal à Inteligência Artificial -, a operação inferencial é vista como um *percurso* do explícito para o implícito: um destinatário, após receber uma informação *i*, é capaz de formular outras (*x*) que se lhe tornam acessíveis a partir de *i*.

A nosso ver, o termo "*percurso*", no caso da anáfora pode ser abordado em relação a dois aspectos: o primeiro diz respeito ao elemento desencadeador da inferência; o segundo, ao processo ou o modo da resolução da anáfora. Reconhecemos que os dois aspectos estão intimamente ligados, pois a descrição do cálculo inferencial depende da determinação da expressão que o desencadeia.

No primeiro caso, a questão pertinente é: o processo inferencial tem lugar no momento da aparição da expressão antecedente ou da expressão anafórica? Essa questão suscita duas hipóteses. A primeira estabelece que a menção do antecedente desencadeia imediatamente o processo inferencial, tornando já acessível, entre outras entidades ativadas previamente, a entidade a que se refere a expressão anafórica. Trata-se de um processo de antecipação: a partir da representação ativada por um lexema, haveria a antecipação de outras representações a ele associadas. A inferência, então, é

chamada descendente²⁴ ou prospectiva. Aqui, é o antecedente que "impõe" a inferência. A segunda entende que o processo inferencial se desencadeia com a expressão anafórica, ou seja, é a aparição dessa expressão que atualiza a entidade para cuja interpretação se recorre a um SN₁ ou a uma proposição anteriores; neste caso, é o elemento anafórico que determina o status de 'antecedente' da expressão antecedente. A inferência, então, é chamada ascendente ou retrospectiva. Aqui, é a expressão anafórica que "impõe" a inferência.

A primeira hipótese geralmente é considerada contra-intuitiva, visto o número elevado de inferências que deveriam ser feitas em relação ao número restrito de entidades realmente ativadas ou confirmadas *a posteriori*. Em outras palavras, seria cognitivamente muito custoso, pouco econômico, a partir da evocação de uma entidade como, por exemplo, **uma cidadezinha** (para ficarmos com esse exemplo clássico), inferir todas as entidades a ela associada para em seguida confirmar uma delas, no caso, **a igreja**. Se, por um lado, o interlocutor não teria nenhuma dificuldade de interpretar **a igreja** como **a igreja da cidadezinha** porque ele já teria inferido previamente a existência de uma igreja a partir da evocação anterior de uma cidadezinha, por outro lado, o custo operacional seria muito elevado, pois ele ativaria previamente *n* entidades.

A segunda hipótese consiste em declarar legítimas apenas as inferências que são confirmadas na seqüência do discurso; neste caso, o interlocutor procede às inferências quando necessárias à interpretação do discurso. No caso do famoso exemplo acima, nenhuma inferência *a priori* é realizada quando da menção de **uma cidadezinha**. No momento em que aparece **a igreja** é que o interlocutor estabelece a ponte inferencial necessária. É o discurso que, apresentando o SN **a igreja** na seqüência do SN **uma cidadezinha**, opera a associação, sendo, portanto, o princípio de coerência discursiva que impõe a ponte inferencial. Segundo esse princípio, presume-se que toda frase posterior diz algo sobre objetos introduzidos nas frases precedentes. Se o interlocutor reconhece que **a igreja** introduzida é a igreja da cidadezinha mencionada na frase

²⁴Berrendoner (1986) denomina *inferência descendente* e *inferência ascendente* para designar fenômenos distintos, como veremos adiante.

imediatamente precedente, é porque a presunção de coerência discursiva lhe impõe reconhecer essa associação.

As duas hipóteses têm implicações consideráveis. Se se adota a primeira, pode-se justificar a tese de que a relação associativa se fundamentaria numa inferência semântica léxico-estereotípica, apriorística: mencionado o antecedente, o interlocutor ativa o seu conhecimento estereotípico do referente denotado e as propriedades típicas que lhe são associadas, de tal modo que, quando introduzido o referente Eb da expressão anafórica, o interlocutor não faz qualquer esforço para compreender de que referente se trata, uma vez que este se encontra já disponível no modelo contextual depois da evocação do referente Ea. Se se adota a segunda, essa tese já não é indispensável, já que é o princípio da coerência discursiva que imporia a ponte inferencial e não mais as relações estereotípicas entre objetos.

Dubois e Lavigne-Tomps (1994) e Lavigne-Tomps e Dubois (1999) buscam justamente verificar experimentalmente a validade dessas duas hipóteses, abordando o fenômeno do percurso inferencial da anáfora associativa.

Deslocando a perspectiva do lingüístico para o psicológico, os autores tentam identificar, neste plano, a que tipos de processos psicolingüísticos poderia corresponder o que, em lingüística, é chamado *cálculo* ou *ponte inferencial*.

Em experimento realizado, os autores trabalharam com sentenças simples que incluíam um antecedente na forma de um SN na posição de sujeito, considerado o elemento contextual que permite a predição ou não de representações mentais, e um SN anafórico na posição de objeto, cujo núcleo constitui palavra de alta ou baixa frequência. O custo do processamento foi medido em tempo de reação: fixação ou refixação nos elementos envolvidos. As análises foram feitas com base em duas variáveis estreitamente ligadas ao processamento cognitivo da anáfora associativa: a predizibilidade do elemento anafórico a partir do antecedente (isto é, a força associativa entre os dois SN envolvidos na relação associativa) e a frequência do elemento anafórico.²⁵

²⁵ Exemplos de sentenças usadas no experimento, considerando-se as duas variáveis:

Os resultados mostraram que predizibilidade e frequência são efeitos facilitatórios no processamento da anáfora associativa: quanto mais frequente e predizível o elemento anafórico, menor é o tempo de reação.

Além disso, os autores apontam que a predizibilidade maior ou menor se liga à inferência prospectiva e retrospectiva, respectivamente. Isso se explica pelo fato de a predizibilidade maior ou menor estar relacionada a associações "fortes" ou "fracas"; quando ocorre uma associação forte entre o antecedente e a expressão anafórica, há a ativação prévia de uma representação mental a partir da representação do antecedente. Quando ocorre uma associação fraca, não há nenhum processo de antecipação, pelo menos, da representação mental ativada pela expressão anafórica; desse modo, o processo de inferência se dá retrospectivamente a partir do elemento anafórico. Por esse motivo, os autores afirmam que, no caso da inferência prospectiva, mais adequado seria nomear o fenômeno de "anáfora associativa", devendo-se reservar o termo "anáfora associativa" para os casos processados por inferência retrospectiva.

Esses resultados permitem validar a tese de que a relação associativa é de base léxico-estereotípica, *a priori*, se a inferência é prospectiva (posição de Kleiber) e a tese de que a relação associativa é de base cognitivo-discursiva, *a posteriori*, se a inferência é retrospectiva (posição de Charolles), o que mostra que as duas teses não são incompatíveis.

Embora esse estudo possa constituir um "instrumento de pacificação" entre as duas teses, devem-se apontar dois fatores que, entre outros, poderiam, a nosso ver, ter uma interferência significativa no tratamento cognitivo da anáfora associativa: a) o

-
- a) Associação forte entre antecedente e palavra anafórica de alta frequência:
O cinto apertava firmemente a calça do velho homem.
 - b) Associação fraca entre antecedente e palavra anafórica de alta frequência:
A corda apertava firmemente a calça do velho homem.
 - c) Associação forte entre antecedente e palavra anafórica de baixa frequência
Os palhaços animavam, ruidosos e coloridos, o circo vermelho e azul.
 - d) Associação fraca entre antecedente e palavra anafórica de baixa frequência:
As crianças animavam, ruidosas e coloridas, o circo vermelho e azul.

Duas observações: 1) em português, a palavra 'circo' não constitui caso de palavra de baixa frequência; 2) note-se que o englobado (referente da expressão anafórica) precede o englobante (referente da expressão antecedente). Segundo Kleiber (2001: 80), a anáfora associativa se marca por um fator de inclusão.

fenômeno foi testado no domínio de uma única sentença, o que anula a possibilidade de considerar a influência da distância (quer textual, quer cognitiva) no processamento; b) o contexto considerado reduz-se ao antecedente, sem levar em conta o que se predica, de papel decisivo no percurso inferencial. Acresça-se a isso que a inferência retrospectiva é tomada como fruto de uma falha na antecipação baseada no léxico, situação que obriga o sujeito a construir a associação com base no discurso. A idéia aqui presente é que, falhando a inferência descendente, entra em cena a ascendente.

Além disso, o funcionamento de uma inferência ascendente ou descendente pode estar associado a uma tipologia das anáforas associativas (em sentido estreito) como sugere Kleiber (2001), hipótese que, no entanto, deve ser confirmada por experimentos psicolinguísticos.

Quanto ao modo de resolução da anáfora, a questão pertinente é: que procedimento(s) é/são adotado(s) na inferência natural? Berrendonner (1986, 1990) dá uma resposta a essa questão, buscando uma formalização do processo inferencial em língua natural, apoiado em fundamentos lógicos e pragmáticos.

Dentro do quadro geral de sua abordagem, deve-se primeiramente levar em conta o conceito de *memória discursiva* (M), que aqui retomamos. M é um conjunto evolutivo, que passa por estados sucessivos à medida que se desenvolve o discurso. Cada uma das enunciações realizadas funciona como um operador de transformação de um estado M^i no estado M^{i+1} .

Essas enunciações, por exemplo, uma proposição p , não são simplesmente acrescentadas ao estoque de informações já presentes em M; quando introduzidas em M, provocam e levam consigo um conjunto de conteúdos implícitos ligados ao sentido "literal" de p . Esse fenômeno é possibilitado pela presença de inúmeras informações preexistentes em M, uma grande quantidade de saberes e crenças suscetíveis de "reagir" à introdução de uma nova proposição p . Esses saberes e crenças constituem os "meios de inferência" acumulados em M pela prática anterior da linguagem, entre os quais se encontram principalmente os conhecimentos lexicais, os conhecimentos enciclopédicos

e os princípios normativos gerais, tendo esses últimos a função de estabelecer implicações entre algumas proposições factuais e certos julgamentos de valor.

Tomemos um exemplo:

(25) Fomos ouvir uma orquestra ontem à noite. O **maestro** era muito bom.

O sintagma nominal destacado é interpretado em relação a um conteúdo subentendido, ausente do contexto anterior, mas dedutível com a ajuda de um raciocínio do tipo inferencial (se **p**, então **q**):

Se há uma orquestra (**p**), então há um maestro (**q**)

Esse cálculo inferencial deve necessariamente ocorrer para que seja assegurada a coerência da passagem, porque somente **q** (*há um maestro*) valida o referente do SN anafórico **o maestro**. Essa inferência é garantida não apenas pelo significado lingüístico de 'orquestra', mas também por um conhecimento enciclopédico, partilhado, em princípio, pelos parceiros da comunicação. Para Berrendonner (1986), a anáfora (qualquer que seja seu tipo) caracteriza-se como um fenômeno de *retomada informacional* relativamente complexa em que intervêm, assim, o saber construído lingüisticamente pelo próprio texto e os conteúdos inferenciais que podem ser calculados a partir de conteúdos lingüísticos tomados por premissas e isso graças aos conhecimentos lexicais, aos pré-requisitos enciclopédicos e culturais e aos lugares comuns argumentativos de uma dada sociedade.

Uma vez produzidos, os conteúdos implícitos são integrados à memória discursiva com os conteúdos lingüisticamente validados, sendo, desse modo, suscetíveis de anaforização. (cf. Reichler-Béguelin, 1988)

Mas, se por um lado, a afirmação de um conteúdo "literal" acarreta a validação de conteúdos implícitos a partir de inferências, por outro, nunca, na comunicação cotidiana, são validadas **todas** as inferências, pois apenas algumas são colocadas na memória discursiva. Parece que os interlocutores operam uma severa seleção, retendo

como válidas apenas algumas inferências. Diante disso, pergunta-se: por que tipo de lei é operada essa seleção? Certamente não unicamente por lei de validade lógica, pois nem sempre os raciocínios lógicos têm interesse informacional. Isso significa que a seleção é operada de acordo com um critério de **pertinência**²⁶ o que leva a crer que ela é determinada por restrições pragmáticas.

Como exemplo dessa hipótese, imaginemos um professor que enuncie **p**:

- A aula será reposta no último dia da semana, sábado de manhã.

Cada um dos alunos, se julgar verídica a enunciação e consentir a presença de **p** em **M**, poderá validar, entre outras, conclusões como

- a) **Não vou poder ir à praia.**
- b) **Não vou viajar.**
- c) **Vou ter de acordar cedo no sábado.**

Muito improvável será validar uma conclusão como

- d) **Se a aula será reposta no sábado, último dia da semana, então será no dia anterior ao domingo, primeiro dia da semana seguinte.**

Assim, não basta que uma conclusão seja viável; é preciso que ela seja pragmaticamente pertinente.

A par dessa restrição de ordem pragmática, Berrendonner (1986) estabelece o percurso ou percursos do processo inferencial a partir das seguintes noções primitivas:

- No processo inferencial, quando uma informação **p** se encontra validada e colocada na memória, os interlocutores "têm o direito" ou a obrigação de colocar também outra informação **q** associada a **p**, porque existe uma lei pragmática (**L**) prescrevendo que o locutor *não tem o direito de admitir p em M sem admitir também q* (**p** → **q**).
- Os raciocínios naturais explícitos compreendem freqüentemente apenas dois constituintes: uma premissa e uma conclusão (**p**. Portanto, **q**). A lei implicativa **p** → **q**

²⁶ O conceito de pertinência, princípio fundamental que orienta a interpretação dos enunciados, postula que uma enunciação deve ser adequada maximamente ao contexto em que acontece, no sentido de interessar ao destinatário a quem deve fornecer informações que modifiquem a situação. (cf. Sperber e Wilson, 1986)

é que autoriza a combinação binária "**p**, portanto **q**", não tendo ela mesma de ser enunciada, a não ser que se trate de justificar um raciocínio, por exemplo, quando ele é contestado; neste caso justifica-se então a formulação da norma que autoriza o raciocínio.

- L, prescrevendo o estabelecimento de uma relação associativa entre as duas informações, introduz uma ordem entre os elementos de M, de tal sorte que, entre as informações validadas, algumas são mais "fortes" do que outras. Assim, a proposição **p** "*Ele teve um ataque cardíaco fatal*" basta para implicar "*Ele morreu*", mas o inverso não é verdadeiro. Assim, pode-se considerar que **p** é uma informação mais forte.
- Há duas classes de práticas inferenciais: uma que faz decorrer uma informação fraca de uma informação forte (= *inferência "descendente"* ou simplesmente "*inferência*"), e outra que, ao contrário, remonta de uma informação mais fraca a uma informação mais forte (= *inferência "ascendente"* ou ainda "*contra-inferência*").

Inferência descendente

A inferência descendente natural segue os princípios normativos da dedução, que, no caso da lei implicativa $p \rightarrow q$, não permite outro percurso que não seja do antecedente ao conseqüente. Consideremos o seguinte caso:

- (30) Duas equipes de pesquisadores dos EUA relatam hoje descobertas que podem levar à produção de drogas mais eficientes contra o antraz. Para destruir a bactéria, os potenciais novos remédios teriam um alvo específico... (FSP, 24/10/2001 - A-10) – Exemplo adaptado)

O sintagma nominal definido sublinhado pressupõe a unicidade existencial:

q = Há uma e somente uma bactéria de que se fala nesse ponto do discurso.

Essa entidade já deveria estar em M, pois deveria ter sido introduzida nela por afirmação explícita; como isso não ocorre, então sua presença em M resulta de uma inferência do tipo descendente, já que o que permite a passagem de p a q é uma lei implicativa do tipo 'antraz é uma bactéria' ou 'antraz → bactéria', em que se vai da informação mais forte para a informação mais fraca. Neste caso, a lei invocada aqui para autorizar a inferência é a regra lexical que diz ser bactéria hiperônimo de antraz. Mas nesse exemplo fica claro que não só o conhecimento lexical é suficiente para o processo inferencial; há que se levar em conta também um conhecimento enciclopédico, principalmente, porque saber que 'antraz' é uma 'bactéria' exige um conhecimento especializado.

Este último comentário pode suscitar uma questão: é possível, sem que se tenha o conhecimento lexical e/ou enciclopédico adquirido pela prática anterior da linguagem, "concluir" uma premissa geral, a saber, 'antraz é uma bactéria'? Charolles (1999) aponta que, quando se lê um texto, não há necessariamente uma representação pré-construída de uma relação genérica, no nosso exemplo, entre **antraz** e **bactéria**. O próprio discurso pode levar o leitor a construir esse conhecimento genérico. Mas não há dúvida de que o que se predica desempenha papel crucial nessa construção. No caso em questão, a propriedade de 'destruir uma bactéria' é atribuível a um ser humano ou a uma droga. Essa segunda alternativa é introduzida na sentença anterior por "produção de drogas mais eficientes contra o antraz". Ser "droga eficiente **contra** (de combate a)" significa combater com sucesso, que é medido pela capacidade de a droga exterminar o antraz. Como a segunda sentença diz que quem deve ser destruído é a bactéria, então 'antraz = bactéria'.

Inferência ascendente ou contra-inferência

O discurso cotidiano admite práticas associativas orientadas em sentido inverso ao das adotadas nas inferências descendentes. Trata-se de passar de um conteúdo literal fraco a uma informação implícita mais forte, caso em que ocorre a contra-inferência,

também fundamentada numa lei implicativa $p \rightarrow q$; no entanto, em vez de deduzir q de p , o interlocutor remonta de q a p . Aqui o percurso inferencial segue os princípios do raciocínio abduutivo.

Os exemplos abaixo, o primeiro fabricado, o segundo atestado, ilustram o processo de contra-inferência que envolve o movimento do efeito para a causa e da parte para o todo, respectivamente.

- (26) Ele não dormiu a noite toda. Ficou trabalhando / Estava preocupado / Sentia dor...
- (27) Impossível trabalhar. Dão-me um ofício, um relatório, para datilografar, na repartição. Até dez linhas vou bem. Daí em diante a cara balofa de Julião Tavares aparece em cima do original, e os meus dedos encontram no teclado uma resistência mole de carne gorda. E lá vem o erro. Tento vencer a obsessão, capricho em não usar a borracha. Concluo o trabalho, mas a resma de papel fica muito reduzida. À noite fecho as portas, sento-me à mesa da sala de jantar, a munheca emperrada, o pensamento vadio longe do artigo que me pediram para o jornal. (Graciliano Ramos. Angústia)

Nos dois casos, q (**Ele não dormiu a noite toda / a porta**) constitui a informação mais fraca: inferir a causa da vigília e o todo (**a sala de jantar**) de que **a porta** é parte envolve um alto grau de probabilidade.²⁷

Pode-se, assim, depreender que a contra-inferência é marcada fortemente por um caráter probabilístico, pois não há uma convenção que garanta tirar uma informação mais forte de uma informação mais fraca. Se retomarmos os exemplos acima, podemos perceber que existem muitas leis implicativas concorrentes (**Se se trabalha muito, provavelmente não se dorme / Se se está preocupado, provavelmente não se**

²⁷ Esse caráter da contra-inferência de remontar de uma informação mais fraca a uma mais forte, segundo Berrendonner (1986), pode também ser constatado na interpretação de conjunções lógicas. Normalmente os locutores têm a tendência de inferir de uma conjunção "e" uma relação implícita de causa ou justificativa. Por exemplo, num diálogo em que A inicia com um comentário:

A: O Jader renunciou e os terroristas atacaram os EUA.

B: Não vejo a relação...

A: Não há relação mesmo; mas esses são os temas do momento.

Percebe-se que B considera normal uma interpretação não literal do "e" da fala de A. Recusando-se a ver nele uma simples conjunção lógica, B procura identificar uma relação implícita mais forte que essa conjunção sugeriria. Assim, haveria uma máxima pragmática que prescreveria procurar, a partir de toda conjunção literal "p & q", uma relação implícita mais forte.

dorme / Se se sente dor, provavelmente não se dorme...) ou muitas hipóteses de partes de um todo, sendo uma provavelmente mais plausível que outras (**as portas da sala de jantar e não a porta da repartição.**)

Se existem várias leis implicativas concorrentes, que associam um mesmo conseqüente a vários antecedentes diferentes, e não há garantia de que apenas um seja a informação mais forte, como estabelecer o antecedente "correto"? Não resta outra saída a não ser adotar a hipótese de um risco calculado, a partir do seguinte raciocínio:

- Se **q** é válido, é porque **p1**, ou **p2**, ou **p3**...
- Ora, **p1** acarreta **q** mais provavelmente que **p2**, **p3**...
- Portanto, **p1**.

Se aceita essas considerações, deve-se então supor que as leis inferenciais da lógica natural são afetadas por índices de probabilidade, que exprimem graus maiores ou menores de confiabilidade ou de segurança. Mas não só a contra-inferência se coaduna com essa hipótese, pois parece que, na realidade, uma inferência natural apresenta sempre - ou quase sempre - um caráter aleatório, aproximativo, probabilístico.

Isso se deve, principalmente, ao fato de as leis implicativas que regem a inferência natural não serem regras infalíveis, mas instruções cujo grau de confiabilidade pode ser muito variável. Os lugares comuns de ordem enciclopédica, principalmente, exprimem apenas representações ou usos culturais dominantes e não exclusivos. Como conseqüência, confiando-se nesses lugares comuns, haverá uma probabilidade elevada de alcançar inferências confiáveis, mas essa probabilidade nunca é absoluta. Mas isso não se aplica apenas aos conhecimentos enciclopédicos; também as regras lexicais, normalmente tidas como confiáveis, devem ser consideradas prováveis, devido às indeterminações semânticas.²⁸

²⁸ De acordo com a noção de indeterminação semântica, uma palavra não comporta uma lista de sentidos possíveis, mas simplesmente um contorno de significação. Um caso ilustrativo pode ser visto nos deverbais, que, muitas vezes, podem designar actantes ou processos (entidades de primeira e segunda ordem, respectivamente). O uso de um deverbal pode ocasionar uma ambigüidade, muitas vezes resolvida por restrições impostas por aquilo que se predica; mas não é rara a ocorrência de construções em que a seleção de uma das acepções não é garantida. Esse tipo de ambigüidade é apontado por Apóthéloz

Kleiber (1993), um dos defensores mais empedernidos da hipótese semântica, vê em algumas relações parte-todo, por exemplo, uma relação necessária (ex.: roda/carro, lâmina/faca) e em outras uma relação estereotípica, fundamentada em um saber lexical ordinário associado *comumente* a entidades. Propriedades necessárias ou somente estereotípicas têm em comum o fato de poderem ser expressas por frases genéricas

uma faca tem uma lâmina (relação necessária)

um carro tem rodas (relação necessária)

uma cidadezinha tem **geralmente** uma igreja ou ainda em uma cidadezinha há **geralmente** uma igreja (relação estereotípica)

e permitirem fazer inferências dentro de um percurso dedutivo baseado em relações necessárias

se há uma faca, então há uma lâmina ou se x é uma faca, então x tem uma lâmina

se há um carro, então há rodas ou se x é um carro, então x tem rodas

ou deduções somente plausíveis quando a relação é apenas de ordem probabilística

se x é uma cidadezinha **e se não há informação contrária**, há uma igreja em x .

(1995b). Exemplo disso encontramos no texto abaixo, uma entrevista feita pela Folha de S.Paulo com Noan Goldin, fotógrafa americana.

Folha: *Suas fotos no Beaubourg parecem ser sobre o tempo presente, mas também sobre algo que ficou no passado. Você acha que virou um clássico?*

Goldin: Talvez as pessoas pensem assim, porque eu, agora, sou uma antigüidade, mas eu sempre pensei que **o meu trabalho** [1] fosse sobre temas clássicos e não sobre o Lower Side de Nova York, o mundo underground. Isso é o que dizem, o que é reducionista e preguiçoso. As pessoas não olham os títulos **dos trabalhos** [2], não se importam em saber onde as fotos foram feitas. Eu fotografei a minha vida e a de amigos no México, na Alemanha, no Brasil e na Suíça. **Meu trabalho** [3] é sobre o mundo e sobre minha tribo de amigos. (FSP, 15/11/2001, E1)

Dos SN destacados, apenas [2] seleciona o sentido de produto do trabalho, no caso, *as fotos*, referente a uma entidade de primeira ordem. Essa garantia pode ser dada pelo verbo da frase em que se encontra o SN: “olhar” implica, ao menos, dois actantes (olhar (_ 1, 2)), no caso, “muitas pessoas” e “títulos dos trabalhos”. Já nos casos [1] e [3], há de fato uma indeterminação, pois não há nenhuma restrição que leve a considerar o SN como referente a uma entidade de segunda ordem (processo = a atividade de trabalhar) ou de primeira ordem (produto = fotos), sem que, no entanto, possa ser considerado custoso e antiooperativo. Esses dois últimos casos constituem descritores vagos que Berrendonner (1994a:219) denomina *objets indiscretos*.

Vê-se que Kleiber aponta a existência do fator probabilidade na realização das inferências. No entanto, essa probabilidade só é aceita se se tratar de um estereótipo. Daí ele qualificar o encadeamento

(22') ?Nós entramos numa cidadezinha. **A grande loja de departamento** estava fechada.

como "bizarro". Para uma abordagem semântica, essa posição é perfeitamente coerente. Mas não o é para uma abordagem cognitivo-discursiva, pois de acordo com ela é o discurso que cria as condições para as associações (cf. Charolles, 1994, 1999). Poderíamos ainda considerar uma explicação pragmático-interacional que leva em conta, além do ponto de vista do interlocutor, o ponto de vista do locutor. Afinal, para entender como são usadas as expressões referenciais, é necessário considerar o ponto de vista dos parceiros da interação.

Berrendonner (1990) aborda justamente essa última questão argumentando que a maioria dos estudos que trata da inferência focaliza esse fenômeno do ponto de vista do destinatário, negligenciando o ponto de vista do codificador.²⁹ Essa negligência é normalmente justificada por se considerar que o modelo de codificação em matéria de inferência é inútil, ou seja, redundante em relação ao modelo de decodificação, já que o codificador, cuja tarefa fundamental é fazer compreender um implícito α , deve-se assegurar de que o destinatário tenha acesso a α com os meios de que ele dispõe (regras de inferência e saberes adquiridos), o que significa que o codificador simula antecipadamente a decodificação. Mas, para Berrendonner, isso é apenas parcialmente verdadeiro, pois o codificador ainda estará submetido a uma outra exigência, a saber, a exigência de economia.

A partir de uma informação complexa α , o codificador deve escolher que "parte" e quantidade da informação i de α , ou que outra informação i conectada a α ele teria interesse em verbalizar para transmitir a totalidade de α ; mas essa escolha é feita principalmente levando-se em conta, de um lado, o custo do processamento pelo

²⁹ Conservamos aqui a terminologia usada pelo autor.

destinatário e, de outro, o custo cognitivo e operacional do próprio codificador. Em outras palavras, para alcançar sucesso na comunicação, a transmissão deve ser feita com eficácia e economia.

A **eficácia** diz respeito à exigência de o codificador levar em conta a fase de decodificação e prevenir as dificuldades que o destinatário poderia encontrar no seu cálculo inferencial de reconstituição do não-dito. Essa exigência é exercida "externamente" a partir de uma norma social de cooperação: o locutor se assujeitaria a uma regra comum (Princípio Cooperativo de Grice), de acordo com a qual ele deve fazer o máximo para ser compreendido, o que o leva a praticar formas de implicação menos custosas para o destinatário. Isso poderia explicar, por exemplo, por que as inferências por dedução são normalmente mais aceitáveis que por abdução e por que, salientando essa restrição de eficácia, os estudos sobre a inferência acabam por incorrer no risco de normativismo, uma vez que o enunciado que, de alguma forma, satisfaça mais o interesse do locutor que do destinatário, é visto muitas vezes como desviante.

A **economia** diz respeito à submissão do codificador a restrições que lhe prescrevem não exceder seus próprios limites cognitivos e operativos. Isso significa que o codificador prefere usar representações mais econômicas, pois quanto mais complexas e analíticas, menos econômicas elas serão, o que lhe sobrecarregará o sistema cognitivo e operativo. Por isso, para ele é mais vantajoso "traçar" discursivamente o pensamento por um mínimo de elementos. Essa *máxima da "nonchalance"*³⁰ deve ser considerada como um fator antagonista das máximas griceanas. Sob sua influência, em nome da otimização de mensagens, ocorreria uma condensação de conteúdos de pensamento ou um esbatimento de distinções nocionais, envolvendo operações de resumo, indiferenciação, neutralização, confusão, levando a um sentido "literal" fortemente indeterminado, o menos analítico e o mais alusivo possível, o que dá a essa restrição um caráter antiooperativo.

³⁰ Preferimos manter o termo em francês, por julgarmos que os termos '*negligência*' ou '*desleixo*' em português não constituiriam uma tradução satisfatória.

Com efeito, não faltam exemplos em que se poderia apontar a submissão do locutor a essa 'máxima da *nonchalance*'. No site <charges.globo.com> da Internet, mais especificamente na seção de “e-mails comentados”, encontramos o seguinte texto:

(28) **Também somos chiques**

“Depois que descobrimos o Charges, aqui em Portugal (Porto, vocês estão sabendo, um pouco à esquerda de Paris, junto ao mar) tem sido o maior sucesso. Todos os dias vamos procurar a nova. Não vale fazer charge de portuga, ó gente... Parabenizações... para toda a equipe.”
(António Brito – Porto – Portugal)

Comentário – Isso, humilha com essa conversa de “um pouco à esquerda de Paris”. Fique sabendo que meu presidente, Sir FHC de Orleans e Bragança, passou o último final de semana na casa de campo do Tony Blair, viu, António? A gente é pobre mas é chique. Falando em pobreza, atenção, povo de Portugal: o Yes toca com Orquestra Sinfônica na Europa em novembro e dezembro. Troco as passagens por uma palestra com o tema “Como Alcançar Fama, Fortuna, Mulheres e Viagens Grátis com a Internet”.

Sem entrar em detalhes quanto às características específicas desse gênero textual-discursivo (documento eletrônico – e-mail), podemos perceber nas expressões destacadas duas situações interessantes quanto à exigência de um processo inferencial para a compreensão dos referentes. Com a expressão nominal **a nova**, o locutor 1 se refere a 'a nova charge diária', entidade evocada a partir do gatilho **o Charges** – nome do site. Aqui ocorre um apagamento que, no entanto, não cria obstáculo à identificação da entidade, uma vez que na memória discursiva já existe um objeto ao qual se pode facilmente associá-la. O locutor 1 (L1) e o locutor 2 (L2) têm conhecimentos mútuos sobre o site, o que inclui saberem que nele existe sempre a “charge do dia”.

Mas e o SN **as passagens**? De que passagens se trata? Considerando-se que a expressão constitui um SN definido não genérico que aponta para um objeto-de-discurso ainda não validado na memória discursiva, é necessário buscar a relação com outro objeto-de-discurso já presente em M. Provavelmente esse objeto-de-discurso é 'Europa', a que o novo objeto, **as passagens** pode ser unificado, considerando-se um elemento dêitico: a localização de L2. Estando no Brasil, para alcançar a Europa, L2 necessita empreender uma 'viagem', que contém, entre seus ingredientes, o objeto 'passagem'.

Mesmo assim, a nosso ver, permanece um desafio interpretativo considerando todo o contexto: dentro de um espírito jocoso, L2 diz que, de posse de passagens para a Europa, troca-as pela palestra, porque ele não quer ver a apresentação do grupo musical acompanhado por uma orquestra, ou, ao contrário, oferece a palestra a quem lhe fornecer passagens para a Europa, porque ele quer ver a apresentação? Qualquer que seja o caso, a interpretação dada ao enunciado que contém esse SN não é garantida. Pensamos que L2 tendeu mais para a necessidade de economia que de cooperação e, ousamos dizer, uma economia extremamente egoísta, obrigando o destinatário a um esforço considerável para empreender a interpretação desse objeto-de-discurso.

Comparado a exemplos como esse, o caso da associação entre **cidadezinha** e **a grande loja de departamento**, visto por esse ângulo, não parece problemático, se considerarmos que o locutor pode “impor” de forma egoísta um referente numa relação não estereotípica no sentido de Kleiber (1993), deixando ao destinatário a tarefa de inferir a relação que autorize localizar o referente pretendido. Aceitabilidade ou inaceitabilidade? Parece que essas noções são válidas apenas em casos em que freqüentemente são relacionadas duas frases, forjadas por necessidade de demonstração e em que a intuição do lingüista constitui o parâmetro privilegiado que autoriza o uso de asterisco caracterizando uma seqüência dada como “anômala”, “agramatical”, “improvável”, mesmo que contra-exemplos em relação a esses julgamentos sejam comumente encontrados. Por isso, olhamos com desconfiança esses parâmetros, na nossa opinião, incapazes de servir como pontos de partida para a elaboração de explicações teóricas.

Segundo Berrendonner, os dois imperativos antagonistas, cooperação e “*nonchalance*”, condicionam igualmente o sucesso da interação; o sujeito falante explicita ou omite mais ou menos informação, buscando estabelecer o equilíbrio necessário entre eles para que a comunicação tenha êxito.³¹

³¹ Acreditamos, juntamente com Clark (1992), que realizar uma interação com sucesso é um ideal pelo qual as pessoas se esforçam; isso não significa que o princípio da cooperação seja “infalível”. Como já vimos suficientemente, desacordos são comuns em todos os processos interacionais.

O princípio da "*nonchalance*" põe em xeque uma concepção de interação bastante idealista, de acordo com a qual os interesses dos interlocutores coincidem. Às vezes, ser negligente para o locutor é mais importante do que ser informativo. Assim ocorre em (29)

- (29) **Doc.** Gostaríamos que vocês falassem a respeito da cidade e do comércio...
- L1** tem saído ultimamente... de carro?
- L2** ((risos)) tenho mais você diz sair... fora... sair normalmente para a escola **essas coisas**?
- (Projeto NURC, v. II, p. 63)

Com a expressão **essas coisas**, L2, buscando precisar o que L1 entende por 'sair', condensa um conteúdo de pensamento, depois de circunscrever saída provavelmente a coisas rotineiras, interpretação autorizada pelo segmento **sair normalmente para a escola**, resumindo, com aquela expressão vaga, uma significativa quantidade de informações que, se expressas, poderiam sobrecarregar o sistema cognitivo.

Mas já nos distanciamos um pouco do nosso objetivo apresentado no início desse tópico: tratar das inferências para justificar o nosso modo de considerar a anáfora associativa. Afinal, até o momento, limitamo-nos a abordar, de maneira muito simplificada, o percurso inferencial normalmente reconhecido na resolução das anáforas associativas – tangenciando, é verdade, a questão da interação -, o que confere ao nosso objetivo um tom muito pretensioso, porque o assunto tem implicações mais profundas e amplas. Ele pode, principalmente, ser associado com a questão da referência, o que para nós tem importância considerável, como já abordamos em todo o capítulo 1. Retomemos brevemente a questão.

Segundo Marcuschi (texto não publicado b, p.1)

... referir não é etiquetar, nem apontar, nem relacionar, mas sim, agir colaborativamente na produção e orientação interpretativas,

o que significa dizer que referir - ato de designar por meio da língua - é fruto de interação. Se assim é, as atividades lingüísticas devem ser sempre contextualizadas e a referência não se reduz nem à representação mental individual, nem à representação

semântica de entidades, constituindo, sim, uma construção interativa: as palavras não operam em "*estado de dicionário*" nem em "*contexto zero*", diz o autor. Mas, como aponta Marcuschi (texto não publicado b, p. 14), dizer que o processo de designação de entidades é construído na relação co(n)textual exige a ressalva de que essa atividade referencial não é um "vale-tudo": existem limites para essa elaboração, que são dados pela viabilidade contextual e interativa de aceitação por parte da comunidade em questão. E não há dúvida de que a inferência desempenha um papel central nessa construção; aliás, hoje já se tornou lugar comum a idéia de que a atividade discursiva entrelaça constantemente o dito e não dito, o explícito e o implícito.

O que nos cabe responder, diante disso, é: como a inferência pode estar relacionada com a concepção de anáfora, especialmente a associativa?

Devemos lembrar que a inferência não é uma atividade exclusiva da resolução da anáfora associativa, pois ela atua de várias formas nos mais variados mecanismos de referenciação, sendo, inclusive, fundamental no processamento de seqüências discursivas, que operam com base em informação implícita, sem a qual essas seqüências não podem ser interpretadas. Nesse sentido, a implicitude com que joga a anáfora associativa é apenas a manifestação de uma tendência mais geral. Com efeito, em todos os processos discursivos, existe sempre uma atividade inferencial para o "preenchimento" de lacunas ou determinação referencial. Marcuschi (texto não publicado, a) aponta como amostragem os seguintes casos (p. 24):

- a. elipses (não importa o fenômeno elidido)
- b. seqüências anafóricas (incluídas aqui as pronominais e nominais)
- c. dêixis (dêiticos dos mais variados tipos, em especial de tempo e espaço)
- d. hiponímia/hiperonímia (em especial nos casos de seqüenciação tópica)
- e. relações sinonímicas (especialmente as pragmaticamente fundadas)
- f. relações antonímicas (como forma de retomada e continuidade textual)
- g. nominalizações rotuladoras (em especial as que assumem força ilocucionária)
- h. associações (as denominadas anáforas associativas)
- i. analogias (relações de caráter mais tipicamente cultural e não lógico)
- j. metaforizações (como um processo de criação de universos referenciais)
- l. cadeias causais (sobretudo quando os elos não estão enunciados)
- m. cadeias conectivas (muitas vezes etimemicamente realizadas)
- n. usos metafóricos e metonímicos, entre outros.

Todas as estratégias discursivas – que não se esgotam naturalmente nesta lista – envolvem processos inferenciais complexos e diversificados, sempre invocados na produção/compreensão de textos, de modo que em qualquer atividade discursiva existe um verdadeiro trabalho de co-autoria na produção de sentidos.

Com esse princípio, o que queremos enfatizar é que, se não nos cabe determinar os processos inferenciais em si, tarefa de responsabilidade dos cognitivistas, podemos considerar a inferência como tributária da interação em que se estabelece a determinação referencial. Mas, devemos ressaltar, para inferir referências temos de ter, no mínimo, um acesso dado por pistas orientadoras. E essas pistas orientadoras são negociadas pelos parceiros da interação no discurso, por natureza dinâmico, e participam da construção de um sistema comum de representações. E não há dúvida de que, se o que é inferido deve de algum modo estar implicado no que é dito numa dada situação, a semântica tem um papel importante na pragmática, como diz Marcuschi (texto não publicado, *a*, p. 22). Portanto, não se trata de negar o dado semântico; mas não julgamos que a anáfora, como um poderoso mecanismo de referenciação, remissão e/ou retomada de entidades, possa ser reduzida a essa dimensão, localizando-se fora dos sujeitos como parceiros de interação, elementos centrais dos processos da construção discursiva, em que intervêm os percursos inferenciais.

Portanto, não nos preocupamos com os tipos de inferência - como o faz Kleiber quando relaciona inferências ascendentes e descendentes a uma tipologia da anáfora associativa - porque nem sempre as inferências de elementos são identificáveis a partir de informações textuais ou de indicadores lexicais pontualizados.

4.2 A natureza da relação associativa

Já é hora de abordarmos o que consideramos o principal ponto a ser investigado: as bases em que se dá a relação entre o elemento anafórico e seu 'antecedente'.

O percurso que empreendemos até o momento pontuou aqui e ali a idéia de que, sob o rótulo de anáfora associativa, podem-se agrupar ocorrências de formas variadas na

dependência da concepção que se tem desse tipo de anáfora, o que nos levou a intitular a primeira seção como "**Definição e divergências**". Além disso, a natureza da relação associativa já foi, no mínimo, tangenciada por força do seu imbricamento com fatores como o aspecto formal do elemento anafórico e do antecedente. Assim, muito do que foi abordado anteriormente poderá retornar nesta seção.

Primeiramente, retomamos a afirmação de que são várias as concepções de anáfora associativa, que vão das mais estreitas às mais amplas. Nosso itinerário seguirá essa orientação, mas nosso objetivo é mostrar que na origem das dissensões sobre o fenômeno estão as diversas opções teóricas.

4.2.1 *Kleiber e a relação semântica*

A concepção mais estreita - aqui representada principalmente por Kleiber - localiza na língua a relação entre os dois termos envolvidos na associação anafórica: a relação é eminentemente do tipo léxico-estereotípica, apriorística, pré-estabelecida entre dois lexemas; em outras palavras, a ligação entre os dois elementos é pré-inscrita no léxico sob a forma de um traço necessário ou estereotípico. Daí a sua fórmula: "*a anáfora associativa rola sobre os estereótipos.*" Tratando dos critérios definitórios da anáfora associativa, Kleiber (2001:89) afirma que

la relation entre l'entité antécédent et l'entité nouvelle n'est pas une association uniquement discursive ou contextuelle, mais relève d'un savoir *a priori* ou conventionnel associé aux lexèmes en question.³²

Encerrado nesses limites semânticos, o tratamento das relações associativas naturalmente desconsidera as dimensões discursiva, pragmática e interacional. Além disso, embora o autor faça menção a processos inferenciais, o que necessariamente implica a dimensão cognitiva, sua concepção de anáfora associativa deixa de fora o sujeito. Por tudo isso, dentro de seu modelo cabem e bastam perfeitamente exemplos

³² ... a relação entre entidade antecedente e entidade nova não é uma associação unicamente discursiva ou contextual, mas depende de um saber *a priori* ou convencional associado aos lexemas em questão.

fabricados que se reduzem a encadeamentos de duas sentenças, uma vez que o elemento discursivo, cognitivo e interacional é inócuo: o que está fora do lingüístico não interfere na definição da relação associativa.

A opção por exemplos construídos constitui um ponto particular bastante criticado.³³ Mas essa escolha, embora redutora, é legitimada pela adoção da perspectiva semântica. Kleiber não deixa de reconhecer os méritos dos exemplos ditos autênticos³⁴, mas aponta os riscos que eles acarretam: o de possibilitar, por causa de uma superabundância informativa contextual, análises falhas e, portanto, explicações igualmente abusivas. Ele justifica sua opção dizendo que é justamente para minimizar esses riscos e manter o "fio" semântico que adota exemplos construídos, exemplos que neutralizam o máximo possível os elementos contextuais, que podem perturbar a análise efetuada. Para ele, os resultados obtidos legitimam a abordagem. Mas pensamos que, justamente por serem fabricados, esses exemplos são convenientes por preservarem a opção semântica sem ameaçá-la.

Por esse motivo, não nos surpreende que o autor, diante de casos atestados que, muitas vezes, constituem contra-exemplos à sua concepção de anáfora associativa,

³³ Apothéloz (1995a: 67), por exemplo, lamenta que os trabalhos de Hawkins e Corblin se apoiem na maior parte do tempo em exemplos construídos *ad hoc*, todos extremamente breves e depurados de todo contexto, sobre os quais é, conseqüentemente, muito delicado fazer julgamentos de aceitabilidade.

³⁴ Kleiber (2001) afirma ter experiência com exemplos autênticos, referindo-se a um artigo seu inteiramente voltado para um único exemplo de um adjetivo demonstrativo, "*Les démonstratifs à l'épreuve du texte ou Sur cette côte de la baie de l'Arguenon*", de 1998. Nos comentários que dedica a seu próprio trabalho, ele critica as análises de exemplos atestados que, complexos por natureza, exigem um tratamento também muito complicado, tratamento que, no entanto, acaba sendo muito redutor e superficial. Mas aqui perguntamos nós: em que a complexidade de uma análise – como a feita por Kleiber – invalida uma opção teórica? Uma crítica muito comum endereçada às posições do autor diz respeito justamente à neutralização de parâmetros contextuais e enunciativos, que, teórica e metodologicamente, não é desprezível. Ao contrário. Achemos que justamente por levar a essa neutralização, desconsidera-se a questão do uso e, uma descrição assim tão depurada, acaba deixando infiltrar a noção de norma. Exemplo claro desse tipo de situação é apontado por Cornish (1999: 12-4) quando examina a questão da ilha anafórica. É normalmente considerada como desviante a remissão a um referente a partir do significado de um lexema, como, por exemplo, ***Os órfãos os esquecem**. No entanto, o autor apresenta um exemplo atestado em que ocorre o seguinte diálogo: *'I haven't got a mother' said Johnny pathetically (...)* *'I am an orphan'.* (...) *'You never told me you were an orphan', Fitz was deeply concerned. / (...)* *'I'm getting sort of used to it. They died when I was three.'* ('Eu não tive mãe' disse Johnny pateticamente (...) 'Eu sou órfão'. / 'Você nunca me disse que era órfão', Fitz estava profundamente consternado. (...) 'Eu estou acostumado com isso. **Eles** morreram quando eu tinha

invoque um critério de aceitabilidade à luz do qual rejeita certas construções, caracterizadas como "desviantes":

La première raison est que bon nombre d'enchaînements avec démonstratifs et pronoms associatifs proposés nous paraissent d'une acceptabilité discutable. Il en va ainsi des trois premiers exemples de la série que nous venons de citer. On peut certes invoquer le caractère "authentique" de ces exemples, mais, on le sait depuis toujours, l'authenticité n'est pas un gage de bonne formation, sinon il n'y aurait plus d'erreurs! On peut évidemment aussi rétorquer qu'il s'agit de sanctions de la norme et qu'en refusant de tels enchaînements on adhère à un purisme trop rigide. (Kleiber, Schneedecker, Ujma, 1994: 50)^{35,36}

O "poder de decisão" para reputar como aceitável ou inaceitável uma relação é possibilitada pela concepção muito restrita de anáfora associativa. E, como vimos, é o que fazem Kleiber e colaboradores quando limitam esse tipo de anáfora a uma relação em que os dois elementos envolvidos – quase sempre um SN₁ e sempre um SN₂ definido – mantêm uma relação genérica de base léxico-estereotípica.

Nessa relação, a "parte" sempre corresponde ao elemento novo e o "todo", ao referente que serve para determinar esse novo referente. No esquema proposto por Webber (1988), aqui retomado, a entidade Ea equivale ao "todo" ou ao conjunto, e a entidade Eb, à "parte" ou ingrediente desse todo.

É aqui que Kleiber (2001:80) introduz os conceitos de englobante e englobado. No caso da anáfora associativa, a entidade expressa pelo antecedente engloba outras entidades, entre as quais a entidade denotada pela expressão associativa. Esse fator de inclusão ou englobamento é que fornece uma definição mais ou menos precisa da

três anos') Fica claro que ocorre aqui o mesmo fenômeno reputado desviante no exemplo fabricado, sem que, no entanto, se crie qualquer incidente interpretativo.

³⁵ A primeira razão [para uma concepção restrita do fenômeno] é que bom número de encadeamentos com demonstrativos e pronomes associativos propostos nos parecem de uma aceitabilidade discutível. Isso ocorre nos três primeiros exemplos que acabamos de citar. Pode-se invocar o caráter "autêntico" desses exemplos, mas sabe-se, há muito, que a autenticidade não é garantia de boa formação, do contrário não haveria mais erros! Pode-se evidentemente também retorquir que se trata de sanções da norma e que, recusando-se tais encadeamentos, adere-se a um purismo muito rígido.

³⁶ Os exemplos a que os autores se referem são apresentados por Reichler-Béguelin e Berrendonner, dos quais citamos: a) "É verdade que quando lemos, não pensamos que *essa história* está prestes a viver, a tomar forma graças a nós." (Reichler-Béguelin, 1988) b) "X desempenha o papel do castelão dentro do *qual* se desenrolava a peça." (Reichler-Béguelin, 1993) c) "A guerra é o tempo bom para Saint Malo. *Eles* não conhecem festa mais charmosa." (Berrendonner, 1994a). Todos são considerados desviantes para Kleiber, Schenecker e Ujma.

anáfora associativa, já que ela pode ser concebida como a relação de um englobado, o referente da expressão anafórica, e um englobante, o referente da expressão antecedente.

Mas apresentamos um exemplo em que esse traço definitório e restritivo da anáfora associativa pode ser questionado:

(30) João morreu. **A viúva** estava inconsolável.

A não ser que se repute esse exemplo como inaceitável, é difícil considerar a **viúva** como elemento englobado de **morreu**. Essa possibilidade é apenas provável, ou seja, é apenas provável que a morte de João resulte na viuvez de alguém; no entanto, é certo que em 'viúva' encontramos o significado de 'morrer'. Se em (35) **a viúva** constitui o elemento anafórico, que deve necessariamente constituir o elemento englobado, podemos pensar que a resolução da anáfora se dá com base em uma inferência que só provavelmente está autorizada pelo elemento englobante, ou seja, no significado de 'morrer' não se tem necessariamente 'viúva'. Ou pensar que é a seqüência do discurso que permite a interpretação anafórica, o que contraria a tese léxico-estereotípica.

Kleiber, Partry e Ménard (1994) sustentam a tese de que a anáfora associativa "rola" em um único sentido: do "todo" para a "parte". Mas, considerando-se os exemplos abaixo,

- (31) Eles distinguiram primeiro *um telhado*; depois, aproximaram-se da **casa**.
- (32) Os arqueólogos descobriram primeiro *um crânio*. **O esqueleto inteiro** só foi recuperado no dia seguinte.

poder-se-ia duvidar de que a orientação da anáfora associativa se dê sempre do "todo" para a "parte", uma vez que, nada, em termos cognitivos, impede ou dificulta a interpretação dos exemplos acima referidos; portanto, do ponto de vista da compreensão, a anáfora associativa "rolaria" nos dois sentidos.

Diante desses aparentes contra-exemplos, os autores apresentam argumentos - dentro de uma argumentação sempre muito detalhada e consistente - que sustentam a tese da anterioridade do "todo" em relação à "parte", invocando, a partir da orientação

da anáfora em geral, duas restrições, a saber, a impossibilidade de haver uma expressão anafórica que contenha sobre o referente informações não disponíveis ou não inferíveis da expressão-fonte anterior e a influência da determinação definida ou não definida do antecedente.

O argumento que segue, usado pelos autores para provar a primeira restrição, apóia-se na anáfora correferencial que envolve uma relação hipo/hiperonímica. Assim como no caso da anáfora associativa, a relação anafórica realizada por meio de hiperônimos e hipônimos segue uma orientação única, embora nenhum obstáculo interpretativo se oponha à orientação inversa. O encadeamento correferencial é feito do hipônimo para o hiperônimo e não o contrário:

(33) Paulo adotou *um gato*. **O animal/Esse animal** é muito velho.

(34) *Paulo adotou *um animal*. **O gato/Esse gato** é muito velho.³⁷

Se se pensa na compreensão, a ordem do segundo exemplo não deveria ser interdita: o fato de haver introduzido um animal particular tornaria disponível um referente para uma expressão definida como **o gato** ou **esse gato**; não haveria, portanto, nenhum obstáculo à interpretação correferencial de um encadeamento hiper/hiponímico **um animal/o gato** ou **esse gato**. Mas, se essa direção não é permitida, deve haver outras razões. Segundo os autores, pode-se pensar num argumento "lógico" de implicação, que liga 'X é um gato e X é um animal', sendo que é 'X é um gato' que implica 'X é um animal' e não o contrário. Mas esse argumento não é satisfatório, já que não há contradição lógica de passar de um animal em geral a um gato (cf. *Esse animal é um gato*). Há, na verdade, uma "contravenção informativa"³⁸ que decorre da ausência de uma ligação inferencial orientada que corresponda à proposição 'um animal → um gato'.

³⁷ Corblin (1987: 210-212) tem uma posição diferente, em se tratando de um SN demonstrativo. Como o uso do demonstrativo implica a classificação/reclassificação de um designatum como N, a designação se faz independentemente do conteúdo nominal. Desse modo, para ele, é perfeitamente aceitável a retomada de um hiperônimo por um hipônimo, como atesta o seguinte exemplo: "**Um animal** corria. **Esse cachorro...**"

³⁸ Berrendonner (1990, 1994b), como vimos, explica esse e outros casos pelo aspecto das restrições pragmáticas, que devem levar em conta, inclusive, o princípio da "nonchalance".

Dai eles concluem que é preciso que o referente da expressão anafórica esteja, de um modo ou de outro, direta ou indiretamente presente no co(n)texto, de tal modo que o apontamento referencial que exige a interpretação de toda expressão anafórica possa ser inferido. E isso não ocorre no exemplo citado: de 'animal' não se pode inferir 'gato'. Acreditamos que esse caráter de interdição é muito radical. Por abdução, é perfeitamente possível hipotetizar uma entidade, dentro daquele risco calculado a que já aludimos, predição que pode ou não ser confirmada posteriormente.

Mesmo na anáfora correferencial que não envolve a relação hipo/hiperonímica ocorre, segundo os autores, uma restrição que pode dar sustentação à tese de que a orientação da anáfora associativa se dá sempre do "todo" para a "parte", ainda que linearmente esses elementos se encontrem em posições trocadas. Trata-se da exigência de que as informações contidas na própria expressão anafórica, isto é, os traços descritivos que ela dá do referente, sejam também acessíveis ou disponíveis na menção anterior. Isso significa, em suma, que a expressão anafórica não pode conter uma informação sobre o referente que não se encontre já instalada pela expressão antecedente. Considerada essa restrição, seriam vistos como desviantes os seguintes encadeamentos:

- (35) *Paulo foi ver um advogado. **Esse advogado de 35 anos** era muito famoso.
- (36) *Um ministro chegou ontem. **Ela** estava acompanhada de seu marido.

Embora haja referentes apropriados disponíveis na primeira frase (**um advogado** e **um ministro**) e se possa compreender que as expressões anafóricas **esse advogado de 35 anos** e **ela** se referem a eles, os encadeamentos não são apropriados porque a informação contida no modificador **de 35 anos** e a veiculada pelo gênero feminino do pronome **ela** não são inferíveis da menção anterior. Não podemos dispor de nenhuma relação inferencial que permita tirar dos enunciados **Paulo foi ver um advogado** e **Um ministro chegou ontem** a informação nova apresentada pelas expressões anafóricas.³⁹

³⁹ A respeito dessa argumentação de Kleiber, Schnedecker e Ujma, gostaríamos de apontar que, se o modificador "de 35 anos" desempenhasse uma função apositiva, o encadeamento seria plenamente

No entanto, seqüências como

- (35') Paulo foi ver o advogado que mora na cidade velha. **Esse advogado de 35 anos** é muito famoso.
- (36') O ministro da cooperação franco-canadense chegou ontem. **Ela** estava acompanhada de seu marido⁴⁰.

não são desviantes. O interlocutor não é obrigado a saber que o advogado que mora na cidade velha é um advogado de 35 anos e que o ministro da cooperação franco-canadense é uma mulher (portanto, as expressões veiculam uma informação nova para ele). Ele pode apreender isso - assim como é possível nos primeiros exemplos - pela própria expressão anafórica. Por que, então, os dois primeiros exemplos são considerados inaceitáveis ao contrário dos dois últimos?

Os autores atribuem essa diferença ao modo de apresentação do referente da expressão antecedente: num caso essa expressão é um SN indefinido; no outro, um SN definido. Como já vimos, para eles, uma descrição definida ou demonstrativa aponta para um referente conhecido, de modo que a informação - nova ou não para o interlocutor - pode ser aceita como disponível ou inferível a partir da apresentação definida - ou particular - feita do referente. Se, ao contrário, ocorrer uma expressão indefinida como antecedente, o único conhecimento que temos é o fato de que ele pertence à classe dos N e, assim, não se pode ter um conhecimento particular do referente. Assim sendo, um encadeamento como

- (37) João assistiu a uma cerimônia religiosa. **O mulá** fez o sermão.

aceitável. O mesmo ocorreria quando o SN anafórico fosse modificado por uma oração relativa explicativa ou apositiva: "Eu dei uma olhada numa sala. O teto, que ameaçava cair a qualquer momento, era muito alto." Mas "Eu dei uma olhada numa sala. O teto que ameaçava cair a qualquer momento era muito alto." seria duvidoso para os autores, uma vez que a restrição deveria ser autorizada pela expressão antecedente.

⁴⁰ Dizem os autores: "Ce type d'enchaînement coréférentiel coïncide avec certaines formes de syllepses et se rencontre fréquemment tant dans les textes littéraires que dans les usages plus cotidiens du langage: 'On a visité l'écurie, mais on avait pas le droit de les toucher'" (Esse encadeamento correferencial coincide com certas formas de silepses, comuns nos textos literários e nos usos cotidianos da linguagem: "Visitou-se o estábulo, mas não se podia tocá-los.").

seria inaceitável, uma vez que não há no antecedente qualquer pista para que se indique tratar-se de uma cerimônia muçulmana. No entanto, não vemos qualquer problema interpretativo.

Tomando essa restrição (a que já aludimos quando tratamos da questão do antecedente no item 2.2.2), os autores realizam uma série de testes com dois enunciados, entre outros, que relacionam **porta/casa** e **pneus/carro**, comutando o determinante e conservando a orientação da "parte" para o "todo".

A partir desses conjuntos, são criadas três situações:

a) SN indefinido/SN definido

* *Uma porta* estava aberta. Sofia entrou na **casa**.

* *Uns pneus* estavam lisos. **O carro** derrapou.

b) SN definido/SN definido

A porta estava aberta. Sofia entrou na **casa**.

Os pneus estavam lisos. **O carro** derrapou.

c) SN definido/SN indefinido

* *A porta* estava aberta. Sofia entrou numa **casa**.

* *Os pneus* estavam lisos. **Um carro** derrapou.

No primeiro caso, se considerarmos apenas o aspecto formal, temos a estrutura canônica da anáfora associativa – um SN₁ indefinido antecedente ativa uma entidade à qual a entidade ativada pelo SN₂ definido está associada. No entanto, a construção é inaceitável, porque não é a “parte” que determina a definitude do “todo”, mas sim o contrário. Em outras palavras, não é a “parte” que está na origem da definitude do “todo”.

No segundo caso, o encadeamento é possível porque o antecedente, sendo definido, ativa uma entidade particular, acessível ou conhecida por outras informações além das fornecidas pelo tipo de N de que é uma ocorrência.

No terceiro caso, em que o “todo” se encontra em segunda posição, ocorre uma disjunção referencial, pois ele não aparece como um “todo” da “parte” colocada anteriormente, assim como um SN indefinido não pode ser retomado por outro SN indefinido⁴¹. Se se tem um SN específico para a “parte”, o SN para o todo também deve ser específico, mas o contrário não é verdadeiro.

A partir dessas situações, Kleiber conclui:

- a) a “parte” deve ser necessariamente expressa em um SN definido;
- b) o “todo” determina a “parte” e não o contrário;
- c) a indefinidade do “todo” em segunda posição conduz a uma disjunção referencial, bloqueando uma interpretação associativa.

Para o autor, outra prova de que a relação se faz sempre do “todo” para a “parte” seria a constatação de que é a “parte” que é saturada pelo “todo” qualquer que seja a ordem dos elementos; isso pode ser demonstrado pela possibilidade de se fazer a pergunta “*Que N?*” se não se identifica o referente. No caso dos exemplos acima, cabem as perguntas “*Que carro?*” e “*Que casa?*”, mas não “*Que pneus?*” e “*Que porta?*”, porque os referentes correspondentes às partes encontram-se definidos pelo SN correspondente ao “todo”.

A indefinidade do antecedente é primordial para a orientação anafórica e a natureza da ligação associativa. Indefinido, o SN antecedente introduz um referente informando apenas que ele pertence à classe dos N, o que significa que ele é marcado unicamente pelas propriedades que formam o estereótipo da categoria.

Assim sendo, o referente determinado por associação também deve ter essa apresentação estereotípica. Essa é a principal razão pela qual Kleiber rejeita encadeamentos em que a expressão anafórica é acompanhada de modificador, que daria ao referente um estatuto particularizado. Seriam então interdítadas construções com a seguinte configuração:

⁴¹ Cf. nota 9.

Um N → O N + mod.

Duas conseqüências podem ser tiradas dessas considerações:

- a) a ligação associativa só é possível se houver um ponto associativo estereotípico entre o antecedente e a expressão anafórica;
- b) a orientação anafórica tem mais chance de ocorrer do "todo" (antecedente) para a "parte" (expressão anafórica), porque é ele que se define pelas partes necessárias ou estereotípicas que o compõem, enquanto as "partes" não se definem pelo "todo".

Assim, há uma assimetria, aparentemente natural, que faz com que uma entidade, qualquer que seja, possa sempre ser considerada como um todo; ela só aparecerá como "parte" se assim é dada explicitamente ou se conceitualmente é definida como "parte" de qualquer coisa. Em outros termos, a maioria das entidades encontra-se definida ou representada em relação a seus componentes, isto é, elas são apreendidas como "todo" não definitivamente ou estereotipicamente como "partes de", mesmo se localizadas em conjuntos maiores em que funcionam como ingredientes. Dessa forma, são autônomas no sentido de que seu modo de existência não é tributário de totalidades nas quais elas podem ser incluídas. Esse caráter de alienação, segundo Kleiber (1999a, 2001), constitui um princípio fundamental que regularia a associação associativa.

Por exemplo, na relação associativa entre **uma cidadezinha/a igreja**, a representação do primeiro elemento pode englobar a entidade 'igreja' como ingrediente; mas a representação de 'igreja' não estabelece essa entidade como ingrediente de 'cidadezinha', ou seja, o reconhecimento de **igreja** como 'igreja' não implica reconhecer essa entidade como 'parte de cidadezinha'. Daí ser praticamente impossível inferir de **igreja** o "todo" **cidadezinha**.

Diante disso, cabe então perguntar: se a "parte" for inalienável, ou seja, se a "parte" implicar definitivamente o "todo" ou se definir conceitualmente em relação a ele, é possível que a orientação da anáfora associativa se dê da "parte" para o "todo"? *A priori* sim. Desse modo, nos casos de **altar/igreja, telhado/casa, tronco/árvore**, a

“parte”, concebida definitivamente como parte inalienável do “todo”, é suscetível de determinar esse “todo” - **um N (“parte”) → o N (“todo”)** -, como em

(31) Eles distinguiram primeiro um telhado, depois se aproximaram **da casa**.

No entanto,

(38) ? Um volante quebrou. **O carro** desceu o barranco.⁴²

que satisfaz as mesmas condições de emprego do exemplo anterior, seria dificilmente aceitável.

A explicação dos autores se resume no seguinte: para que uma parte inalienável do “todo” possa funcionar como antecedente, é preciso que primeiramente ela seja apresentada como alienada, como ocorre no exemplo (31) em que a “parte” **um telhado** é percebida como tal, e posteriormente a anáfora (**a casa**) a integra no todo. Assim também o corre com (32) aqui retomado:

(32) Os arqueólogos descobriram primeiro um crânio. **O esqueleto** inteiro só foi recuperado no dia seguinte.

Já com o exemplo (38) esse primeiro processo de alienação não ocorre.

Como se vê, segundo os autores, a possibilidade de haver uma anáfora associativa de orientação parte → todo é extremamente reduzida. Com essa longa argumentação eles buscaram mostrar que a orientação *referencial* da anáfora associativa vai normalmente do “todo” para a “parte”. Se considerarmos essa orientação relativamente à cadeia linear do texto, quando o primeiro elemento corresponder à “parte”, ocorrerá uma *catáfora associativa*⁴³.

Mas consideremos o seguinte caso:

⁴² Ressaltamos que estamos aqui apresentando o ponto de vista de Kleiber. Para nós, o exemplo seria perfeitamente aceitável, dependendo do contexto.

⁴³ Esse termo, inserido em dois domínios teóricos diferentes, assume sentidos diversos. Em Lavigne-Toms e Dubois (1999) indica que a inferência é prospectiva; em Kleiber (1994), que o elemento a ser saturado, correspondente ao referente que constitui a parte, precede o SN que indica a entidade correspondente ao todo.

- (39) Minha mãe tem 83 anos e faz ginástica uma vez por semana com *um professor*. Às vezes, ela sente dor no corpo três ou quatro dias após a **aula**. As dores podem estar relacionadas a essa atividade física? Dores musculares decorrentes de exercícios físicos não se manifestam somente até 48 horas depois de praticá-los? (FSP, 06/09/2001, Folha Equilíbrio, p. 4)

Aparentemente, deve-se explicar a definitude do SN **a aula** pela associação ao SN indefinido **um professor** da frase precedente, o que permite tipificar essa anáfora como associativa, já que é introduzido um novo objeto-de-discurso apresentado no modo conhecido por meio de um SN que pode ser interpretado referencialmente somente em relação a um outro SN anterior. Mas, contrariamente ao que postula Kleiber - se aceitarmos que se trata de uma relação "parte-todo" -, a relação anafórica se faz da "parte" para o "todo", sendo o antecedente um SN indefinido, sem que isso cause qualquer estranheza. Assim, poderíamos afirmar que, se a relação preenche os requisitos para ser caracterizada como anáfora associativa, trata-se de um contra-exemplo, que questiona o teste do indefinido/definido proposto acima. Poderíamos ainda argumentar que a relação **professor/aula** não constitui uma relação do tipo "parte-todo", o que sustentaria a afirmação de que a relação associativa deve ser considerada em um âmbito mais amplo, no caso, um cenário - **aula** -, que envolve um ingrediente - **professor**. Assim sendo, dentro da concepção de Kleiber, seria legítimo ainda falar em anáfora associativa? Esse caso será retomado ao longo do capítulo.

Para justamente responder a esse tipo de questionamento, Kleiber (1999a), refina ainda mais sua investigação sobre a anáfora associativa, buscando examinar como e em que bases os relacionamentos associativos são estabelecidos e identificar as restrições que operam nesses relacionamentos. Esse empreendimento o leva a questionar a própria noção de parte para então determinar que 'partes' são elegíveis para se tornar o referente de uma anáfora associativa.

Ele propõe dois princípios como determinantes no relacionamento entre o antecedente e a expressão anafórica: *a condição de alienação* (a que já nos aludimos acima) e *o princípio da congruência ontológica*.

A condição de alienação pode ser assim definida: o referente de uma anáfora associativa deve ser apresentado ou dado como alienado em relação ao referente do antecedente. Mesmo que a entidade não seja materialmente separada da entidade que significa o “todo”, ela é compreendida como um indivíduo. É como se uma câmera desse um *close* nessa entidade, separando-a do restante. A consequência dessa condição é clara: se o indivíduo referido pela expressão anafórica não puder aparecer como autônomo na sua relação com a entidade evocada pela expressão antecedente, a seqüência é considerada mal formada.

Quando se trata de entidades que, em si mesmas, não implicam a existência de outras entidades, ou seja, entidades que têm existência autônoma, como por exemplo **igreja**, existe o que se chama independência ontológica, o que permite a construção de uma anáfora associativa sem quaisquer dificuldades. Mas, quando se trata de entidades que dependem ontologicamente de outras, a anáfora associativa pode tornar-se problemática. Essas entidades podem ser de três tipos:

- a) nomes que se referem a propriedades e eventos, derivados de adjetivos ou verbos, como “*brancura*”, “*explosão*” ;
- b) nomes relacionais, como “*marido*”, “*pai*”, “*habitantes*”;
- c) nomes que ocorrem como componentes de outro indivíduo numa relação todo-parte *stricto sensu* – como “*pneus*”, “*telhado*”, “*tronco*”.

O problema que surge pode parecer paradoxal: por um lado, a dependência ontológica torna as entidades elegíveis *a priori* para formar a anáfora associativa, visto que as entidades a que estão subordinadas parecem ser antecedentes apropriados; por outro lado, a condição de alienação requer autonomia das entidades em relação ao indivíduo de que elas dependem ontologicamente.

Dos três tipos de entidades dependentes acima apresentados, o autor afirma que os nomes relacionais são autônomos quanto a outras propriedades, sendo, portanto, sua dependência ontológica apenas parcial. Por exemplo, um “*pai*” não é exclusivamente um pai; ele também pertence à categoria de ser humano, ontologicamente independente.

Essa dependência parcial permite que os nomes relacionais preencham *a priori* a condição de alienação necessária.

Por outro lado, a dependência dos outros tipos de entidades é mais forte, sendo de tal ordem que a eliminação da entidade correspondente ao “todo” acarreta a eliminação da entidade que se refere a partes, propriedades e eventos. Mesmo apresentando esse traço comum, esses dois tipos de entidade ainda podem ser diferenciados, se se consideram os traços referenciais especificadores dessas entidades. Esses traços, que são inerentes à classificação de concreto/abstrato, animado/inanimado, são a fonte das propriedades que as entidades podem possuir. Um nome concreto é um nome cujos possíveis referentes são feitos de matéria e possuem uma forma. Um nome que se refere a um ser animado, além de matéria e forma, implica uma específica intencionalidade (ou o traço animado). Já entidades que indicam propriedades e eventos não possuem esses traços. Por exemplo, *pneu/carro* são feitos de matéria e possuem uma forma. Já a cor de um carro (propriedade) não tem qualquer matéria ou forma específica, requerendo, assim, o carro (ou parte dele) como vetor de atualização. Isso também se aplica, por exemplo, ao movimento de um carro, que não tem matéria ou forma, mas exige a matéria e forma do carro para ocorrer.

Para resolver esse impasse, Kleiber invoca o segundo princípio, o da *congruência ontológica*: o processo de alienação exigido pela anáfora associativa pode ocorrer somente se o elemento subordinado é do mesmo tipo ontológico que o antecedente do referente. Esse princípio tem uma consequência “ontológica” imediata na definição da noção de parte: somente elementos do mesmo tipo ontológico que o próprio objeto podem ser considerados como uma verdadeira “parte” desse objeto. A interação hierárquica desses duas restrições permite dar conta de dados, às vezes intrigantes, frequentes na literatura da anáfora associativa. (cf. Kleiber 2001)

Com esses dois princípios, Kleiber reputa inaceitáveis exemplos como

- (40) *Maria é uma velha paulistana. **O nascimento** aconteceu na virada do século.
- (41) *Paulo gosta do seu carro. **O design** é elegante, **o tamanho** é ideal.

- (42) *Uma mala estava sobre a cama. **O couro** estava velho.
- (43) *O menino correu na chuva. **Os pés** ficaram molhados.
- (44) *Paulo podia, enfim, descansar. **O espírito** estava livre de preocupações.

em que existem as seguintes “incompatibilidades” ontológicas: em (40) e (41), **evento** (**nascimento**) e **propriedade** (**design, tamanho**) não têm nem matéria nem forma, ao contrário dos antecedentes (**Maria, carro**); em (42) **matéria** (**couro**) tem matéria, mas não tem forma, enquanto o antecedente (**mala**) tem matéria e forma. Quanto a (43) e (44), os elementos anafóricos, que correspondem à “parte” - **pés, espírito** -, possuem, respectivamente, os traços forma/matéria, mas não o traço intencionalidade, e intencionalidade, mas não forma e matéria, enquanto os antecedentes (**menino, Paulo**) possuem os três traços; as partes de um ser animado não são, em si mesmas, animadas. Em todos esses casos deveria ocorrer um pronome possessivo para marcar a dependência ontológica e tornar aceitáveis os encadeamentos.⁴⁴

Já em casos como

- (45) Paulo foi à França de navio. **O embarque** foi difícil, mas ele gostou da **travessia**.

há congruência ontológica: **embarque** e **travessia** são do mesmo tipo ontológico que a entidade 'navegar para a França'. Trata-se de entidades temporais, cuja “forma” é similar à do todo.

No entanto,

- (46) Paulo tocou a mala. **O couro** estava velho.
- (47) Paulo descreveu o carro. **O design** é elegante, **o tamanho** é ideal.

são possíveis, ainda que aparentemente constituam contra-exemplos, pois, segundo Kleiber, a cláusula anterior implica a alienação de traços do antecedente: o predicado

⁴⁴ Trata-se de uma restrição da língua francesa; na língua portuguesa, com exceção de (40), que reputamos duvidoso, mas não inaceitável, todos os outros são perfeitamente possíveis.

introduzido por **tocar** implica contato direto com a matéria (e não com a forma) e o predicado introduzido por **descrever** implica 'apontar atributos'.

Do mesmo modo, essa condição de alienação é fornecida pela sentença anterior em casos que envolvem seres animados:

- (48) Ele senta-se na beira da cama e a examina. **As pálpebras** estão inchadas e as bolsas sobre **os olhos** estão estriadas de pequenas veias azuis.
- (49) Ao redor da mesa, os jogadores se espreitavam. **As mãos** estavam crispadas sobre os revólveres.
- (50) Em seguida ele pinta o retrato de Paulo, primeiro **os/seus braços** e então **a/sua face**.

Em (48) e (49) a primeira sentença envolve um ato de perceber (dado pelos verbos **examinar** e **espreitar**), induzindo a um tipo de *zoom* e, como uma câmera, cria uma alienação de partes do corpo. Em (50), a alternância definido/possessivo possibilita a diferença interpretativa: o primeiro aliena partes do corpo; o segundo não opera essa alienação.

A explicação é convincente. No entanto, podemos apontar uma ocorrência em que os determinantes definido e possessivo dos SNs que funcionam como elementos anafóricos da associação, indicando “parte de”, se encontram praticamente em variação livre. Trata-se de um excerto de “O Guarani”, de José de Alencar:

- (51) Caía a tarde.
No pequeno jardim da casa do Paquequer, uma linda moça se embalançava indolentemente numa rede de palha presa aos ramos de uma acácia silvestre, que, estremecendo, deixava cair algumas de suas flores miúdas e perfumadas.
Os grandes olhos azuis, meio cerrados, às vezes se abriam languidamente como para se embeberem de luz, e abaixavam de novo **as pálpebras rosadas**.
Os lábios vermelhos e úmidos pareciam uma flor da gardênia dos nossos campos, orvalhada pelo sereno da noite; **o hálito doce e ligeiro** exalava-se formando um sorriso. **Sua tez, alva e pura** como um floco de algodão, tingia-se **nas faces** de uns longes cor-de-rosa, que iam, desmaiando, morrer **no colo de linhas suaves e delicadas**. (O Guarani, José de Alencar)

Não há a presença de qualquer elemento que, na frase anterior, possa implicar a alienação de traços do antecedente **uma linda moça**. E o uso do definido não bloqueia a

associação. Embora não tenhamos a intenção de usar o método da comutação, não podemos deixar de apontar que os SNs definidos poderiam ser comutados por possessivo, sem que, a nosso ver, houvesse aquela diferença interpretativa apontada por Kleiber.

Talvez Kleiber pudesse objetar que se trata de uma descrição e, como tal, o que se salienta são as partes do objeto descrito, situação em que seria atendida a condição de alienação, ou ainda que todas as partes estão acompanhadas de modificador, um possível ponto de diferença em relação aos seus exemplos. Quanto a esta segunda observação, seria perfeitamente plausível retirarmos esses modificadores e, em relação à nossa discussão – as bases e as restrições dos relacionamentos associativos –, não haveria alteração. Portanto, essa objeção não se sustentaria. Quanto à primeira possível objeção, essa nos parece a mais importante em relação ao modelo de Kleiber: se toda associação deve ter apoio no dado lingüístico e não há nenhum elemento dessa natureza que nos permita afirmar tratar-se de uma descrição, o que justificaria a presença de elementos associativos na forma de SN definidos, então 1) ou se considera a construção inaceitável, o que está fora de cogitação; 2) ou se considera que essa restrição é válida somente para a língua francesa, o que põe em xeque a hipótese semântica que, pelo modo como Kleiber trabalha, aspira a uma certa universalidade; 3) ou, o que achamos mais plausível, que há na resposta teórica de Kleiber uma hipertrofia do componente semântico, inclusive de uma semântica de traços, em detrimento de outros componentes, como o pragmático, ou de questões relativas a gêneros de discurso.

Gostaríamos ainda de insistir na análise de casos atestados de anáfora associativa, à luz dos princípios de Kleiber, voltando primeiramente a (39)

- (39) Minha mãe tem 83 anos e faz ginástica uma vez por semana com um professor. Às vezes, ela sente dor no corpo três ou quatro dias após a **aula**. As dores podem estar relacionadas a essa atividade física? Dores musculares decorrentes de exercícios físicos não se manifestam somente até 48 horas depois de praticá-los? (FSP, 06/09/2001, Folha Equilíbrio, p. 4)

Desconsiderando-se a orientação da cadeia linear do texto, é necessário estabelecer que elemento preenche o papel de antecedente e de elemento anafórico. Se tomarmos a relação professor/aula como um caso de "parte/todo" e aceitarmos que o "todo" é que se define pela "parte" e não o contrário, diremos que "aula" deve constituir o "todo", pois 'aula' implica definitivamente 'professor', mas 'professor' não implica 'aula'. Se assim for, então a "parte" é dada por um SN indefinido, o que contraria a exigência de definitude nesse caso. Mas poderíamos pensar em estereótipo: embora definitivamente professor não implique aula, esses dois elementos estariam relacionados pela frequência com que aparecem associados.

Hawkins (1977a:22) aborda essa questão, quando afirma que algumas partes são necessárias enquanto outras são possíveis (assim como Kleiber,1994a), como em um país/o primeiro-ministro, um casamento/a música, entre outros. Como esses objetos co-ocorrem com relativa frequência, eles se tornam suficientemente relacionados para que a anáfora associativa seja possível. Por outro lado, mesmo que cachorros, por exemplo, frequentemente andem de carro com seus donos, ou pássaros façam seus ninhos nos telhados de casas, nem um carro/o cachorro ou uma casa/o ninho parecem ser seqüências associativas possíveis. Mas, argumenta o autor, se no futuro o roubo de carros for coisa freqüente e os donos de carro resolverem proteger-se mantendo cachorros permanentemente dentro dos carros, a seqüência um carro/o cachorro será normal. Assim, a anáfora associativa pressupõe não apenas o conhecimento de algum relacionamento 'parte de'; ela reflete também a importância e a frequência desse relacionamento. Além disso, muitos associados não são uma "parte" de um objeto, caso segundo o autor, dos atributos (cor, tamanho, etc.) de um objeto, o que contraria frontalmente a noção de "parte" definida por Kleiber.

Mesmo a hipótese do estereótipo não consegue resolver a questão inicialmente colocada: se a relação é de "parte/todo", que papel cabe a cada um dos sintagmas?

Talvez a explicação mais adequada seja a de considerar o caso como um cenário que seria instanciado não por um dos dois SN, mas pela proposição **fazer ginástica uma vez por semana**. Essa hipótese encontra apoio no fato de que podemos apagar o

SN **um professor**, sem qualquer prejuízo para a interpretação de **a aula**. Nesse caso, esta entidade seria inferida por abdução a partir daquela proposição, por meio do cálculo de probabilidade que já abordamos. Desse modo, questionáremos: há realmente associação entre os dois elementos aula/professor? Pensamos que sim, se considerarmos a anáfora associativa de uma maneira mais ampla, o que veremos no decorrer da nossa discussão. Sem nos determos na questão inferencial, retomamos Berrendonner: em M é introduzida uma informação **fazer ginástica uma vez por semana**, instanciando a representação de um possível cenário que englobaria actante(s) e evento(s), entre eles, **professor e aula**. Se essa instanciação é realizada no momento da leitura da proposição ou dos SNs é uma questão que interessa especificamente aos psicolinguistas, fugindo à delimitação desta pesquisa.

Se analisarmos ainda a associação à luz do princípio da congruência ontológica, veremos que esse princípio se aplica somente ao caso de **fazer ginástica uma vez por semana e aula**, por se tratar de dois eventos; mas ele não se aplicaria à associação 'um professor/a aula'. Mas como desconsiderar a relação professor/aula? E como negar a "aceitabilidade" das relações instauradas no texto? Parece que o modelo de Kleiber não consegue dar conta de casos considerados extremamente corriqueiros, como o apresentado no exemplo.

Tomemos agora (52).

- (52) Quatro ou cinco cavalheiros debatiam, uma noite, várias questões de alta transcendência, sem que a disparidade dos votos trouxesse a menor alteração aos espíritos. **A casa** ficava no morro de Santa Teresa, a sala era pequena, alumiada a velas, cuja luz fundia-se misteriosamente com o luar que vinha de fora. (Machado de Assis. *O Espelho*.)

Não se pode aqui definitivamente aventar a possibilidade de o encadeamento ser inaceitável. No entanto, a aplicação dos princípios de alienação e de congruência ontológica se torna mais crítica, pela simples razão de não se contar com um antecedente linguístico claro, cujo referente poderia estar associado ao SN definido **a casa**. Mas, ao mesmo tempo, não se pode negar que é a sentença anterior que cria as condições para a

interpretação referencial. Mais uma vez fazemos a pergunta: ocorre neste caso uma anáfora associativa? Para nós, sim. Na sentença anterior, como vimos, é possível pensar um componente que não é explicitado: o lugar em que ocorre o debate, papel que seria facilmente preenchido pelo SN definido **a casa**. Tanto a associação realmente ocorre, a nosso ver, que se em vez de definido o SN fosse indefinido, “*uma casa*”, haveria uma disjunção referencial.⁴⁵

Mas, para o autor, esses dois princípios são fundamentais na relação da anáfora associativa, a ponto de ela não poder ser instalada se a restrição de alienação – no interior da qual o princípio de congruência ontológica encontra sua validade – não for satisfeita. Essa condição abre inclusive perspectivas para o estudo dos diferentes tipos de anáfora associativa, privilegiando a dimensão semântica dos diferentes constituintes implicados.

Uma tipologia da anáfora associativa é apresentada por Kleiber (2001), motivada principalmente por dois fatores, segundo ele:

a) a literatura voltada para as anáforas associativas é bastante vaga, para não dizer omissa, sobre o tipo ou tipos de relações que servem de suporte a essa categoria de anáforas. Embora não seja ignorado, o problema é frequentemente tratado de modo rápido, alusivo e impreciso. As noções invocadas como *parte-todo* (estrita ou não), *frames*, *papel semântico* ou ainda *cenário* são raramente definidas com rigor, o que permite lacunas, extensões, assimilações e equívocos de todo tipo.

b) embora a solução meronímica, adotada por vários autores, mas definida com clareza, tenha a vantagem de abrigar casos intuitivamente claros como

(4) Ele se abrigou sob uma velha tília. **O tronco** estava trincado

em que se reconhece sem dificuldade uma relação parte-todo, em encadeamentos como

⁴⁵ A nossa proposta de solução aproxima-se do que Kleiber chama de anáfora associativa actancial, embora talvez o próprio autor não concordasse conosco. Como veremos à frente, Kleiber reflete sobre os “locativos”, sem, no entanto, apresentar uma solução definitiva para esse tipo de anafórico.

- (16) Nós chegamos a uma cidadezinha. **A igreja** ficava no alto de uma colina.
- (53) Paulo comprou esse romance, porque **o autor** lhe é familiar
- (54) Nós entramos em um restaurante. **O garçom** recusou-se a nos atender
- (19) Paulo cortou o pão e guardou **a faca**.

é difícil ver exemplos de encadeamento parte-todo, principalmente em (19).

Dados esses argumentos, Kleiber apresenta uma descrição de diferentes subclasses de anáforas associativas, sem postular um denominador associativo comum, que correria o risco de impor uma explicação superpoderosa. Segundo ele, no estado atual dos conhecimentos nesse domínio, é preferível tentar organizar uma tipologia das anáforas associativas fundamentadas sobre o tipo de relação semântica. É o que ele empreende, sem ter a pretensão de exaustividade, propondo quatro subclasses de anáforas associativas: *meronímicas*, *locativas*, *actanciais* e *funcionais*.

A) Anáforas associativas meronímicas

O traço definatório decisivo das anáforas associativas meronímicas reside no estatuto semântico do nome anafórico: ele deve ser marcado semanticamente como sendo uma *parte-de*, o que impõe defini-lo relativamente a uma totalidade. Dito de outro modo, é um *merônimo* e a relação semântica entre o todo (ou holônimo) e a parte (ou merônimo) é de meronímia.

E o antecedente? O antecedente, que corresponde ao "todo", não é marcado assim semanticamente, pois não contém o traço semântico definatório de totalidade, embora ele mesmo denote entidades constituídas de partes. Isso significa que, se as entidades que denotam as "partes" são ontologicamente dependentes, o "todo" não é dependente dessas "partes", aparecendo como indivíduo por natureza autônomo.

Trabalhando com as entidades 'carro', correspondente ao "todo", e 'volante'/aerofólio traseiro', entidades correspondentes à "parte", Kleiber apresenta características, tipos e propriedades das anáforas associativas meronímicas.

A anáfora associativa será meronímica, se os elementos envolvidos puderem preencher as variáveis na seguinte frase genérica:

Um Y tem (geralmente) um X ou Um X é uma parte de um Y.⁴⁶

O traço semântico 'parte de' ou traço meronímico comum a 'volante' e 'aerofólio traseiro', possibilita que essas entidades figurem na segunda das frases definitórias

Um volante é uma parte de carro

Um aerofólio traseiro é uma parte de carro

o que não ocorre, por exemplo, com a entidade 'urso de pelúcia', que, embora eventualmente possa ser encontrada em um carro, constitui apenas uma entidade contingente, não podendo, portanto, figurar na mesma frase definitória

? *Um urso de pelúcia é uma parte de um carro.*

Mas 'volante' e 'aerofólio traseiro' ainda apresentam uma diferença: somente 'volante' encontra seu lugar na primeira frase definitória, que pode ainda conter um quantificador de quase-universalidade:

Um carro (geralmente) tem um volante.

? *Um carro (geralmente) tem um aerofólio traseiro.*

Essa propriedade leva Kleiber a distinguir as anáforas associativas meronímicas *canônicas* e anáforas associativas meronímicas *facultativas*. Nestas, o merônimo não participa do estereótipo do todo que ele impõe.

Pode-se, todavia, servir-se ainda da estrutura genérica *Um Y tem um X* para mostrar que os merônimos facultativos ou não estereotípicos, porque merônimos, isto é,

⁴⁶ Para Kleiber, essas frases genéricas não são semanticamente equivalentes às proposições quantificadoras universais. As frases genéricas, diferentemente desse tipo de proposição, não são afetadas por um contra-exemplo. Assim, embora nem toda porta possua maçaneta, "*Uma porta tem maçaneta*" não tem sua verdade colocada em causa, o que mostra que esse não é um traço necessário, mas típico da entidade, isto é, que figura, do ponto de vista lexical, dentro do estereótipo de 'porta'. Ela é uma verdade *a priori*, como mostra a exclusão de verdade da frase negativa correspondente: ? "*Uma porta não tem uma maçaneta*", e representa uma regra que autoriza inferências por *default*.

porque são termos que têm o traço semântico de "parte de", não são partes contingentes. Observa-se, com efeito, que se

Um carro tem (geralmente) um aerofólio traseiro

parece falso, sua negação, a despeito disso, não parece verdadeira:

? Um carro não tem um aerofólio traseiro.

Mas a negação da frase que contém entidades associadas de modo contingente torna essa frase verdadeira:

Um carro não tem um urso de pelúcia.

Se

Um carro não tem um aerofólio traseiro

parece falso é porque o traço semântico 'parte de um carro' que comporta o termo 'aerofólio traseiro' torna contraditório o enunciado negativo.

Em resumo, as meronímias canônicas e facultativas respondem a uma relação mereológica *a priori*, lexicalmente presente no nome da própria parte, devido a seu estatuto semântico de merônimo, estatuto que tem como critério identificatório a frase genérica *Um X é uma parte de um Y*. É isso que permite delimitar a extensão das anáforas associativas meronímicas, que se apóiam sobre o semantismo do nome anafórico. É ele que constitui o elemento determinante na ponte inferencial efetuada porque ele comporta de modo inerente a indicação da relação parte-todo.

B) Anáforas associativas locativas

Contrariamente às meronímicas, o anafórico das anáforas associativas locativas não é ontologicamente dependente de seu antecedente, como ocorre com o exemplo canônico trabalhado por Kleiber:

(16) Chegamos a uma cidadezinha. **A igreja** ficava no alto de uma colina..

As duas entidades 'cidadezinha' e 'igreja' são independentes, intrinsecamente autônomas, o que pode ser visto no tratamento lexicográfico do elemento anafórico: nenhuma igreja é definida como "parte" do que quer que seja.

A relação cidadezinha/igreja tampouco pode ser cogitada como um caso de meronímia facultativa, uma vez que não se pode aplicar como critério identificatório a frase genérica Um **X** é uma parte de um **Y**:

**Uma igreja é uma parte de cidadezinha.*

Diante disso, é necessário precisar qual é a relação não contingente que une 'igreja' a 'cidadezinha' e que está na origem do estabelecimento possível de uma anáfora associativa.

Kleiber encontra na "localização estereotípica funcional" o fator que leva à especificidade semântica da relação 'igreja-cidadezinha'. Há, com efeito, uma ligação entre a funcionalidade intrínseca das entidades **X** (como 'igreja') e a das entidades **Y** (como 'cidadezinha') com a qual elas dão lugar a uma anáfora associativa: essas entidades **Y** são os lugares prototípicos para a funcionalidade inerente de entidades **X**. A razão é que as próprias entidades **Y** têm uma funcionalidade intrínseca que concorda *a priori* à das entidades **X**. A relação que une *a priori* 'igreja' (**X**) a 'cidadezinha' (**Y**) é que a segunda entidade (**Y**) serve de lugar estereotípico funcional para a primeira (**X**).⁴⁷ Trata-se de uma relação semântica, já que essa informação estereotípica de *lugar funcional* é

⁴⁷ Essa constatação tem implicação no processo inferencial, especificamente quanto ao debate sobre inferências descendentes e ascendentes. Para as meronímicas, parece que o modelo ascendente, de movimento retrospectivo, é mais apropriado, já que são os merônimos, que contêm a informação semântica "parte de", que levam a buscar o "todo" pertinente. Às locativas, ao contrário, o modelo descendente, de movimento prospectivo, parece mais apropriado, já que é o elemento **Y** (o antecedente) o elemento focalizado. No entanto, adverte Kleiber, essa hipótese não pode ser tomada sem controle e base psicolinguísticos.

uma informação preestabelecida, de nível genérico, associada aos lexemas que denotam as entidades em questão.⁴⁸

A prova de tal esterotipia é dada pela impossibilidade de ser usado, no anafórico, um modificador, uma informação nova sobre o referente que não esteja contida no antecedente, quando este é um SN indefinido:

(16") Chegamos a uma cidadezinha. ? A igreja românica ficava no alto de uma colina.⁴⁹

Embora aponte que o termo 'locativo' não é inteiramente adequado, Kleiber afirma que ele tem a vantagem de destacar o caráter de lugar ou de espaço da entidade antecedente.

Mas é necessário precisar essa idéia de lugar, pois, por exemplo, em

(55) Paulo organizou um piquenique. A cerveja estava quente

caso considerado por Kleiber como um caso de anáfora associativa locativa, é, de certa forma, surpreendente considerar 'piquenique' como lugar. A hipótese é que a natureza do lugar Y pertinente se encontra determinado pela natureza da entidade X. Dadas as características de uma bebida, uma refeição é, de alguma forma, um lugar de localização pertinente, pois a bebida, assim como outros alimentos ou pratos, ocupa um certo "lugar". Desse modo, vê-se que a noção de lugar não deve ser tomada unicamente em seu sentido básico de espaço tridimensional, mas deve recobrir todo espaço (material e abstrato) no qual um indivíduo, portanto uma entidade autônoma, se encontra localizada.

Assim como para as anáforas associativas meronímicas, Kleiber adota um critério identificatório para as anáforas associativas locativas; trata-se da frase genérica com uma

⁴⁸ Kleiber (2001: 293) diz em nota: "Si l'on refuse le statut sémantique aux traits stéréotypiques, notre relation locative ne pourra évidemment plus être considérée comme une relation sémantique. Même si la frontière n'est jamais nette entre ce qui relève de la stéréotypicalité et ce qui n'en relève pas ou plus, on a tout intérêt à ne pas l'expulser trop vite du sens." [Se se recusar o estatuto semântico aos traços estereotípicos, a relação locativa evidentemente não poderá mais ser considerada como uma relação semântica. Mesmo que não seja clara a fronteira entre o que se considera estereotipicidade ou não, tem-se todo interesse em não expulsá-la do sentido.]

⁴⁹ Esse ponto particular será focalizado quando abordarmos a tese discursiva.

condição suplementar: a de não poder figurar na frase genérica definitiva das meronímicas (Um X é uma parte de Y) para que estas últimas sejam eliminadas. Assim, há relação locativa entre X e Y se e somente se

- (i) os elementos X e Y podem figurar em uma estrutura genérica *Em Y, há (geralmente) um X;*
- (ii) os elementos X e Y não podem ser inseridos na estrutura genérica *Um X é uma parte de um Y.*

Isso se confirma na frase

Em uma cidadezinha, há uma igreja.

Mas em alguns casos a frase genérica não parece ser válida

?Em um piquenique, há cerveja

porque 'cerveja' não parece ser entidade presente na maior parte dos piqueniques.⁵⁰ Poder-se-ia ter uma regra de inferência por *default* que conduzisse, a partir da entidade Y, a concluir a presença de X. No entanto, a inferência *se há um piquenique, então há cerveja* parece muito forte.

Essa conclusão parece fatal ao teste identificatório postulado, a menos que se decida excluir das relações semânticas locativas as relações que não satisfaçam a inferência. Mas uma tal solução não é absolutamente pertinente, porque ela deixaria "desempregadas" relações que autorizam o estabelecimento de uma anáfora associativa:

- (56) O piquenique foi um fracasso total. **A cerveja** estava quente e **os sanduíches**, secos.

e que (o paralelo é essencial) se encontram na mesma situação das meronímias facultativas em relação às canônicas. Assim como com as meronímias facultativas não se pode inferir, por exemplo, "*se há um carro, então há um aerofólio traseiro*" e elas não deixam de manter uma relação semântica e não somente de um fato contingente, o

⁵⁰ Insistimos que essa explicação é discutível, pois outros fatores, como o cultural, interferem na relação.

mesmo acontece com 'piquenique/cerveja'. Desse modo, Kleiber também propõe uma subdivisão das anáforas associativas locativas em canônicas (cidadezinha/igreja) e facultativas (piquenique/cerveja).

Mas como reconhecer uma anáfora associativa locativa facultativa, já que a frase genérica se aplica bem somente às canônicas, quando deveria ser um denominador comum de todas as anáforas associativas locativas? Para responder a essa questão Kleiber lança mão da "*bonne logique des propositions*", invocando a lei do terceiro excluído, de acordo com a qual de duas proposições contraditórias, uma é verdadeira e a outra, falsa. Se a frase genérica em um **Y** há (geralmente) um **X** for falsa para as relações locativas associativas, a sua negação deverá ser verdadeira:

Em um piquenique há cerveja

Em um piquenique não há cerveja.

As duas, no entanto, são falsas; e mais ainda, a segunda parece ainda mais falsa que a primeira. Que dizer? Se para as locativas canônicas há a conjunção de duas condições, como vimos acima, para as facultativas essas condições devem ser reformuladas da seguinte forma:

Há relação locativa facultativa entre **X** e **Y** se e somente se

- (i) a frase genérica *Em um Y há um X* e sua versão negativa *Em um X não há um Y* forem falsas;
- (ii) os elementos **X** e **Y** não puderem ser inseridos na estrutura genérica ***Um X é uma parte de um Y.***

O caráter semântico da relação locativa facultativa aparece claramente se ela é confrontada com uma relação locativa contingente. Isso responde diferentemente ao teste definitório proposto. A versão negativa da frase genérica falsa

? Em uma cidadezinha, há uma grande loja de departamento

Em uma cidadezinha, não há uma grande loja de departamento

aparece como verdadeira.

C) Anáforas associativas actanciais

As anáforas associativas actanciais constituem um caso bem especial se se consideram os outros vistos até aqui: trata-se da relação entre um antecedente na forma de um predicado – um SV ou um SN predicativo ou processual, isto é, um SN que comporta um nome de acontecimento -, sendo o elemento anafórico um de seus argumentos ou actantes, como em

- (19) Paulo cortou o pão e guardou **a faca**.
- (57) Uma velha senhora foi assassinada. **O assassino** não foi encontrado.
- (58) O carro foi roubado e **o ladrão** foi punido.
- (59) Pesando esse objeto, ele quebrou **a balança**.
- (60) João tentou se enforcar. **A corda** se partiu antes que ele conseguisse seu intento.

Essa primeira abordagem permite definir as actanciais como expressões cujo referente corresponde a um dos argumentos ou actantes de um predicado já introduzido no texto e cuja definitude provém precisamente dessa relação actancial. Dito de outra forma, eles são, em suma, conhecidos ou, se se quer, definidos, apenas por sua intervenção dentro do esquema predicativo. A anáfora associativa actancial apenas satura um lugar argumental do predicado antecedente, um lugar deixado evidentemente vazio; do contrário, não haveria mais anáfora indireta e, portanto, anáfora associativa, mas situação de correferência.

Na concepção de Kleiber (2001), o N anafórico das anáforas associativas actanciais está submetido a uma restrição semântica: é preciso que ele esteja marcado, morfologicamente ou não, como actante do predicado antecedente. Assim como para as anáforas que envolvem relação entre indivíduos, é necessário levar em conta que o lugar actancial deve ser preenchido por uma entidade que contenha informação limitada pela expressão antecedente, no caso o predicado anterior. Em outras palavras, a entidade da

expressão anafórica não pode conter um traço de especificidade se o predicado não o "autorizar". Isso explica a inaceitabilidade de

(61) ? Ele leu durante três horas, mas o **romance** não lhe agradou⁵¹

Para o autor, embora seja um objeto de leitura prototípica, em 'romance' a indicação semântica 'destinado a ser lido', necessária à ponte actancial associativa é secundária, sendo primeira em 'livro'. Os dados lexicográficos apóiam mais ou menos essa hipótese, já que 'romance' é nome subordinado em relação ao básico 'livro', tendo um valor distintivo anterior ao uso textual. Por isso, no exemplo, a condição de estereotipicalidade não se encontra respeitada. Como já apontado, a expressão anafórica não pode instalar uma informação sobre o referente que não se encontra já instalada pela expressão antecedente. É o que ocorre também com as anáforas correferenciais que envolvem uma relação hipo/hiperonímica. Segundo Kleiber, neste caso não se pode ter a ordem um N (hiperônimo) → o/esse N (hipônimo)⁵²

Poder-se-ia objetar que 'livro' é igualmente uma informação nova em relação a 'ler', já que se trata de um texto particular e que 'ler' implica apenas texto como objeto. Assim responde Kleiber a essa possível objeção: quando se efetua um ato de leitura, é sempre um tipo de texto ou de objeto de leitura que se lê. Não é, portanto, o nível superordenado que é pertinente para o objeto de leitura, mas o nível básico e é aí que livro encontra seu lugar, na medida que se trata de objeto de leitura básica prototípica. Não há, pois, violação da restrição informativa que rege os encadeamentos anafóricos. A análise permite igualmente explicar a aparição básica de **a pá** e **a escavadeira** como instrumentos de cavar:

(62) Paulo não cavou por muito tempo. **A escavadeira / a pá** quebrou logo.

O que conclui Kleiber? Que o N superordenado não tem seu lugar, já que a ocorrência de um predicado implica sempre actantes de nível inferior e que o N

⁵¹ Mais uma vez ressaltamos que se trata da visão de Kleiber. Para nós, a frase é perfeitamente aceitável.

⁵² Corblin, como vimos, tem outra posição. Cf. nota 36.

subordinado é inconveniente porque ele inverte a orientação informacional do movimento anafórico. Dito de outra forma, pode-se formular, mas com toda a prudência que exigem as generalizações⁵³, o resultado concernente ao nível do N da anáfora associativa actancial:

O N de uma anáfora associativa actancial deve ser do mesmo nível que o predicado verbal ou por default do nível básico.

Segundo Kleiber (2001), essa restrição semântica tem um reflexo direto na concepção do funcionamento inferencial das anáforas associativas. Considerando os dois modelos inferenciais – descendente e ascendente – constata-se que o modelo descendente convém mais às anáforas actanciais, porque o predicado leva consigo seus argumentos e que se pode assim considerar que se faça a inferência, por exemplo em (61), de que 'se houve um assassinato, há um assassino'. A inferência ascendente, todavia, não está fora de jogo. Observa-se com efeito que ela é perfeitamente apropriada para os N anafóricos actanciais que são relacionais, como assassino, ladrão, vítima, na medida em que é necessário inferir de assassino que houve um assassinato... Uma tal inferência semântica não é válida para os N como faca, corda, etc.: pode-se ter uma faca sem que tenha havido uma ação de cortar o pão, uma corda sem que alguém se tenha enforcado... Não se trata de dizer aqui como se efetua efetivamente o processo de resolução das anáforas associativas actanciais. Os processos inferenciais são, sem dúvida, muito mais complexos. Não é desinteressante, todavia, observar que os fatos acima descritos encontram seu eco num tratamento informático das anáforas associativas. O que Kleiber sublinha é que todas as anáforas associativas actanciais podem ser tratadas a partir da descrição das valências dos predicados verbais e nomes predicativos; algumas delas, as que comportam um N relacional, podem ser tratadas a partir dos dois pólos, isto é, tanto

⁵³ O autor não chamou a atenção para esse necessário cuidado quando propôs as frases genéricas para as anáforas associativas meronímicas e locativas, talvez porque as anáforas actanciais, segundo ele, sejam um caso especial, não tendo sido abordadas de modo específico em seus trabalhos anteriores, quase sempre voltados para a relação parte-todo.

do predicado antecedente quanto do N anafórico. Os outros tipos de anáforas associativas não apresentam exatamente as mesmas possibilidades de tratamento.

As anáforas associativas actanciais permitem introduzir uma reflexão sobre o papel do cenário (ou *script*) para tratar principalmente as não meronímicas. Para o autor, tal tratamento não deixa de ser cômodo, pois, por exemplo, dizer que a simples menção de **casamento** ativa todos os ingredientes implicados pelo cenário 'casamento' permite reger de modo elegante e rápido o problema de definidos anafóricos que surgem em seguida à ativação do cenário.⁵⁴ Sob esse rótulo comum de "papéis semânticos" de um cenário agrupam-se as mais diversas anáforas associativas, agrupamento freqüente na literatura e que Kleiber confessa ter ele mesmo "*également opéré sans vergogne*" (2001: 334). Mas para o autor, esse modo de considerar as anáforas associativas é vago quanto ao que recobre exatamente a relação entre o referente do elemento anafórico e o cenário antecedente, o que possibilita assimilações não desejáveis e não permite destacar qual é o papel precisamente desempenhado pelo cenário nas anáforas associativas. Kleiber mostra que num exemplo como

- (63) Um belo casamento aconteceu em Pfaffenheim. **Os noivos** estavam de branco, **o padre** fez um grande sermão e **o juiz de paz** pronunciou um discurso republicano; **os pais** estavam muito contentes.⁵⁵

os pais não são 'pais do casamento', mas dos noivos; sua definitude não deve ser vista, então, em relação a **casamento**. Se ele é definido, é por causa da relação funcional com **os noivos**, estes sim actantes do acontecimento **casamento**, havendo aqui uma verdadeira anáfora actancial.

⁵⁴ Blanche-Benveniste e Chervel (1966), inclusive não reconhecem nenhum subtipo para as anáforas associativas, abrigando sob o rótulo de 'associação' casos como "Eu visitei **uma casa**; **o telhado** estava em bom estado e **a proprietária** era agradável." (p. 32) **O telhado** e **a proprietária** são compreendidos como "particulares" do fato do sentido global do enunciado e, por outro lado, como parte da casa mencionada. **Casa**, dizem os autores, é, para todo locutor francês do século XX, ligada por relações associativas a **telhado**, **proprietária** e um certo número de outras coisas. Ele libera assim em torno de **casa** uma noção fluida de microcosmo. **Igreja** não faz parte dele; por isso é impossível dizer: "Eu visitei **uma casa**; **a igreja** estava em bom estado."

⁵⁵ Traduzimos aqui "*le maire*" por "*o juiz de paz*". Por não haver uma correspondência entre "*le maire*" – *premier magistrat municipal, que est l'organe exécutif de la commune* – com uma função como essa na nossa sociedade, omitimos todo comentário acerca desse SN.

Ele aponta um outro problema na adoção do cenário, que só tem razão de ser dentro de uma teoria de base semântica. Trata-se do SN **o padre** que é definido não em relação a 'casamento', mas em relação a 'paróquia'. Assim, segundo Kleiber, o cenário tem um papel duplo: introduz o antecedente implícito (paróquia) do qual a anáfora associativa funcional **o padre** tem necessidade, e depois, como se sabe que o padre tem a função de realizar um casamento, ele justifica o encadeamento discursivo operado.

Pelas diferentes ações estereotípicas que implica, um cenário pode também encadear a aparição de anáforas associativas actanciais, cujo predicado antecedente, implícito, constitui uma das fases desse cenário:

- (64) Houve um assassinato. **O assassino** foi preso rapidamente, porque **os investigadores** foram informados pelos filhos da vítima.

Como tratar o SN **os investigadores**? À diferença de **o assassino**, ele não é diretamente uma anáfora associativa actancial de 'assassinar'. Trata-se, todavia, de uma anáfora associativa actancial, mas de um acontecimento implicado pelo cenário 'assassinato', cujo predicado antecedente, não expresso, é 'houve uma investigação'.

Assim, para Kleiber (2001), mais do que dizer, a propósito de *o assassino* e de *os investigadores*, que se trata nos dois casos de papéis semânticos de um mesmo cenário, é mais apropriado mostrar que os dois SN são do mesmo tipo actancial, mas com dois predicados antecedentes diferentes, o segundo introduzido implicitamente pelo cenário ativado pelo primeiro.

Pelo exposto, vemos que Kleiber, para resguardar sua fórmula de que a anáfora associativa rola sobre estereótipos e solucionar do ponto de vista semântico os casos que aparentemente envolvem os cenários, opta basicamente por duas explicações. Uma considera que muitas das anáforas envolvem uma relação funcional (caso de **padre** e **paróquia**) – um tipo de anáfora associativa que veremos a seguir. Outra identifica predicados diferentes, de modo que o anafórico preenche um argumento num predicado implícito, ativado por outro, naturalmente explícito (caso de **Houve um assassinato** [Houve um inquérito] **os investigadores**).

Mas como explicar os SNs associados ao verbo **morrer** nos exemplos abaixo, se não pelo viés da noção de cenário?

- (65) [...] É preciso avisar o presidente argentino que o modelo dito de conversibilidade (o peso atrelado ao dólar) morreu. **O obituário** está, aliás, dia sim, outro também, em todos os jornais, brasileiros e internacionais. (Clóvis Rossi, FSP, 7/12/2001, A-2)
- (66) Uniram-se os três. Convivência trouxe intimidade. Pouco depois morreu a mãe de Camilo, e nesse desastre, que o foi, os dous mostraram-se grandes amigos dele. Vilela cuidou **do enterro, dos sufrágios e do inventário**; Rita tratou especialmente do coração, e ninguém o faria melhor. (...) (Machado de Assis. A Cartomante)

Os SNs destacados constituem anafóricos associativos, cujo antecedente, um SV, nos levaria a afirmar, inicialmente, que se trata de uma anáfora associativa actancial. Entretanto, constatamos que eles não preenchem qualquer posição argumental relativamente ao verbo **morrer**, que lhes serve de antecedente. Mas também não temos em nenhum dos casos nem uma relação funcional nem uma proposição implícita, ativada pelo antecedente, da qual os anafóricos pudessem funcionar como argumentos. Se não estão implicados na ação de morrer, como indivíduos envolvidos no processo, constituem certamente eventos resultantes dessa ação, estando a ela associados. Casos assim atestam a utilidade da noção de cenário. É verdade que Kleiber tem uma resposta para isso: trata-se de anafóricos relacionais, que, em si mesmos, levam a inferir o significado de "morte". Concordamos em parte. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que um desses anafóricos, "**os sufrágios**" só tem o significado de 'ato pio ou oração pelos mortos' determinado pelo verbo "**morrer**".

As dificuldades que pode suscitar a intervenção de cenários – e parece que Kleiber levanta alguns argumentos limitadores, mas não consegue eliminar a possibilidade de se trabalhar com essa noção – não levam, entretanto, o autor a mudar sua hipótese fundamental. Bem ao contrário. Ele distingue as anáforas associativas actanciais das outras anáforas associativas e mais especialmente das anáforas associativas funcionais, com as quais elas podem confundir-se. A razão disso é uma diferença de relação associativa: as anáforas actanciais repousam sobre uma relação

predicado (antecedente) – argumento (expressão anafórica); portanto, o referente antecedente e o referente anafórico são de categorias ontológicas diferentes. Não se trata da relação entre indivíduos, mas entre um acontecimento, ação ou processo – ou seja, um evento – e o indivíduo implicado por esse acontecimento ou ação. Com uma anáfora actancial, não há dois argumentos unidos por uma relação (como nos outros tipos). Há apenas um argumento e um predicado. Mais uma vez chamamos a atenção para um dos exemplos acima. Em relação ao anafórico **o enterro**, é importante ressaltar que não se trata de um indivíduo envolvido no processo de **morrer**; trata-se, sim, de uma consequência e, portanto, um evento. Assim, tem-se uma relação de dois eventos e não de um evento e um indivíduo.

Um aspecto das anáforas actanciais merece ser observado mais de perto, principalmente quando está envolvido um predicado que implica um complemento locativo. Kleiber trabalha com o verbo "*passar*", que se encaixa nessa condição:

(67) João foi passar depois do almoço. **O parque** era maravilhoso.

O ato de passar está associado a um lugar (papel semântico) e 'parque' é um lugar de passeio estereotípico. A prova disso é que se o elemento anafórico não for prototípico, o encadeamento não é bem aceito:

(67') ?João foi passar depois do almoço. **A usina** era maravilhosa.⁵⁶

Kleiber ainda testa duas variáveis, no seu percurso argumentativo: substitui o nome próprio do exemplo por um SN indefinido e posteriormente o elemento anafórico **o parque** por **o jardim público**. Como resultado dessas substituições, tem-se

(67'') Um soldado foi passar depois do almoço. **O parque** era maravilhoso

(67''') João foi passar depois do almoço. **O jardim público** era maravilhoso.

⁵⁶ Embora 'usina' não seja prototipicamente um lugar de passeio, o discurso pode perfeitamente sustentar a associação, com o preenchimento de um papel semântico, com base justamente no princípio de pertinência. Esse aspecto será abordado no próximo item.

Em (67^m), a passagem de **João** para um indefinido, mostra que a definitude de **o parque** não tem por origem 'o parque no qual foi passear um soldado', mas que ela "se nutre de outras fontes".⁵⁷ Em (67^m), a substituição de **o parque** por um outro lugar de passeio prototípico como **jardim público** leva a um encadeamento que, assim como com **o parque**, não é apropriado na interpretação associativa 'o jardim público em que João foi passear'. A pergunta *Que jardim público?*, que a construção pode legitimamente suscitar, tende a provar que o definido se estabelece aqui sobre uma outra base que a da anáfora associativa actancial.

O argumento mais decisivo dentro do critério da restrição semântica diz respeito aos traços do N anafórico. Segundo Kleiber, nem 'parque' nem 'jardim público', mesmo que sejam lugares de passeios prototípicos, comportam, como traço dominante, em sua representação semântica a indicação 'lugar de passeio'.⁵⁸ O autor busca mostrar a relativa eficácia desse critério sobre o par de exemplos seguintes que Le Pesant (1996) apresenta como encadeamentos anafóricos de lugar. Segundo este autor, a anáfora associativa é resultado do apagamento do anafórico de uma anáfora fiel. Em (68) e (69) o antecedente apagado preencheria a posição de complemento locativo:

- (68) Pedro foi enterrado na Itália; **o cemitério** é sinistro.
- (69) Depois de uma viagem, ele diz sempre que **o país, a região, a cidade** o encantaram.

O segundo encadeamento, segundo Kleiber, parece francamente ruim, porque não há precisamente anáfora actancial, mesmo que *um país, uma região e uma cidade* possam ser considerados como típicos lugares de viagem. O primeiro parece melhor, porque é possível considerar que o sentido de 'cemitério' se articula actancialmente com o de 'enterrar-se', já que se encontra definido como 'lugar onde se enterram os mortos'. Apesar disso, o encadeamento não parece a Kleiber muito feliz e, segundo ele, por uma razão bem simples: é que a definitude de **o cemitério** não provém geralmente de tal ou

⁵⁷ Essa observação presente também na p. 125 não esclarece que "outras fontes" seriam essas.

⁵⁸ Parece que aqui se torna saliente uma primazia do traço semântico (lexical) em detrimento do papel semântico instaurado pelo predicado.

tal morto que se enterra nele, mas de localidade (cidade ou cidadezinha) em que se encontra o cemitério, o que nos leva mais para o lado das anáforas associativas locativas que as anáforas associativas actanciais.⁵⁹

Kleiber afirma que não resolverá rapidamente esse "*passoio num parque*", mesmo que a solução não actancial pareça melhor. Essa história mostra o perigo que há – e "*auquel nous n'échappons pas nous-même*", diz ele – em interpretar de modo muito rápido os encadeamentos muito mais complexos do que nos leva a pensar a simples seqüência linear. E sobretudo convida a adotar critérios de identificação múltiplos, única garantia de análises mais ou menos confiáveis.

É em nome desse convite que ousamos sugerir uma abordagem semântica que se volte mais para os papéis temáticos, sem se ater de modo exclusivo à questão dos traços semânticos. Desse modo, em (70), (52) e (71)

- (70) Durante debate recente em uma Universidade, nos Estados Unidos, o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque do PT, foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia. **O jovem** introduziu sua pergunta dizendo que esperava resposta de um humanista e não de um brasileiro.(...) (O Globo, 23/10/2000)
- (52) Quatro ou cinco cavalheiros debatiam, uma noite, várias questões de alta transcendência, sem que a disparidade dos votos trouxesse a menor alteração aos espíritos. **A casa** ficava no morro de Santa Teresa, a sala era pequena, alumiada a velas, cuja luz fundia-se misteriosamente com o luar que vinha de fora. (Machado de Assis. O Espelho)
- (71) Paulo está cavando. **O buraco** já tem um metro de profundidade, mas a **pá** não está boa.

os anafóricos destacados desempenham papel de **agente, locativo, objeto/tema e instrumento**, respectivamente, e estaríamos diante de anáforas associativas actanciais. Mas, do ponto de vista de Kleiber, o anafórico deve constituir uma entidade, acessível ou conhecida por outras informações além das fornecidas pelo tipo de N de que é uma ocorrência; em outras palavras o anafórico deve veicular uma entidade prevista pelo

⁵⁹ Talvez Kleiber não conheça cemitério clandestino oriundo de execuções de regimes autoritários ou de combate a guerrilhas como em vários países da América do Sul, por exemplo, inclusive o Brasil, e que, por motivos óbvios, não se localizam preferencialmente em cidades.

anterior. Se isso ocorre em (71), o mesmo não acontece em (70) e (52): o agente de questionar e o lugar onde os cavalheiros debatem questões não estão predeterminados semanticamente no anterior. No primeiro caso, por exemplo, a interpretação é autorizada a partir de uma inferência, de acordo com a qual, num debate, um questionamento possivelmente será feito em forma de pergunta formulada por alguém e que, considerando-se que o fato se passa numa universidade, espera-se que essa pessoa seja um(a) jovem, embora isso não constitua, obviamente uma condição necessária. Assim, se considerarmos que tais anafóricos são validados pelo discurso e constituem argumentos prováveis, autorizados pelos anteriores, a questão ficaria, pelo menos aparentemente, pacificada. Mas isso seria negar os princípios em que se fundamentam os argumentos de Kleiber.

D) Anáforas associativas funcionais

De maneira geral, as anáforas associativas funcionais caracterizam-se por estabelecer uma relação em que o núcleo do SN anafórico comporta um N cujo conteúdo semântico indica que se trata de um elemento que preenche uma função ou papel característico num conjunto:

- (72) Entramos numa cidadezinha e pedimos para ver **o prefeito**.
- (73) Gostaria de comprar uma casa, mas não encontrei **o proprietário**.
- (74) O carro derrapou. **O motorista** estava bêbado.
- (75) Esse livro está em inglês, mas **o autor** é russo.
- (76) O bairro fica vazio durante o dia. **Os habitantes** trabalham no centro.
- (77) A usina estava em plena efervescência. Um violento conflito opunha **os empregados ao diretor**.
- (78) Um ônibus pára. **O motorista** faz descer rapidamente **os passageiros**.

Kleiber busca diferenciar as associativas funcionais dos outros tipos vistos até aqui, ora aproximando-os, ora distanciando-os. Assim é que as funcionais, como as meronímicas e locativas, respondem a uma estrutura predicativa de dois argumentos

– **x V y** -, ao contrário das actanciais, que respondem à estrutura *predicado – argumento*
– **x V**.

Anáforas associativas funcionais e meronímicas têm um denominador comum que as opõe radicalmente às locativas: a entidade do elemento anafórico não é referencialmente autônoma, pois a sua existência depende da existência de uma outra entidade denotada pelo antecedente.

No entanto, esse caráter relacional é fundamentalmente diferente nos dois tipos de anáforas: contrariamente aos N "parte de", os N funcionais comportam apenas a dimensão relacional funcional; as entidades particulares que preenchem a função que eles denotam pertencem necessariamente a classes de entidades diferentes. Se *x* (meronímico) é um tronco, ele não é senão um tronco, isto é, não há necessidade de postular uma outra classe que o identificaria, enquanto que se *x* é prefeito, proprietário, motorista, autor, habitante, operário, ele se inscreve para sua identificação em uma categoria N que não pode ser por definição a do N funcional: um prefeito é um homem, um proprietário pode ser um homem, uma instituição, etc. De modo geral, as anáforas associativas funcionais podem preencher as variáveis da frase genérica

x exerce uma função ou um papel em y.

Assim, as relações funcionais apresentadas no início deste tópico poderiam figurar nas seguintes estruturas

x é prefeito de y, a cidadezinha

x é proprietário de y, a casa

x dirige y, o carro

x é o autor de y, o livro

x habita y, o bairro

x é empregado de y, a usina / x é o diretor de y, a usina

x dirige y, o ônibus / x é passageiro de y, o ônibus

O caso das anáforas associativas funcionais levanta uma interessante questão sobre nomes de parentesco, porque são nomes relacionais, que implicam semanticamente ou intrinsecamente uma relação, apresentando-se, por isso, como

candidatos privilegiados para ser, em anáfora associativa, o nome da expressão anafórica. Kleiber surpreendentemente trabalha com exemplos atestados para mostrar que, apesar dessas condições favoráveis a uma anáfora associativa, em que aparentemente não existe obstáculo que possa enterrar a conexão, onde se encontram os possessivos não é possível haver substituição por um definido associativo (aqui tomamos apenas um dos exemplos):⁶⁰

- (79) Um homem de 33 anos foi condenado pelo tribunal de Metz a dois anos de prisão por ter quebrado a clavícula e causado uma fratura no crânio de **seu filho de 3 anos...** Os juizes infligiram igualmente nove meses de prisão com sursis à mãe, de 24 anos, por "não assistência a pessoa em perigo".
- (79') ? Um homem de 33 anos foi condenado pelo tribunal de Metz a dois anos de prisão por ter quebrado a clavícula e causado uma fratura no crânio do **filho de 3 anos...** Os juizes infligiram igualmente nove meses de prisão com sursis à mãe, de 24 anos, por "não assistência a pessoa em perigo".

Mas, em (83) essa interdição não ocorre:

- (80) Quatro membros de uma mesma família foram atingidos por uma explosão. **Os pais** estão gravemente queimados

A resposta de Kleiber a essa intrigante situação encontra-se na noção de reciprocidade. No primeiro caso há uma relação conversa ou recíproca: se x é pai de y, então y é filho de x, relação que não é encontrada em qualquer tipo das anáforas associativas. Além disso, em toda anáfora há um englobamento unilateral, no sentido de que o referente antecedente engloba ou inclui o referente da expressão anafórica. Englobamento significa necessariamente que há mais de um elemento de tipo diferente incluído; portanto, além do referente manifestado, há ainda outros referentes suscetíveis de se tornar o núcleo de uma expressão definida associativa, o que não ocorre nesse caso particular de parentesco. A exclusão da reciprocidade e a noção de inclusão ou englobamento têm por consequência a imposição, ao nível do referente englobado, em

⁶⁰ Mais uma vez chamamos a atenção para o fato de essa restrição se limitar à língua francesa; na língua portuguesa as duas construções são possíveis.

quase todos os casos, de uma pluralidade de N disponíveis para ser o nome anafórico de uma anáfora associativa.

No segundo caso, há uma particularidade: o nome de parentesco é coletivo e não funciona em sua dimensão relacional de reciprocidade. Desse modo, (80) é perfeitamente aceitável.

Nesse caso *família/os pais* não constitui uma relação de reciprocidade, e, portanto, não dá lugar a termos conversos; além disso, o coletivo é constituído de membros diferentes; daí uma pluralidade de N incluídos: uma família compreende um pai, uma mãe, crianças, avós, etc.

Mas, diante de casos como o apresentado por Milner (1982)

(81) Fui apresentado a uma jovem casadoura, mas a mãe era insuportável

Kleiber propõe um alargamento da relação membro-coleção, dizendo que aí se vê um antecedente 'família' que não está explícito e que constitui o contexto englobante. Ele considera duas dimensões para os nomes de parentesco: uma que estabelece uma relação direta entre os dois N – um filho → sua mãe –, caso marcado por reciprocidade, que só aceita a construção com possessivo, e outra que estabelece uma relação 'membro-coleção', em que não ocorre relação de reciprocidade e apresenta um contexto em que x (mãe) é membro de um coletivo (família), caso em que cabe o definido.

Como conclusão, Kleiber alerta que a tipologia das anáforas associativas não se esgota nesses tipos apresentados. Além disso, reitera sua posição de dar primazia ao nível lingüístico, especificamente semântico, desse processo anafórico, embora não ponha em causa a dimensão cognitiva.

A argumentação de Kleiber é sempre consistente e coerente com o seu posto de observação, a semântica; no entanto, fazendo uma opção pela primazia do léxico e dos traços semânticos sobre o discurso, ele termina por deixar fora dos limites das anáforas associativas, tal como ele as concebe, outros tipos de associação. É certo que ele declara que sua tipologia não é completa. Mas, do nosso ponto de vista, "amarrar" as anáforas associativas apenas a restrições lexicais muito estreitas (o que poderia, inclusive, sugerir

uma noção de significado como algo rígido, inflexível), leva a marcar como inaceitáveis algumas construções bastante comuns em textos naturais (e não fabricados), sejam orais, sejam escritos.

4.2.2 *Charolles e a relação cognitivo-discursiva*

Uma significativa mudança de perspectiva. Consideraremos agora um tratamento diferente da anáfora associativa: a adoção de uma concepção cognitivo-discursiva, cujo principal defensor é Michel Charolles. Com efeito, ele deixa clara sua opção quando afirma:

... je défends l'idée que l'anaphore associative est avant tout un phénomène de... discours. Elle ne repose pas nécessairement (et donc pas fondamentalement) sur une relation sémantique préétablie... (1994:70)⁶¹

Na relação associativa, o leitor ou o ouvinte associam, por inferência retrospectiva, o SN definido a um 'antecedente' acessível no discurso anterior.⁶² Como caso extremo, o autor chega a admitir que ocorre anáfora associativa em

- (82) Sofia dormia, **o jornal** estava caído ao pé da cama, **o cinzeiro** estava cheio.
(83) Sofia dormia, **o avião** sobrevoava o Oceano Índico.

em que nem *o jornal*, nem *o cinzeiro*, nem *o avião* podem ser considerados como componentes do cenário de 'dormir', mas estão associados no mundo instanciado no texto.⁶³

⁶¹ ... eu defendo a idéia de que a anáfora associativa é antes de tudo um fenômeno de... discurso. Ela não repousa necessariamente (e, portanto, fundamentalmente) numa relação semântica pré-estabelecida... O advérbio "*necessariamente*" já indica que, apesar de adotar a tese discursiva, Charolles não descarta totalmente a presença da relação semântica.

⁶² Vemos aqui que, por força da tese discursiva, toda inferência, para Charolles, deve ser retrospectiva.

⁶³ Kleiber (2001) afirma que a definitude dos sintagmas destacados em nada se relaciona a uma anáfora associativa, fundamentando sua afirmação em três argumentos: a) a ordem não é pertinente: as sentenças podem ser invertidas sem que haja uma alteração na interpretação dos SNs definidos; b) a ação de "dormir" não é pertinente; ela pode ser substituída por outras ações ("sonhar", "tricotar", p. ex.), sem que a interpretação das descrições definidas seja afetada; c) a substituição do nome próprio por um indefinido provoca uma ruptura que impede considerar a primeira frase como antecedente das expressões definidas

Essa "ousadia", conforme aponta o autor, permite considerar como perfeitamente bem formados os encadeamentos

(22') Chegamos a uma cidadezinha, a **grande loja de departamento** estava fechada.

(22'') Chegamos a uma cidadezinha. **O canal** passava justamente diante da igreja.

mesmo que a **grande loja de departamento** e **o canal** não façam parte do estereótipo de 'cidadezinha', contrariamente a 'igreja'.

Essa posição tem valido a Charolles severas críticas, principalmente por parte de Kleiber (1994a) e Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994), que apontam casos muito embaraçosos para a tese discursiva, dos quais citamos

(84) *João foi passear no Central Park. **O ladrão** roubou todo seu dinheiro.

em que o discurso não oferece condições para que se dê um salto inferencial de **passear no Central Park** para **o ladrão**, deixando implícita a proposição 'ser roubado'. No entanto, Charolles cita como contra-exemplo um trecho de La Fontaine

(85) Un pâtre à ses brebis trouvant quelque mécompte
Voulut à toute force attraper le larron⁶⁴

em que ocorre a mesma situação do exemplo anterior. Esse caso leva Kleiber a afirmar que deve ocorrer uma inferência intermediária, 'houve um roubo', que, por sua vez, implica **estereotipicamente** 'um gatuno'. Com isso, ele pretende salvar sua tese de que a anáfora associativa rola sobre estereótipos.⁶⁵ Porém, diante de exemplos como

(cf. Uma mulher dormia. O jornal... o cinzeiro...); no entanto, Kleiber não explica este último fenômeno. O autor justifica a definitude das expressões "**o jornal**" e "**o cinzeiro**" pelo papel que tais entidades desempenhariam nas rotinas sociais de ler (cotidianamente) e fumar. Quanto a "**o avião**", ele recorre a noção de cenário – viagem de avião. Enfim, Kleiber encontra uma explicação para o uso do definido, sem considerar tais casos como exemplos de anáfora; em outras palavras, há nos exemplos interpretação associativa, mas não anáforas, porque os SNs definidos são autônomos referencialmente: a frase introdutória não é necessária para a interpretação referencial.

⁶⁴ *Um pastor, percebendo a falta de uma ovelha no seu rebanho,/quis de qualquer modo apanhar o gatuno. Mais literalmente: Um pastor em suas ovelhas encontrando um erro de conta/quis de qualquer modo apanhar o gatuno.*

⁶⁵ A resposta a esse impasse, aceitabilidade de um e inaceitabilidade de outro, poderia ser dada se considerarmos a proposta de Berrendonner (que será considerada adiante) quanto à formalização da

(86) João foi assassinado ontem. **A faca** foi encontrada nas proximidades

em que não há como negar que o SN definido **a faca** só encontra sua interpretação a partir da proposição anterior, ocorrendo claramente um caso de associação, mas não constitui 'parte necessária' da ação de assassinar, Kleiber afirma que se trata de ingredientes estereotípicos não prováveis, *mas somente possíveis*, o que não altera o seu estatuto de estereótipo; mesmo apenas possível, o SN definido anafórico, por exemplo, não poderia ser modificado por um adjetivo. O ingrediente, conclui ele, não tem necessidade de estar majoritariamente presente para dar lugar a uma regra por "default" de origem probabilística. Basta que sua presença no todo seja possível *a priori*. A estereotipia é preservada por si mesma.

Em relação à noção de estereótipo, a determinação da tipicidade de um componente de N pode ser testada, segundo Kleiber⁶⁶, por meio do "mas". Depois das análises de Ducrot e Anscombre, sabe-se que esse conector "rola" (para plagiarmos Kleiber) sobre os topoï, que são espécies de estereótipos.⁶⁷ Como esse conector joga

anáfora associativa com base na noção de ingrediência: "perceber a falta de ovelha(s) no rebanho", por abdução, pode levar a uma causa "ocorrer um roubo", que, por sua vez possui um determinado actante como um dos seus ingredientes: "um ladrão". Quanto a (84), a estranheza, a nosso ver, se deve a dois fatores. Tendo sido colocada em M a informação de que 'Paulo foi passear no Central Park', não há, imediatamente, um implícito que possa ser levado a M por essa proposição que se associe a roubo. O outro fator diz respeito a condições pragmáticas: se o locutor fizer valer o princípio da *nonchalance*, ele obrigará o interlocutor a um grande esforço interpretativo, podendo provocar, inclusive, um questionamento do tipo: *Que ladrão?* Por isso, uma ocorrência como essa poderá ser pouco provável.

⁶⁶ Kleiber (1994a:96) recorre à seqüência "*É um N, mas q*", em que N representa o substantivo, cujo conteúdo semântico se quer colocar em relevo, e q, o traço submetido a exame. Se se trata de propriedades geralmente verdadeiras, a versão positiva conduz a um encadeamento mal formado, enquanto a versão negativa leva a uma seqüência apropriada:

a) *?É um castor, mas ele constrói barragens.*

b) *É um castor, mas ele não constrói barragens.*

Se se trata de propriedades que não se encontram pré-inscritas no conteúdo semântico do substantivo examinado, tanto a versão positiva quanto a negativa são possíveis:

c) *É um castor, mas não é divertido.*

d) *É um castor, mas é divertido.*

Se se trata de propriedades necessárias ou *analíticas* as duas versões não são apropriadas.

e) *?É um castor, mas é um animal.*

f) *?É um castor, mas não é um animal.*

⁶⁷ Os topoï são princípios gerais, prévios, que servem de apoio ao raciocínio; são garantia do raciocínio, mas não o próprio raciocínio. Os topoï são regras gerais, universais, intralingüísticas e graduais. Um locutor que diz: "*Essa coisa não é cara. Compre*", para passar do argumento à conclusão, utiliza o topos <**quanto menos um objeto é caro, mais a despesa é justificada**>. Os topoï não são asseridos no sentido

com propriedades e não com relações meronímicas, é preciso contornar essa dificuldade transformando uma relação parte/todo em uma propriedade com a ajuda do predicado 'ter', como em 'um carro tem um volante'. Assim, será inegavelmente aceitável

(87) Ela entrou no carro, mas ele não tinha volante
e não

(87') *Ela entrou no carro, mas ele tinha volante.

Charolles usa o "*teste do mas*" para fundamentar, contrariamente ao que prevê Kleiber, a sua tese discursiva. Ele mostra que um exemplo como

(88) Luís era gordo, mas não comia muito

apresenta oposição entre as proposições com base no topos <quanto mais se come, mais se engorda>. Qual a ligação desse caso com a anáfora associativa? Assim como as anáforas associativas ativam entidades relacionadas estereotipicamente, nos encadeamentos com "*mas*" há a ativação do topos a partir desse conector e do conteúdo da proposição que ele introduz. Se deve haver uma estereotipia para que o uso do "*mas*" seja possível, então

(89) Luís era gordo, mas culto.

deve ser considerado um encadeamento problemático, uma vez que não parece haver um topos como <quanto mais gordo, menos culto>, ou melhor, pelo menos não é comum associar-se o talhe de um indivíduo a seu nível de cultura. Mas, como mostra Charolles (1994), esse exemplo é encontrado numa novela francesa em que uma personagem, não tendo atração por Luís, seu futuro esposo, se consola considerando que o talhe

de que seu locutor não se apresenta como seu autor. Eles são sempre apresentados como objeto de um consenso no seio de uma comunidade. Nesse sentido, não são lógicos. Por isso, é possível a existência de topos contrários, como, por exemplo, os provérbios "*Em boca fechada não entra mosca*" e "*Falando a gente se entende*." (cf. Ducrot, 1999)

deselegante do noivo é compensado por sua cultura. Essa interpretação só é possível se se considerar o discurso, que fornece um quadro em que tal associação pode ser feita.

Seguindo essa linha de argumentação, Charolles mostra que nada impede de associar **uma pequena cidade e a igreja românica** (caso que, envolvendo um modificador no SN anafórico, é considerado questionável por Kleiber, como vimos anteriormente), desde que o discurso crie as condições para a associação:

- (90) Nós nos inscrevemos em uma excursão "Conhecimento da Bourgogne românica". A região estava literalmente coberta por pequenas construções, algumas remontando ao século X. Nós partimos bem cedo, porque o programa era muito carregado. Chegamos a *uma pequena cidade*. **A igreja românica** estava situada no alto de uma colina.

Diante de casos como esse, é legítimo perguntar se a noção de estereótipo com base na descrição lexical, que envolve generalidade e estabilidade independentemente do contexto, não perde o sentido, uma vez que se admite a existência de "estereótipos" conjunturais, cuja validade depende do discurso. E mais, se essa validade contextual não torna as associações incontroláveis.

Para responder ao primeiro questionamento, Charolles invoca o que foi postulado a propósito da interpretação do "*mas*": o discurso pode sustentar e tornar válida uma associação. Quando se reduz o encadeamento a um contexto despojado de duas frases, a associação não pode ser justificada a não ser em relação aos conhecimentos-padrão que o estereótipo veicula, inclusive dentro do significado lexical, mas essa tendência se apaga no momento em que se consideram empregos em discurso. Isso não significa a anulação do papel dos estereótipos; significa que limitar a anáfora associativa a uma relação léxico-estereotípica é uma generalização extremamente redutora, que não dá conta de muitos fenômenos de associação autorizados pelo discurso. Assim, não se trata de negar o papel do estereótipo, mas apenas de relativizá-lo.

Quanto ao segundo questionamento, Charolles reconhece que o discurso não tem o poder de sustentar qualquer associação. Mas em que isso não invalida a tese discursiva?

Ele parte de um exemplo aqui traduzido:

- (91) Matheus e Marilla são dois irmãos solteiros. Eles decidem adotar um menino ao qual pretendem legar sua propriedade de "Green Gables". **O orfanato** se engana e lhes manda uma menina viva e tagarela...

Embora um 'orfanato' não faça parte de um *script* de adoção, o leitor infere sem dificuldade que os futuros pais da criança recorreram aos serviços de uma instituição como essa. A inferência é feita porque simplesmente o sentido de 'orfanato' inclui componentes que se prestam a tal relação. Se, no lugar de **o orfanato**, ocorresse, por exemplo, **a companhia aérea**, ou **o quartel**, a inferência, apoiada no contexto, seria a de que a criança tivesse vindo de um país distante ou que tivesse sido recolhida por soldados num país em guerra. Essas hipóteses contextuais e os conhecimentos extralingüísticos é que dão suporte ao cálculo inferencial. Mas, como diz Charolles, se em lugar de orfanato, ocorresse **a companhia de água**, seria um grande desafio encontrar uma explicação para essa descrição definida no contexto, o que pode significar que o discurso não é capaz de validar toda e qualquer associação.

De qualquer forma, é o discurso que possui atuação decisiva na sanção/interdição de certas relações, pois num texto nem sempre há necessariamente uma representação pré-construída de uma relação de ingrediência genérica que torne possível o uso de uma anáfora associativa. Assim, em

- (92) Uma carta estava esperando Sherlock Holmes. **O garçom** deve tê-la apanhado logo de manhã.⁶⁸

provavelmente será inferido, por força do princípio da relevância de acordo com o qual o leitor tende a dar mais peso à inferência que fornece a relação mais informativa entre os fatos denotados, que, no mundo instanciado, o personagem esteja morando ou esteja hospedado num hotel. O uso de uma anáfora associativa induz à idéia de que a entidade está ligada a uma outra por um tipo de lei: a relação genérica estabelecida só é válida no mundo evocado pelo texto.

Embora a argumentação seja convincente, em relação a este último exemplo, não julgamos que ocorra anáfora associativa, pois, mesmo havendo a probabilidade de se

⁶⁸ Texto original: *A letter* was awaiting Sherlock Homes. **The waiter** must have taken it up early in the morning.

inferir que Sherlock Holmes se encontra num hotel (para nós a probabilidade maior seria inferir **um restaurante**), essa inferência não está apoiada no SN **uma carta**; a nosso ver, ela é desencadeada pelo SN **o garçom**, que por si só poderá instanciar um mundo em que existe um hotel. Mas não há dúvida de que se cria aqui um universo discursivo em que as entidades podem estar associadas.

A informação requerida na interpretação da anáfora associativa é basicamente de natureza enciclopédica e as relações estabelecidas, em vez de constituírem um conjunto fixo, são constantemente atualizadas e alargadas logo que o interlocutor é levado a estabelecer relações implícitas, combinando as instruções interpretativas dadas pelo elemento anafórico com as várias pistas fornecidas pelo contexto e pelo conhecimento prévio relevante. Diz Charolles (1990:132-33):

L'anaphore associative met donc en oeuvre un éventail de relations extrêmement vaste. Toute liaison entre des faits, événements, objets, toute forme de contiguïté référentielle favorise son apparition dans le discours dont elle constitue du reste un procédé essentiel d'amplification. La cohésion de cette amplification est plus ou moins garantie par l'existence, dans nos représentations, d'associations stéréotypées, dont certaines sont d'ailleurs enregistrées dans le lexique. Mais le discours génère aussi (...) son propre cadre associatif en promouvant des relations inédites, conjoncturelles, qui peuvent n'avoir qu'une validité occasionnelle, mais dont la *reconnaissance* s'impose au récepteur du fait de la présomption de cohérence que préside à son interprétation.⁶⁹

Assim, além de poderem ativar entidades com base em relações pré-inscritas no elemento antecedente, seja como condição necessária, seja como parte ou associado estereotípico, a anáfora associativa pode ativar entidades com base em relações como continente/conteúdo, objeto/matéria, relações funcionais (como por exemplo "*uma televisão/o controle remoto*") e ainda entidades a partir de cenários, às vezes, de caráter puramente ocasional, isto é, instanciados dentro de um determinado contexto (cf. "O

⁶⁹ A anáfora associativa coloca em jogo um leque de relações extremamente vasto. Toda ligação entre fatos, acontecimentos, objetos, toda forma de contigüidade referencial favorece seu aparecimento no discurso do qual ela constitui um procedimento essencial de amplificação. A coesão dessa amplificação é mais ou menos garantida pela existência, em nossas representações, de associações estereotípicas, algumas delas registradas no léxico. Mas o discurso engendra também (...) seu próprio quadro associativo, promovendo relações inéditas, conjunturais, que podem ter apenas validade ocasional, mas cujo reconhecimento é imposto ao receptor pela presunção de coerência que preside sua interpretação.

presidente viajou mais uma vez. Os jornalistas/os manifestantes/os estudantes..."). Este último caso pode ser visto em

- (93) A rádio de Israel passou o dia avisando que as cerimônias de comemoração do 54º aniversário do país incluíam fogos de artifício e outros ruídos que poderiam ser confundidos com os horrendos sons dos atentados terroristas.
Não sei se o aviso teve efeito tranqüilizador entre os israelenses. Comigo não funcionou. Estava falando ao telefone com o padre brasileiro Marcos Koneski, confinado há 15 dias na Basílica da Natividade, erguida junto à gruta em que a tradição diz que Cristo nasceu.
Padre Marcos contava que, no domingo, estava escovando os dentes quando um ruído longínquo fez com que recuasse instintivamente. **A bala** bateu na pia do seu banheiro. (...) (Clóvis Rossi, *De alegrias, penas e medos*. FSP, 17/04/2002, A-2)

É com base no conhecimento do conflito do Oriente Médio entre palestinos e israelenses, contexto fornecido pelas frases anteriores, que se pode interpretar a definitude de **a bala**, associada a **um ruído longínquo**, que exige um processo inferencial retrospectivo. Tem-se aqui um caso de associação criado no e pelo discurso.

Por essas breves considerações, pode-se dizer que o discurso é que impõe os cálculos que obrigam o leitor a encontrar uma solução ou outra, buscando a relação apropriada. Quanto mais essa relação for convencional e apoiada no significado lexical, mais a solução será fácil; nesse sentido, o estereótipo não fará nada mais do que facilitar um processo de recuperação inferencial que está implicado no dado textual.

A posição de Charolles difere da de Kleiber quanto à primazia conferida ao discurso e à cognição na produção e resolução da anáfora. Sem negar o saber léxico-esterotípico, Charolles postula que o referente é recuperado menos por razões semânticas que por razões de acessibilidade e interpretação pertinente. Nesse sentido, o antecedente torna possível uma interpretação associativa, mesmo que ela não exista a priori.

Se essa concepção pode ser acusada de cômoda e excessivamente abrangente, já que daria abrigo e legitimaria variados processos anafóricos, alguns possivelmente de difícil resolução, temos de argumentar em seu favor, lembrando aqui que, se se considera que os participantes de um ato comunicativo estabelecem uma parceria (o que

não significa fazer decorrer daí necessariamente a idéia de parceria sem desacordos), isso provavelmente será um fator controlador das relações associativas. Como expusemos no capítulo 1, postulamos que o discurso é uma construção intersubjetiva, em que estão em jogo não só o saber lexical, mas também crenças, conhecimentos enciclopédicos e culturais, que constituem o terreno comum (no sentido de Clark, 1992), a base necessária para que os parceiros da interação construam suas suposições de conhecimento mútuo, que torna possível o sucesso da referenciação e cria condições para a resolução dos diversos tipos de anáfora.

E é justamente esse aspecto de parceria que nos parece ausente da tese cognitivo-discursiva. Quando Charolles (1994:81) diz que ..."*le discours qui impose ces calculs, lesquels obligent le lecteur à trouver une solution ou une autre...*"⁷⁰ ele acaba por reduzir a interação entre discurso e leitor, desconsiderando o outra ponta da relação comunicativa, o produtor. Acreditamos que o uso de expressões referenciais deve levar em conta os pontos de vista dos parceiros da comunicação, o que necessariamente envolve a dimensão interacional. E pelas considerações de Charolles, vemos que o produtor é negligenciado e que a interação ocorre sempre em condições ideais de entendimento, sem discrepâncias, dissensões ou interesses conflitantes, o que padece de uma limitação. Afinal, o discurso é dinâmico e construído intersubjetivamente, o que não o deixa a salvo de conflitos.

4.2.3 Berrendonner e a relação cognitivo-pragmática

Os pesquisadores integrantes do grupo que defende uma abordagem da anáfora associativa da perspectiva pragmática – e aqui destacamos Berrendonner - inserem-se na corrente que encara o fenômeno de forma ampla.

Quanto ao relacionamento entre os elementos envolvidos na anáfora associativa, embora não apresentem qualquer formalização, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) reconhecem que os casos mais freqüentes da anáfora associativa estão baseados em dois

⁷⁰ "... o discurso que impõe esses cálculos, os quais obrigam o leitor a encontrar uma solução ou outra..."

tipos de relação: *relação todo-parte* e *relação ação-argumento resultante*. Essas relações apóiam-se não somente na informação prévia, mas também no conhecimento prévio e estereótipos culturais e parecem referir-se ao que na mereologia de Lesniewsky é chamado 'relações de ingrediência'.

O que é recusado por Kleiber, a saber, a mereologia como suporte teórico para a análise de todos os "tipos" de anáforas associativas, é adotado justamente por Berrendonner (1994b), que busca um modelo desse tipo de anáfora, formalizando a relação entre os objetos-de-discurso envolvidos na operação anafórica, primeiramente com base na relação parte-todo e, em seguida, nas relações processo-actante, cenários-componentes de cenários, continente-conteúdo, produto-matéria, entre outros.⁷¹

Para desenvolver o modelo, o autor traça duas hipóteses:

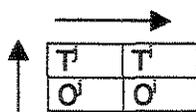
- Na memória discursiva estão presentes dois tipos de objetos: os extensionais, ou *realia*, e os intensionais, ou *tipos*. Os primeiros, denominados simplesmente objetos e apresentados formalmente como *O*, correspondem às entidades do discurso que vão sendo incorporadas à memória discursiva. Os segundos, formalmente apresentados como *T*, têm existência apenas *in intellectu*, constituindo representações normativas que desempenham, em relação aos objetos extensionais, o papel de instrumentos de categorização: cada objeto extensional, dados seus atributos, encontra-se classificado como pertencente a um determinado tipo, de tal modo que se pode dizer *O* é um

⁷¹ Kleiber (2001: 265-266) critica esse modelo afirmando que "... Berrendonner exploite dans ce sens le foncteur *ingrédient* de la méréologie de Lesniewsky, qui lui permet de 'traiter de la même façon les anaphores associatives qui mettent en jeu des rapports de partie à tout (et) celles qui reposent sur des relations actanciennes ou des scénarios'. Mais comme ce foncteur exprime une relation très abstraite, il s'applique en fait à tout type d'anaphore indirecte (pronom indirect, démonstratif indirect) et convient même aux cas d'anaphore coréférentielle. Em outre, sa surpuissance se manifeste dans l'incapacité d'exclure les anaphores associatives non désirées..." (...Berrendonner explora nesse sentido o funtivo *ingrediente* da mereologia de Lesniewsky, que lhe permite 'tratar da mesma forma as anáforas associativas que colocam em jogo as relações parte-todo (e) aquelas que com base em relações actanciais ou de cenários'. Mas como esse funtivo exprime uma relação muito abstrata, ele se aplica de fato a todo tipo de anáfora indireta (pronomo indireto, demonstrativo indireto) e cabe inclusive nos casos da anáfora correferencial. Além disso, seu superpoder se manifesta na incapacidade de excluir as anáforas associativas não desejadas...)

exemplar de T^i (por exemplo, *Tó é um cachorro* = $Tó$ é um exemplar do tipo 'cachorro') ou $O^j \varepsilon \text{expl}(T^i)$.

- Dois objetos que mantêm uma relação parte-todo são ligados por um atributo comum da forma O^j é ingrediente de O^i ou $O^j \varepsilon \text{ingr}(O^i)$

As relações de exemplaridade e ingrediência podem ser vistas no quadro abaixo: considerando-se a dimensão vertical, tem-se a relação de exemplaridade (categorização); considerando-se a dimensão horizontal, tem-se a relação de ingrediência (a contigüidade das partes de um todo)



Da combinação desses elementos tem-se, portanto,

- (a) O^j é exemplar de $T^i = O^j \varepsilon \text{expl}(T^i)$
- (b) O^j é exemplar de $T^j = O^j \varepsilon \text{expl}(T^j)$
- (c) T^j é ingrediente de $T^i = T^j \varepsilon \text{ingr}(T^i)$
- (d) O^j é ingrediente de $O^i = O^j \varepsilon \text{ingr}(O^i)$

Dada uma anáfora associativa como a apresentada em (1) e (32)

- (1) Estavam no pátio de uma fazenda sem vida. **O curral deserto**, o chiqueiro das cabras arruinado e também deserto...
- (27) Impossível trabalhar. Dão-me um ofício, um relatório, para datilografar, na repartição. Até dez linhas vou bem. Daí em diante a cara balofa de Julião Tavares aparece em cima do original, e os meus dedos encontram no teclado uma resistência mole de carne gorda. E lá vem o erro. Tento vencer a obsessão, capricho em não usar a borracha. Concluo o trabalho, mas a resma de papel fica muito reduzida.
À noite fecho **as portas**, sento-me à mesa da sala de jantar, a munheca emperrada, o pensamento vadio longe do artigo que me pediram para o jornal.

que percursos possibilitam a unificação entre **curral deserto** e **uma fazenda sem vida** e **as portas** e **sala de jantar**?

No primeiro caso, depois de se colocar em *M* um exemplar de *fazenda sem vida* (O^i) e sabendo-se que, em virtude de tipos reconhecidos como verdadeiros, curral (T^j) é uma parte de fazenda (T^i), pode-se compreender que O^i compreende um curral O^j . Portanto, se se tem o todo, tem-se a parte. Trata-se de uma operação **dedutiva**.

No segundo caso, ocorre o inverso: se se tem a parte, tem-se o todo. Depois de se colocar em *M* um exemplar de porta (O^j) e sabendo-se que, em virtude de tipos reconhecidos como verdadeiros, porta (T^j) é parte de (T^i), deve-se privilegiar, dentro de determinada situação, uma das hipóteses possíveis, entre outras, sobre a entidade que constitui o todo.⁷² A inferência que vai da parte ao todo é uma operação **abdutiva**. Contrariamente à operação dedutiva, que garante a validade da relação, a operação abdutiva garante somente a probabilidade da conclusão, por meio de uma aposta de que a hipótese privilegiada é a melhor, entre outras possíveis.

Mas há ainda um outro percurso que pode ser feito por um outro tipo de operação, a operação **indutiva**. Muitas vezes, em casos de anáfora associativa, como mostra Charolles (1999), o intérprete não dispõe de nenhuma representação pré-construída de uma relação de ingrediência genérica que valide a associação. Isso pode ocorrer em casos como

(94) Paulo pousou seu saxofone no chão. **A cravelha** estava quebrada.

Mesmo não sabendo que um saxofone tem uma cravelha, o intérprete pode entender o encadeamento, se acredita que o locutor obedece a um critério de pertinência, inferindo que o instrumento tem uma parte chamada cravelha; ele é levado a construir um saber genérico sobre os tipos, como T^j é parte de T^i = uma cravelha é parte de um saxofone, a partir de objetos extensionais. Assim, o texto fornece explicitamente os dados extensionais, a partir dos quais o intérprete constrói um saber genérico sobre os tipos.

⁷² No caso específico desse exemplo, podemos até supor que a primeira operação inferencial fosse feita dentro de um percurso dedutivo, uma vez que em *M* já está instalado o objeto “a repartição”, pois, quando da leitura de “as portas”, não há qualquer pista sobre uma mudança de sítio. O leitor deve, então, reconsiderar sua inferência inicial e acomodar em *M* o novo objeto-de-discurso.

Berrendonner amplia sua formalização, estendendo o modelo acima para a relação processo-actante e componentes de cenários, considerando-os como uma variedade de ingrediência, como em

- (19) Paulo cortou o pão e guardou a **faca**.

Esse enunciado é colocado em M como um objeto-acontecimento, ou seja, um processo reificado ('corte') do qual se pode inferir a existência de actantes, que constituem os *ingredientes*: 1º actante – o agente da ação; 2º actante – o objeto cortado; 3º actante – o instrumento usado no processo. Em outras palavras, o enunciado introduz objetos extensionais, actantes de um processo-objeto, que são *exemplares* dos objetos intensionais ou tipos envolvidos no processo-tipo. Mas é necessário considerar que cada objeto-tipo deve possuir os atributos implicados na significação do verbo, ou o que é chamado tradicionalmente de traços inerentes à sua intensão lexical (restrições seletivas, papéis actanciais). Por exemplo, o 1º actante deve possuir, entre outros, o traço ser animado, o 2º actante, o traço concreto, o 3º actante, o traço dotado de lâmina etc.⁷³ Outros atributos não inerentes procedem de estereótipos conjunturais.

Berrendonner também integra ao modelo a noção de cenário, postulando que M contém, entre outros objetos intensionais, complexos formados de muitos processos, constituindo cada um deles um ingrediente desse cenário como podemos ver em (95):

- (95) Os mais poderosos, os mais ricos, os mais influentes estavam lá. De queixo caído. *O casamento* de Jacob Safra, filho do banqueiro Joseph Safra, com Michele Kamkhagi foi uma festa nunca antes vista em São Paulo. Higienópolis parou. Na **sinagoga**, segurança máxima, detectores de metal. [...]

O CENÁRIO

Vicky Safra, a mãe do noivo, brilhava no altar, num Valentino hortência (sic) inteiro bordado. De alça. E, como não são permitidos ombros à mostra numa sinagoga, ela ali se cobriu com um bolero. E deslumbrantes safiras.

Nos bancos da frente, autoridades máximas. Tasso Jereissati atrasou. O ex-ministro Clóvis Carvalho deu a ele o lugar.

⁷³ Embora não adotemos o procedimento da comutação, não podemos deixar de apontar, por exemplo, que, se o 2º actante fosse "*o tecido*", naturalmente o instrumento não seria "*a faca*". Com essa observação queremos dizer que as restrições não devem estar implicadas apenas na significação do verbo.

Da sinagoga para a festa. Inacreditável em cada detalhe. Na entrada, bambus, árvores de 7 metros e fontes – na água, foram despejadas aromas cítricos. Ninguém se apertou: 32 banheiros foram construídos para a ocasião. **Os pais** recebiam na entrada. Por perto, Giovanni, o cabeleireiro de Vicky. Atento para qualquer fio de cabelo dela que saísse do lugar.

O PODER

Os convidados mostravam um cartão magnético onde era colado um adesivo com o lugar do **salão** que lhes cabia. A ala amarela era a dos poderosos – as demais, dos demais.[...] (FSP, 16/11/2001)

Esse modelo estendido aos processos ainda permite dar conta da maior parte das nominalizações ou, como quer Berrendonner, *anáforas de processos*, pois, segundo ele, se a expressão verbal é colocada na memória como um objeto-acontecimento, a retomada dessa expressão sob a forma nominalizada aparece como uma “*banal anáfora correferencial*”:

- (96) A Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo determinou ontem que todos os produtos com suspeita de conter transgênicos em sua composição sejam recolhidos dos locais de venda em até 15 dias.
A determinação cumpre uma lei estadual de dezembro de 1999. (FSP)

Mas como aplicar esse modelo em exemplos como

- (97) [...] Cerca de 2000 milicianos chegaram ontem à cidade [Jalalabad], vindos da região de Peshwar (Paquistão), para se unirem a milhares de outros que aportaram de outras cidades afegãs. A *Folha* acompanhou **a pequena epopéia** transformada em jogada de marketing pela etnia ao transportar um exército de cem jornalistas que se espremiavam na região da fronteira atrás de uma oportunidade de entrar no Afeganistão. (FSP, 16/11/2001 – A-11)

em que também ocorre uma nominalização? Seguindo o modelo de Berrendonner, diríamos que o sintagma nominal **a pequena epopéia** refere-se a um processo-acontecimento, introduzido em M pela proposição anterior, a saber, a chegada de milicianos a uma cidade afegã. Mas, além desse ato de referência, é preciso considerar a expressão também recategoriza esse objeto metaforicamente, requalificando o referente de forma pouco predizível, o que nos leva a indagar que processo inferencial daria suporte à recategorização de 'a chegada' (a reificação do processo) em **a pequena epopéia**. Como as nominalizações serão objeto de estudo à parte, não discutiremos aqui

a sua inserção sob o rótulo de anáforas correferenciais, como postula Berrendonner (1994b), nem as recategorizações que são bastante freqüentes nesse tipo de processo.

Assim como para os objetos, as inferências que envolvem processos podem ser operadas por dedução ou abdução. No primeiro caso infere-se um actante implícito a partir do todo que constitui o processo. Os exemplos (6), (7) e (9) aqui retomados ilustram esse caso:

- (6) Estamos pescando há mais de duas horas e nada, porque **eles** simplesmente não mordem a isca.
- (7) A: Maria pretende casar no final do ano.
B: E o que é que **ele** faz?
- (9) Eu vendi a casa. O que eu vou fazer com **esse dinheiro**?

No segundo caso, isto é, nas inferências operadas por abdução, ocorre um raciocínio secundário, pois além de inferir do processo a existência de um papel actancial, existe a probabilidade de inferir ainda a natureza do objeto-de-discurso que preenche esse papel.

- (52) Quatro ou cinco cavalheiros debatiam, uma noite, várias questões de alta transcendência, sem que a disparidade dos votos trouxesse a menor alteração aos espíritos. **A casa** ficava no morro de Santa Teresa, a sala era pequena, alumiada a velas, cuja luz fundia-se misteriosamente com o luar que vinha de fora.

A primeira sentença introduz em M um processo (reificado em 'debate') que permite inferir, entre outros elementos a ele associados, um local em que esse processo ocorre; existe uma probabilidade elevada de que esse local seja uma casa (mas poderia ser também um restaurante, um clube...); empregando-se esse saber, pode-se inferir do processo não somente a existência de um elemento 'local onde ocorre o processo', como também a natureza do objeto-de-discurso que preenche esse papel.

Ainda podem ocorrer casos em que, por abdução e depois por dedução, se infere um actante a partir de um outro, por meio de um processo que engloba os dois, como em

- (98) Supondo-se que você consiga *o diamante*, o que você vai fazer com **todo esse dinheiro**? (exemplo emprestado de Berrendonner)

O processo que engloba os dois actantes –**o diamante e todo esse dinheiro** – é 'vender', inferido primeiramente por abdução, já que, possuindo-se um diamante, pode-se provavelmente mas não necessariamente vendê-lo, processo que, na seqüência, permite deduzir 'dinheiro', um actante que funciona como um de seus ingredientes.

Mas esse duplo percurso não se restringe apenas a dois actantes e um processo que os englobe; no exemplo abaixo encontramos um processo que constitui a causa de um efeito provável, que, por sua vez possui um outro efeito como um de seus ingredientes:

- (99) Numa tirinha de Dik Browne, intitulada *Hagar* e publicada na Folha de S.Paulo, Helga (esposa de Hagar) e uma amiga tomam chá e conversam.

Helga: - O marido de Irma parou de beber.

Amiga de Helga: Sinto muito... Quando vai ser o enterro?

Helga: Amanhã.

Por abdução infere-se, a partir do processo introduzido em M, - **o marido de Irma parou de beber** - uma conseqüência apenas provável – 'o marido de Irma morreu'. O processo de morrer, considerado como o "todo", tem como um de seus ingredientes 'enterro', relação efetuada por um processo dedutivo.⁷⁴

O exemplo ainda permite refletir sobre um outro dado. Para abduzir 'O marido de Irma morreu', a amiga de Helga deve partilhar com ela um conhecimento como 'somente a morte o faria deixar de beber', e, a partir dele, 'o marido da Irma morreu', o que constituiria a hipótese mais provável, posteriormente confirmada pela resposta de Helga. Por isso, deve-se considerar um tipo de restrição de ordem pragmática, que desempenha um papel determinante: as duas mulheres se entendem e devem fazer uma seleção a partir de conhecimentos mútuos que não são explicitados para o leitor.

Esse dado pragmático é introduzido por Berrendonner dentro da operação de inferência:

⁷⁴ Uma explicação de base semântica, como a apresentada anteriormente, provavelmente teria de pensar num outro subtipo de anáfora associativa para dar conta de casos como esse.

... des conditions pragmatiques C doivent toutefois être imposées à chaque transition inférentielle, en fonction de son coût (risques d'erreur, complexité...) et de ses effets cognitifs. (1995: 245)⁷⁵

Antes de abordarmos essas restrições, resta ainda apontar um outro caso ao qual se pode estender o sistema de inferências aqui esboçado. Trata-se de relações que, não sendo relações de processo, parecem implicar a validade de uma relação de ingrediência entre seus termos, em particular as relações indivíduo/matéria, continente/conteúdo⁷⁶, entre outros, que explicam anáforas associativas como

(100) Havia *uma valise* sobre a cama. **As roupas** estavam sujas. / **O couro** estava velho.

Quanto às restrições pragmáticas, as anáforas que comportam uma inferência operada por abdução parecem ser mais raras que as que exploram o processo dedutivo e inclusive provocam freqüentemente julgamentos de aceitabilidade negativos, a ponto de certos semanticistas as considerarem como impossíveis. Embora não concordemos com esses julgamentos, devemos reconhecer que a inferência por abdução é uma operação pragmaticamente menos cômoda que por dedução. De fato, ir do todo à parte é uma operação certa, enquanto que conjecturar um todo a partir de um ingrediente é sempre arriscar uma hipótese menos certa. Em decorrência, isso significa que, pela preocupação de cooperação, os locutores evitam fazer o intérprete correr o risco de uma abdução (cf. Berrendonner, 1994b)

A perspectiva que vê na anáfora associativa uma relação de base cognitivo-pragmática tem, a nosso ver, o mérito de ser suficientemente explicativa para abranger um grande número de ocorrências, principalmente (mas não exclusivamente), por dois motivos.

Em primeiro lugar, pela noção de ingrediência, que permite rotular como anáfora associativa uma imensa gama de associações, com base na hipótese de que o conhecimento armazenado na memória seja organizado em redes conectadas com uma

⁷⁵ ... condições pragmáticas C devem, todavia, ser impostas a cada transição inferencial, em função de seu custo (riscos de erros, complexidade...) e de seus efeitos cognitivos. .

⁷⁶ Sem qualquer restrição de ordem semântica, ao contrário do que postula Kleiber.

propagação regular de associações. Essa hipótese encontra amparo na afirmação de Berrendonner (1994b) de que a memória discursiva contém complexos formados de muitos processos, cada um deles constituindo um ingrediente dos diversos cenários. Desse modo, um evento como 'casamento', por exemplo, pode desencadear a associação de outros cenários eventivos como 'cerimônia religiosa' e 'festa' entre outros, com seus respectivos ingredientes, como vimos em (95). Esses cenários, com seus próprios ingredientes, têm como base os conhecimentos em princípio partilhados por membros de uma mesma comunidade. Ainda dentro desse aspecto cognitivo, é importante considerar as bases em que são feitas as operações cognitivas de dedução, indução e abdução, além de sua relação com os processos inferenciais e, principalmente, com os princípios que regem a interação comunicativa.

Em segundo lugar, pela consideração de uma dimensão que é constitutiva de todo ato de referenciação: a dimensão pragmática que regula os usos e processos de associação em nome dos interesses dos parceiros da interação.

5. O SN demonstrativo associativo

... à la question *Y a-t-il des pronoms et des démonstratifs associatifs?* c'est par la négative qu'il faut répondre. (Kleiber, 2001:75)⁷⁷

... the definition most widely used for the operating mode of associative anaphora (...) does not eliminate demonstrative NPs from associative phenomena. (Apothélos e Reichler-Béguelin, 1999:392)⁷⁸

As duas citações representam bem o estado atual da questão do demonstrativo em SN associativo: uma assume explicitamente a exclusão do SN demonstrativo das relações estabelecidas pela anáfora associativa; a outra, pelo contrário, assume a inclusão. Na raiz dessa divergência, como já apontamos, está a própria concepção de anáfora associativa.

⁷⁷ ...à questão *Há pronomes e demonstrativos associativos?* é preciso responder negativamente.

⁷⁸ ... a definição mais largamente usada para o modo de operação da anáfora associativa (...) não elimina os SN demonstrativos do fenômeno associativo.

O emprego de determinante demonstrativo, independentemente de seu estatuto associativo, vem sendo objeto de investigação de vários estudiosos das mais diversas perspectivas teóricas. De maneira geral, podemos determinar duas tendências nesse campo:

- a) uma abordagem semântica, de acordo com a qual o SN demonstrativo, comparativamente ao SN definido, possui as seguintes características; (i) o referente é apreendido no contexto de ocorrência, isto é, no contexto de enunciação imediata; (ii) o núcleo lexical do SN nem sempre está envolvido na identificação do referente; ele normalmente opera uma reclassificação desse referente; (iii) o referente é apreendido num processo de contraste interno, em oposição a outros membros da classe de que ele faz parte;
- b) uma abordagem de tendência cognitiva e pragmática, de acordo com a qual, contrariamente ao definido, o SN demonstrativo faz referência a um "elemento que não está em foco" na memória discursiva ou modelo de discurso.

Essas duas perspectivas têm reflexos consideráveis no modo de encarar o SN demonstrativo em relação associativa, implicando, inclusive, diferenças substanciais quanto à extensão do fenômeno, o que vimos caracterizando como concepção estreita e ampla da anáfora associativa.

Como já apontado em diversos momentos desta exposição, a concepção estreita da anáfora associativa - aqui representada principalmente por Kleiber - exclui o pronome demonstrativo e o pronome pessoal da relação associativa.

O principal argumento para essa rejeição é que os SNs demonstrativos (SN dem.) colocam em jogo *processos e relações referenciais distintos dos colocados pelos SNs definidos (SN def.)*, o que justifica sua separação das anáforas associativas.

Mas nessa rejeição Kleiber não está sozinho: a mesma posição encontramos em Blanche-Benveniste e Chevrel (1966), Hawkins (1977b), Corblin (1987), Charolles, (1994), só para citar alguns estudiosos.

Blanche-Benveniste e Chervel (1966) afirmam que, contrariamente ao definido, que exige uma oposição nocional⁷⁹, o demonstrativo constitui uma ferramenta adequada para retomar um objeto de pensamento do locutor, fora de todo contraste nocional. Se esse determinante é adequado para a anáfora fiel e infiel, não o é para uma anáfora associativa porque

... l'anaphore par association est fondée sur le contraste notionnel entre deux objets de pensée. Or *ce* saisit un objet de pensée présent dans l'instance de discours, qu'il apparaisse sous une forme ou sous une autre, mais à condition que'il soit apparu une première fois; il ne peut saisir un objet de pensée qui serait seulement impliqué. Aussi la seule présence de *ce* entraîne-t-elle l'obligation d'identifier à quelque chose de déjà vu. (p. 35)⁸⁰

Para Hawkins (1977b: 17-8), o falante, usando o demonstrativo, estará realizando os seguintes atos de referência: (a) introdução de um referente para o ouvinte e (b) instrução para que o ouvinte equipare esse referente lingüístico com algum objeto identificável. Aqui, 'identificabilidade' significa (i) visível na situação ou (ii) conhecido com base em menção prévia no discurso.⁸¹ Com essas restrições ao demonstrativo, não é possível aceitar a anáfora associativa com esse determinante, de acordo com Hawkins, porque, se por um lado o SN introduz um referente, por outro, esse referente não é identificável, de acordo com a significação desse termo dada acima.

Para Corblin (1987: 209),

⁷⁹ A oposição nocional diz respeito ao fato de o substantivo, para constituir o núcleo de um SN def. anafórico, estar, de alguma forma, em contraste com outros substantivos. Assim é que as autoras explicam a impossibilidade de se ter em francês "*J'ai vu une voiture. La voiture roulait vite.*" (*Vi um carro. O carro corria.*) No exemplo, "*voiture*" não se opõe a outros substantivos.

⁸⁰ ... a anáfora por associação está baseada no contraste nocional entre dois objetos de pensamento. Ora, *esse* apreende um objeto de pensamento presente na instância do discurso, que aparece sob uma forma ou outra, mas com a condição de que tenha aparecido uma primeira vez; ele não pode fornecer um objeto de pensamento somente implicado. Também a simples presença de *esse* implica a obrigação de identificar qualquer coisa já vista.

⁸¹ O definido, assim como o demonstrativo, também serve para introduzir um referente; mas não sofre a restrição expressa em (b), pois ele fornece uma instrução para que o ouvinte localize o referente em uma situação imediata de enunciação, em uma situação mais ampla de enunciação ou num conjunto associativo de objetos definido por um conhecimento específico ou geral ou num conjunto discursivo prévio de objetos.

le groupe nominal *Ce X* isole son désignatum en vertu de la proximité, et, quel que soit son contenu, classifie ce designatum comme X.⁸²

A proeminência do demonstrativo, neste caso, pode ser fundamentada por dois argumentos:

a) no caso de retomadas por SN cujo núcleo constitui uma expressão semanticamente incompatível, ocorre uma reclassificação do objeto, como, por exemplo, no caso de metáfora:

(101) Duas árvores ladeavam a entrada e **essas sentinelas** dormiam

b) no caso de retomada de nome próprio, a recuperação é feita unicamente por meio do demonstrativo:

(102) João veio. **Esse professor de filosofia...** / **Esse tipo sempre otimista**

Essa concepção faz da retomada uma restrição de uso da anáfora demonstrativa. Para ser isolado pela proximidade, o referente deve ter sido realmente mencionado. A impossibilidade de um emprego demonstrativo no elemento anafórico da anáfora associativa parece então justificada.

Para Charolles (1994), como vimos, os casos de anáforas realizadas por pronomes e demonstrativos empregados de maneira aparentemente associativa são possíveis apenas sob certas condições muito precisas, o que faz com que eles não possam ser assimilados aos definidos associativos clássicos. Assim, a sua abordagem sobre assunto limita-se aos SNs def.

De todos os autores aqui abordados, sem dúvida, Kleiber (2001) é o que apresenta uma argumentação mais detalhada sobre a exclusão do demonstrativo dos limites da anáfora associativa, dedicando, inclusive, um tópico inteiro ao assunto.

Um ponto central da tese de Kleiber diz respeito ao caráter partitivo do demonstrativo. Contrariamente ao núcleo SN def., o núcleo do SN dem. refere uma

⁸² O grupo nominal *esse x* isola seu *designatum* em virtude da proximidade e, qualquer que seja seu conteúdo, classifica esse *designatum* como X.

entidade que não constitui a única a verificar o valor descritivo do N. Pode-se mesmo postular que é preciso que haja ainda outras entidades do tipo N – o que Hawkins (1977b) chama *inclusividade* por oposição a *exclusividade* do definido e o que, em Corblin (1987), corresponde ao contraste *interno* oposto ao contraste *externo* produzido pelo artigo definido.

Kleiber (2001) afirma que por esse motivo o demonstrativo não está apto para operar em ambientes de coordenação, uma vez que neles os elementos coordenados formam um conjunto referencial composto de, pelo menos, dois membros que respondem a N diferentes, como em:

- (103) ? Sobre a mesa, havia um livro e um lápis. **Esse lápis** era preto...
- (103') Sobre a mesa, havia um livro e um lápis. **O lápis** era preto...⁸³

O definido, porque apresenta o referente como o único da categoria N, convém numa situação como essa, já que no conjunto formado pela coordenação, o *lápis* é o único a ser 'lápis' e o *livro*, o único a ser 'livro'. O demonstrativo, ao contrário, não pode fazer essa função, porque seu modo de retomada – indexical – não corresponde ao que impõe a retomada de um membro de uma coordenação. Uma prova suplementar é a possibilidade de retomar demonstrativamente o conjunto da coordenação, enquanto isso é menos natural com o definido:

- (104) Sobre a mesa havia um livro e um lápis. **Esse livro e esse lápis** pertenciam à vítima.
- (105) Sobre a mesa havia um livro e um lápis. **Esses objetos** pertenciam à vítima.
- (104') ? Sobre a mesa havia um livro e um lápis. **O livro e o lápis** pertenciam à vítima.
- (105') ? Sobre a mesa havia um livro e um lápis. **Os objetos** pertenciam à vítima.

O caso da anáfora associativa está muito próximo do da coordenação: o conjunto referencial antecedente que inclui ou engloba membros (entidades) de categorias

⁸³ Essa seqüência de exemplos foi traduzida do francês e a marca "?" vale apenas para a construção nessa língua.

nominais diferentes impede uma retomada demonstrativa de entidades constituintes pelas mesmas razões que a coordenação impede ao demonstrativo a retomada de um de seus coordenados. Não há nos dois casos senão uma acessibilidade ao referente por meio do conjunto englobante (coordenação ou entidade antecedente), isto é, o referente visado, seja um coordenado, no caso da coordenação, seja um "englobado" no caso da anáfora associativa, é acessível apenas como a única entidade (ou as únicas entidades, no caso de pluralidade) a verificar o predicado N no interior do conjunto em questão.

Temos de objetar que, no caso da língua portuguesa, nenhum desses exemplos, reputados por Kleiber como duvidosos, apresenta qualquer problema, mesmo se considerarmos apenas a dimensão sintático-semântica, o que aparentemente anula essa relação entre coordenação e anáfora associativa com determinante demonstrativo.

Mas Kleiber deve enfrentar exemplos que 'aparentemente' põem em jogo relações anafóricas associativas em que o elemento anafórico constitui um SN dem., principalmente aqueles que apresentam a chamada *dêixis empática*.⁸⁴

A partir daqui, procuraremos focalizar simultaneamente as duas concepções, elegendos, como "representantes" de cada uma delas, de um lado, Kleiber e de outro, Apothéloz/Reichler-Béguelin.

Quando se trata de SN dem. em função associativa, uma das soluções mais freqüentes é invocar a noção de dêixis empática, em que o SN dem. opera *in absentia*, isto é, sem qualquer base explícita cotextual ou situacional; ele dá ao destinatário a impressão de haver um acesso imediato ao estado cognitivo no qual se encontra um enunciador ou um personagem explicitamente evocado.

Do ponto de vista da comunicação, esse emprego do demonstrativo revela que há a ausência de congruência entre a representação discursiva do enunciador e a do destinatário; um objeto é apresentado ao espírito do primeiro (o que de algum modo o torna designável por meio de uma expressão demonstrativa), mas não do segundo (para

⁸⁴ Um ponto deve ser enfatizado: Kleiber afirma que os encadeamentos com SN demonstrativo anafórico (assim como com pronomes) não constituem um obstáculo à compreensão, embora o esforço interpretativo seja mais exigido. Com isso, ele deixa claro que essa exclusão não se deve ao papel da cognição; como semanticista, ele a atribui às propriedades intrínsecas desse determinante.

quem essa forma de designação pode parecer de algum modo inapropriada). É desse descolamento que decorre o efeito de empatia. Assim, o SN dem. em emprego associativo apontaria para um referente presente na representação mental do falante.

Os demonstrativos empáticos são tratados por Gary-Prieur e Noailly (1996) como demonstrativos *insólitos*; neste emprego ocorre uma imposição cognitiva, psicológica ou memorial do referente nas representações mentais do locutor. Podemos citar como exemplo “extremo”, por se tratar de um texto poético, a primeira estrofe do poema **Retrato**, de Cecília Meireles:

(106) Eu não tinha **este rosto** de hoje,
Assim calmo, assim triste, assim magro
Nem **estes olhos tão vazios**
Nem o lábio amargo.

Os SNs dem. **este rosto de hoje**, **estes olhos tão vazios** não exigem uma busca da referência no contexto lingüístico ou na situação extralingüística. O leitor não é convidado a procurar, fora da descrição demonstrativa, um referente com o qual saturar de qualquer forma o designador, mas esse determinante não está despido inteiramente de uma função indexical: ele leva o leitor a compreender que se trata de entidades com as quais o locutor tem uma relação experiencial, dentro do que Gary-Prieur e Noailly (1996: 118) chamam de “memória do locutor-autor”⁸⁵. Trata-se de uma situação que não comporta um interlocutor: o locutor-autor é, nessas situações de “discurso interno”, seu próprio interlocutor⁸⁶. Dito de outra forma, o locutor não tem necessidade de fornecer nenhum apoio externo a seu próprio universo de enunciação; a identificação do

⁸⁵ Gary-Prieur & Noailly (1996) afirmam que, embora os lingüistas considerem hoje que o demonstrativo serve para apresentar um objeto “saliente”, isto é, presente na memória imediata do destinatário, a “saliência” do objeto introduzido pelo demonstrativo em seu uso insólito está na memória do “locutor-autor”, sendo um objeto localizado em relação ao universo do sujeito da enunciação.

⁸⁶ Aqui o demonstrativo apresenta duas funções opostas: uma função conativa, por meio da qual o autor convida o leitor a partilhar seu universo, e uma função de distanciamento, que o autor usa para remeter o leitor ao exterior do universo de seu texto. A primeira provém do esforço de interpretação requerido por esses demonstrativos, que aproximam leitor e autor, e a segunda resulta da recusa de dar ao leitor os meios necessários para identificar o referente. (Gary-Prieur & Noailly, 1996: 119-20)

referente se faz inteiramente no seu universo mental, ou se se quer, em seu campo memorial (isso não é surpreendente em textos escritos em primeira pessoa).

Mas temos de examinar o SN dem empático *em função associativa*.

Para Kleiber, mesmo que o interlocutor compreenda a relação e estabeleça uma ligação anafórica associativa entre o referente do SN anafórico e o referente do N antecedente, não é o demonstrativo que opera essa saturação.

Com o demonstrativo insólito, diz ele, o interlocutor é levado a compreender que se trata de entidade com a qual o locutor tem uma relação experiencial; normalmente sente-se uma ruptura entre as frases envolvidas, ruptura causada justamente pelo demonstrativo. Além disso, inteiramente voltado para o locutor, esse determinante em relação associativa convém particularmente às situações em que não há interlocutores (caso do monólogo) e ao discurso indireto livre, configuração discursiva particular em que o locutor se confunde com um enunciador cujo sentimento ou pensamento evoca.

A partir dessas considerações, Kleiber apresenta os seguintes argumentos que justificam a exclusão do demonstrativo insólito do limite associativo.

a) Como já apontado, com o SN def. não é possível ocorrer, no elemento anafórico, a presença de modificadores que tragam uma informação nova, não autorizada pelo antecedente; mas isso não constitui um obstáculo ao SN dem.:

(107) Ele se abrigou sob uma velha tília. **Esse magnífico tronco** estava todo trincado.

(107') Ele se abrigou sob uma velha tília. **?O magnífico tronco** estava todo trincado.

b) Contrariamente à anáfora associativa, o demonstrativo memorial necessita de um entorno que contenha elementos favoráveis a uma interpretação empática ou experiencial (conforme apontam Gary-Prieur e Noailly, 1996); se o demonstrativo necessita de ajudas informacionais suplementares mais ou menos precisas para ser interpretado como um demonstrativo de pensamento indexical, é porque simplesmente o demonstrativo não "vai" num sentido de continuidade referencial associativa: é preciso compreender aí uma ruptura que nos faça passar a outro nível, o do espaço mental ou do objeto de consciência do personagem instanciado pelo texto. A necessidade de marcas

178

contextuais mais ou menos fortes para legitimar um emprego de dêixis memorial do demonstrativo permanece então um argumento forte para excluí-lo do limite associativo. É porque ele não opera associativamente que ele tem necessidade de uma sustentação contextual para realizar o tipo ... de associação.

No entanto, dizemos nós, não é isso o que ocorre em (107), pois em **Ele se abrigou sob uma velha tília**, não há qualquer elemento que favoreça a interpretação empática, embora ela ocorra com o elemento anafórico. Não há dúvida de que a argumentação de Kleiber é consistente: se, por um lado, ele não assinala como desviante o SN estruturado em Dem. + Modf. + N, em que o modificador seria a marca que autoriza a ruptura que leva ao espaço mental do locutor ou personagem, por outro ele rejeita a estrutura Dem. + N, em que não há essa marca. Mas, para Apothéloz e Reichler-Béguelin, nada impede a construção

(108) Ele se abrigou sob uma velha tília. **Esse tronco** estava todo trincado

em que se verifica a passagem para o universo mental ou do locutor ou do personagem (aqui manifestado pelo pronome pessoal **ele**), sendo instaurada aí a polifonia, tal como a entende Ducrot (1987).

É interessante notar que a possibilidade de uma interpretação polifônica a partir de mudança perceptiva - rejeitada quando se trata de anáfora associativa - é considerada por Kleiber, Patry e Ménard (1994) quando explicam a ocorrência de uma relação de anáfora direta em que o N do elemento anafórico constitui um hipônimo do N do elemento antecedente:

(109) Ela viu **um enorme pássaro** que voava e grasnava passando sobre sua cabeça. Pedro, chamou ela, olha **a enorme ave de rapina**. Pedro se levantou e eles seguiram atentamente as evoluções da **águia** que finalmente desapareceu atrás dos rochedos cinza.⁸⁷

A respeito desse caso, dizem os autores:

⁸⁷ Texto original: Elle vit alors un énorme oiseau qui tournoyait au-dessus d'elle et qui croassa à nouveau en passant sur sa tête. – Pierre, appela-t-elle, regarde l'enorme oiseau de proie! Pierre se leva et ils suivirent attentivement les évolutions de l'aigle qui finalement disparut derrière les rochers gris.

Ce type d'emploi s'explique, pensons-nous, par la polyphonie. L'auteur fait agir le personnage comme s'il n'avait pas reconnu de quel type d'oiseau il s'agissait, alors que lui, l'auteur, sait bien qu'il s'agira d'un aigle.⁸⁸ (p. 136)

Ora, se o que autoriza essa retomada de um hiperônimo por um hipônimo é a mudança de ponto de vista por que não aceitar também essa mudança para (108)?

c) O argumento decisivo diz respeito ao fato de a extensão do fenômeno de demonstrativo empático não coincidir com o da anáfora associativa, uma vez que, muitas vezes, a substituição por um definido não causa nenhum problema, não havendo necessidade de saturá-lo. É o que ocorre com o exemplo abaixo apresentado por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) e retomado por Kleiber:

(110) Enfin, a gorda Marie Gruber, 28 ans, de rosto redondo, desenhado a compasso, casada com o mecânico Christian Moser, mãe de família, a simplória do grupo e que se perguntava por que falta de sorte ela se encontrava lá, dentro daquela/da sala de sessões do tribunal de Viena...⁸⁹

De uma certa maneira, diz Kleiber, ele não pode nem mesmo passar por um anafórico indireto, isto é, por um demonstrativo que remete a uma entidade inferível, na medida em que seu objetivo não é prioritariamente introduzir um novo referente inferível de elementos já dados, mas ao contrário de marcar que o referente visado já está no espírito do locutor ou personagem no momento da aparição do demonstrativo e que, portanto, nesse estado do modelo contextual do personagem ou do locutor ao qual o leitor é convidado a se colocar, o referente visado não é de todo novo.

Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), abordando esse mesmo caso da dêixis memorial, mostram que realmente em muitos casos há a presença de um gatilho que introduz o leitor na representação do espaço mental da personagem instanciada no texto. É o que ocorre em (111) em que se encontra um caso de discurso indireto livre:

⁸⁸ Pensamos que esse tipo de emprego é explicado pela polifonia. O autor faz a personagem agir como se ela não reconhecesse o tipo de ave, enquanto que ele, o autor, sabe muito bem que se trata de uma águia.

⁸⁹ Texto original: Enfin la grosse Maria Gruber, 28 ans, au visage rond et dessiné au compas, mariée à Christian Moser, mécanicien, mère de famille, la simplette de la bande, et qui n'est pas loin de se demander par quel injuste coup du sort elle se trouve là, dans *cette/la* vaste salle des assises du tribunal de Vienne...

- (111) Ele examina mais uma vez sua futura colheita pela última vez antes de voltar à cidade. Vendido a um bom preço, **esse algodão** lhe permitiria comprar... (exemplo emprestado de Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1999)

O verbo de percepção **examinar** opera como o desencadeador de um *stream of consciousness*, que introduz o interlocutor na representação mental do personagem. Essa mudança de ponto de vista justifica o fato de uma parte da informação não disponível previamente na memória discursiva ser introduzida por meio do SN dem. **esse algodão**. Desse ponto de vista, a expressão é reduzida a um pseudo-anafórico, mesmo que o SN **sua futura colheita** forneça a informação que pode servir como uma base para sua interpretação.

Na ausência de qualquer pista que aponte para interpretação empática, recorre-se à noção de polifonia como em

- (129) É preciso alimentar os grevistas, que não encontraram senão **esse meio** [isto é, a greve] para se opor ao presidente de Togo. (exemplo de Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1999: 375)

Para os autores, a cláusula relativa constitui uma parte do discurso sobre os fatos reportados pelas pessoas em greve, não sendo seu conteúdo assumido pelo locutor. Nesse caso, não houve qualquer marca explícita formal no que é verbalizado. Esse fato mostra que o uso de um demonstrativo associativo não estaria restringido pela forma do contexto, ou seja, a mudança de ponto de vista quando se passa da perspectiva do locutor (narrador em terceira pessoa) para o personagem (os grevistas) não é dada explicitamente pelo contexto verbalizado. Com isso, a responsabilidade dessa ação é passada ao leitor. E o único traço de polifonia presente no cotexto encontra-se justamente no SN dem. Como conseqüência, o uso apropriado de um demonstrativo indireto depende não tanto de propriedades superficiais do cotexto, mas de um específico estado de informação da memória discursiva (M). M estoca, entre outras coisas, o resultado de um cálculo de informação implícita e a hipótese feita sobre as intenções do falante.

Esse deslocamento da primazia do texto e dos aspectos semânticos para a dimensão cognitivo-pragmática necessariamente leva a considerações de ordem

interacional, o que exige que relembremos primeiramente os princípios de eficácia e economia. O produtor do ato referencial, apontando egocentricamente para o conteúdo de seu próprio pensamento, para suas próprias representações cognitivas, sem comprometer o referente com a memória partilhada, tende a referir entidades livremente, sem sentir-se restringido pelo cotexto precedente. Neste caso, o que está ativo é o princípio da *nonchalance*. O interlocutor, por sua vez, tende a textualizar as operações referenciais, isto é, a procurar marcadores explícitos para que possa proceder à identificação do referente. No caso do texto escrito, é particularmente vantajoso ser capaz de interpretar expressões anafóricas por cadeias textuais, isto é, usar todos os elementos necessários para a interpretação da expressão anafórica com base na informação prévia (cf. Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1999: 380)

Quando, em se tratando de texto escrito, se tende a impor a presença de um antecedente explícito, são os interesses do leitor que estão sendo privilegiados em detrimento dos interesses do produtor do ato referencial. Assim, quando usa o SN dem. anafórico unilateralmente, ou seja, sem antecedente explícito, o produtor o faz sem a preocupação de ser cooperativo e cabe ao interpretador do ato referencial buscar no conhecimento prévio e no cálculo da informação implícita os elementos que forneçam a interpretação referencial correta, a despeito da incompletude informativa do texto. A partir desses interesses conflitantes, perguntamos: podem ocorrer atos referenciais fracassados que mereçam censura? Obviamente sim, mas essa não é a situação padrão, pois o que prevalece é um ajustamento constante entre os interesses dos parceiros da comunicação. A consequência dessas observações é que

a successful referential operation is but a *complex compromise between the strategic interests of the encoder and the decoder*, each of them aware of the other party's interest and of the fact that the other party is aware of his/hers etc. In this case, a failure is not so much the result of an 'error' in language, but rather the consequence of conflicting interests between the participants in communication. (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1999:381)⁹⁰

⁹⁰ ... uma operação referencial realizada com sucesso é antes *um complexo compromisso entre os interesses estratégicos do codificador e decodificador*, mutuamente cientes dos interesses um do outro. Nesse caso, uma falha não é tanto o resultado de um "erro" de linguagem, mas antes a consequência de interesses conflitantes entre os participantes da comunicação.

Desse modo, o processo referencial está sempre sujeito a uma constante regulação entre os interesses do produtor, que age egocentricamente, mas, ao mesmo tempo, busca facilitar o acesso ao referente para ser compreendido, e os interesses do interpretador que, a despeito de uma tendência a buscar marcadores textuais para proceder à identificação do referente, levanta hipóteses sobre as razões que o falante tem para realizar a operação referencial de um modo e não de outro, em particular quando esse modo não é estereotípico.

Essa concepção interativa das operações referenciais explica a contento exemplos em que se pode resolver a interpretação anafórica de duas maneiras, como em

(113) Ele ficou *desempregado* e aceitou mal **essa decadência**.

Segundo Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), a resolução dessa anáfora pode ser tratada como um caso de associação ou correferência, sem que haja qualquer razão para dar primazia a um deles: no primeiro caso, a interpretação é feita com base numa relação de causa-conseqüência, invocando-se um estereótipo como 'desemprego causa decadência'; no segundo, renomeia-se o processo de 'ficar desempregado' relacionado a um estereótipo concorrente 'desemprego é uma forma de decadência'.

Esse caso para Kleiber (2001) constitui "*falso associativo - verdadeiro correferencial*", pois, segundo ele, é mais fácil sustentar que o demonstrativo realiza uma relação correferencial padrão, com base em uma estrutura atributiva como indicado acima, o que torna preferível a interpretação correferencial à associativa. No entanto, Kleiber não fundamenta essa "preferência".⁹¹

⁹¹ Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999:381-2) mostram justamente que diferentes opiniões entre os pesquisadores poderiam ser consideradas como uma evidência de competitivos procedimentos interpretativos. Citam como exemplo "Les films documentaires permettent d'enrichir nos connaissances sur de multiples matières. *Ces images* jouent un rôle instructif." [Os documentários permitem enriquecer nossos conhecimentos sobre muitos assuntos. *Essas imagens* desempenham um papel instrutivo.]. Charolles (1990:125), por exemplo, analisa esse caso como uma expressão referencial não correferencial, um (difícil) caso de referência egocêntrica com base na relação parte-todo existente entre *documentários* e *essas imagens*. Já Widerspiel (1994:138) vê aí uma anáfora correferencial categorizante em relação à pressuposição de que "*esses filmes são imagens*". Este segundo tipo de abordagem coincide com a interpretação de Kleiber e se justifica plenamente dentro da perspectiva semântica. Se assim não fosse, Kleiber teria de aceitar a anáfora associativa com SN demonstrativo.

Quanto aos outros casos que não são explicáveis nem pela dêixis memorial nem pela "verdadeira correferencialidade", Kleiber volta a atacar com a arma da inaceitabilidade. Os exemplos abaixo, mais uma vez emprestados de Reichler-Béguelin (1988) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), respectivamente,

- (114) É verdade que quando lemos não pensamos que **essa história** está prestes a tomar vida...
- (115) O marquês de Cuevas casou-se com a neta de Rockefeller. Com **esse dinheiro**, ele criou um balé...

embora "autênticos", são desviantes; e, acrescenta Kleiber, sabe-se que a autenticidade não é uma garantia de boa formação, do contrário não haveria erros, como já vimos suficientemente. Para ele, trata-se de uma manifestação do princípio da *nonchalance*. De qualquer modo, não lhe parece absolutamente justificado apoiar-se nesses exemplos para concluir a existência de pronomes e de demonstrativos em anáfora associativa.

Mas para Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), esses casos constituem verdadeiras ocorrências de anáforas associativas com base em estereótipos. Em (115), por exemplo, processo inferencial poderia ser formulado como segue: 'se há um casamento com uma das netas de Rockefeller, muito dinheiro provavelmente está envolvido', estereótipo não de base semântica, mas enciclopédica. É obviamente a introdução do estereótipo, ponderam os autores, que permite ao interlocutor operar a interpretação referencial "correta", mesmo que o demonstrativo apreenda o referente por meio do contexto de enunciação, ao contrário do que acontece com o SN def. associativo. Verificam-se aí as propriedades correspondentes à definição de anáfora associativa partilhada pela maioria dos estudiosos do assunto: introduz-se um referente novo, que é inferível a partir de um estereótipo e do estado específico de informação (isto é, o estado de M) construído pelo contexto verbal precedente.

Se o uso das expressões referenciais, como ficou evidenciado acima, está atrelado à interação entre produtor e o intérprete do ato referencial, qual seria o interesse do primeiro em implementar uma operação referencial por meio do SN dem.?

Para Apothéloz e Beguélin (1999), uma das funções desse uso poderia ser descrita como "*simulação da realidade*": quando usa o demonstrativo polifônico ou dêitico-memorial, o falante simula um estatuto da memória discursiva que, na verdade, não foi construído pelo discurso precedente; o intérprete é ficticiamente colocado no estado cognitivo de outra pessoa (personagem ou o próprio locutor) e legitima-se, assim, a imposição da entidade denotada pelo SN dem.⁹². Isso sugere que as representações presentes em M podem ser manobradas e que a seleção da expressão referencial é precisamente um dos lugares em que essa manipulação se torna possível e visível. É o que ocorre, por exemplo em

(116) **Longa é suspense banal**

Houve um tempo, antes da Segunda Guerra, em que a boa saúde do cinema americano era corporificada pela leveza ingênua dos personagens. Eles eram o reflexo de uma sociedade que acreditava em seus valores.

Esse "homem verídico" padecia no pós-guerra. Ele já não parecia digno de confiança e, no lugar de sua vivacidade, surgia uma estranha pulsão de morte. (...) (Tiago Mata Machado. Folha de S.Paulo, 1º/09/2001, E-6)

Impondo a existência da entidade com o uso do SN dem. **esse "homem verídico"**, o produtor do ato referencial obriga o leitor a construir a entidade a partir do estado cognitivo de um enunciador, no texto materializado por **uma sociedade que acreditava em seus valores**. Trata-se de uma entidade que remete aos personagens cinematográficos que refletiam o ponto de vista dessa sociedade. A pista textual para essa representação polifônica é encontrada nas aspas. Mas deve-se reconhecer que em um considerável número de ocorrências o determinante demonstrativo se encontra

⁹² O SN dem., constituindo um ato de designação, remete a um objeto-de-discurso; daí a ele estar associada a pressuposição existencial referencial. Mas, comparativamente ao SN def., que pressupõe a unicidade de existência veiculada pelo artigo, a pressuposição de existência do referente expresso pelo SN dem. não é senão consequência: o emprego do demonstrativo veicula por si mesmo uma pressuposição existencial. (cf. Kleiber, 1984). O ato de mostrar engaja a pessoa que realiza esse ato a crer na existência daquilo que ela mostra.

praticamente em variação livre com o definido como em (117) (o texto original apresenta o demonstrativo):

- (117) Os administradores do Aeroporto Heathrow, na Inglaterra, anunciaram recentemente que conseguiram avanços consideráveis nessa área [segurança dos aeroportos]. Durante os últimos meses, eles testaram com sucesso o mais moderno sistema de identificação desenvolvido pela indústria. Ele faz o reconhecimento pela leitura da íris do olho humano. O programa funciona assim: em vez de apresentar o passaporte no balcão de imigração, os passageiros aproximam o rosto de uma câmara digital. **Essa foto / a foto** é enviada a um banco de dados, onde ficam arquivados milhares de imagens de íris, com a ficha de seus respectivos donos. (VEJA, n. 1740, 17/02/2002)

Sem qualquer dúvida, trata-se de um SN anafórico em relação associativa com a âncora **uma câmara digital**, em que os dois objetos-de-discurso pressupõem um ao outro como ingredientes do mesmo processo ou *script*: 'fotografar'. Haveria aí, fora um possível efeito expressivo, alguma função específica para o uso do SN dem.? Possivelmente não, mas, embora o SN def. já baste para que a associação seja feita com base em estereótipos, com o demonstrativo, o produtor do ato referencial possivelmente quer envolver explicitamente o intérprete, trazendo-o à cena discursiva, instanciando claramente as pessoas envolvidas no discurso: o eu e o tu.⁹³

Mas nem sempre isso ocorre. Em alguns casos o demonstrativo associativo é realmente indispensável no sentido de que não pode ser substituído por um definido sem alteração do valor referencial. Essa restrição pode ser vista, por exemplo, em (118) e (11)

- (118) Concordo plenamente com o professor Isaias Raw ('Cotas, provões e vestibulares', 'Tendências/Debates', pág. A3, 1º/09) quando diz que as cotas nas universidades públicas não solucionarão o problema de exclusão étnico-racial brasileira. O Estado deve adotar, sim, medidas especiais e permanentes que promovam principalmente o desenvolvimento intelectual, social e econômico das famílias de baixa renda e dos mais miseráveis da nossa sociedade.

⁹³ Gary-Prieur (1998) afirma que, associada ao demonstrativo está sempre a noção de apontamento, de responsabilidade do locutor. Mas, se ele aponta, ele o faz para um alocutário, o que dá a esse determinante uma dimensão discursiva. A autora propõe a seguinte definição para o demonstrativo: *Esse N = um x que é um N e sobre o qual eu chama atenção de tu.*

Não devemos esquecer que alguns desses programas devem abranger a formação e o desenvolvimento da população infantil usuária das creches das Emeis e do ensino fundamental da periferia dos principais centros urbanos do nosso país. **Essas crianças** devem ser o foco de toda a atenção por parte das nossas autoridades se quisermos solucionar esse problema. (FSP, 2/09/2001, A-3)

(11) **Cestas básicas**

Será que enfim resolveram acabar com a síndrome 'vítima-coitado' que assola a mentalidade deste país? Essa maneira de pensar é uma das principais causas da indigência social em que vivemos. Acabar com a entrega de cestas básicas gratuitas demonstra que estamos começando a tomar consciência de que para resolver os problemas sociais, temos de iniciar pela promoção humana, recuperando a auto-estima e a auto-valorização de cada cidadão.

Claro que há que se buscar alternativas a esse corte, mas que sejam alternativas inteligentes, que proporcionem a **essas pessoas** a possibilidade de participar efetivamente das relações de consumo inerentes a qualquer sociedade. (Santiago Torrente Perez, Folha de S.Paulo, 29/11/00 – A-3)

em que a substituição do determinante da expressão destacada poderia levar a uma interpretação genérica da referência, ou, pelo menos, dificultaria sobremaneira a interpretação: no primeiro caso, o SN dem., que encontra base para a interpretação referencial em **população infantil usuária das creches das Emeis e do ensino fundamental da periferia dos principais centros urbanos do nosso país**, aponta para um universo restrito – apenas *as crianças da periferia*; no segundo, como já apontado no início do capítulo, trata-se somente das pessoas que não mais receberão cestas básicas, actante implícito da nominalização do verbo *entregar* em **acabar com a entrega de cestas básicas**.

Nesses exemplos há um razoável grau de predizibilidade e, portanto, de acessibilidade do referente da expressão anafórica. Mas, algumas vezes, esse referente pode ser menos predizível ou mesmo imprevisível; nesse caso o intérprete deve não só introduzir um novo objeto em M, mas também construir a informação contextual que torna essa introdução consistente e compatível com o estado de M. É o que ocorre, a nosso ver, em (116) e nos seguintes exemplos:

- (119) Os riscos dos alimentos obtidos por modificação genética e dos níveis de contaminantes serão analisados a partir de hoje pela comissão do Codex Alimentarius, órgão internacional encarregado da qualidade dos alimentos e das normas de segurança alimentar. **Essa reunião** ocorrerá em Genebra, Suíça, e terá a participação de representantes de 165 países, bem como de organizações de consumidores e organizações não governamentais. (texto de aluno do curso de Engenharia Química - FAENQUIL)

De predizibilidade mais fraca, a entidade introduzida pelo SN dem. **essa reunião** exige que o intérprete da expressão referencial construa um referente com base no critério da pertinência, usando possivelmente para tal o processo inferencial, a partir da provável premissa 'análises de comissões são geralmente feitas em reuniões', que constitui um estereótipo não de base semântica, mas enciclopédica. Mesmo assim, consideramos que ele tem um desafio interpretativo maior do que nos casos anteriores, em que ele encontra apoio em dois tipos de âncoras lingüísticas: o SN a **população infantil usuária das cheques das Emeis e do ensino fundamental da periferia dos principais centros urbanos do nosso país** em (118) e o papel temático em (11).

- (120) Livros vêem o anticapitalismo

Editoras aproveitam o Fórum Social para lançar obras ligadas aos protestos antiglobalização. A Coleção Baderna e outros livros refletem o pensamento **desses grupos**. (FSP, 30/01/2002 A-1)⁹⁴

Em (120), notícia veiculada no pé da primeira página do jornal, o desafio interpretativo é ainda mais acentuado; o SN dem. **esses grupos** é usado num ato

⁹⁴ No caderno C do jornal, a notícia era dada sob o título CAOS com o subtítulo "Às vésperas do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, chega ao Brasil coleção de livros que refletem o pensamento da "esquerda anticapitalista". Texto da notícia: O grito partiu de Chiapas, foi ouvido em Genebra, seguiu a Colônia para desembocar em Seattle. Em meio à segunda edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, ele volta a ecoar amanhã no Brasil. Camponeses, artistas, intelectuais, anarquistas de um lado; FMI, OMC, imprensa policia, do outro. Esse caleidoscópio de tendências e alvos da proclamada "esquerda anticapitalista" dá a tônica dos quatro livros até agora publicados na Coleção Baderna, da Conrad Editora. No prelo, já estão outros três: "**Urgência das Ruas**, compilação de artigos e entrevistas de grupos de Reclaim the Streets e Black Block; "**Situacionistas – Teoria e Prática da Revolução**", que reúne pérolas do movimento estudantil dos anos 60; e "**Q**", best-seller de Luther Blisset, autor de "Guerrilha Psíquica" (da coleção) e de um infindável número de trotes em repórteres e editores da mídia italiana.

referencial egocêntrico em que o produtor parece inteiramente voltado para suas próprias representações cognitivas; e, nesse caso, o demonstrativo é fundamental, pois, transportando o intérprete da expressão referencial para seu espaço mental, o produtor pode fazer valer o princípio da economia e, desconsiderando o estado de M partilhado com o leitor, impor-lhe o referente. Se a tendência do intérprete é textualizar as operações referenciais, isto é, procurar marcadores explícitos para que possa proceder à identificação do referente, ele possivelmente encontrará algum apoio em **protestos antiglobalização** hipotetizando que tais protestos são feitos por grupos organizados (lendo a notícia – cf. nota 95 – ele talvez identificará **esses grupos** com **camponeses, artistas, intelectuais, anarquistas** que formam a **proclamada "esquerda anticapitalista"**)

(121) **Entrevista com Renata Covas Lopes, filha de Mário Covas**

Folha - Na política, apontaria nomes de herdeiros de Mário Covas?

Renata - O Tasso Jereissati é um. O Geraldo Alckmin é outro. Mas eu não falo de gente que está aí. Falo também de gente que vai começar. É preciso acreditar que é possível fazer alguma coisa com seriedade.

Uma das coisas que me deixa muito chateada é o meu pai não ter podido ler tudo que se falou dele depois que ele morreu. Podiam ter falado antes. Ele podia ter tido a satisfação de ter lido antes de morrer. Ele tinha todos **esses atributos** quando era vivo.

Tenho a impressão de que, de um modo geral, há muito medo de vestir a camisa de um político. Ele ia gostar de ler que era um cara que ia fazer falta, que era sério e coerente. Fico com dó de ele não ter lido. (FSP, 06/09/2001, A-2)

Em (121) temos um caso claro de uso unilateral do SN dem. Aparentemente, a entrevistada estimou "equivocadamente" as representações das entidades na M do intérprete, sendo insuficientemente cooperativa na seleção da expressão referencial, caso bastante comum na interação face a face. Quando diz **esses atributos**, ela se refere a um objeto-de-discurso que deve ser alcançado por abdução: falar sobre Mário Covas significa apenas possivelmente falar de seus atributos, embora essa seja a probabilidade mais forte, corroborada, inclusive, pelo contexto anterior (afinal, é uma filha que lamenta o fato de o pai não ter podido ler **tudo que se falou dele depois que ele**

morreu). Esse exemplo se aproxima do de Reichler-Béguelin (1988): **É verdade que quando lemos, não pensamos que essa história está prestes a tomar forma, a viver graças a nós.** Aqui a resolução da anáfora está baseada no seguinte cálculo inferencial: 'Se se lê, então há alguma coisa para ser lida'. Assim também no nosso exemplo: Se se fala sobre alguém, fala-se sobre características dessa pessoa.

Mas como, do ponto de vista interacional, o processo referencial está sempre sujeito a uma constante regulação entre os interesses do produtor e os do interpretador, ou seja, uma operação referencial põe em jogo um compromisso entre os interesses estratégicos do produtor (ser econômico e eficaz) e os do intérprete (buscar pistas textuais como ancoragem necessária à resolução da expressão referencial), a entrevistada, percebendo talvez o custo operacional do processo abduativo (que, segundo Berrendonner (1994b), como vimos, é pragmaticamente menos cômodo) realiza um esclarecimento saneador, operando uma espécie de reparação quando, no final da fala, diz **Ele ia gostar de ler que era um cara que ia fazer falta, que era sério e coerente.** Aqui estão os atributos.

O percurso que vimos fazendo até aqui nos leva a afirmar: *as anáforas associativas demonstrativas realmente existem.*

É claro que, do ponto de vista semântico, nossos últimos exemplos poderiam ser alvo de críticas, tendo em vista os limites impostos pela concepção estreita de anáfora associativa. Antecipemos algumas. (119) e (120) constituiriam casos desviantes, que mereceriam censura; o estatuto "atestado" não lhes daria nenhum alibi. (116) não apresenta uma relação associativa realizada por um SN dem. que remete a uma entidade inferível, na medida em que seu objetivo não é prioritariamente introduzir um novo referente inferível de elementos lingüísticos já dados, mas ao contrário de marcar que o referente visado já está no espírito do locutor ou de um enunciador.

Mas dois dos exemplos, a nosso ver, constituiriam um desafio para a explicação semântica: (117) e (11). No primeiro, um caso aparentemente banal em que os determinantes estariam em variação livre, o demonstrativo não poderia ser usado, se considerássemos seu caráter partitivo essencial, atrelado à noção de inclusividade. Se,

para ser usado, o demonstrativo deve pressupor outros N dentro da noção fundamental de contraste interno, estando N em oposição a outros membros da classe de que ele faz parte, como resgatar esse conjunto a partir do contexto precedente? E, acima de tudo, se considerarmos ainda que os elementos **uma câmara digital** (SN indefinido, que serve de antecedente) e **essa foto** (elemento anafórico, que introduz um referente novo) estão relacionados estereotipicamente, temos de aceitar que se trata de uma anáfora associativa com determinante demonstrativo.

Quanto a (11), retomemos o que diz Kleiber (2001:320) sobre as anáforas associativas actanciais:

... des expressions dont le référent correspond à un des arguments ou actants d'un prédicat déjà introduit dans le texte e dont la définitude provient précisément de ce rapport actanciel. Autrement dit, ils ne sont en somme "connus" ou si l'on veut "définis" que par leur intervention dans le schème prédicatif.⁹⁵

Ora, o SN dem. **essas pessoas** constitui um argumento do SN predicativo ou processual, isto é, o SN que comporta um nome de acontecimento - **entrega** - que serve de antecedente e constitui o elemento "englobante". Trata-se de um caso claro de associação de acordo com os parâmetros semânticos desse tipo de anáfora, o que o torna um contra-exemplo, pois fere fundamentalmente a posição clara de Kleiber (2001:75): "... à la question *Y a-t-il des pronoms et des démonstratifs associatifs?* c'est par la négative qu'il faut répondre."

6. Por uma revisão da anáfora associativa: terminologia e extensão do fenômeno

Anáfora associativa, anáfora indireta, anáfora inferencial ou anáfora associativa ou anáfora indireta ou anáfora inferencial? A pergunta não é ingênua. Foi com considerações a respeito dessa terminologia que abrimos nosso capítulo e ela, como dissemos, está na raiz da extensão do fenômeno.

⁹⁵ ... expressões cujo referente corresponde a um dos argumentos ou actantes de um predicado já introduzido no texto e cuja definitude provém justamente dessa relação actancial. Dito de outro modo, eles são, em suma, "conhecidos", ou se se quer "definidos", somente por sua intervenção no esquema predicativo.

Primeiramente, gostaríamos de ponderar que o termo "*anáfora inferencial*" não nos parece apropriado para denominar o que estamos considerando anáfora associativa e/ou indireta. Como já apontamos, citando Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994: 32-3), toda anáfora é inferencial, posição que é partilhada por vários estudiosos do assunto. Mesmo na resolução da anáfora pronominal é necessário um percurso inferencial. Principalmente aqui lembramos Marcuschi (texto não publicado a, p. 24):

...sempre temos a ver com processos inferenciais na questão da referenciação quando nos deparamos com algum tipo de "preenchimento" de lacunas ou de determinação referencial" e "... em nossos discursos, mais da metade do que entendemos ou pensamos estar sendo referido é obtido por uma atividade sobre o texto (falado ou escrito) e não nos chega como informação direta e objetiva.

A conclusão que daí se tira e a que já nos referimos é que a inferência não é exclusividade da anáfora associativa e/ou indireta. Assim sendo, o termo 'inferencial' poderia recobrir uma gama de fenômenos tão vasta que os limites entre o fenômeno que estamos observando e outras ocorrências anafóricas perderiam os contornos. Mesmo que argumentemos que o cálculo inferencial envolvido na resolução das anáforas indiretas ou associativas é mais complexo.⁹⁶

Anáfora indireta e/ou anáfora associativa? Antes de uma posição, algumas ponderações.

Em primeiro lugar, adotamos como princípio que, qualquer que seja a concepção, a interpretação do elemento anafórico deve apoiar-se em expressão ou contexto semântico, ou seja, numa *âncora*, o que significa que o 'gatilho do antecedente' (no

⁹⁶ Essa idéia, bastante generalizada, encontra-se, por exemplo, em Berrendonner e Reichler-Béguelin (1995): "Notre projet est au contraire de favoriser l'émergence de généralisations en rapprochant, sous le terme d'«associatives», toutes les expressions référentielles dont l'interprétation met en jeu des opérations de raisonnement. Ces opérations logiques naturelles, souvent très complexes, consistent non seulement à inférer un objet-de-discours à partir d'un autre objet-de-discours, mais aussi à inférer un attribut d'objet à partir d'un autre attribut d'objet. Tombent dès lors sous le concept d'associativité toutes les anaphores pronominales que supposent un calcul inférentiel, quel qu'il soit, voire certaines anaphores démonstratives. [Nosso projeto é ao contrário favorecer a emergência de generalizações, reagrupando sob o termo de "associativas" todas as expressões referenciais cuja interpretação põe em jogo operações de raciocínio. Essas operações lógicas naturais, freqüentemente muito complexas, consistem não somente em inferir um objeto-de-discurso a partir de outro objeto-de-discurso, mas também em inferir um atributo de objeto a partir de um outro atributo de objeto. Abrigam-se no conceito de associatividade todas as anáforas pronominais que supõem um cálculo inferencial, qualquer que ele seja, além de algumas anáforas demonstrativas.]

sentido de Cornish) deve ser cotextual. Com isso, deixamos fora desses limites as chamadas anáforas pragmáticas (cf. p. 77).

Em segundo lugar, o termo 'associativa' parece estar tradicionalmente muito ligado a traços do léxico⁹⁷, o que naturalmente tende a restringir o fenômeno da anáfora associativa apenas aos casos em que a ligação entre o elemento anafórico e a âncora se baseia em relações semânticas inscritas no léxico. Daí, por exemplo, considerar-se a relação parte-todo a relação canônica desse tipo de anáfora. Por outro lado, o termo 'indireta' é mais amplo e pode abrigar toda relação em que uma expressão referencial introduz um elemento novo sem vínculo correferencial com o referente ao qual se liga. Mas essas características também são apontadas para a 'anáfora associativa'. Se levarmos em conta as restrições semânticas de Kleiber, então a distinção fica clara; mas, como mostramos, essas restrições podem ser questionadas em muitos aspectos. Portanto, a distinção, se há alguma, deve-se a outros fatores.

Um fator que se revela fundamental diz respeito ao conhecimento estocado e organizado na memória de longo prazo e os limites entre conhecimento lexical e enciclopédico. O primeiro diz respeito ao léxico mental e o segundo aos modelos mentais (*frames*, cenários, esquemas, *scripts* etc., armazenados como conhecimentos de mundo organizados). Citando Schwarz (2000), Marcuschi (2000 *a*) afirma que esses modelos não são necessariamente ligados a itens lexicais específicos, mas podem ser ativados por itens lexicais, sendo, assim, uma espécie de ampliação de conhecimentos semânticos. (grifo nosso) Ora, a anáfora associativa é vista como um subtipo da anáfora

⁹⁷ Dentro do estruturalismo, por exemplo, a idéia de associação já aparece em Saussure ([1916] 1972:145-6) que aponta que o "espírito capta também a natureza das relações que os [= termos] unem em cada caso e cria com isso tantas séries associativas quantas relações diversas existam. (...) Uma palavra qualquer pode sempre evocar tudo quanto seja suscetível de ser-lhe associado de uma maneira ou de outra. (...) Um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para onde convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida." Apenas chamamos a atenção que as associações para Saussure podem também ser de ordem formal. A partir de Saussure, Bally introduziu o conceito de campos associativos relativos às associações puramente semânticas, definidos como halos que circundam o signo e cujas franjas exteriores se confundem com o ambiente. Ele mostra a possível associação da palavra *boi* com "vaca, touro, vitelo, chifres, ruminar, mugir", "lavoura, charrua, canga", e a evocação de força, resistência, trabalho paciente, lentidão, peso, passividade. (cf. Ullmann, [1962] 1973:500)

indireta, que se fundamenta numa relação lexical. Mas o próprio Marcuschi (2000a:10) afirma:

Certamente, existe uma relação associativa nas relações de modelos mentais, o que permite dizer que a maioria das *AI* [anáforas indiretas] fundam-se em associações de algum tipo. Também pode-se lembrar que não é fácil estabelecer distinções claras e rígidas entre conhecimentos conceituais armazenados na memória e conhecimentos semânticos lexicalizados, pois essas fronteiras são tênues e não há um sistema que se dê naturalmente.

Inspirando-se em Schwarz/Marcuschi, Cavalcante (texto não publicado) afirma que

as anáforas associativas devem, de fato, constituir um subgrupo [das anáforas indiretas] que se caracteriza pela amarração lexical explícita entre dois sintagmas nominais unidos por traços de inclusão. No entanto, isso não significa a nosso ver, que esses tipos deixem de ancorar em valores conceituais, representados no conhecimento de mundo. (...) Desse modo, podemos afirmar, por outro viés, que tanto em anáforas associativas [...] quanto nas demais anáforas indiretas, do tipo conceitual [...] permanecem não somente os vínculos lexicais, como também o acionamento de representações no conhecimento de mundo compartilhado. O ponto de distinção seria apenas o grau de explicitude dos vínculos estritamente lexicais. Nos tipos associativos, os elementos lexicais que servem de fonte e o anafórico revelam relações inclusivas mais evidentes, ao passo que nos tipos conceituais essas relações (e outras mais), por não se explicitarem nos itens lexicais manifestados no cotexto, requerem construções inferenciais mais elaboradas.

As citações mostram a dificuldade em se encontrar pelo menos o que diferencia substancialmente a anáfora associativa no conjunto das anáforas indiretas. No entanto, são as ponderações de Marcuschi e Cavalcante que servem de trilha e luz para orientar a nossa reflexão, juntamente com todo o percurso que fizemos, neste longo capítulo, das várias perspectivas de abordagem das anáforas associativas.

Um ponto fundamental do fenômeno da associação (de maneira geral) é o papel decisivo – ainda que não exclusivo – dos conhecimentos enciclopédicos (e não apenas conhecimentos lexicais)⁹⁸ Como nas anáforas indiretas em geral, um novo referente, apresentado no modo do conhecido, é evocado a partir de informações prévias (que englobam tanto as informações explícitas veiculadas por vias lingüísticas, quanto as implícitas que, juntamente com aquelas, são introduzidas na memória discursiva), natural que o percurso inferencial seja mais elaborado, como aponta Cavalcante. No

⁹⁸ Marcuschi, assim como outros autores, aponta a fragilidade das fronteiras entre esses dois tipos de conhecimento.

entanto, isso não significa, como já afirmamos, que essa atividade seja exclusiva desse tipo de anáfora; como bem observa Kleiber (1994b) toda anáfora supõe um trabalho inferencial. O motivo de se destacar o papel preponderante da inferência na resolução das anáforas associativas (o que faz Prince, 1981, a nomear a entidade anafórica de "inferível"), deve-se à necessidade de se relacionar duas entidades que mantêm algum tipo de ligação. O que permite, ou melhor, em que se fundamenta essa ligação? Em outras palavras, qual é a base que sustenta a relação? A pergunta nos leva necessariamente, num primeiro momento, ao domínio da cognição e da organização das informações na memória além do domínio das representações mentais.

Segundo Cornish (1999:207) a organização da memória é tripartida. Um primeiro componente constitui a memória de longo prazo, em que o significado lexical assim como o conhecimento enciclopédico, factual (declarativo) e procedural estão estocados. Um segundo componente, relativamente flexível, sustenta o modelo de discurso parcial que estará sendo construído pelos participantes da interação. Uma terceira parte, altamente ativa, contém tanto a âncora cognitiva quanto o segmento que precisa ser integrado ao discurso; é aqui que ocorre o processo de integração das informações.

Acreditamos que, por exigir a relação entre diferentes objetos-de-discurso, a resolução da anáfora associativa invocaria de maneira especial as representações cognitivas permanentes, estocadas na memória de longo prazo, que, nessas circunstâncias, podem ter prioridade sobre as representações mais contingentes ou, ao menos, podem ter um papel mais preponderante nesse tipo de resolução, contribuindo de maneira especial para a interpretação anafórica.

Um outro aspecto estreitamente relacionado à anáfora associativa consiste nas representações mentais, que desempenham um papel fundamental nos processos referenciais e anafóricos. Embora nosso interesse sobre essa questão se restrinja meramente à implicação dessas representações na definição de anáfora associativa, não podemos deixar de aqui retomar a idéia, já apresentada no Capítulo 1, de que existem representações mentais gerais e coletivas, mesmo que não sejam idênticas para todos os indivíduos de uma mesma comunidade. São essas representações mentais, com seus

ingredientes (e aqui adotamos o que postula Berrendonner, 1994b), que sustentam e validam as interpretações das anáforas associativas. Isso justifica, por exemplo, o rótulo de 'anáfora associativa' a casos como (66), em que o antecedente, na forma de predicado (... **morreu a mãe de Camilo...**) fornece as condições para a resolução do anafórico (o **enterro**), que constitui um evento decorrente do evento que lhe serve de antecedente. Não se trata, pois, do valor descritivo do verbo 'morrer', mas da instanciação de um cenário de 'morte', que, de acordo com as representações mentais coletivas, contém entre seus ingredientes o elemento 'enterro' (que, por sua vez possui seu próprio micro-universo de ingrediência).

Desse modo, se a entidade nova apresentada no modo conhecido é um elemento de um modelo mental evocado pelas informações (explícitas e implícitas) que lhe servem de âncora, ela, com muita probabilidade, será processada de forma relativamente fácil e natural, encontrando sua interpretação no universo do discurso construído pelos parceiros da interação.⁹⁹

A facilidade ou a dificuldade da interpretação anafórica podem estar relacionadas ao percurso inferencial, com base no tipo de raciocínio: indutivo, dedutivo e abduativo, como aponta Berrendonner (1994b). Da perspectiva cognitivo-interacional, diríamos que o raciocínio indutivo é circunstancial, pois se o interpretador deve inferir da relação instanciada entre objetos-de-discurso uma "lei geral", um conhecimento genérico (que deveria estar estocado na memória de longo prazo), que lhe possibilitaria a associação, isso não pode ser previsto pelo produtor do ato referencial. Aqui apenas sua suposição sobre conhecimentos mútuos poderia falhar. Quanto ao raciocínio dedutivo, o percurso inferencial que vai do antecedente ao conseqüente, no caso, da anáfora associativa, do objeto/processo aos seus ingredientes, é mais seguro; isso significa que o produtor do ato referencial quase não corre risco de não ser compreendido. Em se tratando do raciocínio abduativo, o processo se torna mais problemático, uma vez que o interpretador deve

⁹⁹ Aqui sentimos a necessidade de dar um crédito a Kleiber: o autor muitas vezes afirma que não se trata de uma impossibilidade de interpretação, ou seja, ele aponta muitas vezes o fato de serem perfeitamente "interpretáveis" algumas construções em que as relações não se abrigam nos domínios das anáforas

inferir um objeto/processo a partir de um de seus ingredientes, o que significa construir uma hipótese apenas provável desse objeto/processo. Se não quiser correr risco de ser incompreendido ou de se ver levado a atos de reparação, provavelmente o produtor do ato referencial evitará impor tal percurso ao seu parceiro. Talvez esteja aí a restrição pragmática que acaba tornando mais freqüente o percurso dedutivo, o que lhe confere, a nosso ver, um certo estatuto de "norma".

Essa ancoragem em aspectos cognitivos e interacionais nos parece importante para delimitarmos concepção de anáfora associativa.

Rejeitamos a redução da anáfora associativa à perspectiva semântica, de acordo com a qual as relações devem ser previstas no léxico, *a priori*; ao discurso caberia apenas confirmar essas relações. Com isso, o conceito de anáfora associativa reduziria as ocorrências a uns poucos tipos, deixando fora de seus limites outros fenômenos associativos.

Nossa rejeição não significa negar, entretanto, o dado semântico. Pelo contrário. Apenas não aceitamos que as anáforas associativas devam ser circunscritas unicamente à dimensão lexical. Acreditamos que os fatores de ordem cognitiva (que englobam não só a memória e sua organização, como também o funcionamento do dado cognitivo na produção/recepção do discurso) e pragmática são imprescindíveis na resolução da anáfora associativa. E mais: esses fatores devem necessariamente ser levados em conta quando se busca uma definição do fenômeno. E, atrelada a eles, a dimensão discursivo-interacional, não como um fator que se acrescenta aos anteriores, mas que com eles formam uma conjunção de domínios interdependentes e que, apenas por uma questão de viés teórico, podem ser considerados separadamente. Afinal, como o centro da "arena da linguagem" (nos termos de Clark, 1992), estão os participantes do discurso, essencialmente dinâmico, flexível, sujeito a revisões e ajustamentos constantes. Nesse "movimento", o objeto-de-discurso é construído, reconstruído, reavaliado dentro da dinamicidade constitutiva do discurso.

associativas, tal como ele as concebe. Sua resistência se resume em considerar como anáforas associativas as relações não léxico-estereotípicas, posição que não partilhamos.

As ponderações acima nos encaminham a assumir que, se a base da associação é encontrada no conhecimento léxico-semântico/conhecimento enciclopédico, então todo elemento anafórico da anáfora associativa deve ser veiculado por um N, o que retira desse rótulo os pronomes.

Desse modo, postulamos que as anáforas associativas introduzem um objeto-de-discurso novo no modo conhecido (portanto, sem relação de correferência), que é interpretado graças a informações anteriores introduzidas na memória discursiva. O elemento anafórico desse tipo de anáfora pode constituir um SN definido ou demonstrativo e a relação que ele mantém com a âncora que lhe serve de suporte é de ingrediência e se dá com base nos conhecimentos semânticos e nos modelos mentais arquivados na memória.

Essa posição, portanto, está atrelada à extensão do fenômeno e à terminologia a que fizemos menção no início do tópico: assumimos que a anáfora associativa constitui um subgrupo das anáforas indiretas, mas dentro de limites mais largos do que os considerados por Kleiber, Schwarz, Marcuschi, Cavalcante, entre outros, já que pode abranger relações fundamentadas no léxico mental e no conhecimento enciclopédico e, ao mesmo tempo, mais estreitos do que os considerados pelos partidários da concepção ampla, como Apothéloz e Reichler-Béguelin, uma vez que retira o pronome do que chamamos "*anáfora associativa*".

CAPÍTULO 3 - NOMINALIZAÇÕES

A linguagem não é somente o instrumento da inserção justa do homem entre os outros; é também o instrumento da intervenção e da dialética entre cada um de nós e o mundo. (Carlos Franchi)

1. Introdução

As nominalizações talvez constituam o fenômeno anafórico que mais deixa à mostra, no texto escrito, os bastidores da construção de objetos-de-discurso pela atividade referencial. Com efeito, quando um sintagma nominal transforma em referente o processo denotado por uma proposição, que, obviamente, não tinha esse estatuto anteriormente, testemunha-se claramente a operação discursiva da referencialização. Não é à toa que a própria denominação do processo – *nominalização* – indica... um processo.

Segundo Apothéloz (1995b:144), a nominalização constitui

*l'opération discursive consistant à référer, au moyen d'un syntagme nominal, à un procès ou un état qui a préalablement été signifié par une proposition.*¹

Um exemplo canônico desse fenômeno ocorre em (1)

- (1) A Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo determinou ontem que todos os produtos com suspeita de conter transgênicos em sua composição sejam recolhidos dos locais de venda em até 15 dias. **A determinação** cumpre uma lei estadual de dezembro de 1999. (FSP, 02/08/2000, A-14)

em que o SN "*a determinação*" retoma toda a proposição "*A Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo determinou ontem que todos os produtos com suspeita de conter*

¹ ... a operação discursiva que consiste em referir, por meio de um sintagma nominal, um processo ou um estado que foi previamente significado por uma proposição.

transgênicos em sua composição sejam recolhidos dos locais de venda em até 15 dias", encapsulando-a numa expressão nominal.²

No entanto, como ponderam Apothéloz (1995a,b) e Apothéloz e Chanet (1997), o termo '*nominalização*' é utilizado para indicar tanto o processo quanto a expressão anafórica. Como se trata de duas coisas bem distintas, propõem o autores o uso, de um lado, do termo "*nominalização*" para designar a operação discursiva (que é uma operação anafórica) e, de outro, "*informação-suporte*" e "*substantivo predicativo*" para indicar os elementos lingüísticos envolvidos no processo, respectivamente, a proposição anterior ou posterior, objeto da nominalização, e o lexema utilizado como núcleo da expressão que marca essa operação e confere ao processo um caráter resumitivo.^{3,4} Ressalte-se que "*substantivo predicativo*" é uma noção semântica e não morfológica: um substantivo é predicativo em razão de seu significado e não em razão de ser morfológicamente derivado de um morfema verbal. (cf. Apothéloz, 1995b:145).

Esse segundo termo não é ingênuo; o adjetivo "predicativo", a nosso ver, aponta para dois aspectos, que envolvem as nominalizações. Por um lado, "predicativo" pode ser relacionado a proposição a que foi dado um estatuto referencial. Como afirma Koch (2002a:90),

... do ponto de vista da dinâmica comunicativa, essa operação [nominalização] retoma, pressupondo a sua existência, um processo que foi significado *predicativamente*, que acaba de ser posto. (grifo nosso)

Por outro lado, o termo "predicativo" nos induz a considerar dimensão particular da nominalização: o elemento anafórico é simultaneamente um elemento de referência e

² Os limites da expressão que funciona como âncora da expressão anafórica nas nominalizações nem sempre podem ser traçados com precisão. No caso do exemplo, o elemento anafórico, a nosso ver, não se restringe apenas ao verbo, mas também a todos os seus argumentos. Essa indeterminação do segmento que serve de âncora pode ser fonte de ambigüidade, às vezes intencional, como nos casos de piadas.

³ Essa solução terminológica é perfeitamente adequada quando se trata de anáforas nominais. Mas, quando se trata da anaforização de processo por meio de um pronome o termo '*substantivo predicativo*' seria problemático. (cf. nota 7)

⁴ Apothéloz e Chanet (1997) ainda apontam que o processo nominalizado (a informação-suporte) pode ser indicado apenas implicitamente. Citam como exemplo "Comme chaque soir, vous brossez consciencieusement vos cheveux. Mais, horreur, la brosse en est pleine! Ne vous affolez pas, *cette chute* est la conséquence du changement de saison" [Como todas as noites, você escova seus cabelos. Mas, que horror!, a escova está cheia deles. Não se apavore, *essa queda* é consequência da mudança de estação.]

de predicação, acumulando a função temática e remática ou, como afirma Schwarz (2000), operando uma *tematização remática*.

Como já observamos, nem sempre o substantivo predicativo é derivado morfologicamente do verbo da proposição que contém a informação-suporte, caso denominado "*supletismo*" (cf. Apothéloz e Chanet, 1997). Os motivos da ocorrência de supletismo variam, indo desde a inexistência de um cognato até a escolha de substantivos recategorizantes que revelam claramente a dimensão argumentativa do ato de referenciação.

É importante destacar que nem sempre no processo de nominalização o substantivo predicativo é derivado de verbo; ele pode ser derivado também do adjetivo presente na proposição como predicado. Os exemplos (2) e (3), o primeiro fabricado e o segundo atestado, mostram isso:

- (2) Ela era uma criatura extremamente doce. **Essa doçura** conquistava quem quer que fosse.

- (3) Ao analisar os resultados do sistema Nacional de Educação do MEC, o ministro Paulo Renato Souza (Educação) afirmou que "a escola está cada vez mais chata, e o aluno cada vez mais dispersivo ou indisciplinado".
A pesquisa deste ano mostrou queda de aproveitamento nas escolas particulares.
Para Paulo Renato, **esse "efeito chatice"** é provocado por duas razões centrais: a falta de reciclagem das escolas e a grande oferta de conhecimento fora da sala de aula, principalmente na Internet. (FSP, 29/11/2000, A1)⁵

Um questionamento aqui poderia ser feito. Trata-se realmente de uma nominalização como normalmente a entendem os estudiosos do assunto? Acharmos que sim, pois, retomando a definição de Apothéloz, vê-se que a nominalização pode ocorrer também em relação a um *estado* previamente significado por uma proposição. No entanto, deixamos aqui ainda a interrogação: no caso de (2), o SN anafórico, "*essa*

⁵ Essa rotulação (cf. item 2.3) possui dois nomes núcleos, "efeito" e "chatice". O primeiro constitui uma designação justificada pelas proposições subseqüentes, que apresentam as razões de a escola estar se tornando "cada vez mais chata"; o estatuto de "efeito" só é justificável se se pode(m) determinar motivo(s), já que o nome aponta semanticamente para uma relação causal. O segundo nome núcleo é que nominaliza o adjetivo "chata".

doçura", retoma realmente um estado? Esse caso mereceria uma discussão pormenorizada, principalmente se considerarmos que a retomada por meio de um pronome demonstrativo, como em (2).

(2') Ela era uma criatura extremamente doce. Isso conquistava quem quer que fosse.

parece incidir sobre **era uma criatura extremamente doce**, o que não ocorre com **essa doçura**.

2. Delimitação do fenômeno: proposta de definição

A definição de Apothéloz é tomada normalmente como a que abrange o fenômeno da nominalização em todas as suas manifestações: uma operação discursiva que consiste em referir por meio de um sintagma nominal um processo ou estado significado por uma proposição⁶, que, anteriormente, não tinha o estatuto de entidade. Assim definida, a nominalização designa um fenômeno geral de transformação de uma proposição em entidade.

Mas essa definição, nos seus desdobramentos, não consegue dar conta de ocorrências que parecem fugir aos seus limites, como nos casos em que o substantivo predicativo apreende do processo ou estado não o que foi significado pela proposição, mas o seu estatuto de sentença ou frase, por exemplo. Essa situação já basta para que se justifique a necessidade de pensarmos a nominalização, buscando talvez redefinir os seus limites. É a isso que nos dedicaremos nos próximos itens.

⁶ Por 'proposição' entendemos o que é declarado ou expresso na sentença. Em outras palavras, uma proposição consiste no que a sentença representa, materializa e o que sobrevive numa tradução ideal. Sendo universal, não pertence a nenhuma língua em particular. Quando o semanticista diz "verdade da proposição", ele o faz não tomando como base a sentença, mas o que ela exprime.

2.1 As nominalizações e as diferentes ordens de entidades

Sem perdermos de vista a opção teórica desta pesquisa a respeito dos princípios adotados quanto aos processos de referenciação, como vimos no capítulo 1, de acordo com os quais as entidades constituem objetos-de-discurso e não entidades extralingüísticas, achamos proveitoso considerar na análise das nominalizações uma tipologia de entidades proposta por Lyons (1977), embora essa tipologia se fundamente numa visão lógico-filosófica apriorística da linguagem.

Lyons (1977) postula que categorias como nomes e verbos refletem uma ontologia que permite determinar três ordens de entidades. As *entidades de primeira ordem* são entidades discretas, em princípio observáveis, individuais, estáveis, com propriedades perceptuais relativamente constantes, localizadas espacial e temporalmente. As *entidades de segunda ordem* são entidades dinâmicas: processos, acontecimentos, atividades, estados de coisas. Se dizemos que as entidades de primeira ordem *existem*, dizemos que as de segunda ordem *ocorrem*. As *entidades de terceira ordem* são conceitos, proposições, que não são observáveis e se situam fora do tempo e do espaço. Delas pode-se afirmar a verdade ou falsidade; além disso, podem ser objeto de atitudes psicológicas, como *crença, saber, dívida*. Segundo Apothéloz (1995a), os três 'níveis' de entidade percorrem uma escala em direção a um grau cada vez maior de abstração.

Dik (1997) retoma a tipologia de Lyons, acrescentando mais dois tipos de entidades: *entidades de ordem zero*, que, na verdade, não constituem verdadeiras entidades, pois correspondem a propriedades de entidades ou relações estabelecidas entre duas ou mais entidades, e *entidades de quarta ordem*, relativas a atos ilocucionários e presumivelmente também perlocucionários. Os exemplos (fabricados) abaixo ilustram os cinco tipos de entidade.

- (4) Aquele vulto que você pode ver ao longe é **um prédio**.
- (5) João é chato. Seu irmão também **o** é.
- (6) **O edifício do banco** é o maior de São Paulo.

- (7) João está orgulhoso de sua moto: ele pergunta a todos os seus amigos o que eles acham **dela**.
- (8) **A construção do edifício** levou dez anos.
- (9) Maria estava ansiosa por tornar-se independente – e **isso** acabou de acontecer: ela conseguiu seu primeiro emprego.
- (10) João acredita que **promover a paz entre israelenses e palestinos é uma missão impossível**.
- (11) João pensa que o Brasil ganhará a Copa, mas eu não acredito **nisso**.
- (12) Receba o produto em sua casa com 50% de desconto. **Essa oferta** é por tempo determinado.

Em (4) e (5), **um prédio** e *o* especificam entidades de ordem \emptyset : são dois predicados que, em relação à expressão-sujeito, funcionam, respectivamente, como classificador, conferindo-lhe uma propriedade particular, e como atributo. Em (6) e (7), **o edifício do banco** e **ela** especificam entidades de primeira ordem: referem-se a entidades particulares, concretas, observáveis, individuais, estáveis. Em (8) e (9), **a construção do edifício** e **isso** especificam entidades de segunda ordem: denotam atividades particulares e não objetos estáveis. Em (10) e (11), **promover a paz entre israelenses e palestinos é uma missão impossível** e **isso** especificam entidades de terceira ordem: constituem objeto da crença de João, tendo estatuto de proposição. Finalmente, em (12), a descrição demonstrativa **essa oferta** especifica uma entidade de quarta ordem: o estatuto ilocucionário da asserção imediatamente precedente.

Note-se que esses exemplos apresentam duas particularidades: a) as expressões destacadas em (5), (7), (9), (11) e (12) constituem elementos anafóricos; b) as expressões anafóricas não se limitam a sintagmas nominais, incluindo também pronomes.^{7,8}

⁷ Os exemplos mostram que as nominalizações não são necessariamente realizadas por uma expressão lexical; o uso de um pronome demonstrativo é bastante freqüente nessa operação, como em (a) *A tarefa da CNEN, poder-se-ia acrescentar, não é pequena; cabe a ela zelar por todas as fontes radioativas do país. Isso inclui, em princípio, todos os consultórios de dentistas que disponham de um aparelho de raio X.* (FSP 31/07/2000, A-2) e (b) *Grandes tragédias costumam, pelo menos,* 204

Lyons nota que, para a referência a entidades de segunda ou terceira ordem, empregam-se constantemente sintagmas nominais, cujo núcleo é uma nominalização (o termo aqui, na visão de Lyons, indica o produto e não o processo); mas, acrescentamos nós, ela também é realizada com muita frequência por meio de pronomes demonstrativos neutros (cf. nota 7).

Apothéloz (1995a), analisando um corpus formado de textos produzidos por adolescentes, constata a preferência por esse tipo de pronome quando se trata de nominalizar um processo. Aqui transcrevemos um exemplo do autor (traduzido livremente), que ilustra esse caso:

- (13) Se **isso** fosse proibido [fumar] **isso** nos incitaria mais ainda a fumar, porque **isso** é uma grande "descoberta" para nós (a idéia de que não se deve fumar quando é proibido). Para alguns, o cigarro ajuda muito, para outros **isso** será roer as unhas, beber, etc.⁹

Cada um dos quatro pronomes demonstrativos tem um objeto-de-discurso distinto, respectivamente **fumar**, **fumar é proibido**, **fumar quando isso é proibido** e **[aquilo que] ajuda muito**. Essa sucessão de pronomes neutros, distintos quanto ao valor referencial, pode causar, no entanto, incidentes interpretativos; e o produtor do texto parece ter consciência desse risco, pois insere nos parênteses uma explicação para evitar ambigüidade.

levar as autoridades do país em que ocorreram a tomar as medidas adequadas para que elas não se repitam. Infelizmente não é o que se está verificando no Brasil em relação à segurança nuclear, mesmo depois do desastre com o césio em Goiânia em 1987. (FSP, 31/07/2000, A-2). A esse respeito, Ilari (2001) aponta que, em toda língua, há uma tendência de especializar expressões para a tarefa de retomar anafóricamente conteúdos de natureza sentencial. No português, essa especialização é atribuída precisamente aos demonstrativos neutros. Apothéloz (1995b) ainda aponta que a nominalização pode estar implícita, quando se trata, por exemplo, de uma elipse do sujeito, como em "Ontem de manhã, um carro da polícia foi atacado perto da embaixada da Itália, (Ø) fazendo quatro mortos". Aqui ocorre a elipse de uma expressão nominal "o ataque ao veículo", nominalização não assinalada por um segmento lingüístico. Como nossa atenção está voltada para as anáforas *nominais*, não estudaremos aqui esses casos, que, no entanto, poderão ser abordados eventualmente como exemplificação de aspectos conceituais do fenômeno da nominalização.

⁸ Por motivos óbvios, as entidades de quarta ordem só podem ser retomadas por sintagmas nominais.

⁹ Texto original: Si c'était interdit [de fumer] cela nous inciterait encore plus à fumer, car pour nous c'est une plus grande "découverte" (à l'idée qu'on ne doit pas). Pour certain la cigarette les aide beaucoup, pour d'autres ça sera se ronger les ongles, boire, etc.

Cavalcante (2001a) aponta que as nominalizações realizadas por pronomes permitem ao falante despender pouco esforço cognitivo, uma vez que este não precisará escolher o nome que designe mais apropriadamente suas intenções comunicativas. Assim, quando em interações *on-line*, por exemplo, ou quando simplesmente não se pretende acrescentar nenhum conteúdo argumentativo, parece ser mais cômodo, dado o alto grau de genericidade, empregar apenas uma pró-forma resumidora.

Apothéloz (1995a:232-3) inicialmente considera interessante transpor as noções de Lyons para a perspectiva do discurso, a partir das quais podem-se estabelecer, em um texto, objetos de dois tipos. De um lado, objetos que são imediatamente identificados por meio de uma expressão referencial; de outro, objetos que são elaborados a partir de informações explicitamente formuladas (conteúdo proposicional, outros objetos-de-discurso etc.). No primeiro caso, fala-se de *objetos identificados*, e no segundo, de *objetos construídos*. O autor ainda sugere que a proporção de objetos construídos em um texto é uma característica importante da perspectiva de uma abordagem tipológica. No entanto, na conclusão a partir da análise do corpus, Apothéloz (1995a:321) afirma que a tipologia de Lyons-Dik é inútil para a interpretação dos dados, uma vez que é precedida de uma análise logicista da linguagem, estabelecendo um sistema hierárquico e fechado de objetos potenciais do discurso, além de dar uma categorização *a priori* dos referentes discursivos mais que uma descrição de categorias efetivamente realizadas no tratamento das expressões referenciais.¹⁰ O autor observa, por exemplo, que as

¹⁰ Quanto à tipologia de Lyons-Dik, Cornish (1999:51), contrariamente à posição de Apothéloz, a considera útil, afirmando "... these categories *are* none the less useful in characterizing types of (indexical) reference – but considered, precisely, in terms of discourse construction and not in terms of a relation between a formal element and some allegedly independently pre-existing object outside of the discourse. The categories may be usefully conceived within this context as ways of constructing a given reference from the speaker's point of view, the nature of the predication, whether of the anaphoric clause or of the clause in which a non-indexical NP acts as predicator or topic, (...) guiding the addressee as to the likely type of reference in a given instance; this is also the case, of course, with generically interpreted NPs. [... essas categorias *são*, todavia, úteis na caracterização de tipos de referência (indexical) – mas consideradas, precisamente, em termos de construção de discurso e não em termos de uma relação entre um elemento formal e algum objeto supostamente preexistente, exterior ao discurso. As categorias podem ser concebidas dentro desse contexto como modo de construção de uma dada referência a partir do ponto de vista do falante, da natureza da predicação, tanto da cláusula que contém o elemento anafórico quanto da cláusula na qual um SN não-indexical age como predicator ou tópico, (...) guiando o interlocutor em

206

entidades de terceira ordem não podem ser consideradas 'entidades' até a sua designação por meio de uma expressão referencial, ou seja, até que recebam uma denominação lexical.

Além disso, muitos casos resistem a essa classificação, entre eles anafóricos que não se deixam incluir em nenhum dos tipos de entidades. Trata-se, por exemplo, de entidades de natureza metalingüística, como podemos ver em (14) e (15)

- (14) “Pretendo transformar a cidade num condomínio fechado. “ **A frase** é do prefeito de Iracemápolis, Cláudio Consenza, e a construção do alambrado de 2,5 metros de altura que deverá esta cidade de 16 mil habitantes já começou. (FSP, 09/08/2000, A-1)
- (15) Os investigadores de acidentes aéreos costumam afirmar que uma única falha dificilmente derruba um avião. O que se verifica nos desastres é, quase sempre, uma sucessão de eventos que se magnificam, culminando na derrubada do aparelho. O choque de trens em Perus (São Paulo), na sexta-feira passada, que provocou nove mortes e deixou mais de cem pessoas feridas, não foge a **essa norma**. (FSP, 03/08/2000, A-2)

Segundo Apothéloz (1995b) é impossível, caracterizar as entidades **a frase** e **essa norma** como de segunda, terceira ou quarta ordem. Ele afirma, inclusive, que a distinção entre as entidades de segunda e terceira ordem é muito difícil, como em

- (16) Você decidirá se quer fazer a visita. **Isso** poderá lhe render sérios problemas.

Embora "espartano" o exemplo (fabricado) pode servir muito bem para dar uma noção do que queremos dizer: o referente do pronome destacado é o próprio ato de decidir – e teremos uma entidade de segunda ordem – ou a proposição que complementa (**querer fazer a visita**) – e teremos uma entidade de terceira ordem. Assim também ocorre no exemplo (atestado) abaixo

relação ao provável tipo de referência numa dada instância; esse é também o caso, naturalmente, de SN interpretados genericamente.]

- (17) A maioria dos Estados não cumpriu no ano passado uma ou mais metas do ajuste fiscal acertado com a União. No lugar de puni-los, como estabelecem os acordos de renegociação nas dívidas estaduais, o governo resolveu em 2002 afrouxar as metas de endividamento e abrandar as sanções. Não por coincidência, **isso** ocorreu em ano de eleições, quando historicamente os governos estaduais gastam mais. (FSP, 08/03/2002, A4)

em que o pronome demonstrativo pode retomar **resolveu em 2002 afrouxar as metas de endividamento e abrandar as sanções** (portanto, verbo **resolver** + argumentos na forma de proposição) ou **afrouxar as metas de endividamento e abrandar as sanções** (apenas as proposições que completam o verbo **resolver**). Mas, na verdade, essa indeterminação passa necessariamente por dois aspectos, que se encontram intimamente imbricados: os limites da expressão antecedente do elemento anafórico e o contexto predicativo oferecido pela frase que o contém - **ocorreu num ano de eleições quando historicamente os governos estaduais gastam mais** -, que, nesse caso, não oferece as condições para a delimitação precisa de um segmento textual com função de antecedente. Mas, esse "problema" poderia ser contornado se, por exemplo, o produtor do ato referencial optasse por um nome derivado morfologicamente dos verbos **resolver** e **afrouxar/abrandar**, respectivamente, **resolução** e **afrouxamento/abrandamento**. O argumento, no entanto, é trivial e não oferece nenhuma contribuição nova. Portanto, o que está em jogo – e isso sim constitui um dado interessante – é a motivação da escolha do item lexical. O que leva o produtor do ato referencial ser, de algum modo, negligente? Apothéloz (1995a:319) vê aí um princípio de *economia das operações referenciais*, que parece indicar não haver interesse por parte do produtor do ato referencial em esclarecer a que entidade ele se refere.

Além dessa indeterminação do tipo de entidade, há casos em que se tem claramente uma indeterminação semântica do próprio substantivo predicativo, como em

- (18) O Governo do Estado está construindo uma rodovia que circundará a cidade de São Paulo. **A construção** trará muitos benefícios à população. (exemplo fabricado)

O SN **a construção** pode ser interpretado como designativo do *objeto construído* ou como designativo do *ato de construir*. No primeiro caso, tem-se uma anáfora por

208

correferência que retoma **uma rodovia**; no segundo, uma nominalização. Trata-se de *entidades de primeira e segunda ordem*, respectivamente. Segundo Apothéloz (1995b), exemplos como esse não oferecem nenhum problema interpretativo, passando mesmo despercebidos, de modo que não cabe geralmente questionar qual das duas interpretações é realizada. No entanto, ressaltamos – e o próprio autor também o faz – que, na verdade, na grande maioria dos casos, o contexto induz à interpretação adequada. Esse aspecto é discutido por Cornish (1999:50), que observa que muitos dos casos considerados ambíguos não o são verdadeiramente, pois a interpretação é determinada pela própria anáfora em conjunção com seu imediato contexto predicativo e enunciativo. É o que ocorre em

- (19) No quadro das medidas para enfrentar a crise financeira internacional, o Banco Central (BC) decidiu reduzir o preço médio mínimo de pagamento de empréstimos tomados por empresas e bancos brasileiros no exterior (...) O diretor de Assuntos Internacionais do BC, Demóstenes de Pinho Neto, disse que **a redução** será temporária (FHC avisa que não mudará o pacote, O Estado de S.Paulo, 14/11/97, A1) (Exemplo emprestado de Koch, 2002b)

em que o SN **a redução** poderia ser interpretado como o ato de reduzir ou como o produto da ação. Um outro caso interessante em que se pode observar esse fenômeno da indeterminação é apresentado por Apothéloz (1995 b:151), que aqui traduzimos de forma livre:

- (20) Numa bela manhã de maio, na Côte-Saint-André, eu estava num campo, à sombra de um grupo de grandes árvores, lendo um romance de Montijoie, intitulado *Manuscrit trouvé ao mont Pausilippe*. Concentrado na **minha leitura**, eu fui distraído, entretanto, por cantos doces e tristes...¹¹

em que o SN **minha leitura** pode ser interpretado como o ato de ler ou como o texto propriamente dito (o romance citado). Embora o uso do gerúndio do verbo "ler" nos encaminhe mais provavelmente para a interpretação do SN como atividade, não se pode negar a possibilidade de se interpretar o anafórico como um caso de anáfora direta.

De qualquer forma, interessa-nos já situar um início de reflexão sobre uma decisão de ordem conceitual: se interpretado como fato/processo, trata-se de uma nominalização; se interpretado como produto, trata-se de um caso de anáfora direta correferencial. Essa indefinição é observada por Apothéloz (1995b:151):

Cette polysémie des substantifs prédictifs retentit évidemment sur l'interprétation des nominalisations. Elle a notamment pour conséquence qu'il n'est pas toujours certain qu'il y ait bien nominalisation.¹²

A discussão até aqui, provocada pela tipologia das entidades de Lyons-Dik e alguns de seus desdobramentos, obriga-nos a assumir uma posição diante da questão. Por um lado, concordamos com Apothéloz (1995a,b) quanto principalmente ao fato de que – considerando-se a dinâmica discursiva – as entidades de segunda, terceira e quarta ordem não são entidades até que sejam assim designadas por um elemento anafórico (seja pronome, seja expressão nominal). Mas, se, por um lado, classificar, fora de uma realização discursiva, uma proposição como entidade é fruto de uma concepção 'logicista' de linguagem que aceita a noção de categorização como processo desvinculado do uso e que estabelece uma correspondência direta com o mundo extralingüístico, por outro, essa classificação pode ser adotada se a considerarmos como de construção de discurso e não como uma relação entre um elemento formal e algum objeto supostamente preexistente, exterior ao discurso. As categorias podem ser concebidas dentro desse contexto como modo de construção de uma dada referência, como aponta Cornish (1999; cf. nota 10). Assim, consideramos pertinente a tipologia de Lyons-Dik – feitas as ressalvas relativas aos princípios teóricos – observando que as nominalizações transformam em objetos-de-discurso proposições e atos ilocucionários/perlocucionários e que é justamente o processo que consubstancia em entidades o que, desvinculado de uma prática referencial, não tinha esse estatuto anteriormente. Mas isso já é dar início a uma discussão sobre a delimitação da extensão

¹¹ Texto original: Par une belle matinée de mai, à la Côte-Saint-André, j'étais assis dans une prairie, à l'ombre d'un groupe de grands chênes, lisant un roman de Montjoie, intitulé: *Manuscrit trouvé au mont Pausilippe*. Tout entier à ma lecture, j'en fus distrait cependant par des chants doux et tristes...

¹² Essa polissemia de substantivos predicativos tem repercussão evidentemente sobre a interpretação das nominalizações. Ela traz como consequência o fato de que nem sempre se tem uma nominalização.

do fenômeno da nominalização, percurso que ainda deve ser acrescido de outras reflexões.

2.2 Os limites da informação-suporte das nominalizações

Um aspecto já tangenciado anteriormente, bastante peculiar das nominalizações, diz respeito à indeterminação, por vezes, dos limites da informação-suporte. Casos como esse são bastante freqüentes e, muitas vezes, mesmo em se considerando o contexto, não se pode operar a desambigüização. Isso pode ser observado em

- (21) Uma mulher mais velha e mais madura vai provavelmente exigir uma qualidade de relacionamento melhor. **Isso** significa mais compromisso, mais sinceridade, mais dedicação, menos instabilidade etc. (FSP. *Folhateen*, 15/04/2002, p. 9)

A informação-suporte do pronome **isso** consiste em a **exigência de uma qualidade de relacionamento melhor** – em que ocorreria realmente a nominalização – ou apenas **uma qualidade de relacionamento melhor**? O pronome poderia ser substituído, por exemplo, tanto por **essa exigência** quanto por **essa qualidade**. Parece que não se pode decidir por uma ou outra interpretação, apenas levando-se em conta as pistas textuais; talvez, se tivermos em mente um conceito atual bastante difundido de relacionamento amoroso, possamos tender para a segunda interpretação.

Muitas vezes, essa ambigüidade gerada por duas possibilidades de se determinar a informação-suporte do pronome anafórico é explorada intencionalmente, como no caso de algumas piadas:

- (22) Juquinha chega esbaforido e todo sujo, além de atrasado, na primeira aula. A professora se indignou:
- Isso é hora? E sujo desse jeito? Isso não tem mesmo explicação!
- Tem sim, professora: tive que levar a vaca lá de casa pro touro cobrir.
- Mas seu pai não pode fazer **isto**?
- Poder, pode, mas acho que a vaca prefere o touro.
(In Possenti, Sírio. *Os humores da língua*.)

O riso provocado pela piada deve-se às duas interpretações possibilitadas justamente pelo duplo escopo do elemento anafórico: **levar a vaca para o touro cobrir**

e **cobrir a vaca**. E a graça está em a personagem Juquinha escolher a segunda possibilidade, embora a intenção da professora tenha sido fazer incidir o pronome no primeiro segmento; do contrário, não haveria piada.

Intencional ou não, esse tipo de ambigüidade parece não ser rara nas nominalizações. Deve-se observar que existe uma tendência acentuada de, nesses casos, ocorrer a anaforização por meio de um pronome demonstrativo neutro. Se lexicalizada por uma expressão nominal, a possível ambigüidade se desfaria, a não ser que, como elemento anafórico, fosse usado um termo genérico como, por exemplo, "fato" (e aqui retomamos (17), operando a substituição):

- (17) A maioria dos Estados não cumpriu no ano passado uma ou mais metas do ajuste fiscal acertado com a União. No lugar de puni-los, como estabelecem os acordos de renegociação nas dívidas estaduais, o governo resolveu em 2002 afrouxar as metas de endividamento e abrandar as sanções. Não por coincidência, **esse fato** ocorre em ano de eleições, quando historicamente os governos estaduais gastam mais. (FSP, 08/03/2002, A4)

Reichler-Béguelin (1995) apresenta um exemplo em que o SN anafórico pode retomar dois antecedentes:

- (23) Meu querido filho,
Estou-lhe enviando uma calça nova para sua festa, foi seu pai que a cortou tomando como medida uma das suas velhas calças, e fui eu que a costurei. Quisemos dar-lhe **essa prova de nosso amor**.¹³

O SN anafórico designa a calça nova ou o próprio envio do presente?

Francis (1994), examinando o que ela denomina de *rotulações* (cf. próximo item), que podem ser tomadas como processos nominalizantes, também observa que nem sempre um rótulo se refere necessariamente a uma seqüência de discurso claramente delimitada ou identificável, o que é denominado "*fuzzy reference*". Isso pode ser explicado, segundo ela, em relação à função coesiva intrínseca dos rótulos retrospectivos: eles são usados para operar um corte de algumas das informações do contexto anterior. A precisa extensão da seqüência a ser cortada pode não ser

¹³ Texto original: Mon cher fils, Je t'envoie un pantalon neuf pour ta fête, c'est ton père qui l'a taillé sur un de ses vieux, c'est moi que l'ai cousu. Nous avons voulu te donner cette preuve de notre amour.

importante: é a mudança de direção sinalizada pelo rótulo e seu entorno imediato que é de crucial importância para o desenvolvimento do discurso. Pode-se mesmo argumentar que a indistinção referencial desse tipo pode ser estrategicamente usada pelo escritor para criar um efeito persuasivo, talvez fornecendo um exame para interpretações diferentes ou obscurecendo as linhas de argumentos falaciosos ou falsos.

2.3 As nominalizações como rotulação

A idéia de que a nominalização opera um encapsulamento por meio de um nome é encontrada em vários autores. Mas é em Francis (1994) que encontramos uma abordagem específica da questão.

Voltando-se para a coesão realizada apenas por grupos nominais, a autora denomina *rotulação* o fenômeno resultante de encapsulamento operado sobre as predicções antecedentes ou subseqüentes. Koch (2002b, texto não publicado) afirma que o processo de encapsulamento e rotulação é responsável pela ativação de objetos-de-discurso no modelo discursivo, a partir de conjuntos de informações expressas no cotexto (informações-suporte) de forma a operar simultaneamente uma mudança de nível e uma condensação (sumarização da informação).

Um rótulo, segundo Francis (1994:83), apresenta como característica principal a exigência de lexicalização, preenchida pelas cláusulas a que remete o SN rotulante, um elemento nominal inespecífico cujo sentido deve ser explicitado no texto:

The main characteristic of what will be termed a label is that it requires lexical realization, or lexicalization, in its co-text: it is an inherently unspecific nominal element whose specific meaning in the discourse needs to be precisely spelled out.(...) Where the label precedes its lexicalization, it will be termed an **advance label**; where it follows its lexicalization, it will be called a **retrospective label**¹⁴

¹⁴ A principal característica do que será chamado rótulo é que ele exige uma realização lexical, ou lexicalização, no seu cotexto: é um elemento nominal inerentemente inespecífico cujo sentido específico no discurso necessita ser precisamente explicitado. Quando o rótulo precede sua lexicalização, ele será chamado rótulo prospectivo; quando ele seguir sua lexicalização, será chamado rótulo retrospectivo.

Desse modo, o rótulo prospectivo funciona cataforicamente e o retrospectivo, anaforicamente.¹⁵ Este último é encontrado com muito mais freqüência, motivo pelo qual Francis lhe dá atenção especial.

No exemplo abaixo, o SN em itálico mostra um caso de rótulo prospectivo :

- (24) Embora FHC não possa ser considerado um decaído, pois ainda ficará durante suculentos meses na posse da caneta que vale mais do que a faixa, estamos vendo uma generalizada falta de comando no alto escalão da República.
Afinal, formou-se um novo ministério para gerir o país até o próximo governo. E no mesmo dia em que este ministério foi anunciado, dois ministros pediram o boné e deixaram o barco, não por modéstia ou autocrítica, mas por cálculo e ambição.
Daí *a dúvida*: quem enganou a quem nas negociações dos novos ministros? O presidente tem ou não comando suficiente para designar seu escalão mais próximo?
Afinal, o cargo de ministro é apenas um degrau para uma carreira política ou é, em si mesmo, uma responsabilidade pública paga pelo povo para trabalhar pelo povo?
E nisso tudo, qual o papel de um presidente que tem compromissos com a nação e não é capaz de nomear ou manter um ministro afinado com suas idéias políticas e seu programa de ação, sobretudo nos últimos instantes de seu mandato? (Carlos Heitor Cony, FSP, 8/4/2002, A2)

O SN *a dúvida* permite ao leitor predizer a informação que se seguirá, a partir das informações precedentes: embora próximo do fim, o governo FHC desfruta de vantagens (principalmente por se estar em ano eleitoral), que, no entanto, não impedem a falta de comando generalizada no alto escalão. Esse fato pode ser constatado pela desistência de dois novos ministros que abandonaram o poder por cálculo e ambição. Em suma, a situação do governo FHC é cômoda, mas isso não impede que ministros, que poderiam desfrutar dessa situação, abandonem o governo, o que indica uma falta de comando do alto escalão. Diante de fatos assim, cabe perfeitamente questionar a aparente contradição na sua essência; desse modo, o produtor, para encapsular várias proposições, usa o grupo nominal *a dúvida*, que é lexicalizado pelas cláusulas subseqüentes. De fato, todas elas, sentenças interrogativas, são compatíveis com o

¹⁵ O termo '*rótulo prospectivo*' se restringe, para Francis, somente aos grupos nominais preditivos, isto é, não são incluídos aí grupos verbais, como, por exemplo, "*deixa-me definir*", que não deixa também de rotular um ato de discurso que se seguirá à expressão.

sentido de 'dúvida'. Portanto, o rótulo tem claramente o papel organizacional de determinar os parágrafos subseqüentes.

Francis aponta um aspecto interessante que diferencia o rótulo prospectivo do rótulo retrospectivo: enquanto aquele pode levar o leitor a predizer o seu referente, este, encapsulando um segmento do discurso, apresenta-o como equivalente ao referente, nomeando-o pela primeira vez. É o processo a que nos referimos quando dissemos, no início do capítulo, que um sintagma nominal transforma em referente o processo denotado por uma proposição, que, obviamente, não tinha esse estatuto anteriormente. Além disso, também como já mostramos, o rótulo tem uma função denominada por Schwarz (2000) de *tematização remática*. Mas o que queremos enfatizar é que, sendo inespecífico e tendo sua especificação determinada pelo contexto, o rótulo retrospectivo tem a função organizacional de indicar ao leitor exatamente a seqüência de discurso que deve ser interpretada, e isso fornece o *frame* de referência em que o argumento subseqüente é desenvolvido:

Thus these labels have a clear topic-shifting and topic-linking function: they introduce changes of topic, or a shift within a topic, while preserving continuity by placing new information within a given framework. This signalling function is reinforced by an orthographic division: clauses containing retrospective labels are usually paragraph-initial. (Francis, 1994:87)¹⁶

Como se vê, a autora apresenta uma função textual da rotulação, sinalizando, ainda que de forma incipiente, para a dimensão cognitivo-interacional: se o antecedente do rótulo não pode ser claramente definido, isso não importa; sua função é orientar o desenvolvimento do discurso, uma clara opção de operação discursiva por parte do produtor, que envolve o interpretador da expressão referencial, no sentido de levá-lo a desconsiderar parte da informação precedente e a adotar o rótulo como o objeto que vai nortear o percurso discursivo. Encapsulando a proposição num rótulo, o produtor do ato

¹⁶ Portanto, esses rótulos têm uma função clara de mudança e ligação tópica: eles introduzem mudanças de tópico ou mudança dentro de um tópico, enquanto preservam a continuidade fornecendo nova informação dentro de uma dada estrutura. Essa função sinalizadora é reforçada por uma divisão gráfica: cláusulas que contêm rótulos retrospectivos constituem normalmente início de parágrafos.

referencial introduz na memória discursiva um objeto-de-discurso, que poderá constituir um tema específico para os enunciados posteriores.

É impossível determinar uma lista exaustiva de nomes-núcleo que podem funcionar como rótulos; apenas um critério geral pode ser apontado:

...any noun can be the head noun of a label if it is unspecific and requires lexical realization in its immediate context, either beforehand or afterwards. (Francis, 1994:88-9)¹⁷

Portanto, para constituir um rótulo, um nome-núcleo deve ser inespecífico e, por isso mesmo, altamente dependente do co(n)texto :

what all head nouns of labels have in common is, in Winter's terms, the fact that they are all inherently unspecific: their specification is a unique choice from an infinity of possible lexicalizations, and is found in the clauses with which they enter into replacement relations. It is this concept which is the most helpful in specifying labels as a class, albeit an open-ended one.¹⁸

Apesar disso, Francis apresenta uma lista de rótulos que se incluíam dentro de uma categoria mais geral, como, entre outros, *abordagem*, *área*, *aspecto*, *caso*, *problema*, *movimento*, *atividade*, *coisa*, *modo*, *elemento*, afirmando que muitos deles podem apresentar uma estrutura complexa, formada de dois nomes-núcleos relacionados por *de*.

Além dessa classe, Francis isola um conjunto cujo denominador comum é o caráter metalingüístico, no sentido de que os elementos rotulam uma extensão do discurso como um tipo particular de linguagem, instruindo o leitor a interpretar o estatuto lingüístico de uma proposição de um modo particular. Ela menciona quatro tipos de nomes-núcleos metalingüísticos de rótulos, alertando que há freqüentemente sobreposição e indistinção entre eles:

¹⁷ ... qualquer nome pode ser o nome-núcleo de um rótulo se é inespecífico e requer uma realização lexical em seu contexto imediato prévio ou posterior.

¹⁸ ... o que os nomes-núcleo de rótulos têm em comum é, nos termos de Winter, o fato de que eles são inerentemente inespecíficos: sua especificação é uma escolha única a partir de uma infinidade de lexicalizações possíveis e é encontrada nas cláusulas com as quais eles mantêm relações de substituição. Esse conceito é o mais útil na especificação de rótulos como uma classe, embora uma classe aberta, não restringida por limites definidos.

a) **Nomes ilocucionários** – nominalizações de processos verbais, normalmente atos de comunicação, como *acusação, alerta, anúncio, resposta, apelo, asserção, promessa, explicação, desculpa, proposta, protesto, declaração*, entre outros. Os exemplos abaixo apresentam um rótulo desse tipo:

- (25) Hamlet observa a Horácio que há mais cousas no céu e na terra do sonha a nossa filosofia. Era a **mesma explicação** que dava a bela Rita ao moço Camilo, numa sexta-feira de novembro de 1869, quando este ria dela, por tido na véspera consultar uma cartomante. (Machado de Assis. A Cartomante.)
- (26) Artigo publicado por Frei Betto, ontem, nesta Folha, atribui a mim responsabilidade pelo lamentável assassinato do militante Sebastião de Maia, ocorrido no último dia 21 de novembro, durante a terceira invasão patrocinada pelo MST na fazenda Água da Prata, em Querência do Norte, (PR). O autor fala em 16 vítimas de “um regime de terror implantado na zona rural do Paraná desde 1995.” **A afirmação** é absolutamente falsa. Pior que a crítica é a estatística equivocada. (Jaime Lerner – 28/11/2000 – A-3)

Embora, como afirma a autora, os rótulos retrospectivos sejam muito mais comuns, apresentamos a seguir um interessante exemplo, em que o SN destacado funciona como um rótulo prospectivo de um ato ilocucionário:

- (27) Fã de carteirinha da nossa prefeita, não titubeei ante **a oferta do 'pet shop' mais próximo**: em troca da vacina, inscrição grátis no 'RG canino' da cidade. (FSP, 8/4/2002, A3)

Deve-se destacar que nem sempre o nome-núcleo de um rótulo reflete a intenção original de quem produziu o enunciado, como em (28)

- (28) “O que falta é um promoter ter a iniciativa de trazer a gente para fazer uma turnê decente no Brasil.” **A bronca** não é de nenhum popstar ou dinossauro do rock que ainda não pisou no país, mas do mineiro Max Cavallera, ex-vocalista do Sepultura e atual líder do Soulfly (FSP, *Folhateen*, 26/03/01, p. 5)

A escolha de **a bronca** pode não refletir necessariamente a força ilocucionária original do enunciado do cantor, sendo, nesse caso, fruto da interpretação do repórter. Ele poderia, por exemplo, rotular a proposição como *observação, declaração, argumento* etc., o que mostra que o escritor é livre para escolher o nome-núcleo que

reflita a sua própria interpretação do ato ilocucionário. Mas, acima de tudo, vê-se nesse processo a exploração, por parte do escritor, de recursos estratégicos com finalidade argumentativa.

b) **Nomes de atividades de linguagem** – esses nomes são similares aos nomes de atos ilocucionários, mas não têm verbos ilocucionários cognatos (embora possam ter verbos cognatos): *comparação, consenso, controvérsia, debate, definição, descrição, distinção, exemplo, fórmula, ilustração, referência, tema, versão*, entre outros. Esses nomes, além de se referirem a algum tipo de atividade de linguagem, podem também referir os resultados ou produtos dessas atividades, como por exemplo, o termo *interpretação* (e aqui lembramos a polissemia dos substantivos predicativos, já abordada acima).

- (29) Tem sido comum ouvir a seguinte observação a respeito do futuro do país no caso da vitória de Lula (PT) ou de Ciro (PPS): o primeiro levará o país a uma crise institucional pela falta de experiência; o segundo tem o mesmo problema, pois é de um partido pequeno sem base de apoio no Congresso.

Nenhuma **dessas assertivas** pode ser dada como verdadeira. (Fernando Rodrigues. *Mitos sobre Lula e Ciro*. FSP., 24/08/2002, A-2)

c) **Nomes de processos mentais** – nomes de estados e processos cognitivos e seus resultados ou produtos como *crença, análise, hipótese, conceito, convicção, dúvida, descoberta, idéia, interpretação, conhecimento, opinião, posição, leitura, suspeita, visão*, entre outros. O exemplo (23) ilustra o uso do nome-núcleo "*dúvida*" como um processo mental.

Como já mencionado, esses três tipos de rótulos, no entanto, não possuem fronteiras claramente delimitadas, ocorrendo, com frequência, uma sobreposição entre os rótulos de atos ilocucionários e atividades de linguagem, de um lado, e os rótulos de processos mentais, de outro. Como, por exemplo, classificar "*ironia*" em (30)?

- (30) É desmoralizante para o STF que um de seus ministros, Nelson Jobim, seja comumente chamado de "líder do governo no STF". **A ironia** é mais ampla do que sugere o desempenho abertamente governista de Jobim: implica a sugestão de uma bancada de fiéis ao governo, sem a qual não caberia ao ex-ministro do atual governo o apelido de líder. (Jânio de Freitas. *A lei da política*. FSP, 19/04/2002, A-5)

A explicação pode ser encontrada no fato de que o mundo da cognição é refletido no mundo do discurso e os pontos de vista e opiniões que manifestamos são freqüentemente vistos relativamente ao modo como eles são expressos. Daí Francis (1994:92) conclui que

... all the nouns in these sets are in fact located on a cline, and their two aspects of meaning shade imperceptibly into each other. At one end of the cline are the purely verbal-process nouns (with illocutionary cognate verbs) like *claim* and *statement*, which must refer to illocutionary acts, and which encode the writer's chosen interpretation of these. At the other end are the purely cognitive nouns like *belief* and *idea*: it is no necessary part of their meaning that they be expressed in language, though of course as labels they do refer to their written or spoken expressions. In the middle of the cline can be located such nouns as *conclusion* and *observation*, which may refer either to an illocutionary act or a cognitive state or process.¹⁹

Para nós, a explicação desse "sombreamento" pode fundamentar-se na noção de categoria e protótipo (no sentido de Rosch, 1978) em que intervém a noção de tipicidade e de fronteiras fluidas, como já abordado no Capítulo 1. Relembramos que, do ponto de vista lingüístico, as categorias podem ser reavaliadas e transformadas, misturando diferentes domínios de acordo com o contexto discursivo (como ocorre com as metáforas, por exemplo). A variação e a concorrência categorial emergem principalmente quando uma cena é vista de diferentes perspectivas, que implicam diferentes categorizações da situação, dos atores e dos acontecimentos. A "mesma" cena pode ser tematizada diferentemente e pode evoluir focalizando-se diferentes partes ou aspectos. Esse domínio pode ser aproximado, considerando-se os recursos lingüísticos que servem para tematizar uma entidade, para destacar a saliência de um aspecto específico ou de uma propriedade de um objeto, para chamar a atenção do leitor para uma entidade particular. (cf. Mondada e Dubois, 1995:280) Portanto, essa obscura e

¹⁹ ... todos os nomes nesses conjuntos estão, de fato, localizados numa zona de transição e seus dois aspectos de sentido sombreiam imperceptivelmente um ao outro. Num extremo dessa transição estão os nomes de processos puramente verbais (com verbos ilocucionários cognatos) como *asserção* e *declaração*, que deve se referir a atos ilocucionários e que codificam a interpretação escolhida pelo escritor. No outro extremo estão os nomes puramente cognitivos como *crença* e *idéia*: não é parte necessária de seu significado que eles sejam expressos em linguagem, embora naturalmente como rótulos eles realmente se refiram às suas expressões faladas ou escritas. No meio dessa zona podem ser localizados nomes como *conclusão* e *observação*, que podem referir-se tanto a um ato ilocucionário quanto a um processo ou estado cognitivo.

fluida zona fronteira dos diferentes tipos de rótulos metalingüísticos pode ser entendida como um "afastamento" do elemento típico de uma categoria (por exemplo, o nome-núcleo "*pedido*" como típico da rotulação de um ato ilocucionário) em direção a uma outra categoria, como por exemplo, a dos nomes de processos mentais. Isso explicaria a contento esse caráter de indeterminação de alguns tipos de rótulos e seria uma clara manifestação do caráter inerentemente flexível das categorias.

d) **Nomes 'textuais'** – esses nomes referem-se à estrutura textual formal do discurso e, segundo Francis (1994:93), não envolvem interpretação, pois simplesmente rotulam porções do discurso precedente cujos limites precisos eles definem.²⁰ *Frase, pergunta* (assinalada graficamente), *sentença, palavras, excerto, parágrafo, página, passagem, citação, seção, termo e terminologia*, por exemplo, encapsulam segmentos textuais selecionando deles o aspecto formal, como mostra (14) aqui retomado:

- (14) "Pretendo transformar a cidade num condomínio fechado. * **A frase** é do prefeito de Iracemápolis, Cláudio Consenza, e a construção do alambrado de 2,5 metros de altura que deverá cercar esta cidade de 16 mil habitantes já começou. (FSP, 09/08/2000, A-1)

Francis destaca a função argumentativa dos rótulos retrospectivos, afirmando que

...although labels are presented as given pro-forms, they have interpersonal meaning, and may, in fact, add something new to the argument by signalling the writer's evaluation of the propositions which they encapsulate.²¹

Essa hipótese leva a autora a afirmar a existência de rótulos "atitudinalmente neutros", embora estes possam também assumir um sentido positivo ou negativo de acordo com o entorno lexical em que são usados. Mas essa "indeterminação avaliativa"

²⁰ Francis identifica interpretação com "conteúdo" em oposição a "forma". No entanto, perguntamos: quando o produtor do texto denomina "entidades estruturais", salientando o aspecto formal do texto, que engloba não só o dado verbal como também material (veja-se o exemplo de *página*), o leitor não realiza qualquer interpretação? Parece que a autora "diminui" um pouco a importância desses rótulos, comparativamente aos outros, restringindo a sua função a mero elemento de delimitação de segmentos textuais precedentes. Não há dúvida de que eles são aparentemente mais "vazios" de direção argumentativa. Mas, se adotamos o princípio de que o produtor da atividade referencial escolhe um elemento entre uma lista potencialmente infinita de possíveis rótulos, essa escolha não pode ser ingênua.

²¹ ... embora os rótulos sejam apresentados como pró-formas, eles têm sentido interpessoal e podem, de fato, acrescentar algo novo ao argumento, sinalizando a avaliação do escritor a respeito das proposições que eles encapsulam.

não é geral, uma vez que a autora reconhece que alguns rótulos necessariamente indicam uma atitude negativa ou positiva frente às proposições precedentes.

Observando (31), por exemplo, vemos que o nome-núcleo **ação** poderia ser considerado "atitudinalmente neutro", havendo aparentemente uma correspondência entre ele e o **Iraque anunciou a suspensão das exportações de petróleo**.

- (31) O Iraque anunciou na semana passada a suspensão de suas exportações de petróleo por um prazo de 30 dias, como forma de protestar contra a atual ofensiva militar israelense nos territórios palestinos. **A ação** provocou uma imediatamente (sic) alta nos preços do produto no mercado internacional. (FSP. *Folhateen*, 15/04/2002, p. 11)

Mas não é isso que ocorre com o nome-núcleo **ameaça** em (32), que parece carregar em si mesmo uma avaliação negativa, explicitada claramente no processo de encapsulamento das proposições do parágrafo anterior:

- (32) As empresas estatais conferem poder político através do poder econômico que têm. Alargar seu raio de ação em detrimento da iniciativa privada é uma tentação considerável para muita gente. Tenho certeza de que se assistirá a uma verdadeira batalha na Assembléia constituinte, travada por muitos segmentos ali representados, para a conquista de um campo maior de ação para as empresas estatais. Diante **dessa ameaça**, os defensores da livre iniciativa não podem ficar inertes. (César Rogério Valente. Os empresários precisam agir. *Veja*, 26/06/1985)

Já em (33), temos um nome-núcleo que revela claramente a atitude de crítica jocosa do escritor, que designa uma seqüência de proposições de "**a pantomima toda**", apresentando-os – proposições e nome-núcleo - como sinônimos, mas num processo de sinonímia tributária do contexto e que serve às suas finalidades argumentativas: mostrar as atitudes do governo americano na figura do presidente, seu secretário e assessores como uma pífia representação, uma ridícula farsa, avaliando-as negativamente.

- (33) Ontem o secretário de Estado de Bush, Colin Powell, e outros assessores menores foram à mídia dizer que Sharon havia entendido o recado de Bush. As tropas de Sharon deveriam parar "já". Isto é, assim que fosse possível, pois exércitos não se retiram de uma hora para outra, Bush "não pode dar ordens" a outro chefe de Estado etc. Enfim, **a pantomima toda** era para mitigar a impressão geral de cumplicidade de Bush no caso. (Vinícius Torres Freire, FSP, 8/4/2002, A2)

Os rótulos devem ser considerados como um todo, e não apenas em relação ao nome-núcleo da expressão nominal. Isso significa que os modificadores, quando integram o SN, têm, com muita frequência, um papel significante na função de encapsular e predicar. Algumas vezes, eles parecem ser uma simples extensão do núcleo, no sentido de classificar esse nome de acordo com uma predizibilidade instaurada pelas proposições anteriores, como em (34), em que "**esses movimentos opostos**" encapsulam "**materializar o imaterial**" e "**imaterializar o material**", proposições que vão em sentido contrário, enquanto em outras parecem ser até mais importantes que o próprio nome-núcleo, casos em que são francamente avaliativos quanto à proposição que encapsulam, como podemos ver em (35) mas não em (36): é o modificador "**infeliz**" que indica a atitude do produtor do texto, uma vez que, de acordo com Francis, "**iniciativa**" é um nome neutro quanto à atitude do codificador.

- (34) Da mesma forma, que nome dar a isso que vemos: alucinação, sonho, realidade filme? Há um pouco de tudo, talvez porque o cinema seja, em parte, uma arte que materializa o imaterial, que transforma idéias em coisas reais. É a isso que nos acostumamos. É isso que esperamos de um filme. Lynch parece propor algo diferente: imaterializar o material, devolvê-lo ao estágio de idéia, o que consegue ao nos envolver na suposição de estarmos diante de uma ficção tradicional (com a segurança e o conforto de sabermos que vemos uma história). **Esses movimentos opostos** desconcertam o espectador, tirando-lhe o que mais preza, a certeza. (Inácio Araújo. *Delírio em Hollywood*. FSP, 19/04/2002, E-8)
- (35) Vai na contramão dos valores democráticos e dos postulados da educação a decisão da Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro, de restringir o acesso de jovens a suas dependências. A partir da semana que vem, menores de 16 anos só poderão entrar no prédio da avenida rio Branco com autorização especial de funcionários da instituição. A justificativa para a medida é o combate ao roubo e à destruição de livros. (...)
A infeliz iniciativa se inscreve na pior tradição autoritária brasileira. Não é preservando o livro de leitores, sobretudo dos mais jovens, que o país sairá do deserto cultural em que atualmente se encontra. (Folha de S.Paulo, 21/09/2000, A-2)
- (36) O secretário da Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, anunciou ontem a criação do chamado Comando Norte, uma central de comando que terá a responsabilidade de coordenar a defesa do território americano. Trata-se da primeira vez na história em que um órgão do gênero é criado. [...] **A iniciativa** visa a dinamizar a atual estrutura de comando

militar, que, segundo analistas, é complexa e, em muitos aspectos, enraizada na doutrina da Guerra Fria. (FSP, 18/04/2002, A-13)

Um exemplo bastante pródigo em avaliações, em que os modificadores desempenham, juntamente com o nome-núcleo, um papel argumentativo fundamental (atente-se para o determinante demonstrativo):

- (37) A tragédia da morte de Celso Daniel – paradigma de homem cidadão e político – suscita de novo a velha e inútil vocalização dos governantes: plano nacional contra a violência, lei de recompensa, contratação de civis para trabalhar na Polícia Militar etc. Como peça de resistência **nessa ladainha requeitada de banalidades que ouvimos todas as vezes que um fato trágico como esse se repete**, ressurge a grande panacéia desse discurso político do crime: aumento das penas, prisão perpétua e pena de morte. [...]
De nada nos adiantam **essas proclamações indignadas** e essas propostas de aumento de pena, que acabariam, isso sim, por distorcer o nosso sistema penal. Não queremos uma legislação de pânico. Esperamos por ações que substituam **essas tristes e repetitivas exortações vazias**. A sociedade precisa se mobilizar em torno dos objetivos corretos. Vamos aproveitar **essa maré de indignação e horror** para exigir dos governos, em todas as esferas, medidas e providências concretas. (Márcio Thomaz Bastos. *Somos todos assassinos*. FSP, 22/01/2002, A-3)

A abordagem de Francis é interessante em muitos aspectos, dos quais apontaremos apenas os que, a nosso ver, são mais significativos.

Em primeiro lugar, quando enfatiza que os rótulos só ocorrem em ambiente lexical compatível, ela sinaliza que a determinação semântica de um termo é feita em contexto. Além disso, mostra que a questão da escolha lexical é crucial, sendo guiada por intenções argumentativas do produtor do texto. Mas acima de tudo, adota uma concepção de linguagem que vai na mesma direção da concepção de Blikstein (1995),²² guardadas as devidas diferenças relativas principalmente ao foco de discussão – em Blikstein, a reflexão sobre a semiose; em Francis, o papel de grupos nominais na organização do texto escrito. Aqui vale a citação (Francis, 1994:100):

These studies are important not least because labelling is a way of classifying cultural experience in stereotypical ways: the range of realizations of an *idea* or a *proposal*,

²² Cf. Capítulo 1.

for example, is vast, but it is not unlimited. The relationship between a label and the clause(s) it replaces is not a random process of naming, but an encoding of shared, or sharable, perceptions of the world.²³

Mas, embora fale em "*percepção partilhada ou partilhável do mundo*", ela ignora a dinâmica da construção discursiva, fruto da interação dos parceiros da comunicação. Seu foco se concentra na construção do texto tomado como produto, apenas do ponto de vista da atividade do escritor.

2.4 As anáforas "atípicas"

Exemplos como (14), (25) e (33) têm em comum o fato de apresentarem a designação de uma entidade por um substantivo predicativo que não mantém uma congruência referencial com as informações-suporte, o que termina por conduzir à discussão de um delicado problema: a dificuldade de se fixar em fronteiras estritas do que convém chamar de *nominalização*.

Diante de casos como esses, Apothéloz (1995b:152 e ss.) distingue dois processos: um processo anafórico de uma proposição, em que há justamente essa congruência referencial acima referida e que ele denomina *nominalização 'stricto sensu'*, e um processo em que os elementos anafóricos constituem

expressions désignatives que ne sont ni coréférentielles, ni associatives, ni nominalisantes d'un procès, e dont le caractère anaphorique ne fait pourtant aucun doute. Ces expressions se rapprochent parfois des nominalisations, en ce sens que leur référent relève bien d'un procès, mais pas de celui qui a été explicitement formulé.²⁴

²³ Esses estudos são não menos importantes porque rotular é um modo de classificar a experiência cultural de maneira estereotípica: a área de realização de uma *idéia* ou uma *proposta*, por exemplo, é vasta, mas não é ilimitada. O relacionamento entre um rótulo e a(s) cláusula(s) que ele substitui não é um aleatório processo de nomeação, mas uma codificação de partilhadas ou partilháveis percepções do mundo.

²⁴ ... expressões designativas que não são nem correferenciais, nem associativas, nem nominalizantes de um processo, mas cujo caráter anafórico não deixa nenhuma dúvida. Essas expressões se aproximam às vezes das nominalizações no sentido de que seu referente constitui um processo, mas não aquele que foi explicitamente formulado.

Trata-se do que ele chama de *anáforas atípicas*, que apenas se aproximam das nominalizações²⁵, partilhando com elas o fato de remeterem a um processo significado por uma proposição, mas não exatamente ao seu conteúdo. Essas anáforas, bastante freqüentes, variadas e às vezes de grande complexidade, compreendem, por exemplo, os casos em que o elemento anafórico recategoriza o objeto (e nisso elas se aproximam das anáforas correferenciais, em que o '*modo de apresentação do objeto*' pode servir a várias finalidades pragmáticas, principalmente argumentativas) – cf. exemplo (33) – ou remete a um ato ilocucionário e atividades de linguagem – cf. os exemplos (25), (26) e (29), ou ainda retoma um predicado (# de um processo).²⁶

No entanto, essas fronteiras entre os tipos de anáfora podem ser um tanto quanto difusas. Podemos constatar essa observação quando Apothéloz abriga sob o rótulo '*anáforas atípicas*' fenômenos aparentemente diversos, alguns dentre os quais vão ser reconhecidos, em outros estudos, como associativos, como por exemplo

- (38) Um gordo gato branco, que pertencia ao jardineiro, saltou sobre os meus joelhos e, com **esse impacto**, fechou o livro que tinha posto de lado para acariciar o animal (exemplo traduzido de Apothéloz e Béguelin, 1999:366)²⁷

²⁵ Pode-se concluir, assim, que quando ocorre a congruência referencial entre elemento anafórico e a informação-suporte, está-se diante de uma anáfora nominalizante típica; do contrário, está-se diante de uma anáfora nominalizante atípica.

²⁶ Neste caso de retomada de um predicado, parece ser freqüente o uso do verbo *fazer* seguido de pronome. Ele pode ser descrito como aquele que comporta, de um lado, um verbo hiperonímico para os predicados que denotam ação e, de outro, uma expressão referencial (um pronome) suscetível de designar qualquer ação particular anteriormente significada. Em resumo, trata-se de um tipo de dispositivo anafórico universal para os predicados que denotam uma ação. (cf. Apothéloz, 1995b:157) Esse uso já bastante abordado na literatura pode criar situações interpretativas interessantes. Um exemplo disso encontramos numa lista de discussão sobre a linguagem – Comunidade Virtual da Linguagem (CVL), em que um participante diz: "Prezado Prof. E. K. Queira por favor retirar minha tese de mestrado do site que criou. A Profª A.V. é a única pessoa que tem autorização para **fazê-lo**. A.S." (acesso em 22/04/2002) O autor, na verdade, queria dizer que a professora citada era única pessoa autorizada a disponibilizar na Internet a tese de mestrado dele, interpretação somente possível para aqueles que acompanhavam o "conflito" entre os participantes da lista. Mas, com a forma verbo + pronome, ele acabou retomando "**retirar minha tese de mestrado do site que criou**.", dando origem a um problema interpretativo, que beira a incoerência: se a professora é a única que tem autorização para retirar a tese do site, como solicitar que uma outra pessoa o faça?

²⁷ Texto original: Un gros chat blanc, qui appartient au jardinier, sauta sur mes genoux, et, de **cette secousse**, ferma le livre que je posai à coté de moi pour caresser la bête. (G. de Maupassant)

que, conforme os autores, se encaixa na noção de ingrediência, especificamente na relação baseada em *ação-argumento resultante*, noção que está na base dos relacionamentos associativos (cf. Capítulo 2) . No trabalho de 1995b, Apothéloz afirma que duas soluções parecem possíveis nesse caso. A primeira consiste em considerar que **esse impacto** designa a conseqüência (ou uma delas) do salto do gato. Nesse caso, acrescentamos nós, o SN apontaria para um objeto-de-discurso novo, que não mantém qualquer relação de correferência com seu 'antecedente'. A segunda solução consiste em interpretar SN anafórico como uma nominalização do processo denotado pela proposição **Um grande gato branco (...) saltou sobre os meus joelhos**, nominalização que, simultaneamente, operaria uma categorização lexical do processo (**saltar** categorizado em **provocar um impacto**). **Impacto**, nessa segunda interpretação, deve ser considerado como um substantivo predicativo que atualiza um valor de processo. Assim como Apothéloz, Reichler-Béguelin (1995) observa que uma das características inerentes a todo nome de ação é a possibilidade de ele designar metonimicamente o resultado ou o instrumento dessa ação. Ora, o processo metonímico se faz por associação, o que mostra que as fronteiras entre anáfora associativa e nominalização, de acordo com os autores, apresentam um toque de fluidez.

Esses casos de indeterminação não são raros (cf. os vários exemplos apresentados por Apothéloz, 1995b) e constituem o que Berrendonner (1994a) denomina *anáforas confusas e objetos indiscretos*, uma representação referencialmente confusa, na qual é possível discernir um processo, um de seus ingredientes ou ainda uma indiferenciação dos dois.

Também sob a denominação de '*anáfora atípica*', Apothéloz abriga as ocorrências em que a expressão referencial designa a enunciação e tudo o que está envolvido nesse processo, como os agentes, as intenções, os estados psicológicos, o lugar, enfim, os ingredientes do processo enunciativo:

tout procès d'enonciation engendre un environnement cognitif, donc une représentation, d'une part de ce qu'il vise à signifier explicitement, d'autre part de lui-même en tant qu'activité impliquant des agents sociaux, des intentions, des états psychologiques, un lieu, un moment, un "texte", etc. Autant d'ingrédients de

l'enonciation, que sont par définition publics, donc disponibles pour les interlocuteurs en présence, et en conséquence susceptibles à tout instant d'accéder au statu de référents discursifs. (p. 156)²⁸

Se, por um lado, ocorrências como (26) são prototípicas de anafóricos de processos de enunciação, outras nem sempre claramente se deixam apreender por essa dimensão. Isso pode ser verificado em ocorrências de anáforas que conferem o estatuto de referentes discursivos a frases em sua dimensão "lógica", o que possibilita, por exemplo, retomar uma frase por "*essa norma*" como em (15):

(26) Artigo publicado por Frei Betto, ontem, nesta Folha, atribui a mim responsabilidade pelo lamentável assassinato do militante Sebastião de Maia, ocorrido no último dia 21 de novembro, durante a terceira invasão patrocinada pelo MST na fazenda Água da Prata, em Querência do Norte, (PR). O autor fala em 16 vítimas de "um regime de terror implantado na zona rural do Paraná desde 1995." **A afirmação é absolutamente falsa.** Pior que a crítica é a estatística equivocada. (Jaime Lerner – 28/11/2000 – A-3)

(15) Os investigadores de acidentes aéreos costumam afirmar que uma única falha dificilmente derruba um avião. O que se verifica nos desastres é, quase sempre, uma sucessão de eventos que se magnificam, culminando na derrubada do aparelho. O choque de trens em Perus (São Paulo), na sexta-feira passada, que provocou nove mortes e deixou mais de cem pessoas feridas, não foge a **essa norma**. (FSP, 03/08/2000, A-2)

em que o anafórico refere um objeto que tem apenas uma relação distante com as noções de enunciação ou de ato de linguagem. Na realidade, o que é apontado pela expressão é uma proposição que tem valor de universalidade – em todos os desastres aéreos o que se verifica é uma conjunção de eventos que se magnificam culminando na derrubada do aparelho. Do ponto de vista do funcionamento referencial, pode-se dizer que o anafórico apreende essa proposição por um de seus atributos essenciais: a conjunção de um valor assertivo com a pretensão a uma certa universalidade, conferindo-lhe um estatuto "lógico".

²⁸ ... todo processo de enunciação engendra um entorno cognitivo, portanto, uma representação, por um lado, daquilo que ele visa significar explicitamente e, por outro, de si mesmo enquanto atividade que implica agentes sociais, intenções, estados psicológicos, um lugar, um momento, um "texto", etc. Assim também os ingredientes da enunciação, que são, por definição, públicos, portanto disponíveis para os interlocutores presentes e, em consequência, suscetíveis a todo instante de adquirir o estatuto de referentes discursivos.

Esses casos levam Apothéloz a propor a existência de referentes importados clandestinamente no universo do discurso, denominando-os *objetos clandestinos*. Tais objetos são identificados em

(i) todos os tipos de ingredientes de processo, em particular:

- o agente, o objeto, um circunstante;
- a ação, a atividade, a propriedade, independentemente de sua colocação em relação com uma ou outra entidade (cf. os anafóricos que designam um predicado)
- um atributo psicológico

(ii) todos os tipos de ingredientes do enunciado ou do processo de enunciação, em particular

- o valor de ação, direta ou indireta, da enunciação
- o estatuto lógico do enunciado
- diversas particularidades mais ou menos acidentais do enunciado

Podemos concluir que, para Apothéloz, as anáforas atípicas

- a) aproximam-se das nominalizações na medida em que se referem a uma proposição anterior, mas, ao mesmo tempo, delas se distanciam por representarem um objeto-de-discurso que não se refere ao conteúdo dessa proposição; desse modo
- b) importam para o discurso referentes clandestinos, que
- c) constituem ingredientes de processo e do enunciado ou do próprio processo de enunciação.

A nosso ver, a posição de Apothéloz se aproxima muito das rotulações de Francis, como já observamos acima, mas com uma diferença: enquanto ele busca definir um tipo de anáfora, descrevendo-lhe a natureza, Francis (1994) se limita a focalizar a função dos rótulos na dinâmica textual.

Para nós, a contribuição dos autores é fundamental. No entanto, gostaríamos de ressaltar que a tipologia de Apothéloz acaba criando ela mesma uma zona fronteira de

obscuridade, por exemplo, entre o que se considera associação e nominalização (cf. exemplo (38)). Um outro aspecto relevante é a denominação "*anáforas atípicas*" que pressupõe "*anáforas típicas*". Seriam estas os casos prototípicos de nominalização, entendida como a reificação de um processo significado anteriormente, isto é, a reificação de um acontecimento por um SN que representa um objeto-de-discurso construído a partir do conteúdo da informação-suporte? O próprio autor acaba abrindo essa questão quando afirma que

... il n'existe toujours pas de typologie satisfaisante des faits d'anaphore. Les notions les plus usuelles en ce domaine se signalent par une absence totale de toute systématique, et saisissent tantôt le rapport entre référents (anaphore par coréférence vs associative), tantôt le rapport entre lexèmes (anaphore fidèle vs infidèle), tantôt décrivent de véritables opérations discursives (nominalisation), tantôt encore des effets de sens dus à des mécanismes de sur-interprétation (cf. la notion d'empathie), etc. (Apothéloz, 1995b:169)²⁹

A partir dessa afirmação, pode-se, então, concluir que um mesmo fenômeno anafórico poderia ser denominado *associativo* ou *nominalizante* na dependência do tipo de parâmetro adotado para o exame da relação que se estabelece entre o elemento anafórico e seu 'antecedente'? Em outras palavras, se, considerando, por exemplo o SN "**esse impacto**" do exemplo (38), se reconhece nele de modo indiferenciado um objeto-de-discurso relativo tanto à consequência do salto do gato quanto à reificação do processo, então pode-se afirmar que também o tipo de anáfora – associativa actancial e nominalizante, respectivamente – é indiferenciado? Parece que a questão envolve uma discussão mais abrangente cujo eixo gira em torno das noções de anáfora direta, indireta e correferência, para que possamos prosseguir em busca de uma delimitação do que se denomina *nominalização*. Prova da pertinência dessa discussão é o fato de o fenômeno ser considerado de maneira profundamente diferente por estudiosos do assunto.

²⁹ ... nem sempre existe uma tipologia satisfatória dos fatos anafóricos. As noções mais usuais nesse domínio são marcadas por uma ausência total de qualquer sistematicidade e compreendem ora a relação entre referentes (anáfora por correferência vs. anáfora associativa), ora a relação entre lexemas (anáfora fiel vs. anáfora infiel), ora descrevem verdadeiras operações discursivas (nominalização), ora ainda os efeitos do sentido devido a mecanismos de sobre-interpretação (cf. a noção de empatia), etc.

2.5 Nominalização: por uma redefinição

Diante do que expusemos anteriormente, cabe o questionamento: a nominalização constitui um caso de anáfora direta ou indireta e, atrelado a esses conceitos, um caso de correferência ou não?

As perguntas são pertinentes. Por exemplo, Marcuschi (2000a) inclui as nominalizações entre os subtipos das anáforas indiretas. Berrendonner (1994b) as tipifica como "*um banal caso de anáfora correferencial*". Possenti (1998:139), embora não esteja voltado especificamente para a questão anafórica, também vai nessa direção, quando discute o antecedente do pronome *isto* em (22), aqui retomado:

- (22) Juquinha chega esbaforido e todo sujo, além de atrasado, na primeira aula. A professora se indignou:
- Isso é hora? E sujo desse jeito? Isso não tem mesmo explicação!
- Tem sim, professora: tive que levar a vaca lá de casa pro touro cobrir.
- Mas seu pai não pode fazer *isto*?
- Poder, pode, mas acho que a vaca prefere o touro.

O autor afirma que

Poder-se-ia argumentar que "isto" apenas *corretere* "levar" e "cobrir", respectivamente, não se tratando portanto de referência extensiva, mas uma teoria sintática minimamente interessante – isto é, que colabora para a interpretação semântica – mostraria que certamente são os verbos com toda sua estrutura argumental que são *retomados* pela anáfora. (grifos nossos)

Se aceitarmos que as rotulações, tal como as vê Francis (1994), constituem processos nominalizantes, poderíamos aventar que a autora também vê aí uma relação de correferência, pois atribui um caráter "substitutivo" aos rótulos, quando afirma, por exemplo:

My major criterion for identifying an anaphorically cohesive nominal group as a retrospective label is that there is no single nominal group to which it refers: it is not a repetition or a 'synonym' of any preceding element. Instead, it is presented as equivalent to the clause or clauses it replaces, while naming them for the first time³⁰ (Francis, 1994:85) (grifo nosso)

³⁰ Meu principal critério para identificar um grupo nominal anaforicamente coesivo como um rótulo retrospectivo é que não há um único grupo nominal ao qual ele se refere: ele não é uma repetição ou um

230

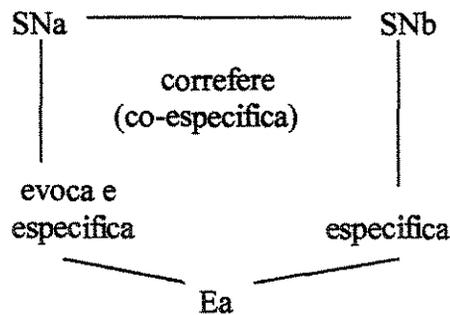
Já Apothéloz e Chanet (1997:160-1) reputam as nominalizações apenas como semelhantes à correferência:

Dans la mesure où il s'agit des "mêmes" informations, les nominalisations s'apparentent à la coréférence; mais elles en diffèrent en ceci que leur objet n'a pas préalablement été établi et individué au moyen d'une expression référentielle.³¹

Durante algum tempo, o conceito de anáfora por excelência esteve ligado à noção de correferência, operação por meio da qual designações diferentes se referem ao mesmo indivíduo. Restrita a esses limites, a anáfora acaba por ser identificada como uma relação direta que se estabelece entre os dois elementos envolvidos. Com efeito, um conceito bastante difundido é o de que as anáforas diretas

retomam referentes previamente introduzidos, ou seja, *elas estabeleceriam uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente*. Neste caso parece haver uma equivalência semântica *e sobretudo uma identidade referencial entre a anáfora e seu antecedente*. Na realidade, a anáfora direta seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado. (Marcuschi, 2000a:3) (grifo nosso)

Essa relação entre anáfora direta e correferência, inclusive, é apontada por Marcuschi (2000a), quando ele adota o esquema de Webber (1988) e acrescenta o termo "correfere" no centro da figura:



afirmando que

'sinônimo' de qualquer elemento precedente. Em vez disso, ele é apresentado como equivalente da *cláusula ou cláusulas que ele substitui*, enquanto os designa pela primeira vez.

³¹ Como se trata das "mesmas" informações, as nominalizações se assemelham à correferência, mas dela diferem pelo fato de seu objeto não ter sido previamente estabelecido e individualizado por meio de uma expressão referencial.

temos uma situação em que um SNa (um sintagma qualquer na função de fonte ou antecedente) evoca e especifica um referente, sendo que um outro SNb (um sintagma ou um pronome na função anafórica) apenas *corretere* e co-especifica mas não introduz algo diverso. Trata-se de uma reativação. O símbolo Ea indica que a especificação referencial é uma só. (Marcuschi, 2000a:5)

Embora o conceito não constitua nenhuma novidade no campo das reflexões sobre as anáforas, devemos apontar que '*correterência*' e '*anáfora*' são termos que envolvem concepções distintas. Essa distinção, feita por vários autores, é precisada por Milner (1982) cuja teoria, embora inserida no domínio teórico que tem na raiz uma concepção de linguagem como etiquetagem, pode servir de ponto de partida para as nossas reflexões.³²

Segundo Milner (1982) há correterência entre duas unidades referenciais A e B quando elas têm a mesma referência – o que pode acontecer sem que a interpretação de uma seja afetada pela interpretação da outra. Os dois termos relacionados podem ou não ser homogêneos quanto à sua natureza categorial: N/N, P/P, N/P³³. A relação é simétrica, transitiva e reflexiva, pois, quanto a essa última propriedade, uma unidade referencial pode ser dita correterencial de si mesma.

Já a anáfora é uma relação assimétrica, que existe entre um primeiro termo anaforizado e um segundo termo anaforizante. Milner observa que, quanto às categorias envolvidas na relação anafórica, podem ocorrer dois casos: no primeiro, o anaforizado é um N e o anaforizante, um P da terceira pessoa, o que mostra uma heterogeneidade do

³² Sem nos determos na teorização de Milner (1982) a respeito da referência, destacamos que, para esse autor, a língua comporta um léxico que, entre outras, tem a propriedade distinguir as unidades segundo o tipo de segmento da realidade que elas podem designar, o que significa que cada unidade lexical deve satisfazer a um conjunto de condições para poder designar um segmento dessa realidade. A partir desse princípio, Milner diferencia uma *referência real* – quando a unidade lexical aponta para um segmento da realidade – e uma *referência virtual* – quando se toma o significado de uma unidade lexical, isto é, o conjunto de condições que deve satisfazer um objeto do mundo para poder ser designado por meio de uma expressão que comporte esse lexema. Assim é que um item lexical tem referência virtual e, quando empregado, tem referência real, enquanto um pronome só tem referência real. Ora, adotar o conceito de *referência virtual* para as unidades lexicais é adotar o princípio de que a língua é independente do uso, objetiva e estável; adotar o conceito de *referência real* é adotar uma concepção de que a língua etiqueta a realidade e deve-se adequar a ela. Essa semântica extensional, no dizer de Koch e Marcuschi (1998:179) tem características de estaticidade, alia-se a uma ontologia essencialista e ingênua e sugere uma relação aparentemente isomorfa entre mundo e linguagem.

³³ N = Nome; P = Pronome.

ponto de vista categorial; no segundo, tanto anaforizado quanto anaforizante constituem N, havendo, assim, homogeneidade categorial.

Geralmente a anáfora não é transitiva, principalmente para a categoria dos pronomes, caso em que não há sentido falar em transitividade, uma vez que, por exemplo, na seqüência N/P/P, a segunda ocorrência do pronome não retoma o pronome imediatamente precedente. Isso se deve ao fato de que o pronome nunca pode ser o termo anaforizado, mas apenas o anaforizante. Quanto à reflexividade, contrariamente à noção de correferência, não se pode dizer que um termo seja anaforizante ou anaforizado de si mesmo.

Dessas considerações, Milner conclui que anáfora e correferência são duas relações que se opõem e podem, assim, subsistir separadamente. Mas, embora distintas, elas naturalmente não se excluem; ao contrário, podem combinar-se – e isso constitui um caso freqüente –, pois parece que a anáfora "*sempre se acompanha de alguma correferência*" (Milner, 1982)³⁴.

Corblin (1987:10) também distingue claramente as duas relações³⁵:

- 1) un rapport d'identité éventuel entre deux termes dont les interprétations sont indépendantes; s'il s'agit de référence, on parlera de *co-référence*
- 2) un rapport de dépendance en vertu duquel B tire nécessairement son interprétation d'une mise en connexion à A, A saturant l'interprétation de B en fixant un de ses termes: on parlera alors d'*anaphore*.³⁶

Dessa forma, diz Corblin, há apenas correferência em (39), mas anáfora em (40)

- (39) Ele apresentou-me *seu filho*. **Seu filho** é charmoso.
- (40) Ele me apresentou *seu filho*. **Esse jovem/o jovem/ele** é charmoso.

³⁴ Podemos observar, na presença do advérbio "*sempre*" da citação, a tendência a limitar a anáfora como retomada correferencial, o que deixa de fora todas as anáforas não-correferenciais.

³⁵ Ressalte-se que Corblin (1985) faz sua abordagem das categorias "indefinido", "definido" e "demonstrativo" do ponto de vista da dependência contextual e discursiva, o que o distancia da abordagem de Milner (1982).

³⁶ 1) uma relação de identidade eventual entre dois termos cujas interpretações são independentes; se se trata de referência, falar-se-á de *correferência*; 2) uma relação de dependência em virtude da qual B tira necessariamente sua interpretação de uma conexão com A, A que satura a interpretação de B, fixando um de seus termos: falar-se-á, então, de *anáfora*.

Esse princípio de distinção, que envolve interpretabilidade (saturação referencial), no caso da anáfora, e identidade de referente, no caso da correferência, também se encontra em Maingueneau (2001), que, após afirmar que são chamadas correferenciais as designações que têm o mesmo referente, embora correspondam a diferentes modos de apresentação desse referente (p. 181), aborda a anáfora infiel e a correferência asseverando que

dois grupos nominais diferentes podem muito bem referir-se *paralelamente* ao mesmo objeto, isto é, podem estar em relação de correferência sem que haja aí anáfora infiel. É o que se vê no exemplo seguinte:

Bonaly, a última na pista, se faz de teimosa. A campeã da França executa bem seu programa livre, mas tomando o cuidado de escamotear cada um de seus saltos (Le Parisien, 21 de fevereiro de 1997)

Os dois grupos nominais em itálico são correferenciais, isto é, designam o mesmo indivíduo. Mas esta correferência não é estabelecida por vias lingüísticas: é o nosso conhecimento sobre a patinação artística, portanto, nossa competência enciclopédica, que nos permite saber que Surya Bonaly é a campeã titular da França, que as expressões nominais "Bonaly" e a "campeã da França" referem-se à mesma pessoa. Trata-se de referências "paralelas", não de uma anáfora; essas duas expressões poderiam, aliás, ser invertidas. (Maingueneau, 2001:201)

As observações de Maingueneau sugerem que só deve ser considerada anáfora a relação baseada em conhecimento lexical (semântico). Mas, quando trata da anáfora associativa (p. 205), o autor diz que esse tipo de anáfora funciona porque se pressupõe que o co-enunciador tem em sua memória representações estereotípicas, e acrescenta:

Tais estereótipos misturam estreitamente as competências lexical e enciclopédica (...) (grifo nosso)

Portanto, vemos que a distinção das noções de anáfora e correferência permite afirmar que nem toda relação de correferência envolve uma relação anafórica. Mas o contrário também é verdadeiro: nem toda relação anafórica envolve uma relação de correferência. Basta pensarmos nas anáforas associativas.

Cavalcante (2000) apresenta uma tipologia de anáfora com base na noção de correferencialidade, marcada por uma espécie de gradação que se distancia do que podemos chamar de "marco zero" da anáfora, isto é, a anáfora correferencial e co-

significativa. Com isso, estabelece cinco tipos de anáfora, incluindo, por inspiração em Marcuschi (1998), um sexto tipo, o de uma anáfora não-correferencial que opera uma referência a uma entidade não recuperável no contexto, mas delineável a partir de um frame.

O primeiro tipo de anáfora e mais representativo é aquele em que o elemento anafórico correferre, isto é, retoma totalmente um referente e que, além disso, mantém o significado da expressão referida, estabelecendo com ela uma relação de co-significação. Esse é o caso de (41)

- (41) No domingo à noite, Bush foi declarado vencedor das eleições presidenciais no Estado da Flórida. O resultado foi produto de duas contagens mecânicas e de uma recontagem manual solicitada por Gore. Segundo o candidato democrata, **essa recontagem manual** não foi devidamente executada e seus resultados parciais não foram computados pela secretária de Estado da Flórida, Katherine Harris, uma ativista republicana que participou da campanha de Bush. (FSP, 28/11/2000, A-9)

O segundo tipo, também correferencial, ocorre quando o elemento anafórico é um pronome, manifesto ou não no texto:

- (42) O ex-padre Paul Shanley, 71, foi preso em San Diego (EUA), acusado de molestar sexualmente três crianças nos anos 80 em Boston, onde atuava. A Promotoria crê que **ele** tenha abusado de ao menos outros 30 meninos desde os anos 60. (FSP, 3/05/2002, A-1)

O terceiro tipo, ainda correferencial, ocorre quando a expressão antecedente é recategorizada, não havendo, naturalmente, co-significação. Cavalcante cita como exemplo

- (43) **Inf. 2** o mundo todo fala **nesse príncipe**... né?
Inf. 1 televisão {tudo né?
Inf. 2 quer dizer, **o CAra** que que é que o cara tem?... pra dar? ... pro mundo?... nada...
Inf. 1 é
Inf. 2 né... e **esse homem** é::: é manchete em toda em todo mundo isso é que /tá totalmente errado...

Esse exemplo mostra uma recategorização por meio da qual o referente **esse príncipe** é primeiro retomado como **o cara** e, em seguida, como **esse homem**.

Acrescentamos aqui que essa recategorização serve, na maioria das vezes, a finalidades argumentativas, como em

- (44) Há que se perguntar em que planeta vive o tucanato. **Esse clã alienígena** acha que as obviedades que o relator especial da ONU, sr. Jean Ziegler, 'constatou não são construtivas'. (FSP. 21/03/2002 A-3)

ou

- (45) Cuido que ele ia falar, mas reprimiu-se. Não queria arrancar-lhe as ilusões. Também ele, em criança, e ainda depois, foi supersticioso, teve um arsenal inteiro de credices, que a mãe lhe incutiu e que aos vinte anos desapareceram. No dia em que deixou cair toda **essa vegetação parasita**, e ficou só o tronco da religião, ele, como tivesse recebido da mãe ambos os ensinamentos, envolveu-os na mesma dúvida, e logo depois em uma só negação total. (...) (Machado de Assis. *A Cartomante*)

A partir do quarto tipo, Cavalcante observa um afastamento do padrão de correferência, citando como exemplo

- (46) mas hoje já existem aparelhos... ou (sic) DObro do tamanho do Palomar... no Havai... o Malmequer já tem onze metro... Palomar tem cinco metro/por dezoito.../tá certo? ...então com todo esse avanço na puxada e a imagem trabalhada no computador () o GAY... eu já tenho uma câmara que tem gay... significa um intensificador de imagem quer dizer ... é uma mesma capacidade de você ver luz... a ponto de praticamente você ver o que o olho não registra... quer dizer ela /tá imitando já de PERto o olho humano... né?... **TODA essa tecnologia** tem permitido a gente pegar estrelas mais próximas e super ampliar e tentar verificar o quê que tem ao redor delas...

em que a expressão referencial

"retoma implicitamente, mas sem correferir, uma série de aparelhos ou de dispositivos que possibilitam à ciência maior grau de precisão. Trata-se de uma relação hiperonímica. "Toda essa tecnologia", conforme é visível, não é co-significativa com nenhum termo anterior; as fontes são transformadas e dimensionadas por uma generalização que ajuda a conduzir o ponto de vista do enunciador. Esse quarto tipo de anáfora não pode, portanto, ser caracterizado como correferencial." (Cavalcante, 2000:77)

O quinto tipo corresponde às anáforas associativas (cf. Capítulo 2), em que, como vimos, não há correferencialidade. Retomamos aqui um exemplo canônico:

- (47) "Na semana passada, tivemos finalmente uma novidade. Foi a invasão pacífica de um shopping carioca, pela Frente da Luta Popular. Cerca de 130 pessoas, entre punks, estudantes e favelados, entraram naquele, hum, "templo do consumo", olharam **as vitrines**, comeram sanduíches

de mortadela, declamaram poemas de Pablo Neruda e, bem, foram embora – deixando apreensões e mal-estar no ambiente.” (FSP, 09/08/2000, E-10)

O sexto tipo, como já apontamos acima, é marcado pelo fato de que o referente é construído por um procedimento indutivo a partir de um *frame* como em (48)

- (48) De malas prontas para o Brasil, onde participará do Fórum Econômico Mundial em São Paulo, o presidente uruguaio Julio Maria Sanguinetti (...) assiste de camarote à queda-de-braço entre seus amigos Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso. Se diverte comparando os dados da economia de seu pequeno país de três milhões de habitantes com **os brutamontes** que tem em suas fronteiras. (exemplo emprestado de Cavalcante, 2000:81)

em que o sintagma destacado faz uma alusão a Argentina e Brasil, que não estão presentes no contexto anterior, mas são inferidos a partir das informações precedentes: a referência ao Uruguai, país caracterizado como pequeno pelo número de habitantes, e às suas fronteiras. Aqui claramente temos de resgatar um conhecimento enciclopédico para que possamos identificar a entidade referida pelo sintagma. Mas, principalmente, chamamos a atenção para os nomes dos presidentes dos dois países referidos por **os brutamontes**, que, com certeza, participam da ativação do *frame*.

A nosso ver, nessa tipologia falta justamente o tipo de anáfora que vimos focalizando neste capítulo, as nominalizações. Assim, temos de buscar em outras fontes a resposta às nossas indagações: trata-se de anáfora correferencial ou não-correferencial?

Retornemos à correferência. Se se aceita que esse fenômeno ocorre se duas expressões representam o mesmo "referente", quando uma expressão designa um processo há identidade referencial entre os dois termos?

Para Berrendonner (1994b) há correferência, pois a proposição é colocada na memória discursiva como um objeto-acontecimento, ou seja, um processo reificado. Desse modo, nas nominalizações ou *anáforas de processos*, na terminologia do autor, se a expressão verbal é colocada na memória como um objeto-acontecimento, a retomada dessa expressão sob a forma nominalizada aparece como uma “*banal anáfora correferencial*”.

Essa solução, como se vê, passa necessariamente pela questão do "antecedente". Berrendonner (1994b), Reichler-Béguelin (1995) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), como vimos no Capítulo 2, consideram que a dependência interpretativa de uma anáfora não se vincula ao contexto verbal explícito, mas às informações já disponíveis na memória discursiva. Interpretar uma anáfora não é uma operação trivial de colocá-la em relação com um antecedente textual. Prova disso é que, muitas vezes, a delimitação precisa do segmento textual requerida para a interpretação textual é problemática, como já apontamos. Assim, nessa concepção, o antecedente, liberto das amarras co-textuais, pode ser objeto de uma reificação quando se trata de uma proposição e, nesse caso, pode perfeitamente ocorrer uma relação de correferencialidade. É interessante destacar que a posição de Berrendonner sugere que a proposição ganha o estatuto de referente antes de ocorrer o processo anafórico, já que ele denomina o elemento antecedente de *objeto-acontecimento*. Isso não é de pouca importância, uma vez que pela definição tomada de Apothéloz é o elemento anafórico que opera essa reificação.

Mas, no Capítulo 2, deixamos em suspenso um exemplo bastante comum – como já tivemos oportunidade de ver outros mais acima – em que a designação do objeto-acontecimento é feita por um SN metafórico:

- (49) Cerca de 2000 milicianos chegaram ontem à cidade [Jalalabad], vindos da região de Peshwar (Paquistão), para se unirem a milhares de outros que aportaram de outras cidades afegãs. A Folha acompanhou a **pequena epopéia** transformada em jogada de marketing pela etnia ao transportar um exército de cem jornalistas que se espremiavam na região da fronteira atrás de uma oportunidade de entrar no Afeganistão. (FSP, 16/11/2001 – A-11)

Dissemos naquele momento que o sintagma nominal a **pequena epopéia** refere-se a um processo-acontecimento, introduzido em M pela proposição anterior, a saber, a chegada de milicianos a uma cidade afegã. Mas, além desse ato de referência, a expressão também recategoriza metaforicamente esse objeto, requalificando o referente de forma pouco predizível, o que nos leva agora a indagar se há correferencialidade entre o processo reificado e a **pequena epopéia**. Uma resposta a esse questionamento, que se coaduna com os princípios teóricos deste trabalho, é encontrada no pressuposto de que

os objetos de discurso são construídos e para essa atividade existem várias alternativas com que o produtor do texto pode contar para designar referentes, inclusive os mesmos referentes, o que inclui naturalmente escolhas que operam construções de metáforas. Como afirmam Koch e Marcuschi (1998:178):

[O indivíduo] Pode escolher elementos lexicais variados, sendo que uma das conseqüências dessa variação é que os termos não operarão como co-significativos, pois a significação será sempre e essencialmente *contextualizada*. Daí a presença de processos de recategorização que por vezes fazem termos não sinonímicos terem relações de correferencialidade.

Ora, no exemplo acima, ocorre uma categorização, cujo nome-núcleo, se não opera como co-significativo, não deixa de funcionar, *no e pelo* discurso, como um "verdadeiro" sinônimo de **Cerca de 2000 milicianos chegaram ontem à cidade [Jalalabad], vindos da região de Peshwar (Paquistão), para se unirem a milhares de outros que aportaram de outras cidades afegãs**. E aqui reside o centro do nosso questionamento: pode uma proposição funcionar como um dos termos da relação de correferencialidade?

Essa questão parece estar presente nas considerações de Apothéloz e Chanet (1997) quando eles afirmam que, se por um lado, existem nas nominalizações as "mesmas" informações na informação-suporte e no substantivo predicativo – o que apontaria para um caso de correferência –, por outro, a informação-suporte não é previamente estabelecida e individualizada por meio de uma expressão referencial, pois se trata de uma proposição, o que afastaria o fenômeno da correferência. E aqui retornamos à crítica que Apothéloz (1995b) endereça à tipologia de entidades de Lyons-Dik: a informação-suporte só ganha estatuto de entidade com a designação operada pela expressão anafórica, o que, reiteramos, deixa à mostra o processo de construção dos objetos-de-discurso.³⁷

Na posição de Apothéloz e Chanet (1997) parece legítimo distinguir duas dimensões: uma que diz respeito ao conteúdo, outra que diz respeito à forma. Ora, a noção de correferencialidade ou identidade referencial é determinada pela dimensão do

conteúdo; quanto à forma parece ser tomado como ponto de partida inquestionável que são os *nomes* e *pronomes* que constituem os meios para o ato de referenciar e não, naturalmente, as *proposições*. A solução de Berrendonner (1994b), nesse aspecto, parece engenhosa: a reificação de um processo fornece-lhe o estatuto de nome. Mas, se desconsiderarmos essa dimensão cognitiva, a dificuldade persiste e não podemos falar de correferencialidade entre um nome e uma proposição.

Intuitivamente, porém, isso parece um contra-senso, pois, por exemplo, tomando o caso canônico apresentado no início do capítulo

- (1) A Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo determinou ontem que todos os produtos com suspeita de conter transgênicos em sua composição sejam recolhidos dos locais de venda em até 15 dias. **A determinação** cumpre uma lei estadual de dezembro de 1999. (FSP, 02/08/2000, A-14)

não parece descabido dizer que o SN definido a **determinação** corresponde ao ato realizado pela Vigilância Sanitária de São Paulo de determinar que todos os produtos com suspeita de conter transgênicos em sua composição sejam recolhidos dos locais de venda em até 15 dias. Além disso, se considerarmos as diversas ordens de entidades vistas no item 2.1, podemos ponderar que se se adota uma proposição como uma entidade, então, é possível pensar em correferencialidade entre o elemento nominalizante e o nominalizado.

Mas como tomar como correferencialidade uma relação em que um objeto-de-discurso retoma não a informação-suporte, mas o enunciado prévio na sua dimensão formal, como já observamos em (14)?

- (14) "Pretendo transformar a cidade num condomínio fechado." **A frase** é do prefeito de Iracemápolis, Cláudio Consenza, e a construção do alambrado de 2,5 metros de altura que deverá esta cidade de 16 mil habitantes já começou. (FSP, 09/08/2000, A-1)

Uma solução para essa questão de ser a informação-suporte uma entidade pode ser tentada considerando-se a distinção das noções de "*antecedente*" e "*gatilho do*

³⁷ Se Apothéloz assim não considerasse, provavelmente teria de aceitar a tipologia das entidades de Lyons-Dik.

antecedente", aqui retomada para orientar nossa argumentação. Cornish (1999:41-42) propõe essa distinção com base nas duas funções do antecedente: ele é simultaneamente um elemento formal e uma expressão potencialmente referencial, inerentemente significativa. É essa segunda função que, na concepção tradicional, determina a referência e o sentido do elemento anafórico. Cornish vê aí dois aspectos - forma e conteúdo – que devem ser separados. Reserva ao primeiro o termo "*gatilho do antecedente*" e conserva o termo "*antecedente*" para o segundo, na verdade, o elemento responsável pela interpretação da anáfora. Como já apontamos, Apothéloz (1995a:23) considera que essa solução

...présente l'avantage de distinguer clairement les occurrences linguistiques de leur valeur sémantique et référentielle. Elle permet de rendre compte des cas, passablement fréquents, où l'interprétation du déclencheur d'antécédent et celle de l'antécédent ne coïncident pas, ou pas exactement, et donne la possibilité d'une description unifiée des anaphores coréférentielles et associatives. L'idée de déclencheur, (...) évite par ailleurs d'imposer une frontière absolue entre ces deux types d'anaphores...^{38,39} (grifo nosso)

Crucial, a nosso ver, é a idéia de que "*ele é simultaneamente um elemento formal e uma expressão potencialmente referencial, inerentemente significativa*". Se o antecedente é uma expressão potencialmente referencial, isso significa que, como elemento formal, ela não necessita ser expressa por expressões normalmente reservadas ao ato de referenciar – nomes e pronomes. Pensamos, por exemplo, particularmente em casos como (49)

- (49) Ele sempre ia ao cinema. **Essa constância** lhe valeu o apelido de "papa-filme". (exemplo fabricado)

³⁸ ... apresenta a vantagem de distinguir claramente as ocorrências linguísticas de seu valor semântico e referencial. Ela possibilita dar conta de casos frequentes em que a interpretação do gatilho do antecedente e o do antecedente não coincidem, ou não coincidem exatamente, e dar a possibilidade de uma descrição unificada das anáforas correferenciais e associativas. A idéia de gatilho (...) evita impor uma fronteira absoluta entre esses dois tipos de anáforas.

³⁹ Essa fronteira "fluida" pode ser constatada quando se encontra, por exemplo, estudiosos como Gelbukh e Sidorov (documento eletrônico) que pensam a anáfora indireta como correferência entre o elemento anafórico e a entidade implicitamente introduzida por um outro termo no texto. Le Pesant (1996) também adota essa concepção, uma vez que afirma ser a anáfora associativa, que poderíamos chamar de protótipo das anáforas indiretas, fruto de um processo de apagamento de uma anáfora fiel, portanto, correferencial. Percebe-se por esses poucos exemplos que a questão é muito complexa.

em que parece ser possível afirmar que, embora sem exclusividade, pois se deve considerar toda o predicado anterior, é no advérbio **sempre** que se encontra a pista textual mais significativa para a designação **essa constância** que funciona como elemento anafórico. Mas a questão ainda continua: assim como quando se trata de uma proposição, pode-se pensar em correferencialidade?

Como o questionamento persiste, então, devemos tentar uma outra via para a reflexão.

Talvez possamos encontrá-la na não-correferencialidade e, numa primeira tentativa, definir a anáfora por nominalização como um tipo de anáfora que põe em relação um SN ou um pronome e uma proposição, sem que haja entre eles nem relação de correferencialidade nem de co-significação. Em outras palavras, o estatuto de anáfora é justificado pelo fato de o SN ou pronome exigirem uma saturação referencial, ou seja, apresentarem uma dependência interpretativa; mas o elemento que fornece as condições para essa saturação e SN ou pronome não correferem.

Nominalização: anáfora direta ou indireta? Anáfora indireta, diz Marcuschi (2000). Para ele, as nominalizações

... em geral têm uma relação direta com algum verbo do qual mantém o étimo ou então [são] nominalizações de porções textuais inteiras. Seguidamente carregam forças ilocucionárias marcantes (...) Não são anáforas diretas porque não retomam nem referem pontualizadamente algum item específico. (p. 11) (grifo nosso)

Algumas considerações. Primeiramente, subentende-se que as anáforas diretas retomam e referem pontualizadamente algum item específico. Além disso, as expressões nominalizadoras não "*referem pontualizadamente nenhum item*", o que significa dizer que não há relação de correferência entre os elementos envolvidos e o processo, assim, constitui um tipo de anáfora indireta.

Para trilhar essa nova vereda, vale a pena retomar as características da *anáfora indireta*, lembrando que esse tipo de anáfora evoca e especifica um novo referente:

- a) inexistência de uma expressão antecedente explícita para a retomada e presença de uma âncora, isto é, uma expressão ou contexto semântico base decisivo para a interpretação da anáfora indireta;

- b) ausência de relação de correferência entre a âncora e a anáfora indireta, dando-se apenas uma estreita relação conceitual;
- c) construção de um novo referente (ou conteúdo conceitual) e não busca ou reativação de elementos prévios por parte do receptor;
- d) realização por meio de elementos não pronominais, sendo rara sua realização pronominal. (Marcuschi, 2000a:7)

Examinando a nominalização à luz dessas características, observamos que o que está em jogo no conceito desse tipo de processo concentra-se nos três primeiros itens, uma vez que, conforme já apontamos, não é raro que a expressão anafórica da nominalização constitua um pronome demonstrativo.

A primeira característica diz respeito ao elemento antecedente, que, como já discutimos no capítulo dedicado às anáforas associativas, é, na maioria das vezes, não um segmento claramente delimitável do contexto lingüístico anterior, mas um elemento de ordem cognitiva ou discursiva que sustenta a interpretação referencial. Portanto, este poderia ser um indício valioso de que a nominalização constituiria um caso de anáfora indireta, uma vez que nesse processo é difícil delimitar com precisão a expressão lingüística requerida para a interpretação da retomada. Mas, também no capítulo das anáforas associativas, mostramos o questionamento de Cornish (1999: 44-7; 99-101) sobre a noção bastante difundida de que o relacionamento intratextual na correferência se dá entre segmentos *isolados* dentro do cotexto. Ora, se a correferência exige mais do que a relação de dois segmentos pontuais do cotexto, envolvendo o que se predica e realização de inferências⁴⁰, podemos pensar que a questão do antecedente, por si só, não explica a contento a inclusão da nominalização entre os tipos de anáforas indiretas.

⁴⁰ Exemplos disso não faltam. Traduzimos aqui um exemplo apresentado por Apothéoz (1995b:23): Um jovem suspeito de haver desviado uma linha telefônica foi interrogado pela polícia de Paris. Ele havia "utilizado" a linha de seus vizinhos para os Estados Unidos num total de 50000 F. **O tagarela** foi ... Segundo o autor, esse exemplo é duplamente interessante, porque entre os atributos que foram predicados ao jovem (*ter desviado uma linha telefônica*, *ter utilizado a linha de seus vizinhos num total de 50000 F*) e o atributo que utiliza a forma de retomada para identificar o referente (*ser um tagarela*) é ainda necessário postular a intervenção de diversos conhecimentos prévios e inferências: é necessário, por exemplo, ter uma idéia, ainda que aproximativa, das tarifas telefônicas, inferir que uma conta de telefone de 50000 F corresponde a muitas horas e comunicação etc. Ora, essa construção da referência só é possível se o leitor levar em conta o que foi predicado e realizar inferências com base em conhecimento enciclopédico, a partir de todo o co(n)texto que serve de âncora. Isso mostra que a correferência estabelecida entre "um jovem" e "o tagarela" não se limita à relação de dois segmentos pontuais. No entanto, esse caso não deixaria de ser tipificado como anáfora direta.

As duas outras características, respectivamente, a ausência de correferência e, como conseqüência disso, a construção de um novo referente, parecem, então, ser os pontos centrais da discussão. E aqui perguntamos: em que medida a nominalização constrói um novo referente? Retomando (1)

- (1) A Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo determinou ontem que todos os produtos com suspeita de conter transgênicos em sua composição sejam recolhidos dos locais de venda em até 15 dias. **A determinação** cumpre uma lei estadual de dezembro de 1999. (FSP, 02/08/2000, A-14)

será possível afirmar que **a determinação** constrói um novo referente assim como, por exemplo, o faz a anáfora associativa, que introduz um objeto-de-discurso novo, não correferente de nenhum antecedente, mas o apresenta como se fosse conhecido? Se assim fosse, a informação veiculada pelo SN anafórico da nominalização não poderia ter uma função remática, como reconhecemos haver nesse processo.

E o que dizer da classificação das anáforas atípicas proposta por Apothéloz (1995b) que importam *referentes clandestinos* para o universo de discurso, como nos casos em que, por exemplo, o substantivo predicativo indica a força ilocucionária do enunciado anterior ou posterior? Um tal objeto-de-discurso é realmente novo?

Parece que estamos caminhando em círculos. O questionamento constante e, aparentemente, sem resposta mostra a dificuldade que envolve a questão da nominalização.

Primeiramente devemos concordar com Apothéloz (1995a) quanto ao problema que apresenta qualquer tipologia dos fatos anafóricos. As bases em que se sustenta uma tipologização são as mais diversas, envolvendo, como vimos, ora a relação entre referentes – e aí podemos falar de *anáfora correferencial* ou *anáfora associativa* – e, por extensão, *anáfora direta* e *anáfora indireta* -, ora a relação entre lexemas – e aí podemos falar em *anáfora fiel* e *anáfora infiel* – ora uma descrição das operações discursivas, que constitui o caso das *nominalizações*.

Nessa observação de Apothéloz, podemos vislumbrar o motivo da dificuldade de se lidar com as nominalizações, uma vez que defini-las como operações discursivas não impede de analisar as anáforas nominalizantes como correferenciais ou não, como

anáforas diretas ou indiretas – conforme testemunhamos com a citação dos diversos autores -, já que a base para essa tipologia é outra. A dimensão do problema pode ser avaliada, por exemplo, nas ponderações do autor sobre as duas possibilidades de se considerar o SN **esse impacto** do exemplo (38). Se se toma esse SN como consequência implícita do verbo **saltar**, faz-se uma análise baseada na relação entre referentes; se se toma como categorização lexical do processo, tem-se uma nominalização, análise baseada na operação discursiva. Essa "ambigüidade tipológica" também é vista em Apothéloz e Chanet (1997:176) quando eles analisam os casos dos anafóricos que representam entidades relacionadas aos atributos da enunciação:

Il semble raisonnable de considérer que les attributs d'une énonciation ont, relativement au contenu propositionnel de celle-ci, un statut d'objets associés, et que l'expression qui identifie l'un de ces objets peut par conséquent être assimilée à une anaphore associative. (...) Ces anaphores ne doivent pas être considérées comme des nominalisations au sens strict du terme. Elles nominalisent certes un procès, mais non pas celui que dénote un contenu propositionnel; elles nominalisent le type d'acte de communication accompli par une énonciation, et catégorisent cet acte comme *question, conseil, demande, annonce, précepte, règle, etc.*⁴¹ (grifo nosso)

O ato de importar os chamados referentes clandestinos está presente nos casos de supletismo e categorização do objeto, que não se excluem, naturalmente. Talvez por esse motivo, Apothéloz (1995b) fale em nominalizações *stricto sensu* - em que ocorre a reificação do processo por meio de uma expressão referencial -, o que permite subentender a existência de nominalizações *lato sensu*, que, dentro de sua proposta de análise, abarcariam os casos em que se assiste à entrada em cena dos objetos clandestinos. Parece haver ainda uma sugestão de que as nominalizações *stricto sensu* corresponderiam aos casos típicos e as nominalizações *lato sensu*, aos atípicos. Mas são todos nominalizações?

⁴¹ Parece razoável considerar que os atributos de uma enunciação têm, relativamente ao conteúdo proposicional, um estatuto de objetos associados, e que a expressão que identifica um desses objetos pode, conseqüentemente, ser assimilada a uma anáfora associativa. (...) Essas anáforas não devem ser consideradas como nominalizações no sentido estrito do termo. Elas nominalizam um processo, mas não aquilo que denota um conteúdo proposicional; elas nominalizam o tipo de ato de comunicação realizado por uma enunciação e categorizam esse ato como *questão, conselho, exigência, anúncio, preceito, regra, etc.*

Toda essa reflexão nos permite propor uma delimitação das fronteiras, ainda que não estritas, da nominalização como a operação discursiva que consiste em designar por meio de um SN ou pronome demonstrativo um processo ou estado. Mas, como nem sempre o resultado desse processo funciona como anáfora⁴², propomos aqui o termo *anáfora nominalizante*^{43,44} que possuiria as seguintes características:

- não é correferencial, pois não há identidade referencial entre os dois termos envolvidos: proposição e elemento anafórico⁴⁵;
- tem como âncora um processo ou estado veiculados numa proposição;
- apresenta um caráter resumitivo, pois encapsula essa âncora em um SN, rotulando-a;
- pode ser realizada por um pronome;
- pode referir o conteúdo ou a forma - antecedente ou gatilho do antecedente -, além dos ingredientes da enunciação; em suma, o conteúdo e a forma do enunciado, além dos atributos da enunciação, que engloba, inclusive, os atos ilocucionários e atributos psicológicos.⁴⁶

E, dentro desses limites propomos a divisão do processo da nominalização em dois subtipos:

⁴² Estamos pensando, por exemplo, em casos como os dos editoriais que, para informar o leitor do fato noticioso, apresentam-no, em geral no início do texto, sob a forma nominalizada. Nesse caso não ocorre anáfora.

⁴³ E devemos também considerar a existência de uma *catáfora nominalizante*, como em **A hipótese** não existe na vida real. Mas é nela que se fala sem parar no Congresso: a necessidade de o PSDB retirar a pré-candidatura de José Serra a presidente. (Fernando Rodrigues. *Hipótese improvável*. FSP, 22/04/2002, A-2)

⁴⁴ Cavalcante (2001b) propõe o termo "nomeação".

⁴⁵ Desse modo reservamos o termo 'correferencial', assim como a maioria dos autores, para os casos em que o primeiro elemento da relação já constitui uma expressão referencial (realizada por sintagmas nominais), o que não é o caso da proposição, que poderá ser erigida ou não em objeto-de-discurso justamente pela anaforização. No entanto, quanto a um estatuto que chamaríamos 'informacional', diríamos que as anáforas nominalizantes se aproximam da correferência, uma vez que os dois termos apresentam as "mesmas" informações, como afirmam Apothéloz e Chanet (1997).

⁴⁶ Não incluímos aqui as anaforizações de ingredientes do processo – agente, objeto, circunstantes, quando implícitos, caso, a nosso ver, de anáfora associativa, que envolvem, de uma forma geral, os cenários.

- a) nominalização *stricto sensu*, que operaria a designação do processo, estado ou do próprio predicado;
- b) nominalização *lato sensu*, que operaria a designação de atributos do enunciado e da enunciação.

Deve-se ressaltar que uma zona fronteira fluida existiria entre esses dois subtipos, aliás, como ocorre em qualquer delimitação dos domínios de categorias.

Um último aspecto deve ser observado. Assim como nas anáforas não nominalizantes pode ocorrer uma recategorização do objeto como em

- (44) Há que se perguntar em que planeta vive o tucanato. **Esse clã alienígena** acha que as obviedades que o relator especial da ONU, sr. Jean Ziegler, 'constatou não são construtivas'. (FSP, 21/03/2002 A-3)

isso também se verifica – e com frequência – nas nominalizações e o SN anafórico é inclusive fonte de avaliações do produtor do ato referencial⁴⁷, o que atesta que o *modo de apresentação do referente* se reveste de especial importância na construção dos objetos-de-discurso. Aqui retomamos dois exemplos desse fenômeno:

- (33) Ontem o secretário de Estado de Bush, Colin Powell, e outros assessores menores foram à mídia dizer que Sharon havia entendido o recado de Bush. As tropas de Sharon deveriam parar "já". Isto é, assim que fosse possível, pois exércitos não se retiram de uma hora para outra, Bush "não pode dar ordens" a outro chefe de Estado etc. **Enfim, a pantomima toda** era para mitigar a impressão geral de cumplicidade de Bush no caso. (Vinícius Torres Freire, FSP, 8/4/2002, A2)
- (37) A tragédia da morte de Celso Daniel – paradigma de homem cidadão e político – suscita de novo a velha e inútil vocalização dos governantes: plano nacional contra a violência, lei de recompensa, contratação de civis para trabalhar na Polícia Militar etc. **Como peça de resistência nessa ladainha requentada de banalidades que ouvimos todas as vezes que um fato trágico como esse se repete**, ressurge a grande panacéia desse discurso político do crime: aumento das penas, prisão perpétua e pena de morte. [...]

Percebe-se claramente nos dois casos, como já tivemos oportunidade de observar, uma categorização metafórica dos processos anteriores. É interessante notar o

⁴⁷ Não nos detemos na dimensão argumentativa das categorizações nesta pesquisa.

uso do determinante definido e demonstrativo em cada um dos elementos anafóricos. A pergunta que fazemos é a seguinte: assim como escolhe livremente o elemento anafórico no processo de nominalização, o produtor do ato referencial também tem liberdade para fazer a escolha entre o determinante definido o demonstrativo? Essa é a questão que examinaremos no próximo tópico.

4. Os determinantes definido e demonstrativo nas nominalizações

Mais uma vez a questão do determinante definido e demonstrativo. Se por um lado o demonstrativo nas expressões anafóricas das anáforas associativas é motivo de controvérsia, isso não ocorre nas nominalizações. Pelo contrário. Segundo Apothéloz e Chanet (1997), os SNs utilizados neste processo manifestam uma clara propensão à determinação demonstrativa e parece sempre possível substituir uma nominalização definida por uma demonstrativa, embora o inverso não seja verdadeiro. Essa tendência é atribuída ao fato de não existir, nas nominalizações, um outro processo que contraste com o processo designado pelo SN nominalizante, fator que favorece o demonstrativo e não o definido, cujo emprego se verifica normalmente em situação de contraste com outro objeto, como observa Corblin (1987).

Nesse estudo inteiramente dedicado ao assunto, os autores apontam alguns fatores suscetíveis de orientar a escolha de um dos determinantes.⁴⁸ Eles alertam que adotam o ponto de vista do codificador (mais do que do decodificador) e que concebem esses fatores não como restrições absolutas, mas somente como fatores que favorecem um ou outro determinante.

Esses fatores podem ser divididos em quatro grupos:

1. Um primeiro grupo envolve o material lexical utilizado no sintagma nominalizante, em relação ao qual podemos identificar três situações.

⁴⁸ Esse estudo examina um corpus constituído praticamente apenas de textos escritos. Segundo os autores, a linguagem oral tende a evitar as soluções lexicais, fazendo uso de um número abundante de pronomes demonstrativos neutros, característica também encontrada em textos escritos de crianças, como vimos no exemplo (13) e nas considerações de Cavalcante (2001a)

a) Se o nome-núcleo categorizar o processo, qualificando-o de modo pouco predizível, a tendência é o uso do demonstrativo; se ele não efetuar qualquer categorização (principalmente se retomar a base morfológica do verbo da proposição nominalizada), a tendência é o uso do definido.

Os exemplos (51), (52), (53) e (54) confirmam o primeiro caso:

- (51) Procuradores ou promotores por vezes não têm feito o melhor uso de sua função. Alguns utilizam-se do cargo apenas para ganhar visibilidade na mídia quando, mesmo desprovidos de indícios consistentes, lançam acusações que prejudicam terceiros, não raro de maneira irreversível.
Há basicamente dois tipos de remédio para **esses abusos**. (FSP, 27/07/2000)
- (52) Mudanças na estrutura social tornam certas leis obsoletas. É o caso do crime de adultério ou, de modo ainda mais chocante, dos dispositivos do Código Civil que dão dez dias “para anular o matrimônio contraído com mulher já deflorada”. **Essas excrescências** felizmente se tornaram letra morta (FSP16/03/2001 – A2)
- (53) Como o Exército israelense é conhecido por seu profissionalismo, faz mais sentido acreditar que eles entraram em Jenin com a missão de deixar a terra arrasada. Não só prender terroristas, mas dar uma lição nos palestinos, mostrar com quem está a força. Vingam os israelenses mortos pelos homens-bomba.
Há quem considere justo **esse olho por olho, dente por dente**. Mas essas mesmas pessoas devem admitir que as práticas do Exército israelense se igualam às dos próprios homens-bomba, práticas essas que Sharon diz combater. (Gabriela Wolthers. *Discurso em ruínas*. FSP, 19/04/2002, A-2)
- (54) "Os únicos países que parecem estar enfrentando a queda global - Índia, China e Rússia e alguns do Leste Europeu - são os que resistiram à completa integração na economia mundial, retendo vestígios de socialismo e de mercados protegidos."
No ambiente maniqueísta em que se dá boa parte do debate no Brasil, Pearlstein seria logo acusado de perigoso comunista. Para os brasileiros que acham que só preto e branco no mundo, quem ousa dizer que é possível se dar bem sem se render por inteiro aos mercados só pode ser um bolchevique daqueles. É uma tolice, mas muito forte no país.
O diabo é que as coisas são mais complicadas do que **esse Fla-Flu ideológico**. Não é preciso, a partir da informação (correta, aliás) de Pearlstein, correr para implantar o socialismo ou para elevar as tarifas de importação de tudo às alturas, como se fossem a panacéia universal. (...). (Clóvis Rossi, *A escolha do Brasil*. FSP, 8/11/2001 - A2)

Exemplos como esses são fartos. E parece mesmo haver uma preferência pelo demonstrativo. Mas aqui retomamos (33), em que o elemento anafórico, à semelhança do que ocorre em (53) e (54), recategoriza metaforicamente a seqüência de proposições só que por meio de um SN definido.

- (33) Ontem o secretário de Estado de Bush, Colin Powell, e outros assessores menores foram à mídia dizer que Sharon havia entendido o recado de Bush. As tropas de Sharon deveriam parar "já". Isto é, assim que fosse possível, pois exércitos não se retiram de uma hora para outra, Bush "não pode dar ordens" a outro chefe de Estado etc. Enfim, a **pantomima toda** era para mitigar a impressão geral de cumplicidade de Bush no caso. (Vinícius Torres Freire, FSP, 8/4/2002, A2)

Já em (55), em que o processo é nominalizado por um nome-núcleo derivado morfologicamente do verbo da proposição, ocorre o definido.

- (55) Quinze homens armados com pistolas automáticas roubaram ontem, na zona rural de São José dos Campos, o rabino e empresário Cypriano Marques Filho, 75, e sua mulher, Doroty Cundari Marques, 70. [...] **O roubo** ocorreu às 7 h, na fazenda Santa Cruz, ... (FSP, 02/08/2000, C-5)

b) No caso de haver modificadores no sintagma anafórico, podem-se determinar duas situações distintas: se as informações presentes nos modificadores forem pertinentes para a identificação referencial, é o definido que convém; se, ao contrário, não houver essa pertinência, a tendência é o uso do demonstrativo. Apothéloz e Chanet (1997) observam que essa característica do demonstrativo não se limita aos anafóricos nominalizantes e constitui um traço de oposição em relação ao definido. Enquanto o demonstrativo é estreitamente solidário com o valor não determinativo do material que qualifica o substantivo, o definido torna relevantes todas as informações que figuram dentro do sintagma nominal. Parece que isso ocorre em (56):

- (56) A Polícia Militar, durante uma blitz, prendeu hoje vários moradores da favela da Rocinha. **Essa detenção brutal e sem motivo declarado** revoltou os moradores do lugar. (Exemplo emprestado de Koch, 2002a:101)

em que o modificador grifado não é pertinente para a identificação do referente, mas importante do ponto de vista da argumentação. Se usado o determinante definido,

poderia ocorrer, segundo os autores, uma inadequação pragmática, pois ele levaria o decodificador a buscar um referente suscetível de ser colocado em contraste com o referente designado. Desse modo, para assegurar uma função não determinativa, o modificador deveria assumir função de aposto.

- (56') A Polícia Militar, durante uma blitz, prendeu hoje vários moradores da favela da Rocinha. **A detenção - brutal e sem motivo declarado** - revoltou os moradores do lugar. (Exemplo emprestado de Koch, 2002a:101)

Esse caso merece uma investigação mais detida, pois é possível ocorrer, como em (35), um modificador que não é pertinente para a identificação referencial e, todavia, integra o SN definido e não demonstrativo. Atente-se para o fato de que o adjetivo **infeliz**, assim como o modificador **brutal** em (56) e (56'), revela uma avaliação do objeto por parte do produtor do ato referencial.

- (35) Vai na contramão dos valores democráticos e dos postulados da educação a decisão da Biblioteca Nacional (BN) , no Rio de Janeiro, de restringir o acesso de jovens a suas dependências. A partir da semana que vem, menores de 16 anos só poderão entrar no prédio da avenida rio Branco com autorização especial de funcionários da instituição. A justificativa para a medida é o combate ao roubo e à destruição de livros. (...)
A infeliz iniciativa se inscreve na pior tradição autoritária brasileira. Não é preservando o livro de leitores, sobretudo dos mais jovens, que o país sairá do deserto cultural em que atualmente se encontra. (Folha de S.Paulo, 21/09/2000, A-2)

Estariam aqui em jogo outros fatores? Embora não se possa afirmar com certeza, pois se trata de apenas um caso, já que não empreendemos a análise de um corpus determinado, como o fazem Apothéloz e Chanet (1997), ocorre-nos uma hipótese, relativa à posição do adjetivo: se anteposto em (57) -"a brutal detenção" -, não seria aceitável o definido?

c) Se o nome-núcleo indicar um processo e for seguido de um ou outro actante desse processo, a tendência é o uso do definido.

- (57) O governo fechou a única estrada de acesso à reserva, por causa do incêndio. **O fechamento da estrada** causou um grande congestionamento. (exemplo fabricado)

A determinação demonstrativa nesse caso tende a absorver os valores de actantes do processo, saturando-lhes o lugar. Em outras palavras, quando usado num sintagma cujo nome-núcleo constitui um processo, o demonstrativo absorve o papel dos actantes:

- (57') O governo fechou a única estrada de acesso à reserva, por causa do incêndio. **Esse fechamento** causou um grande congestionamento.⁴⁹

2. Um segundo grupo envolve os casos em que o nome-núcleo da expressão anafórica designa atributos do enunciado e da enunciação. Nesse caso, a tendência é o uso do definido, embora não seja raro encontrar também o demonstrativo. Aqui os dois tipos de determinantes encontram-se em variação livre.

- (25) Hamlet observa a Horácio que há mais cousas no céu e na terra do sonha a nossa filosofia. Era a **mesma explicação** que dava a bela Rita ao moço Camilo, numa sexta-feira de novembro de 1869, quando este ria dela, por tido na véspera consultar uma cartomante. (Machado de Assis. A Cartomante.)
- (26) Artigo publicado por Frei Betto, ontem, nesta Folha, atribui a mim responsabilidade pelo lamentável assassinato do militante Sebastião de Maia, ocorrido no último dia 21 de novembro, durante a terceira invasão patrocinada pelo MST na fazenda Água da Prata, em Querência do Norte, (PR). O autor fala em 16 vítimas de "um regime de terror implantado na zona rural do Paraná desde 1995." **A afirmação** é absolutamente falsa. Pior que a crítica é a estatística equivocada. (Jaime Lerner – 28/11/2000 – A-3)
- (58) "A política brasileira anda decepcionante e sem graça. Estamos tentando construir uma alternativa nova de oposição. Sem compromisso, convidamos você para conhecer quem é e o que pensa **Ciro Gomes**", diz a mensagem do convite, válido para duas pessoas. **O texto** demonstra a preocupação da atriz em caracterizar a reunião como uma conversa informal. (FSP, 22/04/2002, A-7)

Nessa situação particular, encontra-se o que já denominamos mais acima de "ambigüidade tipológica", uma vez que os autores acenam com a possibilidade de esses nomes de atributos de enunciação terem o estatuto de objetos associados, o que os tipificaria como anafóricos em relação associativa. Por esse motivo, eles afirmam que essas anáforas não devem ser consideradas como nominalizações no sentido estrito do

⁴⁹ Essa não é uma tendência da língua portuguesa.

termo. De acordo com a nossa proposta, denominaríamos esse caso de "*anáforas nominalizantes lato sensu*".

3. Um terceiro grupo é identificável a partir da função de marcação seja de parágrafo (a), seja de denominação reportada (b). Nesse caso, há uma clara tendência para o uso do demonstrativo.

a) **Marcação de parágrafo**, aqui entendido no sentido não tipográfico, mas cognitivo (uma mudança de ponto de vista sobre uma seqüência de acontecimentos, passagem de uma descrição a uma narração, entre outros casos). Segundo Apothélos e Chanet (1997), um sintagma nominal demonstrativo normalmente é usado na transição dos parágrafos, assumindo estrategicamente a função de facilitar a produção e recepção de expressões referenciais. Eles ressaltam que, muitas vezes, em lugar de um pronome perfeitamente apto para designar sem ambigüidade um referente, encontra-se uma expressão referencial demonstrativa (independentemente de funcionar como elemento anafórico de nominalização), justamente para tornar perceptivelmente saliente uma expressão. O exemplo (59), emprestado de Koch (2002a:92), mostra isso:

- (59) (...) A gravidade na superfície do astro em contração vai mais e mais aumentando e, a partir de um certo ponto, até mesmo a luz não consegue mais escapar-lhe. Forma-se, então, um buraco negro. **Esse nome** tem sua origem na interpretação oriunda da Teoria da Relatividade sobre a interação gravitacional. Dentro **dessa teoria**, a gravidade nada mais é que o resultado da curvatura do espaço ao redor de um corpo com massa. (Romildo Póvoa Faria, Buracos Negros, A Tribuna de Campinas, 17/05/1998)

b) **Denominação reportada**, em que o locutor marca com aspas o substantivo escolhido, retirando-lhe a "evidência de adequação" e marcando seu distanciamento em relação ao objeto-de-discurso, embora a designação se integre perfeitamente no fio do discurso; além dessa função, as aspas também marcam uma designação atribuída a outro locutor (cf. Authier, 1981, 1982), casos que encontramos, respectivamente, em (60) e (3):

- (60) Menos estrepitosa porém mais preocupante é a nova rodada de troca de cargos que Marta Suplicy começa a empreender pelas administrações regionais e outros setores da municipalidade. Nesse tema, vale até negociar a Empresa Municipal de Planejamento Urbano com o grupo do ex-governador Orestes Quêrcia (PMDB). (...) O bônus ou ônus eleitoral dessa "abertura" petista dizem respeito apenas ao partido. Mas que a heterodoxia aliancista não dê vazão ao estabelecimento de padrões fisiológicos que tão mal fizeram aos cofres municipais e que tanta indignação causaram aos paulistanos. (FSP, 20/04/2002, A-2)
- (3) "A escola está cada vez mais chata, e o aluno cada vez mais dispersivo ou indisciplinado", disse ontem o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, ao analisar os resultados do Saeb (sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica do MEC), que mostram queda de aproveitamento nas escolas particulares, conforme revelou a Folha, na edição de ontem. **Esse "efeito chatice"** é provocado porque, de um lado, a escola não se reciclou, o professor interage pouco com os alunos, os conteúdos devem ser decorados, as matérias estão distantes da realidade. (Gilberto Dimenstein, FSP 29/11/2000, A-1)

No entanto, no Caderno C da mesma edição do jornal a notícia era repetida e, dessa vez, ocorria, nas mesmas condições, o SN definido.

- (61) "A escola está cada vez mais chata, e o aluno cada vez mais dispersivo ou indisciplinado", disse ontem o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, ao analisar os resultados do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica do MEC), que mostram queda de aproveitamento nas escolas particulares, conforme revelou a Folha, na edição de ontem. **O "efeito chatice"** é provocado porque, de um lado, a escola não se reciclou, o professor interage pouco com os alunos, os conteúdos devem ser decorados, as matérias estão distantes da realidade.

4. Um quarto grupo engloba os casos em que o nome-núcleo da expressão anafórica constitui um hiperônimo, usado principalmente para evitar a repetição de um morfema, nominalizar um processo dificilmente categorizável ou ainda nominalizar muitos processos. Quanto ao determinante, parece não haver uma relação direta entre expressão nominalizante hiperonímica e o tipo de determinante selecionado. Quando se quer evitar uma referência genérica, a tendência é o uso do demonstrativo. No entanto, observa-se uma tendência ao uso do definido, principalmente quando o hiperônimo não é seguido de uma expansão determinativa e se encontra na posição de sujeito.

- (62) A emoção mais forte e mais antiga da humanidade é o medo, e o medo mais antigo e mais forte é o medo do desconhecido. Raros são os

psicólogos que contestarão **esses fatos...** (Exemplo emprestado de Apothéloz e Chanet, 1997)

- (63) A antiga Estação Sorocabana, em São Paulo, foi transformada em uma das mais modernas salas de concerto do mundo. **Essa arte** vinha exigindo maior incentivo de parte das autoridades públicas. (Exemplo emprestado de Koch, 2002a:101)
- (64) Durante o debate, diante das constantes insinuações de que era destemperado, o candidato, a princípio controlado, perdeu a cabeça e agrediu verbalmente seu opositor, dando socos na mesa. **A reação** provocou risos na platéia. (Exemplo fabricado)

Deve-se ressaltar que não é raro encontrar vários fatores antagonistas que se apresentam simultaneamente. Pode ocorrer, por exemplo, que um nome-núcleo que recategoriza o processo (fator favorável ao demonstrativo) esteja modificado por um complemento que indica o actante desse processo (fator favorável ao definido). Essa situação, aliás, bem freqüente, atesta a dificuldade de se aventurar numa descrição rígida do uso dos determinantes definido e demonstrativo.

Devemos lembrar que esses fatores são apontados a partir de análises de textos de língua francesa. E quanto ao português? Transcrevemos aqui o que diz Koch (2002a:104):

... parece ser possível afirmar que o português tem, em diversos desses casos um comportamento diferente, pelo menos relativamente ao francês e ao alemão: poder-se-ia dizer, à primeira vista, que nossa língua é mais "tolerante" quanto à intercambialidade do demonstrativo e do definido.

Isso pode ser confirmado nos diversos exemplos apresentados, pois muitas vezes, com exceção de alguns casos "categóricos" de emprego de uma ou outra forma, parece haver uma extensa faixa intermediária em que definido e demonstrativo parecem estar em variação livre.

A questão certamente não se esgota aqui. Como alertado no início deste tópico, trata-se mais de tendências do que de restrições rígidas para o uso de um ou outro determinante. Além disso, muitos questionamentos podem ser feitos, dos quais apontamos apenas alguns.

Primeiramente, o delicado problema de julgamentos de aceitabilidade. Por estar na dependência do julgamento do investigador, que acaba agindo como seu próprio informante, muitas vezes um caso inaceitável para um é perfeitamente aceitável para outro. Essa situação é inclusive apontada por Apothéloz e Chanet (1997:159) que confessam divergências pessoais quanto ao material analisado no trabalho.

Um segundo ponto que consideramos crucial: como, muitas vezes, os exemplos são recortados do texto, perde-se a noção do global que poderia, muito bem, "validar" certas construções. Queremos com isso dizer que o discurso pode criar as condições para que, por exemplo, um definido possa ser usado numa nominalização, cujo nome-núcleo é acompanhado por modificador não pertinente para a identificação referencial. E falar em discurso, significa falar em atividade cognitiva e interacional. É dentro desse quadro que julgamos ser pertinente o estudo das expressões referenciais anafóricas.

CONCLUSÃO

Se, para concluir um percurso investigativo, devemos apresentar as idéias implicadas no que foi dito anteriormente, é na direção do "novo" e de futuras perspectivas que devemos ir. Entretanto, se, para concluir, necessitamos confrontar nossos resultados com os objetivos inicialmente traçados, é necessário voltar.

Nosso principal objetivo foi refletir sobre as anáforas associativas e as nominalizações; além disso, moveu-nos também o desejo de lançar alguma luz sobre o funcionamento do determinante definido e demonstrativo nesses tipos de anáfora, assunto pouco focalizado nos estudos desses fenômenos em língua portuguesa.

Uma breve retomada do percurso realizado nesta pesquisa permitirá avaliar as nossas ponderações feitas ao longo dos capítulos. Primeiramente, tomamos posição quanto aos princípios teóricos do nosso posto de observação. Em suma, adotamos que a atividade discursiva é ação coletiva ou conjunta, que envolve uma dimensão cognitiva e social; nesse sentido, o ato de referenciação tem uma dimensão construtiva e intersubjetiva. Esse postulado, naturalmente, norteou o exame que empreendemos sobre as anáforas associativas e as nominalizações..

Em seguida, nossa discussão buscou redesenhar os limites das anáforas associativas, examinando as várias perspectivas de abordagem. À medida que avançávamos nesse exame, os questionamentos eram feitos, sempre que pertinentes, o que nos levou a observar casos atestados em que uma ou outra explicação teórica, de certa forma falharia. Isso foi particularmente forte quanto à abordagem semântica, que, restringindo o fenômeno a uma relação léxico-estereotípica, acaba por deixar fora de seus limites outros empregos de SNs definidos ou demonstrativos de alguma forma associados a seus antecedentes. Uma decorrência, inclusive, dessa perspectiva é a noção

de "norma", que termina por se infiltrar na análise, levando aos conceitos de aceitabilidade e inaceitabilidade.

Nossa concepção de anáfora associativa considera que, se a dimensão semântica é importante para a produção e interpretação desse mecanismo, não menos imprescindíveis são as outras dimensões que necessariamente devem ter papel preponderante nas reflexões acerca do fenômeno: a dimensão cognitiva, a dimensão pragmática, a dimensão discursiva, o que significa levar em conta a dimensão interacional. Se aceitarmos que o produtor do ato referencial deseja ter sucesso em sua tarefa, evitando incompreensões e necessidade de reparação, ele, muito provavelmente, procurará apostar em construções que levem em conta os conhecimentos lexicais e os modelos mentais supostamente partilhados com o interlocutor, antecipando e evitando construções que possam ser de difícil interpretação. Desse modo, é particularmente vantajoso, principalmente no texto escrito, em que os momentos enunciativos são diferentes, produzir cadeias anafóricas com base em elementos introduzidos previamente no co-texto; se as relações entre esses elementos se dão com base no conhecimento léxico-estereotípico, tanto melhor, pois as chances de sucesso talvez sejam maiores; mas, se considerarmos que outras relações associativas, que sustentam a saturação referencial do anafórico, envolvem relações não inscritas no léxico, podemos sustentar a tese de que é a atividade discursiva que apóia e valida a construção e a interpretação dos objetos-de-discurso em função anafórica, o que leva em conta os processos cognitivo-pragmáticos; a anáfora associativa é, pois, um fenômeno de discurso. Portanto, a escolha de se privilegiar relações já estabilizadas semanticamente deve-se mais a estratégias interacionais, subordinadas aos interesses dos parceiros. E parece que o principal interesse de quem interage é ter sucesso em seus atos verbais.

Finalmente, examinamos as nominalizações, operações altamente produtivas nas atividades discursivas. Nosso maior questionamento foi a sua inserção ou não no grupo das anáforas indiretas, o que envolveu uma discussão particular sobre as seguintes questões: a nominalização realmente evoca um novo referente? Dado que, no processo de nominalização, a âncora constitui uma proposição que se torna um objeto-de-discurso

pelo próprio processo de nominalizar, haveria uma identidade referencial entre os elementos envolvidos? Nossas reflexões nos levaram a postular a nominalização como uma relação não correferencial, que liga um processo ou estado veiculados por uma proposição e um anafórico que os encapsula, referindo-lhes o conteúdo ou a forma (incluem-se aqui os atos ilocucionários e atributos psicológicos). Esta última característica levou-nos a sugerir uma tipologia das nominalizações: nominalizações *stricto sensu*, que operariam a designação do processo, do estado ou do próprio predicado, e nominalizações *lato sensu*, que operariam a designação de atributos do enunciado e da enunciação.

Mas um objetivo precisa ser ainda confrontado com nossas análises. Trata-se da escolha do determinante definido e demonstrativo dos SNs anafóricos nos dois tipos de anáfora. Se as anáforas associativas e as nominalizações puderam ser tratadas como fenômenos diversos, o que nos permitiu redefinir-lhes os limites em capítulos separados, não nos pareceu possível dar o mesmo tratamento quanto à escolha do determinante dos SNs anafóricos nesses dois tipos de anáfora. É isso que fazemos aqui. Mas antes uma observação: nosso objetivo não foi realizar um inventário dos fatores que podem influenciar a escolha de uma expressão referencial nominal demonstrativa ou definida, mas examinar o princípio geral de emprego desses determinantes nas anáforas associativas e nominalizações. Inclusive, como já mencionamos, é mais prudente apontar tendências no uso dos determinantes, do que restrições rígidas de emprego.

Vimos que, se, nas nominalizações, há uma clara propensão à determinação demonstrativa, nas anáforas associativas seu uso é fonte de controvérsia, sendo mesmo considerado, pela corrente semântica, como desviante.

De maneira geral, o argumento mais forte para a rejeição dos SNs demonstrativos associativos é a exigência de o objeto-de-discurso ter sido explicitamente mencionado no discurso anterior; em outras palavras, o uso do demonstrativo é inadequado para a referência a um objeto que é novo no discurso, uma vez que a presença desse determinante implica a obrigação de identificar qualquer coisa já conhecida. Mas essa restrição é desafiada quando é necessário explicar alguns exemplos atestados, em que

condição de a entidade já ser familiar não se verifica. O principal argumento aqui invocado – principalmente pelos partidários da perspectiva semântica - é que, nesses casos, ocorre a dêixis empática ou alguma construção inaceitável, embora isso não constitua um obstáculo à compreensão; casos assim apenas exigiriam maior esforço interpretativo. O motivo para a exclusão desse determinante dos anafóricos associativos, assim, não se deveria ao papel da cognição, mas às suas propriedades intrínsecas. E uma delas diz respeito ao fato de o SN demonstrativo apontar para um referente que é apreendido em contraste interno com outros membros da classe a que ele pertence, situação que não ocorre na anáfora associativa. Mas observamos nós: também não ocorre na maioria das nominalizações realizadas por referência demonstrativa, o que não impede o uso de SNs demonstrativos como anafóricos desse processo

Embora esse tema mereça mais reflexão do que lhe dedicamos nesta tese, pensamos que é possível lançar-lhe alguma luz, buscando um princípio muito geral que regularia seu uso nas anáforas associativas e nominalizações.

É de consenso que o demonstrativo realiza um ato de apontamento (daí o caráter dêitico desse determinante), de responsabilidade do locutor. Esse ato pode ser, de certa forma, "egoísta"; com isso, queremos dizer que o locutor pode impor o objeto-de-discurso determinado pelo demonstrativo, já que a presença desse determinante implica a obrigação de identificar um referente, mais do que o faria se o locutor usasse o definido, repartindo com o interlocutor a "responsabilidade" de identificação do objeto-de-discurso, cuja existência é pressuposta. Portanto, se há uma "semântica dos determinantes" (e acreditamos que haja), ela está subordinada aos interesses interacionais. Essa postura permite explicar a existência de SNs demonstrativos associativos, construção por meio da qual o locutor, desconsiderando o estado da memória discursiva partilhado com o interlocutor, impõe-lhe o objeto-de-discurso, obrigando-o a buscar-lhe a interpretação. E ainda explicar por que parece haver uma tendência maior ao uso desse determinante nas nominalizações que operam uma categorização do objeto-de-discurso: rotulando e encapsulando de modo pouco predizível as informações prévias, o locutor impõe a sua nomeação. Essa asserção

encontra apoio no fato de a escolha da expressão referencial não ser orientada unicamente pela necessidade de oferecer condições para que a entidade por ela veiculada seja identificada; o locutor também utiliza o elemento anafórico para realizar paralelamente diversas operações pragmáticas e interacionais, o que sustenta nossa concepção interativa das operações referenciais.

Nossa intenção naturalmente não é fechar as questões abertas nesta pesquisa, mesmo porque ela pode suscitar novas dúvidas. Pelo contrário. Se, por um lado, buscamos soluções para o que nos inquietava nas reflexões sobre as anáforas associativas e nominalizações - e julgamos ter encontrado algumas respostas razoáveis - por outro lado, encontramos um terreno muito rico para novas reflexões, a partir de outros postos de observação ou da revisão de caminhos já trilhados. Por exemplo, em que medida seria interessante observar as anáforas associativas e as nominalizações pelo viés da metonímia e da metáfora, respectivamente? Seria possível pensar numa prática pedagógica que levasse em conta no ensino da produção/recepção textual a idéia de que construímos nosso discurso - mesmo escrito - em parceria com nosso interlocutor, o que possibilitaria desenvolver a consciência de que, dada a diversidade de recursos lingüísticos por meio dos quais fazemos a referenciação, a escolha da expressão referencial se deve a estratégias discursivas que privilegiem a interação e a parceria na construção dos objetos-de-discurso? Além disso, seria possível relacionar processos de referenciação e gêneros discursivos?

Se nosso trabalho realmente levar a novas pesquisas e a novas descobertas, nosso objetivo maior já terá sido, em grande parte, alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José Martiniano de. 1971. *O guarani*. São Paulo: Ática.
- APOTHÉLOZ, Denis. 1995a. *Role et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Genève: Droz.
- _____. 1995b. Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. In Berrendonner, A. & R-Béguelin, M-J (ed.) *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. *TRANEL*, 23, p.143-173.
- APOTHÉLOZ, D., CHANET, C. 1997. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In DE MULDER, Walter e Carl Vetters (ed.) *Relations anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi. p. 159-186.
- APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. 1995. Construction de la référence et stratégies de désignation. In BERRENDONNER, Alain e REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José (ed.) *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. *TRANEL*, 23, p. 227-271.
- _____. 1999. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. *Journal of Pragmatics*, 31, p. 363-397.
- ARIEL, Mira. 1990. *Accessing Noun Phrases Antecedents*. London: Routledge.
- _____. 1994. Interpreting anaphoric expressions: a cognitive versus a pragmatic approach. *J. Linguistics*, 30, p. 3-42.

- AUTHIER-RÉVUS, Jacqueline. 1981. Paroles tenues à distance. *Materialités discursives*. Presses Universitaires de Lille.
- _____. 1982. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, 26, p. 91-151.
- BERRENDONNER, Alain. 1986. Note sur la contre-inférence. *Cahiers de linguistique française*, 7, p. 259-277.
- _____. 1990. Attracteurs. *Cahiers de linguistique française*, 11, p. 149-158.
- _____. 1994a. Anaphores confuses et objets indiscrets. In SCHNEDECKER et al (ed). *L'Anaphore Associative*. Paris: Klincksieck. p. 209-230.
- _____. 1994b. Anaphore associative et méréologie. *Recherches sur la philosophie et le langage*, 16, p. 81-98.
- BERRENDONNER, Alain; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. 1995. Accords "associatifs". *Cahiers de Praxématique*, 24, p. 21-42.
- BLANCHE-BENVENISTE, C.; CHERVEL, A. 1966. Recherches sur le syntagme substantif. *Cahiers de lexicologie*, IX, 2, p. 3-33.
- BLIKSTEIN, Izidoro. 1995. *Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade*. 4.ed. São Paulo: Cultrix.
- CALLOU, Dinah (org.) 1991. *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro: materiais para o seu estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ. v. I: Elocuções formais.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira; PRETI, Dino (org.). 1987. Projeto NURC: *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz (ed.). v. II.

- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. 2000. *Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife.
- _____. 2001a. Demonstrativos - uma condição de saliência. Trabalho apresentado por ocasião do II Congresso Internacional da ABRALIN, Fortaleza.
- _____. 2001b. As nomeações em diferentes gêneros textuais. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, 41, p. 127-140.
- _____. *Expressões indiciais e anáforas indiretas*. (texto não publicado)
- CHAROLLES, Michel. 1990. L'anaphore associative: problèmes de délimitation. *Verbum*, XIII, 3, p. 119-148.
- _____. 1994. Anaphore associative, estéréotype et discours. In SCHNEDECKER, C. et al (ed). *L'Anaphore Associative*. Paris: Klincksieck. 67-92.
- _____. 1999. Associative anaphora and its interpretation. In CHAROLLES, M. e KLEIBER, G. (ed.) *Journal of Pragmatics*, v. 31, n. 3, p. 311-326.
- CLARK, Herbert H. 1992. *Arenas of Language Use*. Chicago: University of Chicago Press.
- CORBLIN, Francis. 1987. *Indéfini, défini et démonstratif: constructions linguistiques de la référence*. Genève: Droz.
- CORNISH, Francis. 1990. Anaphore pragmatique, référence et modèles du discours. In KLEIBER, G, TYVAERT, J-E. (org.) *L'anaphore et ses domaines*. Paris: Klincksieck. p. 81-93.
- _____. 1999. *Anaphora, discourse, and understanding: evidence from English and French*. New York: Oxford University Press.

- _____. 2000. Référence discursive et accessibilité cognitive. *Verbum*, XXII, 1, p. 3-6.
- DIK, S.C. 1997. *The theory of Functional Grammar*, I: the structure of the clause. Berlin: Mouton de Gruyter.
- DUBOIS, Danièle; LAVIGNE-TOMPS, Frédéric. 1994. Anaphore associative et traitements cognitifs. In SCHNEDECKER et al (ed). *L'Anaphore Associative*. Paris: Klincksieck. 273-96.
- DUCROT, Oswald. 1987. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- _____. 1999. Os topoï na “teoria da argumentação na língua”. *Revista Brasileira de Letras*, p. 1-11.
- FILLIETTAZ, Laurent. 1996. Vers une approche interactionniste de la dimension référentielle du discours. *Cahiers de Linguistique Française*, 18, p. 33-67.
- FOLHA DE S.PAULO. 1987. *Manual geral da redação*. 2.ed revista e ampliada. São Paulo: Folha de S.Paulo.
- FRANCHI, Carlos. [1977] - 1992. Linguagem – atividade constitutiva. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 22, p. 9-39. O texto foi publicado pela primeira vez em 1977, em *Almanaque*, São Paulo, Brasiliense, 5, p. 9-26.
- FRANCIS, Gill. 1994. Labelling discourse: na aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, Marcolm (ed.) *Advances in written text analysis*. London: Routledge.
- GARY-PRIEUR, M-N; NOAILLY, M. 1996. Demonstratifs insolites. *Poétique*, 105, p. 111-121.

- GARY-PRIEUR, M-N Le démonstratif dans les textes et dans la langue. *Langue Française*, 120, p. 5-20 [Gary-Prieur é a autora da segunda parte deste artigo; a primeira é creditada a martine Leonard]
- GELBUKH, A. F.; SIDOROV, G. (a) *On Indirect Anaphora Resolution*. Disponível em <<http://www.cic.ipn.mx/~sidorov>>. Acesso em: 1º/05/2001.
- GRICE, H.P. 1975. Logic and conversation. In COLE, P. e MORGAN, J. (ed.) *Speech Acts*. New York: Academic Press. p. 41-58.
- GUNDEL, Jeanette Kohn; HEDBERG, Nancy; SACHARSKI, Ron. 1993. Cognitive statut and the form of referring expressions in discourse. *Language*, 69, (2), p.274-307.
- _____. 2000. Statut cognitif et forme des anaphoriques indirects. *Verbum*, XXII (1), p. 79-102.
- HAWKINS, John A. 1977a. The pragmatics of definiteness Part I. *Linguistisch Berichte*. Los Angeles: University of California, 47, p. 1-27.
- _____. 1977b. The pragmatics of definiteness Part II. *Linguistisch Berichte*. Los Angeles: University of California, 48, p. 1-27.
- HUANG, Yan. 2000. Discourse anaphora: four theoretical models. *Journal of Pragmatics*, 32, p. 151-176.
- ILARI, Rodolfo. 2001. Anáfora e correferência: porque as duas noções não se identificam? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41, 91-109.
- KLEIBER, Georges. 1984. Sur la sémantique des descriptions démonstratives. *Linguisticæ Investigationes*, VII, p. 63-85.

- _____. 1986. Pour une explication du paradoxe de la reprise immédiate. *Langue Française*, 72, p. 54-79.
- _____. 1990. *La sémantique du prototype: catégories et sens lexical*. Paris: Presses Universitaires de France.
- _____. 1993. Anaphore associative, pontage et stéréotypie. *Linguisticae Investigationes*. XVII (1), p. 35-82.
- _____. 1994 a. Discours et stéréotypie. In SCHNEDECKER, C. et al (ed). *L'Anaphore Associative*. Paris: Klincksieck. p. 93-116.
- _____. 1994 b. Anaphore associative, antécédent et définitude. In SCHNEDECKER et al (ed). *L'Anaphore Associative*. Paris: Klincksieck. p. 153-73.
- _____. 1997. Sens, référence et existence: que faire de l'extra-linguistique? *Langages*, 127, p. 9-37.
- _____. 1998. Les démonstratifs à l'épreuve du texte ou Sur cette côte de la baie de l'Arguenon. *Langue Française*, 120, p. 77-94.
- _____. 1999a. Associative anaphora and part-whole relationship: the condition of alienation and the principle of ontological congruence. In CHAROLLES, M e KLEIBER, G. (ed.) *Journal of Pragmatics*, 31 (3), p. 339-362.
- _____. 1999b. *Problèmes de sémantique: la polysemie en questions*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion.
- _____. 2001. *L'anaphore associative*. 1. ed. Paris: PUF.

- KLEIBER, Georges; PATRY, Richard; MÉNARD, Nathan. 1994. Anaphore associative: dans quel sens "roule-t-elle?. In SCHNEDECKER, C. et al (ed). *L'Anaphore Associative*. Paris: Klincksieck. p. 129-150.
- KLEIBER, Georges; SCHNEDECKER, Catherine; UJMA, Laurence. 1994. L'anaphore associative, d'une conception l'autre. In SCHNEDECKER, C. et al (ed). *L'anaphore associative*. Paris, Klincksieck. p.129-150
- KOCH, Ingedore G.Villaça. 1992. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- _____. 1993. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto. A primeira edição é de 1989.
- _____. *Referenciação: construção discursiva*. Ensaio apresentado por ocasião do concurso para Titular em Análise do Discurso do IEL/UNICAMP. (texto não publicado)
- _____. 2002a. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- _____. 2002b. *Referentes ou objetos-de-discurso?* Trabalho apresentado na ANPOLL. Texto não publicado.
- KOCH, Ingedore V.; MARCUSCHI, Luiz Antônio. 1998. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, 14, p. 169-190. Número especial.
- LAVIGNE-TOMPS, Frédéric; DUBOIS, Danièle. 1999. Context effects and associative anaphora in reading. *Journal of Pragmatics*, 31, (3), 399-415.
- LE PESANT, Denis. 1996. Anaphores associatives et classes d'objets. *Linguisticae Investigationes*, XX (1), p. 113-147.
- LEVINSON, Stephen. 1987. Pragmatics and the grammar of anaphora: a partial pragmatic reduction of Binding and Control phenomena. *J. Linguistics*, 23, p. 379-434.

- _____. 1991. Pragmatic reduction of the Binding Conditions revisited. *J. Linguistics*, 27, p. 107-161.
- LOPES, Edward. 1976. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix.
- LYONS, John. 1977. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. 1981. O Espelho. In Sônia Brayner (org.) *O conto de Machado de Assis*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. A Cartomante. 1981. In Sônia Brayner (org.) *O conto de Machado de Assis*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAINGUENEAU, Dominique. 2001. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez.
- MARANDIN, José-Marie. 1986. Ce est un autre. L'interprétation anaphorique du syntagme démonstratif. *Langages*, 81, p. 75-89.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. 1998. *Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português*. Texto apresentado no Colóquio Internacional de Língua Portuguesa em Berlim.
- _____. a *Quando a referência é uma inferência*. (texto não publicado a)
- _____. b *Cognição, explicitude e autonomia no uso da língua*. (texto não publicado b). Este trabalho constitui a terceira versão da conferência "Cognição, explicitude e autonomia no texto falado e escrito", originalmente pronunciada no III Encontro de Língua Falada e Ensino, Maceió, UFAL, 12-16 abril de 1999.

- _____. 2000a. *Anáfora Indireta: o barco textual e suas âncoras*. Curitiba. Anais do IV Congresso do CELSUL. 1 CD.
- _____. 2000b. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 3. ed. São Paulo: Cortez.
- _____. 2001. Atos de referenciação na interação face a face. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41, p. 37-54.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore V. 1998. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In ABAURRE, M.B. (org.) *Gramática do português falado*, v. VIII. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP.
- MARSLEN-WILSON, William; LEVY, Elena; TYLER, Lorraine Komisarjevsky. 1982. Producing interpretable discourse: the establishment and maintenance of reference. In JARVELA, R.J. e KLEIN, W. (ed.) *Speech, Place, and Action*. p. 339-78.
- MILNER, J-C. 1982. *Ordres et raisons de la langue*. Paris: Seuil.
- MONDADA, Lorenza. 1994. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets de discours*. Tese de Doutorado. Lausanne.
- _____. 1997. Processus de catégorisation et construction discursive des catégories. DUBOIS, Danièle (org.) *Catégorisation et cognition: de la perception au discours*. Paris: Kimé. p. 291-313.
- _____. 2001. Gestion du topic et organisation de la conversation. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41, p. 7-36.

- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. 1995. Construction des objets de discours et catégorisation. In BERRENDONNER, Alain e REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José (ed.) Du syntagme nominal aux objets-de-discours. *TRANEL*, 23, p. 273-302.
- MOUNIN, Georges. 1968. *Introdução à lingüística: a ciência-piloto das ciências humanas*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- NYSTRAND, Martin; WIEMELT, Jeffrey. 1991. When is a text explicit? Formalist and dialogical conceptions. *Text*, 11, p. 25-41.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. 1990. *Manual de redação e estilo*. Eduardo Martins (org.) São Paulo: O Estado de São Paulo.
- POSSENTI, Sírio. 1998. *Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras.
- PRINCE, Ellen F. 1981. Towards a taxonomy of given-new information. *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press.
- RAMOS, Graciliano. 1972. *Angústia*. 14.ed. São Paulo: Livraria Martins.
- _____. 1976. *Vidas Secas*. São Paulo: Livraria Martins.
- REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. 1988. Anaphore, cataphore et mémoire discursive. *Pratiques*, 57, 15-43.
- _____. 1995. Alternatives et décisions lexicales dans l'emploi des expressions démonstratives. *Pratiques*, 85: 53-87.
- ROCHA, Marco. 2000. Relações anafóricas no português falado: uma abordagem baseada em corpus. *DELTA*, 16 (2).

- ROSCH, Eleanor. 1978. Principles of categorization. In ROSCH, E. e LLOYD. B.B (ed.) *Cognition and categorization*. New York: Wiley.
- SAUSURE, Ferdinand. [1916] - 1972. *Curso de Lingüística Geral*. 4.ed. São Paulo: Cultrix (A primeira edição francesa é de 1916).
- SCHWARZ, Monika. 2000. *Indirekte Anaphern in Texten. Studien zur domängebundenen Referenz und Kohärenz im Deutschen*. Tübingen: Niemeyer.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. 1986. *Relevance: communication and cognition*. Cambridge: Harvard University Press.
- ULLMANN, Stephen. [1962] - 1973. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- WEBBER, B.L. 1988. Tense as discourse anaphor. *Computational Linguistics*, 14, p. 61-73.
- ZAMPONI, Graziela. 2000. *A propósito da definitude em expressões nominais de textos noticiosos*. Curitiba. Anais do IV Congresso do CELSUL. 1 CD.